

DIREITO À CIDADE E DIREITO À VIDA:

**perspectivas críticas sobre o
urbano na contemporaneidade**

Ana Fani Alessandri Carlos
Cibele Saliba Rizek
(Org.)



DIREITO À CIDADE E DIREITO À VIDA:

perspectivas críticas sobre o urbano
na contemporaneidade

Organizadoras:

**Ana Fani Alessandri Carlos
Cibele Saliba Rizek**



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

Catálogo na Publicação
Divisão de Gestão de Tratamento da Informação da
Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais da USP

Direito à cidade e direito à vida : perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ana Fani Alessandri Carlos, Cibele Saliba Rizek (Org.) – São Paulo : Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.

294 p. : il.

Inclui bibliografia no final dos capítulos

ISBN 978-65-87773-37-7

DOI 10.11606/9786587773377

1. Espaço urbano 2. Sociedade 3. Desigualdades sociais
4. Urbanização I. Carlos, Ana Fani Alessandri II. Rizek, Cibele Saliba

CDD (23.ed) – 307.76

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira – CRB-8/6888

Ficha técnica

Preparação e revisão

Nelson Barbosa

Projeto gráfico e diagramação

Camila Somera

Produção editorial

Fernanda Cunha Rezende

DIREITO À CIDADE E DIREITO À VIDA:

perspectivas críticas sobre o
urbano e a pandemia

Organizadoras:

Ana Fani Alessandri Carlos
Cibele Saliba Rizek

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: **Carlos Gilberto Carlotti Junior**

Vice-reitor: **Maria Arminda do Nascimento Arruda**

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Diretor: **Guilherme Ary Plonski**

Vice-diretora: **Roseli de Deus Lopes**

*“Les dirigeants le savent: la pensée critique peut se changer en
‘masse critique’ ”*

(Lefebvre, 1973)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Ana Fani Alessandri Carlos Cibele Saliba Rizek	
1. A CRISE URBANA, A PANDEMIA E A DIALÉTICA URGÊNCIA-UTOPIA.....	16
Ana Fani Alessandri Carlos	
2. PERIFERIAS – REVISITANDO FRATURAS E CRISES	44
Cibele Saliba Rizek	
3. CRISE, URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO SETOR IMOBILIÁRIO.....	72
Paulo César Xavier Pereira	
4. A NECRODEMOGRAFIA NEOLIBERAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	98
Danilo Volochko	
5. A ESPACIALIDADE DA VIOLÊNCIA	126
Gustavo Prieto	
6. FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO, CRIME E VIOLÊNCIA: PARA ALÉM DA GOVERNAMENTALIDADE.....	149
César Simoni Santos	

7. A PRESENÇA/AUSÊNCIA DO ESTADO: A COVID 19 E AS REFORMAS NEOLIBERAIS.....178

Glória da Anunciação Alves

8. O LUGAR DO DIREITO À CIDADE EM TEMPOS DE BARBÁRIE: PENSAR ENTRE ESCALAS E RECONQUISTAR O FUTURO203

Paolo Colosso

9. PLANEJAMENTO E REESTRUTURAÇÃO URBANA PRODUTIVA DA METRÓPOLE EM TEMPOS DE PANDEMIA.....231

Isabel Pinto Alvarez

10. O TEMPO E O PLANO DA ARQUITETURA.....261

Luiz Recamán

SOBRE OS AUTORES290



Introdução



O livro que o leitor tem em mãos é produto direto das atividades realizadas pelo grupo de estudos “Teoria Urbana crítica” do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), no período dominado pela fase crítica da pandemia. Em meio ao distanciamento social, as possibilidades do debate se deslocaram das salas do Instituto para a tela do computador, mantendo-nos unidos em torno da compreensão do momento que estávamos vivendo e de como, a partir das questões que moviam o grupo, era possível analisar o momento.

A cidade e o urbano compõem o centro do esforço e conferem unidade interdisciplinar do nosso debate. Esse foco objetiva a construção de uma teoria crítica reveladora dos fundamentos explicativos desse mundo transformado pela urbanização. Alguns de nossos pontos de partida se ancoram no pressuposto de que para lidar com os problemas do nosso tempo e compreender a realidade em que vivemos é fundamental analisar, em profundidade, as forças que se movem na sociedade pontuada pela contradição entre as necessidades da acumulação do capital em sua fase neoliberal, de um lado, e, de outro, as necessidades da sociedade que é urbana. Essa compreensão também é condição necessária à construção de um projeto possível de mudança numa sociedade fundada na desigualdade, como a brasileira. Esse momento exige a crítica das condições que estão na base dos processos de precarização socioespacial como forma de manifestação da desigualdade e como traço constitutivo e fundamento das relações sociais. Desse modo, pensar o caminho para a transformação radical da sociedade pressupõe a construção de uma crítica radical do existente, iluminando os resíduos sinalizadores de utopias possíveis que podem ser encontrados nas várias frentes de luta pela sobrevivência, o que, por sua vez, permitiria subverter todas as relações em que a dignidade humana é violada. Essa perspectiva ilumina o “cotidiano” como categoria de análise, apontando para observação de processos de resistência e luta pela transformação histórica da produção do espaço, compreendido como momento importante no processo de valorização do capital, elemento central das

formas de segregação. Essa perspectiva implicaria, então, um mergulho nas contradições que movem o mundo da produção, sem o qual é impossível revelar os processos que presidem a constituição da realidade urbana.

Assim, nossos pressupostos se ancoram na exigência da crítica, dando visibilidade às dimensões que se seguem: a expansão do reino da mercadoria e da propriedade privada capitalista operada a partir e através do Estado tecnocrático com fronteiras cada vez mais difusas em relação ao mercado; a naturalização das propostas da superação da crise urbana vistas e pensadas a partir das apostas concepção e operação de políticas públicas assentadas no combate à pobreza, no planejamento e nas intervenções urbanas; um urbano em ruínas como um problema de governança reduzindo ao nível do político, à governança neoliberal e suas expressões no âmbito urbanístico; a violência do processo de urbanização fetichizada como externalidade negativa a ser combatida ao nível econômico pelo estratagema consorciado entre desenvolvimento urbano, planejamento estratégico e punitivista da segurança pública (com a instituição de um Estado penal) esvaziando e quantificando os conteúdos sociais da crise; a produção de projetos de verniz reformista, de fundamento neoliberal e conservador por meio das *smart cities*, cidades sustentáveis, cidades criativas, estratégicas e governáveis e outras agendas tem reduzido o espaço da reprodução da vida ao empresariamento urbano de modo coercitivo e homogeneizante; a reprodução sistemática da atualização incessante das urgências, da regulação dos sujeitos, dos movimentos sociais e dos projetos radicais. Assim, o sentido da crítica e do pensamento crítico se associa a uma crise prática real, produto das metamorfoses do mundo contemporâneo que se associa e se expressa numa crise do próprio processo do conhecimento, permanentemente reduzido às urgências e à superfície das mudanças. Decorre desse conjunto de pressupostos um posicionamento do grupo contra a fragmentação do conhecimento, revelando a importância de um pensamento comprometido com a totalidade social na busca em reunir dialeticamente teoria e prática.

A hipótese desenvolvida neste livro é a de que a crise urbana, em seus fundamentos, ganha uma dimensão explicativa importante para a compreensão da pandemia vivida de modo desigual pela sociedade. Trata-se de uma crise que se desdobra em escalas justapostas de espaço e tempo,

impressas nas formas urbanas que têm por conteúdo a desigualdade social que atravessa a história brasileira, reproduzindo-se e ganhando novas proporções com a pandemia. Desse modo, as crises socioeconômica, sociopolítica e socioespacial no âmbito do neoliberalismo foram aprofundadas pela pandemia e fizeram do país um dos campeões mundiais de casos e de mortes pelo novo coronavírus. Essa calamidade avançou no Brasil atingindo em cheio o mais elementar e universal de todos os direitos: o direito à vida. Essa hipótese sobre o aprofundamento da crise urbana implicou uma articulação das escalas espaciais – do plano do lugar ao território, sem perder o global – no movimento do desenvolvimento do capitalismo em direção ao neoliberalismo – bem como as escalas do tempo. Essa multiescalaridade obrigou um movimento de regressão histórica para situar as inflexões postas pelo processo de urbanização que se desdobrou e produziu as desigualdades que acompanham a história do Brasil. Os conteúdos desse processo de urbanização que gerou as periferias urbanas, em contradição flagrante com o centro hegemônico e articulado ao capital internacional, vão revelando a natureza do Estado e da sociedade de classes tal como se ganharam concretude no país.

Se a atual pandemia se propaga pelo mundo e atinge potencialmente a todos, não alcança a todos da mesma forma. Privilegiar a leitura do cotidiano na cidade – como ponto de partida da análise da crise urbana brasileira no âmbito da crise sanitária global que atinge o Brasil – permite iluminar o acirramento dos problemas vividos e a necessidade de elaboração de propostas que superem o plano imediato, o plano da urgência imposto pelo entrelaçamento desse conjunto de crises. Esse movimento aparece nos capítulos que compõem o livro em suas modulações numa tentativa de iluminar os campos cegos produzidos pela pesquisa urbana, invadida pelo espírito do empreendedorismo que atravessa a sociedade em todos os níveis como imposição do desenvolvimento do neoliberalismo.

No primeiro capítulo, Ana Fani Carlos se debruça sobre a relação entre a crise urbana e a crise sanitária, apontando o papel da acumulação crítica na produção do espaço urbano, o que impõe o aprofundamento da desigualdade social e espacial expressa a segregação (socioespacial). Nesse movimento, a desigualdade se aprofunda, na pandemia, com exigências novas. O desenvolvimento da teoria e prática neoliberal, ao levar no limi-

te parcela significativa da sociedade, vai impondo a barbárie. Esse tempo escancarado pela pandemia como aquele da urgência impõe soluções no tempo “aqui-agora”. Esse tempo também se caracteriza pela falta de perspectiva que semeia a descrença, isto é, a “perda do futuro”. Nesse movimento o capítulo sinaliza uma nova contradição entre a urgência e a utopia. A urgência, ao situar a questão no tempo do presente, questiona a utopia e, nessa direção, a pandemia se caracteriza fundamentalmente, pela falta de perspectiva que semeia a descrença, isto é, a “perda do futuro”.

No segundo capítulo, Cibele Rizek aponta deslizamentos, metamorfoses, modulações, tanto no solo concreto da vida urbana como na escala de um cenário que parece ter encerrado um longo ciclo de formação, abdicando de qualquer projeto civilizatório, ancorando-se numa sociedade desigual, sem possibilidade de remissão no horizonte de uma ou duas gerações. As duas pontas do argumento se encontram nos nexos entre as formas de exploração e dominação atualizadas no momento contemporâneo e as conformações dos modos de trabalhar e de viver das periferias, suas precariedades e no seu relativo silenciamento, sob o manto da constituição de públicos-alvo, populações governadas pelo *mix* de balas, bíblias, empresariamentos de si, individualizações, aprisionamentos e chacinas.

Já no capítulo terceiro, o movimento da acumulação e o papel da propriedade na produção do espaço mobilizam as ideias de Paulo Pereira em torno do movimento do valor no processo de produção do espaço. Nele discute-se a função estratégica da propriedade no movimento global do valor total do capital e, particularmente, no setor imobiliário pela captura de rendas com as propriedades da terra e do dinheiro. Nesse movimento a sustentação rentista da valorização imobiliária ganha atualidade nos processos espoliativos do crédito, do endividamento e do despejo de moradores que domina a construção da metrópole e foram intensificados com a pandemia.

A crise sanitária brasileira analisada a partir do modo como se gerencia a crise que ela impõe à sociedade brasileira vem acompanhada da banalização e naturalização da morte, sobretudo quando a Covid-19 chega às periferias imersa na indiferença de uma política genocida. Nessa perspectiva, no quarto capítulo Danilo Voloscko revisita o debate populacional e demográfico que articulado ao debate do urbano (e das periferias

urbanas atuais) aparece no movimento da reprodução capitalista atual iluminando a lógica da mortalidade como projeto de um Estado e de uma sociedade que expõem sua população à destrutividade dirigida aos pobres nas periferias. A emergência do neoliberalismo e de um governo autoritário apontaria uma necrodemografia neoliberal.

No quinto capítulo, a análise de Gustavo Prieto se volta às dinâmicas gerais e abstratas que moldam o déficit democrático, vivido hoje, com o aprisionamento da vida cotidiana imersa num cenário de extrema violência traduzida numa espacialidade, própria dessa violência como produto do processo de urbanização capitalista no seio da ação do Estado que pesa sobre o cotidiano principalmente nos espaços periféricos. Aqui, a dominação e exploração engendradas ou intensificadas por regimes autoritários revela a capacidade dessas lógicas de produzirem novas e cada vez mais sofisticadas morfologias, combinando a exploração e a opressão capitalista. Desse modo, a violência como conteúdo da urbanização revela-se como fundamento da produção do espaço capitalista.

Na compreensão de César Simoni Santos, no sexto capítulo, a espacialidade dessa violência desdobra-se na segregação espacial como dimensão coextensiva, fundamento, aparato ou instrumento dessas tecnologias de exercício do poder. O autor aponta o papel ativo da segregação sobre as formas de governo: reforçavam-se, assim, as pontes entre um determinado ramo da teoria política e a própria morfologia espacial urbana. Desse ponto de vista, mais do que mero produto ou o resultado passivo das dinâmicas repositoras da desigualdade, a segregação urbana e a fragmentação do espaço, como sua dimensão morfológica necessária, encontraram novas evidências a respeito de sua positividade no âmbito da reprodução do poder.

A relação entre poder-produção do espaço também se traduz na contradição entre a presença/ausência do Estado como possibilidade de compreensão do projeto neoliberal da reprodução capitalista e a intensificação desse processo com a pandemia da Covid-19, tratado por Glória Alves no sétimo capítulo. No discurso posto a público pelos meios de comunicação, a pandemia, reconhecida ou negada no discurso oficial, é usada para construção de álibis que justificam a retirada de direitos à cidadania, direitos esses conquistados a partir de muita luta. Esse processo aprofunda as segregações socioespaciais e, inclusive, justifica a pobreza a

partir da criminalização de parcelas da população em nome do desenvolvimento econômico.

Essa situação impõe-se pela barbárie, ou como afirma Paolo Colosso, no oitavo capítulo, uma “reversão civilizatória” trazendo como consequência o aumento da desigualdade social apontando que, na vida cotidiana, parcela significativa da sociedade vive das migalhas, em espaços destituídos de dignidade. Há aqui uma inflexão. Para o autor, o pensamento crítico, que exige um momento utópico, todavia, salienta que no quadro em que estamos, o momento utópico não diz respeito apenas ao possível, mas é também e, sobretudo da ordem do necessário à sobrevivência.

O papel do Estado e de sua ação no momento atual também se revela em várias escalas, articulando e justapondo o nível de sua atuação no plano do território nacional ou no plano do urbano e da cidade. É assim que, no nono capítulo, Isabel Alvarez aponta sua lente na análise do processo de revisão do Plano Diretor do município de São Paulo durante a pandemia, explorando a hipótese segundo a qual o processo de reestruturação urbana que aparece como força produtiva potente, especialmente para o setor imobiliário, realizando-se pela mediação das normas do planejamento e do Estado, segue seu curso mesmo em meio à crise sanitária. Assim, diante da potência de novas fronteiras de acumulação, vislumbrada em período imediatamente anterior à pandemia, nem a fome, o desemprego, nem o aumento da população em situação de rua, nem número de mortos, foram, num primeiro momento, justificativas para o Estado (e o setor empresarial), deixar de pautar a revisão do plano almejada. Para a autora, a compreensão desse processo exige refletir sobre a dialética de “aprisionamento” das lutas e movimentos sociais à forma jurídica, que obscurece os conteúdos de uma profunda crise urbana.

Por fim, no décimo capítulo, Luiz Recamán recupera um debate atual no âmbito de um campo disciplinar específico. Busca ao longo do argumento compreender uma desconstrução crítica que não é vista como motor de uma “exaustão da arquitetura, mais um de seus mais nítidos sintomas”. A crítica necessária se apresenta então, nesse âmbito, a partir de contradições internas e externas ao campo disciplinar, na busca das possibilidades de sua superação vinculada “à inescapável dinâmica da sociedade”.



Uma palavra final sobre a necessidade e a urgência da crítica em sua radicalidade. Se a conjuntura que vivemos é das mais sombrias, exatamente por isso, ela se conforma como momento oportuno para romper um longo silêncio que acabou por se enredar a um conjunto de acomodações e modulações, que desfocaram o centro do pensamento crítico radical da necessidade de destrinchar as fundas contradições e embates que constituem a esfera do social e do urbano brasileiros, marcada pela formação que se desencadeou a partir de um capitalismo tardio e periférico. Com os textos e capítulos deste volume, esse grupo de pesquisadores buscou romper a bolha que se desenha por um conjunto de acomodações e concessões inerentes a uma reflexão que corre o risco de permanecer no âmbito da gestão e da mitigação da pobreza, dos horizontes frágeis e problemáticos da integração pelo consumo e, por seu intermédio, pelo mercado. No contrafluxo desse horizonte, coloca-se a perspectiva que exige a recuperação de um horizonte que recoloca em cena a compreensão e a crítica a um capitalismo mundializado, no terreno mesmo do conflito e do embate que permita pôr a nu, mais uma vez, os vínculos entre o emudecimento das contradições, de um lado, e o duro aprofundamento e generalização do mercado, das saídas individualizantes, da extensão e profundidade da forma mercantil, do que se quer afirmar como estreitamento dos horizontes possíveis de transformação, de uma compreensão crítica e radical do capitalismo contemporâneo em suas expressões e âmbitos social, urbano, econômico e político. É essa necessidade de compreensão crítica do momento atual que nos convidou ao debate ancorado nas contradições que iluminam os conflitos explicitados pelo golpe de 2016, pela guinada autoritária da política nacional que se escancarou com a pandemia. Nesse contexto, a discussão proposta recupera os vínculos e tramas que enredam o direito à cidade e o direito à vida.

*Ana Fani Alessandri Carlos
Cibele Saliba Rizek*



1. A crise urbana, a pandemia e a dialética urgência-utopia

Ana Fani Alessandri Carlos



Vivemos tempos de crise, mas tempos de crise parecem ser todos, o que significa dizer que é necessária a compreensão dos conteúdos da crise atual. O capital como modelo civilizatório se impôs à sociedade como lógica e racionalidade dominando a vida e orientando e redefinindo necessidades e desejos. Impõe-se pela dialética entre a manutenção dos seus fundamentos e as metamorfoses que acompanham o movimento da acumulação superando suas crises internas. Em seu movimento parece estancar o futuro da sociedade na medida em que constrói barreiras à realização do humano.

Imersa em profunda crise, traduzida pela imensa desigualdade social e espacial vivida concretamente, nossa sociedade (urbana) é atravessada nos últimos dois anos pela pandemia do coronavírus, mergulhando-a, ainda mais, num quadro de urgência expandida, agora a uma parcela significativa maior da sociedade. Desse modo, nossa condição histórica, pode ser identificada, hoje, como aquela em que a urgência – imposta pela crise urbana e pela perda de direitos – domina a vida. Isso porque, de um lado, a crise se amplia, num regime autoritário e anticonstitucional apontando que o que aparece e se realiza, no plano do político e dos direitos, é um firme compromisso com o projeto neoliberal que num momento de pandemia, como o de hoje, se faz contra a vida. De outro, imposta pela extrema desigualdade social, sob suas várias formas, a vida cotidiana parece encontrar seu limite, implicando a explosão de movimentos reivindicatórios que atuam em todos os planos como forma de questionamento da lógica capitalista produtora dessa situação.

Se ao cabo do regime militar, no Brasil, uma nova Constituição (1988) passa a orientar a vida assegurando direitos sociais negados, as ações do Estado nessa última década vêm destruindo muitas dessas conquistas em nome da estabilidade da economia. A política de austeridade, “em nome do mercado”, se faz com forte redução dos gastos públicos voltados, especialmente, às políticas sociais. A EC 95 votada em 2016 é paradigmática ao impor teto aos gastos públicos, congelando por vinte anos verbas destina-

das à educação e à saúde. A essa mudança se associam, desafiando a realização da vida, os cortes nos programas sociais como as políticas de habitação com o definhamento do crédito para moradia social. A essas somam-se a reforma da previdência, a reforma trabalhista, flexibilizando contratos de trabalho, as mudanças no marco regulatório do petróleo (abrindo a participação do setor privado implicando o aumento do preço do combustível com forte influência sobre os preços de transporte e alimentos que pesam ainda mais na vida cotidiana, onde um aparcela significativa se enfrenta com a desnutrição e a fome). Nessa direção, as políticas neoliberais, ao diminuir gastos sociais, direciona os orçamentos distribuindo desigualmente os recursos, concretizada através de políticas públicas em ataque frontal contra gastos sociais,¹ multiplicando o drama social. Como aponta Chauí (2020, p.48) é, “inegável em toda parte a fragilidade dos direitos sociais e políticos sob a ação do neoliberalismo que opera pelo encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou do mercado sob a forma de privatização e da chamada desregulamentação econômica”.

Francisco de Oliveira chamava a atenção, em 2018, para um fato significativo: os Estados se esforçam para governar para o mercado criando as condições favoráveis capazes de atrair os investimentos fixando-os em determinados lugares do território mundial. “O conjunto de novas determinações do capitalismo globalizado produziu a erosão da nação como comunidade política e, contraditoriamente ao que se pensa e ao que foi apregoado pela ideologia neoliberal, não produziu um Estado mínimo, mas um Estado máximo [...] guardião dos movimentos do capital, assegurando-os contra toda a incerteza” (Oliveira, 2018, p.75). Em sua fase neoliberal, sustentada pelo processo de financeirização, as estratégias do capital se estruturam no mercado mundial. Essa sociedade, urbana e mundial, revela-se na cidade (e no plano do cotidiano) onde se localizarão (expres-

1 Essa desigualdade se aprofunda na fase atual do capitalismo mundializado, dominado pela lógica das finanças. Neste momento da história do capitalismo, uma nova razão domina a sociedade. Para Dardot e Laval (2016), se caracterizaria pela atuação do governo na defesa, a qualquer custo, do setor financeiro às custas das salvaguardas sociais. As regras impostas á sociedade são aquelas da competitividade/competição implicando numa nova forma de vida nos espaços cada vez mais submetidos ao processo de valorização.

sando-se), dialeticamente, as forças homogeneizantes de sustentação da lógica da acumulação e as questionadoras das condições sociais decorrentes das estratégias neoliberais. Esse movimento expressa-se (realizando-se) no espaço da vida ganhando visibilidade na cidade, especialmente nas metrópoles, através da diferenciação espacial; isto é, do acesso diferenciado dos indivíduos e grupos sociais aos espaços-tempos da realização da vida. No plano espacial, destaca-se a concentração de renda que acompanha a história brasileira, que se vê agravada no modo como essa concentração hierarquiza a sociedade no espaço produzindo a cidade segregada (social e espacialmente), o que implicará o modo diferenciado como a pandemia vai se concretizar e evoluir atingindo diferencialmente a sociedade.

O presente invadido pela pandemia provocada pelo coronavírus, que assola o país desde março de 2020, potencializa a crise social vivida, subvertendo as relações sociais em todos os lugares de realização da vida agravando o quadro econômico-político-social. Tratada pelo governo brasileiro, fundamentalmente, como um problema, primeiramente, econômico e, secundariamente, de saúde pública, o discurso e a ação do governo federal vão revelando, despidoradamente, a natureza social da crise vivida em sua radicalidade. Aqui o direto à vida se confronta com o alinhamento de políticas neoliberais impostas pelo autoritarismo que se exacerba como estratégia que permite impor mudanças destituidoras de direitos. Assim, as estratégias do neoliberalismo no Brasil se fazem a favor da reprodução do capital e contra o social exacerbando a desigualdade que, hoje, vem acompanhada de uma profunda crise política associada a um governo de direita, negacionista, autoritário, que namora tanto com o fascismo quanto com as milícias, sob a benção dos setores militares que ocupam um número expressivo de cargos nos principais escalões do governo.

O cotidiano desmascara a barbárie aprofundada pela perda de direitos num quadro de déficit democrático exigindo atenção e mobilização constante diante dos excessos do governo contra a sociedade fragilizando parcela significativa da sociedade no enfrentamento da pandemia. Assim vão se iluminando as condições do inumano – como momento, e sentido, do processo de alienação que, no limite, tem imposto à parcela significativa da sociedade a vida redefinida no estreito limite da sobrevivência – que se forja no desenvolvimento e expansão do capitalismo, acompanhado



pelo discurso que naturaliza a desigualdade. Nesse sentido, a pandemia provocada pela Covid-19 aprofunda as contradições vividas numa sociedade extremamente desigual como a brasileira iluminando a luta pelo “direito à vida” que vai acompanhar aquele do “direito à cidade”. Aqui nos encontramos entre a urgência (definida no seio da crise urbana e perdas de direitos) e a utopia (como movimento necessário ao resgate do futuro como metamorfose radical das condições que impedem a realização de uma sociedade de iguais definindo seu futuro).

São Paulo: A crise urbana (e a pandemia) se concretiza na prática socioespacial

A crise é vivida no nível do cotidiano e no plano do lugar, e aí se encontra, portanto, a possibilidade de compreensão do momento atual do processo de acumulação através da justaposição das escalas espaciais – refiro-me aqui à relação entre o território nacional e a cidade. Essa compreensão tem seu foco no plano da prática socioespacial, no município de São Paulo. Do ponto de vista do pensamento, objetiva encontrar os fundamentos das contradições que suportam essa realidade aparecendo como conflito ampliado pela pandemia. Numa sociedade desigual os desafios serão vividos de modo desigual. Esse fato ganha forma na representação cartográfica expressa, aqui, por *um conjunto de mapas*. O primeiro (Figura 1) Sindica a distribuição das mortes causados pela pandemia em relação a 10 mil habitantes entre março de 2020 e setembro de 2021, associando óbitos e renda no município de São Paulo. Os índices da correlação renda-óbitos mostram que os maiores números de óbitos se encontram na periferia da mancha urbana, afetando a pirâmide mais baixa dos rendimentos do trabalho. Aí se encontram os dez distritos com maior número de óbitos por 10 mil pessoas, coincidindo com aqueles de renda abaixo da média do município (4.718,00 reais).

Renda familiar e óbitos por COVID [Distritos do município de São Paulo]

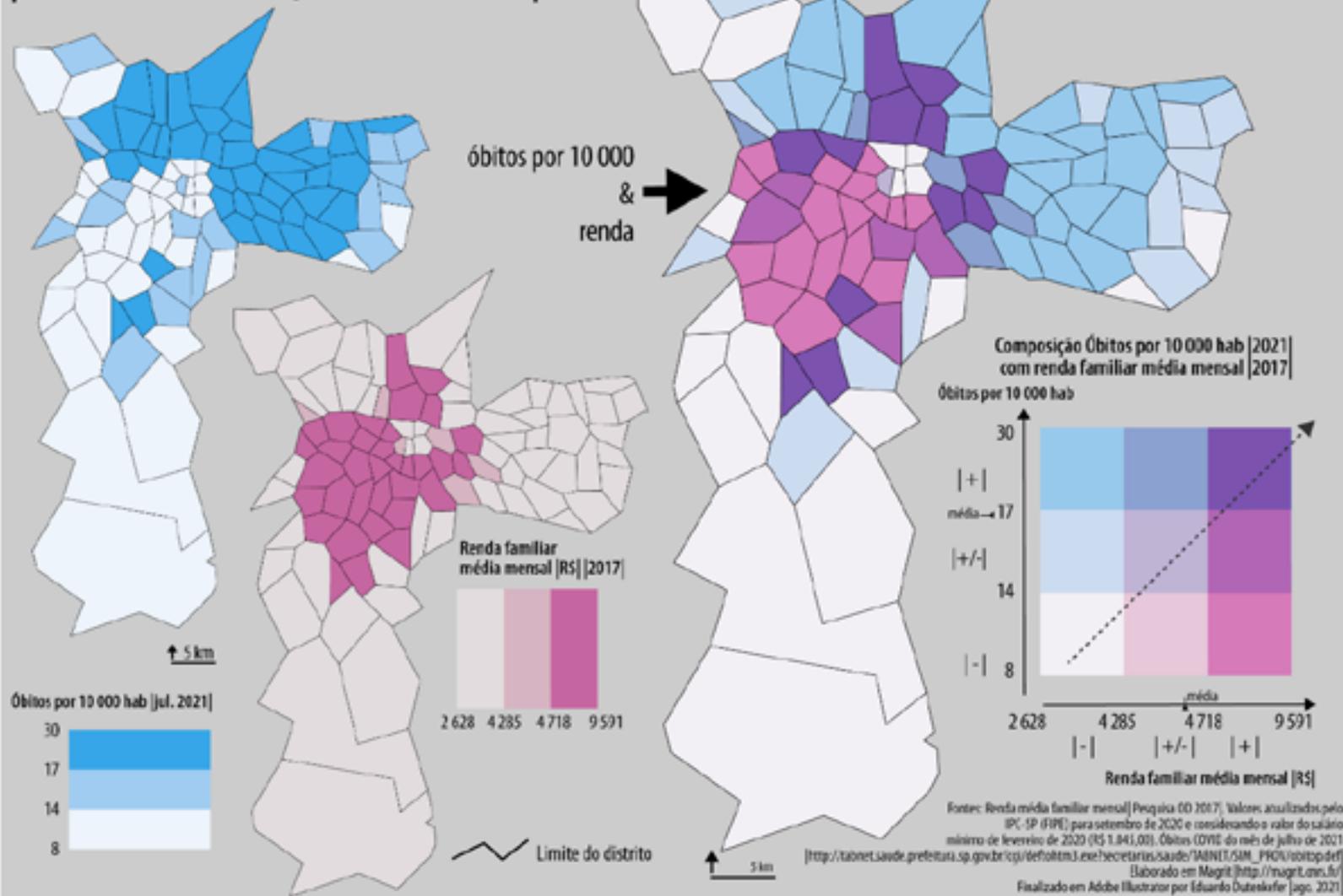


Figura 1 – Renda familiar e óbitos por Covid (Distritos do município de São Paulo).
 Fonte: Renda média familiar mensal (Pesquisa OD 2017). Valores atualizados pelo IPC-SP (FIPE) para setembro de 2020 e considerando o valor do salário mínimo de fevereiro de 2020 (R\$ 1.045,00). Óbitos Covid do mês de julho de 2021.

Convém lembrar que a renda é um importante marcador da localização da moradia e essa situação é definida numa relação entre a renda familiar e o preço do metro quadrado do solo urbano definida pela mediação do mercado imobiliário. Essa correlação renda-lugar da moradia está definida por relações contratuais claras que escondem, de um lado, a exploração do trabalho (sob o contrato de trabalho que define o salário, ou na atualidade sua ausência produto da fragilização dos direitos) e, de outro, a mercantilização do solo urbano na cidade produzida como mer-

cadoria que se realiza no seu valor de troca, pela mediação do mercado, posto que o espaço é objeto de compra e venda.

Desse modo, os acessos aos usos dos espaços-tempos da vida são definidos pela lógica da reprodução e subsumidos à propriedade privada de um pedaço do espaço para construção da habitação ela própria produzida sob a forma da mercadoria (com acesso definido no mercado e acentuado pelo lugar de cada um no processo de produção do capital). Aqui se confrontam o valor de uso (o espaço da realização da vida e, improdutivo do ponto de vista econômico) e o valor de troca (o espaço produzido sob a determinação do capital, logo produtivo). Essa contradição molda o habitar e o modo de vida tecendo relações sociais com características próprias dependendo da localização de cada grupo social no espaço e onde se desdobram os conflitos da produção do mundo da mercadoria. A renda associada às condições de trabalho faz da periferia um lugar da presença, em grande escala, de moradias destituídas de condições condizentes com uma vida digna. Pode-se constatar que: a) na periferia se localiza o maior número de domicílios em favelas que acompanha o maior contingente de indivíduos no emprego informal (flutuante, sem garantias institucionais e com rendas mais baixas); b) na periferia os lugares de moradia apresentam uma infraestrutura de serviços urbanos como rede de água, esgoto, deficientes ou quase inexistentes. Como decorrência aí se encontram os menores preços de metro quadrado de solo urbano, em relação direta ao trabalho acumulado nessas áreas, o que pode ser medido pela presença de infraestrutura urbana; c) a localização da moradia periférica vem acompanhada por gastos maiores de tempo de deslocamento casa-trabalho tempo esse subtraído do tempo de não trabalho. A essa condição se associam maiores custos com transporte para um contingente que recebe as menores rendas; d) a mobilidade mediada pela distância casa-acesso aos pontos de transporte público (trem, metrô, ônibus) são aí, também maiores definindo os tempos fora do âmbito do trabalho; e) nesses lugares se encontram os maiores índices de mortalidade infantil em razão das condições de vida. Todavia, o dado mais dramático e esclarecedor do sentido da desigualdade é que nessas áreas da cidade se encontram as menores médias de idade ao morrer. O gradiente dessa diferença entre áreas centrais-áreas periféricas chega a 23 anos; nos bairros de altas rendas vive-se em média 81,7 anos; na periferia a média é de 58,3 anos.

A Figura 2 representa a distribuição dos preços do solo urbano no município permitindo constatar a relação do preço do solo urbano-renda como definidor da localização da moradia de onde se tecem as relações cotidianas definindo o espaço- tempo através do uso. Essa equação entre o lugar e o tempo de trabalho aí acumulado, qualifica o que aparece, genericamente, como precariedade da vida.

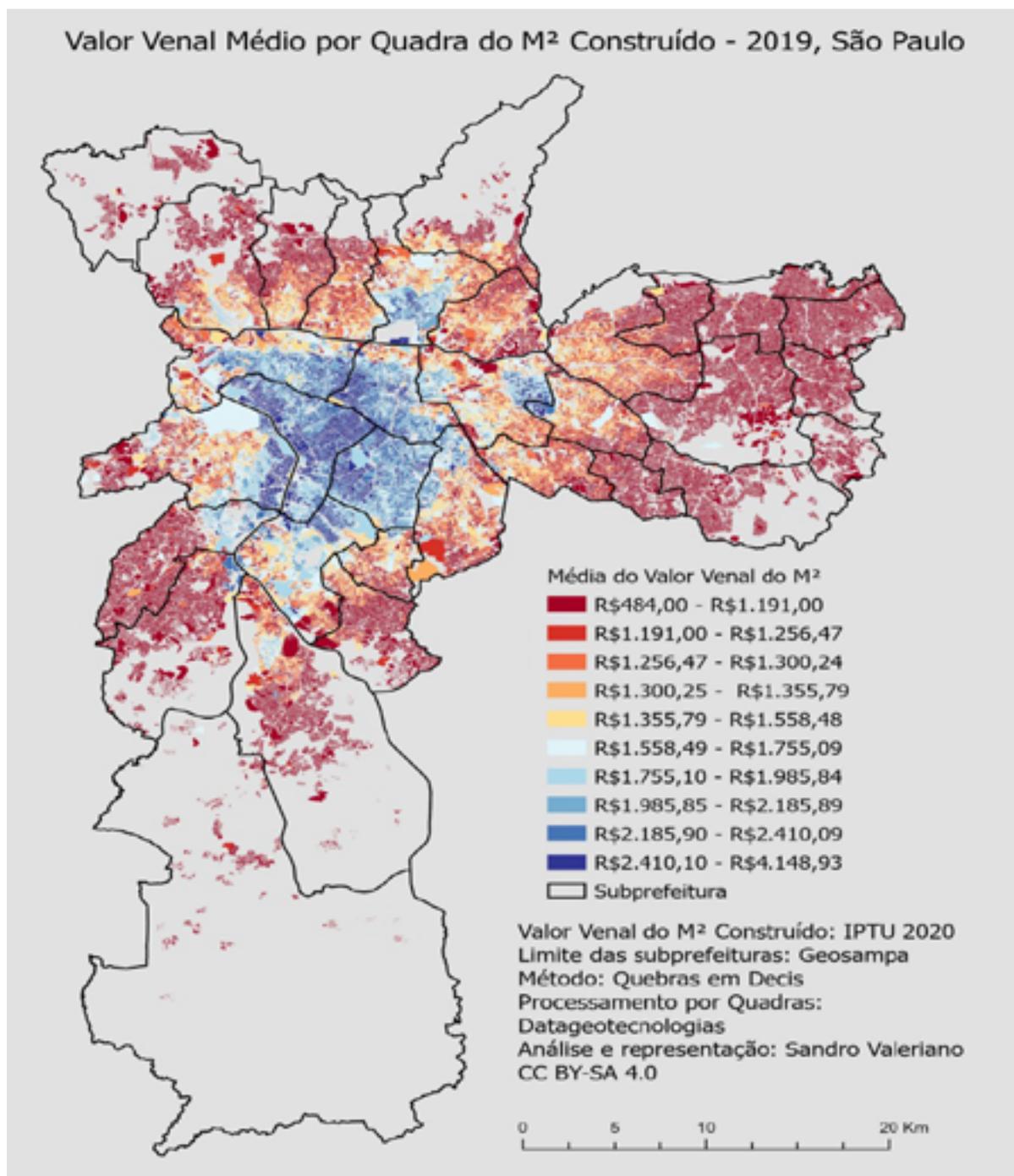


Figura 2 – Valor Venal Médio por quadra do m² construído - 2019 - São Paulo.
 Fonte: Sandro Valeriano.

Nesse momento de pandemia essa localização é definidora da incidência do vírus. A localização periférica indica maior tempo de deslocamento para uma parcela da sociedade que deve se deslocar pela cidade para o trabalho, pois nem todas as atividades foram suspensas pelo distanciamento social como estratégia para impedir a propagação do vírus. A baixa renda também indica a precariedade na vivência da pandemia. Nos lugares onde domina a precariedade da habitação e onde o trabalho informal e o desemprego são maiores os “direitos em relação aos cuidados em tempos de pandemia” também se fizeram precariamente. Vai se tecendo, assim, uma diferenciação no uso-acesso ao espaço urbano-incidência e atuação ante a pandemia. Portanto, nessa sociedade desigual os direitos (exposição ao vírus, tratamento, quarentena) serão também desiguais. No plano espacial essa desigualdade encontra seu fundamento na existência da propriedade privada como embasamento da produção social do espaço urbano no capitalismo e se expressa, formalmente, na segregação promovendo a separação entre grupos sociais no espaço urbano descontínuo. A segregação como forma da desigualdade espacial indica os acessos diferenciados à cidade – e tudo que isso implica-produz – sinalizando a contradição centro-periferia. O centro organiza o entorno e hierarquiza a periferia. Convém lembrar que, para Lefebvre (1973, p.23-4), apesar de importante, a relação conflitual centro-periferia não é única e subordina-se à relação conflitual entre a fragmentação do espaço e a capacidade global das forças produtivas. A fragmentação do espaço subordina-se, como apontado neste capítulo, à forma da propriedade privada do solo condição da produção do espaço-mercadoria que, ao desdobra-se em valor de uso e de troca, produz a segregação socioespacial. Definida pela justaposição hierarquia social/hierarquia espacial, numa prática espacial marcada por apropriações privadas, o cidadão é confrontado com a miséria vivida e percebida através do corpo (com a exacerbação da vigilância-violência do narcotráfico) pelos poderes coercitivos constitutivos da sociedade capitalista e autoritária que vivemos.

Na representação cartográfica esboça-se, de forma clara, essa distribuição diferenciada dos indicadores entre áreas centrais e periféricas sem, contudo, apresentar, em cada uma dessas duas áreas, uma homogeneidade absoluta (tanto entre uma e outra, quanto em cada uma). O que explica

a localização da classe média nas franjas periféricas é o crescimento do mercado imobiliário que diante da “raridade² de solo urbano incorporável” nas zonas centrais estenderam seus tentáculos em direção a periferia da macha urbana criando condomínios fechados e homogêneos em si. Por outro lado, no centro da metrópole encontramos quatro bairros de baixa concentração de renda e baixos indicadores sociais: Sé, Braz, Pari e Bom Retiro. É, todavia, nas franjas da mancha urbana que se localiza um maior contingente social de destituídos-despossuídos (das condições de vida digna) revelador do grau da desigualdade.

Mas a renda que vem do trabalho, em época de pandemia, não só define o mercado da moradia como determina dramaticamente o aumento das pessoas que passam fome³ colocando o Brasil, novamente, no mapa da fome. Os jornais têm estampado, em todo o país, o aumento dos “furtos de comida” em supermercados (trazendo como decorrência a presença constrangedora de correntes com cadeados, trancando os freezers de carne) de baixo preço, expressando a face real dessa situação. A foto estampada nos jornais⁴ de uma mãe presa na porta de um supermercado acusada de furto de miojo e Coca-Cola, para alimentar seus filhos, é o exemplo

2 A raridade do espaço manifesta-se na metrópole em áreas específicas. No centro ou nas proximidades do centro. Podemos dizer que o fenômeno da raridade é concretizado pela articulação de três elementos inseparáveis: a existência da propriedade privada de terrenos urbanos que orienta a ocupação, a centralidade do capital e as novas atividades econômicas que não podem ser localizadas em qualquer lugar da metrópole, e o grau de ocupação (índice de construção) da área em todo o espaço da metrópole. A ideia de escassez está também associada à necessidade de um novo padrão de construção, apoiado por uma rede específica de circulação e comunicação, porque o ciclo do capital envolve, em cada momento histórico, condições diferenciadas para a sua realização.

3 “Segundo Sonia, a pandemia mudou bastante a vida, uma vez que ‘quem ajudava com o pouco que tinha não pode mais ajudar’. ‘Os vizinhos e amigos estão passando necessidade como eu passo. Se já faltou comida? Já, claro. Várias vezes. Às vezes tem um ovo pra três. Divido por todos, um pinguinho pra cada um. É um ovo pra três, e fico com fome. E, nessa pandemia, quem tem pouco não vai dar pra alguém. Durmo sem saber se vou ou o que vou comer no dia seguinte’, lamenta”. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/rj-e-um-ovo-para-3-e-fico-com-fome-conta-sonia-na-luta-por-comida>>.

4 1º de outubro de 2021

notório de como os direitos entram na prática social, desigualmente.⁵ São também marcantes as fotos de mulheres em fila nos pontos de distribuição de comida ou nos caminhões de lixo. Em todos os lugares os dejetos descartados do processo de produção de refeições como ossos e carcaça de peixe, pés de galinha se transformam em novas mercadorias ocupando a prateleira dos supermercados da periferia. O sistema jurídico garante essa lógica. A fome tem caráter produtivo.

A Figura 3, a seguir, representa, espacialmente, a síntese de uma reunião de “indicadores sociais” permitindo visualizar a articulação da política do Estado no espaço através da distribuição do orçamento público que se volta para áreas específicas que aqui, coincide com as áreas onde o preço do metro quadrado é mais caro, exatamente porque recebe mais investimento acumulando trabalho nessas áreas. É interessante aludir aqui alguns dados apresentados no “Mapa da desigualdade”⁶ elaborado para São Paulo pela rede “Nossa São Paulo”, pois esse corrobora, de modo significativo, a diferenciação espacial representada nas Figura 1 e 2 deste capítulo, ao apontar que na periferia se encontra: a) a maior quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (até um quarto do salário-mínimo em dados coletados em 2013, pela prefeitura de São Paulo), b) os maiores contingentes de trabalhadores informais; c) a concentração de negros e pardos é maior⁷ do que nas áreas centrais, como consequência de uma sociedade

5 Ela compõe o universo dos 19 milhões de brasileiros que passam fome, segundo dados de 2020 da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), contra 10,3 milhões em 2018 “Estima que 55,2% dos lares brasileiros, ou o correspondente a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 e 9% deles vivenciaram insegurança alimentar grave, isto é, passaram fome, nos três meses anteriores ao período de coleta, feita em dezembro de 2020, em 2.180 domicílios. Agência Brasil, Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

6 Dados do Mapa da desigualdade, rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/11/05/mapa-da-desigualdade-2019-e-lancado-em-sao-paulo/>>, versão 2020.

7 Os dados apresentados têm por fonte Prefeitura de São Paulo, documento Observasampa. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/periodo_eleitoral.html?q=observasampa>. Acesso em: 5 out. 2020.



escravista.⁸ A representação cartográfica permite visualizar a forma das diferenciações socioespaciais expressa num padrão centro-periferia cujos conteúdos necessitam ser formulados no seio de uma sociedade de classe marcada pela hierarquia socioespacial onde os cidadãos participam de forma desigual da distribuição da riqueza gerada pela sociedade presenciada nos acessos desiguais à cidade, como produto social, subsumida ao capital. Portanto é necessário nos interrogar sobre o que se esconde através dos fatos ou da representação dos dados.

8 Três subdistritos exemplificam a situação da periferia de modo paradigmático: a) em Sapopemba, 7,37 dos domicílios não se encontram conectados à rede de esgoto; 0,07 é a taxa de trabalhadores formais (enquanto a média do município é de 0,40) e 1.935 moradores vivem em situação de extrema pobreza; b) no distrito da Brasilândia com uma população de 281.977 pessoas, apenas 12,39% dos domicílios são ligados à rede de esgoto e a taxa de emprego formal é de 0,04. Aqui, 18.030 vivem em situação de extrema pobreza com uma renda de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo; c) no Grajaú moram 390.096 pessoas, com, apenas, 27,42 % dos domicílios ligados à rede de esgoto, e o índice de trabalho formal é igual ao anterior (-0,04) e uma população de 23.445 vivendo em extrema pobreza. Dados da Prefeitura de São Paulo, acesso 6 de setembro de 2021.

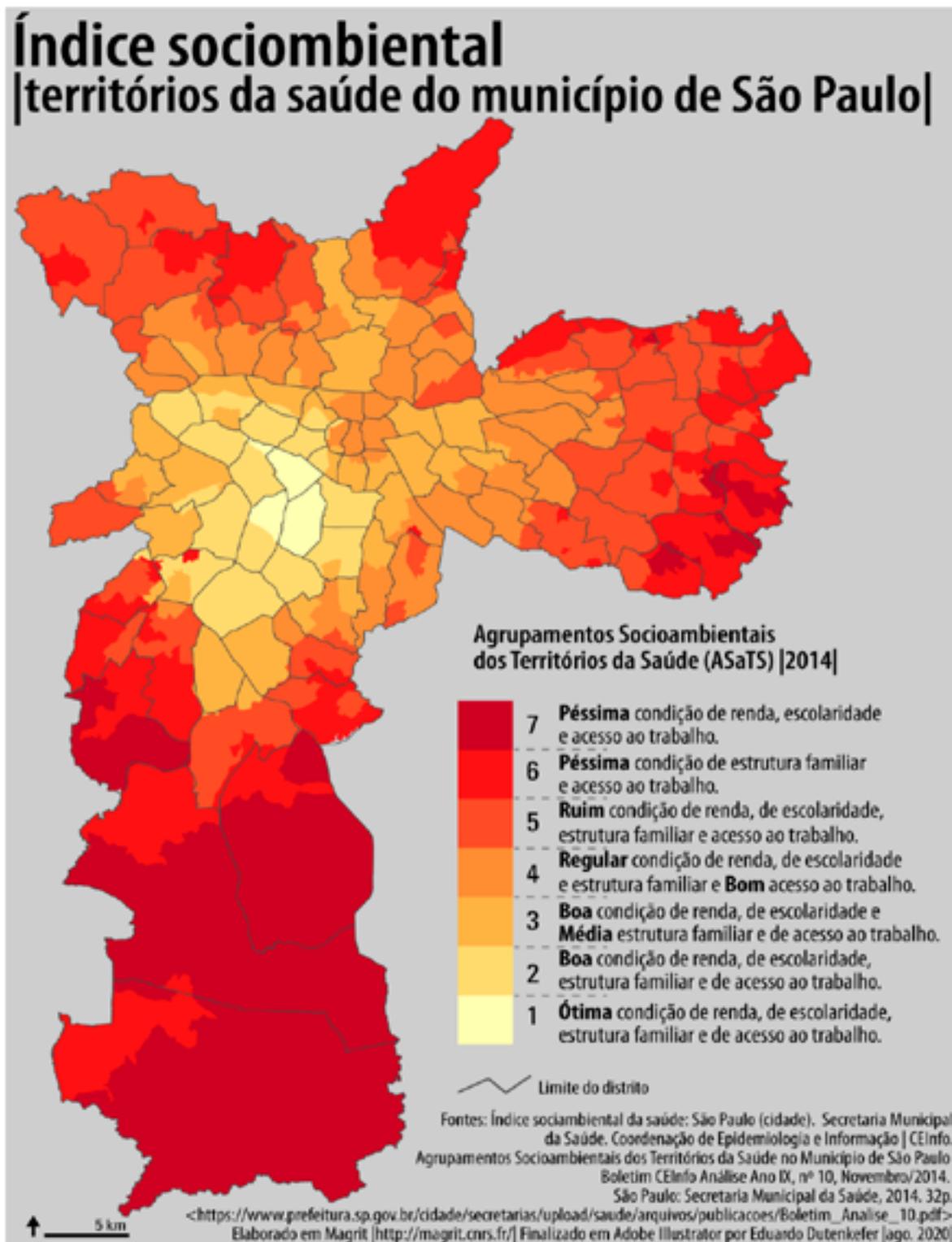


Figura 3 – Índice socioambiental (territórios da saúde do município de São Paulo).

Fonte: Índice socioambiental da saúde: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação | CEInfo. Agrupamentos Socioambientais dos Territórios da Saúde no Município de São Paulo Boletim CEInfo Análise Ano IX, nº 10, Novembro/2014.

5 km São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2014. 32p.

Encontrando os fundamentos dessa situação: a produção do espaço urbano e a equalização do diferente

Do ponto de vista da geografia crítica, o ponto de partida da compreensão da realidade se situa nas contradições do mundo moderno situadas no movimento do processo de (re)produção do espaço a partir da constatação de que não existe uma sociedade a-espacial. Nesse sentido, todas as relações sociais se realizam num lugar determinado como aquele da ação social conferindo centralidade ao conceito de produção do espaço como produto social. Nesse sentido, o conceito permite conceber que as relações sociais produtoras do humano que se concretizam como relações espaço-temporais, através de modos de uso imemoriais, revelam a sociedade como sujeito produtor iluminado uma produção social. Portanto, no plano da investigação, o foco geográfico ilumina a sociedade produtora do espaço, a sua imagem, semelhança e lógica (Carlos, 2001). Nessa direção, a análise geográfica permite superar análises simplificadoras sobre a cidade: a) reduzida a palco da ação e conseqüentemente, como uma folha em branco sobre a qual se desenham planos urbanísticos; b) ou numa outra vertente analítica que trata a cidade como de sujeito da ação, orientando seu futuro como entidade autônoma da sociedade. Nesse sentido, a cidade, naturalizada e presa à forma espacial, perde seus conteúdos abrindo na investigação sobre o urbano um imenso campo cego. Nessa condição a investigação contribui à produção ideológica do saber obscurecendo a sociedade desigual produtora de espaços desiguais sob a lógica do processo de valorização do capital. Quando se perdem os fundamentos que sustentam e justificam a desigualdade social – a sociedade de classes e a propriedade privada e concentrada da riqueza social, associada ao poder político – abstêm-se da crítica ao Estado portador das condições necessárias à produção do capital.

Nessa perspectiva encobre-se a estratégia que torna a cidade fonte dos investimentos públicos encobrendo as alianças entre setores privados da economia e o poder político que atua a favor do capital. Tudo se passa como se não existissem contradições sociais profundas vindas da

história da constituição da sociedade sob o capital. Como consequência, o projeto social de mudança das situações de privação vividas numa sociedade desigual se resolveria no plano da lógica do capitalismo comandada pela ação do Estado.

Diante dessa condição cegante da investigação, o que se deve iluminar? Que o espaço produzido sob a orientação da lógica capitalista apresenta um conflito brutal, fundado na contradição entre o espaço como uso (espaço apropriado para a realização da vida) e aquele produzido sob o signo do valor de troca. Nessa conjuntura o espaço é fragmentado e vendido aos pedaços no mercado compondo o circuito de reprodução da mercadoria (com isso realizando a propriedade) indicando o tempo e o ritmo da prática orientada pela lógica da acumulação. Assim, na escala do lugar e do cotidiano, se confrontam o valor de uso (o espaço improdutivo da vida) e o de troca (o espaço produzido sob a determinação do capital), e é onde se desdobram os conflitos da produção do mundo da mercadoria. Portanto, em sua especificidade, o espaço como produção da sociedade capitalista contém a lógica da mercadoria. Essa contradição molda o habitar cujo acesso se desdobra da contradição capital-trabalho que se realiza no processo estrito de produção e se expressa em todas as esferas da vida – definindo o modo de morar a partir das condições de seu acesso.

Essa determinação espacial tem como primeira forma a moradia. Desse acesso inicial do indivíduo ao habitar (condição de sua reprodução) como ponto de fixação no espaço articulam-se, constroem-se e hierarquizam-se outros lugares capazes de responder a satisfação das necessidades imperativas da realização do sujeito através das ações que sustentam e permitem a vida. Trata-se das relações entre a casa e a rua, portanto da articulação de espaços privados e espaços públicos, lugar de trabalho e lugares de lazer, e, num plano que se amplia, temos o bairro e a metrópole etc.

A distribuição diferenciada da renda em seu desdobramento espacial hierarquiza os sujeitos, diferenciando-os através da mediação do mercado fundado na propriedade privada da riqueza.⁹ Esse é o fundamento da

9 A drástica concentração de renda constatada no período de 2014 a 2019 aponta o tamanho da diferença. A medida pela variação da renda do trabalho indica uma diminuição de 17,1% na faixa da população que contempla os 50% mais pobre; uma diminuição de 13% na classe de renda média que corresponde a 40% da população.

segregação socioespacial iluminando a hierarquia social, portanto de classe, que se realiza através da hierarquia espacial que estrutura a sociedade desigual. A produção do espaço como uma mercadoria é, portanto, fonte de criação de mais-valia, aparecendo como conteúdo da urbanização contemporânea ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca. Sob essa condição, determina formas e modos de uso. Desse modo, o uso dos espaços-tempos da vida é definido pela lógica da reprodução e subsumido à propriedade privada de um pedaço do espaço para construção da habitação ela própria produzida sob a forma da mercadoria. Com isso, as relações de produção da mais-valia definem as relações sociais fora do âmbito da produção *estrito sensu* das mercadorias clássicas, como mesas e cadeiras, dominando a vida cotidiana e as relações sociais que a definem em sua totalidade.

Esse processo vem acompanhado pelo desenvolvimento da propriedade como condição da realização da vida – no ato de trabalho e na vida cotidiana – elevada juridicamente ao plano do direito. Portanto, propriedade privada e sua concentração definirão o lugar de cada um no processo produtivo e, conseqüentemente, na distribuição de seus frutos. Esse movimento, em seu desdobramento, define o lugar de cada um no espaço urbano. É assim que, em “nome da propriedade”, constata-se, em meio à pandemia, o aumento do número de despejos por todo o Brasil (daqueles que compraram imóveis e não conseguem pagar as prestações do financiamento), ao mesmo tempo em que continua a retomada de imóveis “ocupados” pela parcela da sociedade sem acesso ao mercado imobiliário que vão ocupando áreas vazias no tecido urbano.¹⁰

Todavia a variação da renda do trabalho indica posição inversa na faixa de renda superior da sociedade- correspondendo a 10% da população – onde se constata um aumento de 13%.

10 Tal situação fez germinar por todo o Brasil uma luta vitoriosa pelo fim dos despejos em meio à pandemia. Segundo dados no site da campanha “despejo Zero”, entre agosto de 2020 e 2021, 19.875 famílias foram despejadas, representando um aumento de 310% em relação às 6.373 famílias despejadas no período anterior, no Brasil. No mesmo período houve um aumento de 495% no número de famílias ameaçadas de perder a residência de passando de 18.840 para 93.485. Essa ação deu origem a campanha nacional “Despejo Zero” com apoio internacional visando à suspensão de qualquer atividade ou violação de direitos, sejam elas fruto da iniciativa privada, se-



A propriedade privada como fundamento esclarece que o acesso à moradia se define pela mediação do mercado sob a forma contratual como troca de equivalentes que realiza a equalização do diferente. O que significa dizer que a vida se qualifica através dos atributos do capital onde os indivíduos se reconhecem como proprietários (Marx, 1975) da moradia, da força de trabalho, do dinheiro, de bens de todos os tipos, atravessados pela lógica da troca de equivalentes (relação abstrata que permite e sustenta a acumulação capitalista além de encobrir a exploração que dessa decorre) sedimentando as relações sociais encobrindo que se trata de uma equivalência de não equivalentes. A equalização do diferente – como movimento do processo de abstração – funda essa sociedade e se desdobra na produção do espaço como condição de realização da vida. Isso porque, em sua forma abstrata, a propriedade privada aparece como direito inquestionável definindo a subjetividade das relações capitalistas encobrindo a violência por trás de sua existência. É assim que o Estado pode usar de seu braço armado para expulsar – sob o fundamento jurídico – os ocupantes das áreas subocupadas ou vazias do espaço urbano sob o argumento de que agem como invasores “ao arrepio da lei”, o que justifica a “força bruta empregada” para sua expulsão. A cadeia de equivalentes se expande na sociedade, incluindo outras cadeias, impondo sua lógica.

[...] segundo Marx e estendendo sua investigação, uma primeira cadeia de equivalências (forçadas), a mercadoria, cadeia na qual cada elo remete a todas as outras. Apesar de infinita, essa cadeia tem porém, no seu horizonte, um termo final, o equivalente geral, o ouro. Seria a única cadeia de equivalências? Não. Nossa análise já apreendeu outras: os signos e a linguagem, a lógica, a lei, o contrato, a moral, o trabalho, o cotidiano e talvez mesmo, no horizonte, a equivalência suprema: a morte. Sem esquecer das lições e das funções da filosofia e da história. O Estado? *Ele pronuncia a equivalência das diversas cadeias de equivalências. Ele as identifica nele e dentro dele (abaixo dele), num conjunto ao mesmo tempo homogêneo e fragmentado.*

jam de pública, como vem ocorrendo no Brasil. O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib) que em 27 de julho de 2021 apontava a alta inadimplência enfrentada por mais de 60% da população ativa no Brasil que não conseguia pagar pelos imóveis comprados fazendo crescer, como consequência, o número de propriedades retomadas pelos bancos.

Ele se define através delas e as define em si próprio. É assim que o Estado, ele próprio uma abstração dotada de terríveis poderes concretíssimos – o poder político, a gestão, o exército, etc. – promove a existência concreta das abstrações. Ele engendra, em suma, a maior cadeia de equivalências (fictícias), o sistema mundial do Estado. (Lefebvre, 1977, p.58)

Desse modo, o papel do Estado é centralizar a acumulação criando as condições de sua realização subsumindo a sociedade e suas instâncias. Num governo autoritário como o brasileiro não surpreende a ação da Procuradoria Geral da República (PGR) que ignora, justificando, as constantes violações do governo pela esfera do direito. Também se justifica a incorporação/expropriação/concessões de territórios – tornados intercambiáveis, portanto, entrando no universo da troca de mercadorias – sob o domínio do capital financeiro, desafiando a própria Constituição.

Essa cadeia de equivalentes desliza, assim, do processo produtivo de mercadorias à incorporação do espaço, como equivalente, e através desse, a vida cotidiana permeando as relações sociais sustentando-as real e ideologicamente, através da subjugação de todos os momentos da vida cotidiana atravessada pela dominação econômica e política. Desse modo, os conteúdos da prática socioespacial iluminam o confronto entre as necessidades da vida cotidiana e de sua manutenção e as estratégias da acumulação enquanto processo de valorização do capital (real, mas também fictícia), superando suas crises, pela mediação do Estado. É assim que, sob o discurso do crescimento, o governo vai criando as condições para que o processo de acumulação siga seu curso sustentada por alianças entre poder econômico-político. Uma lógica portadora da violência que, caracterizada pela ação das forças hegemônicas, reestrutura a ação do Estado em nome do capital e se impõe à sociedade ganhando visibilidade no espaço-tempo da vida cotidiana, numa prática que se faz com a negação do humano.

No seio do capitalismo a produção do espaço guarda os seus fundamentos: propriedade privada que sustenta a concentração de riqueza associada ao poder de uma classe hegemônica, derivando na contradição entre produção social (do espaço) e apropriação, é definidora das relações sociais na cidade de São Paulo, relações de desigualdade que atravessam a história assentada na diferenciação que transforma os indivíduos iguais

em indivíduos desiguais, assentada em direitos diferenciados ou inexistentes (ou existentes, mas que não entram na prática socioespacial). É assim que é necessário superar o discurso da vulnerabilidade que encobre a condição de exploração-despossessão.

A pandemia provocada pela propagação do vírus tem sua expansão espacial e intensidade definidas por questões sociais trazendo, como consequência, o aprofundamento da crise urbana provocada pela urbanização periférica a partir das situações de dependência realizada com altas taxas de exploração do trabalho e jogando um grande contingente no mercado informal e no desemprego. Em sua dialética, a pandemia, como as guerras, tem um caráter produtivo. A morte, a devastação e a miséria vêm acompanhada pelo aumento de lucros estrondosos em setores específicos como aquele dos planos de saúde (onde o caso da Seguradora Prevent Senior é esclarecedor) na indústria farmacêutica, nas estratégias de compra de vacinas etc., revelando o momento em que o sistema de saúde se transforma numa mercadoria e, nessa condição, guardando influência na definição de “quem vive ou morre” em nossa sociedade. Essa estratégia tem apoio em políticas públicas/projetos de lei no governo atual que distribui desigualmente o orçamento público que socorre bancos, destrói os controle e fiscalização na Amazonia abrindo novas fronteiras de acumulação (aproveitando o foco da mídia na pandemia), ao mesmo tempo em que destrói as estruturas sociais de controle a pandemia.

A urgência e a perda do futuro

A pandemia provocada pela Covid-19 expõe a realidade em sua crueldade iluminando a crise urbana que se verticaliza, dramaticamente, na proporção inversa àquela da concentração da riqueza que aumentou no período para a pirâmide mais alta de rendimentos. Em seu conjunto acentua: a) a privação do urbano vivida como precarização a partir dos acessos desiguais aos espaços-tempo da vida urbana; b) o estreitamento da dimensão do humano na subordinação da vida às formas da realização das frações de capital na totalidade do processo de acumulação sob o neo-

liberalismo;¹¹ c) na prática cotidiana da indiferença e da privação imposta pela naturalização da desigualdade decorrente da concentração de renda que acompanha a história brasileira, e se vê agravada pelo modelo neoliberal de desenvolvimento que tem rebatimento direto no modo como essa concentração hierarquiza a sociedade no espaço, produzindo a cidade segregada (social e espacialmente). Essa realidade, todavia, se impõe diferencialmente à sociedade.

Por sua vez, a pandemia encontra uma profunda crise política multiplicando o drama social no Brasil sob a lógica do Estado autoritário. Não é sem sentido que, durante a pandemia, o Estado segue com as políticas que fazem avançar a acumulação¹² sustentado no discurso do mercado, uma sombra que ronda a sociedade. Em seu nome, criam-se políticas públicas iluminando a aliança neoliberal, que desafia o “direito a vida” universalmente reconhecido – direito esse que se eleva acima das carências e necessidades primárias de sustentação da vida. Assim a condição subal-

11 Relatório da Cepal, publicado em maio de 2020, sobre a pandemia, teceu importante panorama sobre a situação das chamadas “populações em estado de pobreza” sustentando a necessidade da elaboração de políticas públicas capazes de mitigar essa situação em toda a região da América Latina e Caribe. Uma delas foi o auxílio emergencial que, no caso brasileiro, foi concedido com dificuldade e depois de muito debate entre o governo e o congresso atrasando sua vigência e penalizando os mais pobres. Quando finalmente o governo, pressionado pela sociedade, estabeleceu um auxílio emergencial no valor de 113,32 dólares (câmbio de 14 de setembro de 2020) ele era um valor três vezes maior do que a proposta sustentada pelo governo. O auxílio emergencial, todavia, chega àqueles que necessitam (são 66,2 milhões o número de brasileiros beneficiados) de forma desordenada e desrespeitosa obrigando uma imensa parte da sociedade a fazer fila na porta dos bancos – aí passando dias inteiros sem a certeza de conseguir recebê-lo – e sem quaisquer precauções com o isolamento social.

12 Essa estratégia vai ganhando corpo no território brasileiro como um todo. O governo de São Paulo, por exemplo, segue a cartilha neoliberal e, em meio à pandemia, apresenta seu projeto de implantação de uma “Gestão Pública Moderna e Eficiente” através de um conjunto de metas das quais se destaca a de “extinção de 1.000 unidades administrativas, com um programa de Demissão Incentivada os cortes poderiam atingir 5.600 funcionários públicos segundo o líder do governo revela que PL 529 deverá retirar R\$ 736 milhões das universidades“ (25 set. 2020), Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3847-deb-pl529>>. Acesso em: 6 out. 2020.

terna da sociedade, como reprodutora mecânica da acumulação, amplia as condições da privação vivida tornando-se mais visível na prática urbana profundamente desigual, marcada pela segregação socioespacial. É por esse motivo que o vírus, ao atingir desigualmente a sociedade, aprofunda a crise social também de forma desigual. Essa situação também sinaliza que os direitos também são vividos de forma desigual

A desigualdade se aprofunda, na pandemia, com exigências novas. No tempo do aqui-agora é preciso criar condições que permitam a manutenção da vida, exigindo ações rápidas como a expansão do sistema de saúde para atender os infectados, a suspensão das ações de despejos, a regularização das ocupações urbanas que garantem, mesmo que precariamente, a moradia, a criação-manutenção de um auxílio emergencial etc. Assim as ações que privilegiam a acumulação contra o social são vividas na prática. O neoliberalismo leva ao limite parcela significativa da sociedade abrindo caminho à barbárie. Esse tempo escancarado pela pandemia é aquele da urgência, e tem por conteúdo a destituição das condições da vida humana na medida em que mantém parcela significativa da sociedade presa à sobrevivência sem moradia/comida/sistema de saúde/vacina. Esse tempo também se caracteriza pela falta de perspectiva que semeia a descrença, isto é, a “perda do futuro”.

O plano teórico será, portanto, invadido pela tragédia urbana que desafia a vida. Todavia, envolto pelo “aqui e agora” imposto pela barbárie da vida, esse pensamento se vê também prisioneiro da lógica neoliberal. Nesse horizonte ignoram-se as contradições que fundamentam a crise provocando a naturalização do conceito de desigualdade, reduzido àquele de precariedade e vulnerabilidade. Essa situação vem agravar o imenso “campo cego” que habita a investigação sobre o urbano e a cidade, e hoje, por exemplo, ignora o papel da propriedade no fundamento da desigualdade. Desse modo, se olhar para o futuro, significa mergulhar no presente para nele encontrar as brechas capazes de criar as condições nas quais despontam as possibilidades de mudança; trata-se, todavia, de encontrar as contradições e ações que se elevam como barreira a essa realização que estão na origem e fundamento da desigualdade socioespacial. Exatamente porque as ciências humanas estão presas à urgência que aprisiona o homem às condições de sobrevivência animal – no sentido em que reduz a

vida à simples condição de se manter vivo – o enfrentamento do campo cego – que produz ideologias e não conhecimento – se coloca hoje como um grande desafio. A extrema fragmentação das ciências humanas e a banalização do conhecimento produz sua fetichização. A ciência que pretende conhecer o mundo produz o seu avesso. Por outro lado, a investigação é prisioneira do tempo da urgência, isto é, da extrema precariedade da vida consequência direta do desenvolvimento do neoliberalismo, agravado no Brasil por nossa condição de ex-colônia. Nesse sentido, o caminho propõe a inversão do proposto por Marx, segundo o qual “a questão não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo”? A fé hoje nas instituições do Estado e no Estado como caminho da transformação, aprisiona a análise sobre a superação da crise urbana.

Certamente, no tempo da urgência é mister pensar a) na necessidade do resgate da democracia como condição básica; b) na inversão do modelo de governo que privilegia o crescimento em detrimento da vida; c) na ampliação das ações de solidariedade fortalecida e reunidos na construção da luta pela democracia; d) em projetos de distribuição de renda; e) na construção dos direitos sociais bem como sua materialização através da criação de amplos sistemas de proteção capazes de garantir o direito à vida. No tempo presente da urgência é necessário ajuizar como redistribuir recursos para “salvar vidas”. Todavia, como decorrência, a compreensão, imersa na situação presente, esboça-se no horizonte a aposta na criação de políticas públicas visando mitigar as condições de extrema pobreza e desigualdade anunciadoras do aprofundamento da crise social. Prisioneira da urgência, a investigação urbana vive uma “virada pragmática”. A conquista por direitos através da construção de políticas públicas, todavia, tem mostrado sua insuficiência – a história brasileira guarda seus testemunhos. Todavia, a exigência de uma orientação pragmática asfixia o pensamento teórico. Assim, a crise no plano da práxis é acompanhada por *uma crise do pensamento teórico* fragmentado e aprisionado à lógica imposta pela urgência numa universidade capturada pela lógica neoliberal que banaliza o conhecimento como compreensão necessária à construção do projeto de “mudar a vida, radicalmente” como o negativo do capital.

Uma justificativa dessa “virada pragmática” se faz em nome da crítica à inação do chamado “marxismo clássico” – como se houvesse nele

uma homogeneidade diante da crise vivida no presente. Para Soja (2010), a *démarche* intelectual deve debruçar-se sobre um plano de ação capaz de apoiar os movimentos sociais localizando-os no seio (e orientação) do Estado. Volta-se para políticas redistributivas aí localizando as possibilidades de transformação da sociedade. Todavia, encobre-se que a desigualdade, vivida concretamente no espaço urbano, apontando a pobreza e a escassez, ilumina uma contradição nova: o aprofundamento da crise no presente aumentando a expropriação-desposseção não só dos bens necessários a produção da vida, mas da própria vida, aponta a privação do sentido da vida que aborta o futuro, quando fixado nas teias do presente. A busca por soluções emergências abandonando a necessidade de superar as condições que reproduzem, sob novas formas, o processo de acumulação do capital, situa-se no campo cego. Assim, esboça-se uma contradição. É mister diferenciar o tempo da urgência (que é aquele do presente, da necessária superação das barreiras que se erguem contra a vida) do tempo futuro que se abre ao devir social.

Desse modo, resolver os problemas que estão postos no presente exige trabalhar com a escala do espaço (produto social) e do tempo (da história). A dialética presente-futuro nos coloca dois movimentos: busca de alternativa para a urgência presente e o movimento em direção ao futuro. Esse não como alternativa ao que se vive, mas como o radicalmente outro do mundo dominado pelo capital. A inversão do modelo neoliberal exige a mobilização da sociedade, em sua totalidade, em direção a construção de um projeto de um outro mundo. Um projeto que vise a transgressão da ordem vigente. O que contempla uma crítica radical do direito e ao Estado. Como adverte Marx, os direitos humanos não libertam nem emancipam o trabalhador em relação ao capital. Assim, a conquista por direitos através da construção de políticas públicas mostra sua insuficiência, isto porque, como escreve Pachukanis (1988, p.13),

[...] a forma de subjetividade jurídica é derivada da forma mercadoria. O objetivo prático da mediação jurídica é o de dar garantais à marcha mais ou menos livre da produção e reprodução social que na sociedade de produção mercantil se operam através de um conjunto de contratos jurídicos privados.

Significa dizer que na prática democrática as lutas ampliam direitos, ou ampliam o sentido dos que existem, mas “quando os direitos ameaçam arranhar determinadas distribuição de riqueza ou do poder, os direitos humanos são varridos do cenário da própria sociabilidade burguesa”, como assevera Mascaro (2017, p.110). Desse modo, preso à urgência, o pensamento teórico perde a utopia. Assim, a grande tragédia causada pela pandemia ainda está por vir: é o desvio de um futuro possível como realização do humano impossível, hoje, sob a lógica neoliberal.

A dialética da urgência-utopia

Entre a urgência e a utopia podemos desenhar caminhos possíveis que passam, certamente, pela superação das condições vividas no tempo presente. O caminho pode ser escalonado através de lutas por direitos e a mitigação das condições de barbárie, por dentro do Estado (questionando suas ações) visando à manutenção dos direitos básicos com políticas distributivas capazes de manter os homens vivos (para fazerem história). Com isso a necessidade da construção de um campo democrático, visando proteger a vida e ampliando um conjunto de direitos, é urgente. Uma democracia radical, sustentada por direitos plenos e orientada pela justiça, em direção a uma sociedade construída com base na igualdade concreta e não abstrata, é parte integrante do movimento de mudança. Mas é preciso ir além. A barbárie imposta pela lógica neoliberal, que se realiza destruindo direitos, sinaliza a própria destruição do futuro, por isso deve ser superada, invertida, negada. Esse é o tempo do devir que deve orientar o projeto de mudança radical. O horizonte e a radicalidade da luta cotidiana e da teoria, que orienta o projeto metamorfoseando o mundo, deve focar a contestação do capitalismo como missão civilizatória. Nessa direção, pensamento e ação se abrem em direção à construção de um projeto de uma outra sociedade como manifestação poética cujo conteúdo é anunciado pelas apropriações dos espaços-tempos da vida constitutivas do humano desalienado. Aqui se localiza o fim da propriedade privada, da sociedade de classes, dos direitos e do Estado e o começo da história do humano como expressão plena de sua criatividade numa sociedade de iguais.

A geografia se abre para a esperança quando comprometida com o futuro da humanidade como o radicalmente outro do capitalismo. Penso que não há esperança se o pensamento se recusa a abrir-se ao impossível, se a utopia não orientar o sentido do conhecer-agir. “A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é a práxis como ato, ação, interação” (Marx apud Lefebvre, 1968, p.23). Separando-se da práxis (que contempla a utopia) a teoria submerge. O pensamento só é ação quando se propõe a compreender, na raiz, as contradições que produzem a desigualdade e aquilo que interdita sua superação levantando barreiras a realização do humano desalienado. A necessidade posta hoje é aquela da exigência de uma teoria urbana crítica capaz de realizar uma crítica radical ao capitalismo em seus fundamentos elevando-se para além de um projeto emergencial, pragmático e assistencialista, que perde o horizonte utópico de uma revolução total.

Nesse momento o projeto do possível-impossível apresentada por Lefebvre ganha centralidade focado na proposta de Marx sobre a necessidade da crítica radical ao capitalismo e da necessidade de pensar e imaginar uma sociedade radicalmente outra que a capitalista que repousaria

[...] sobre análises exaustivas: ele descobre um horizonte mais vasto, e sobretudo implica uma crítica da política em geral, dos partidos políticos em particular, do Estado existente e de todo o Estado. Somente um projeto global pode proclamar todos os direitos, determinando sua entrada na prática. [...] Se existe uma categoria predominante é aquela do possível e do impossível detectadas por transgressões: para alargar o possível, é preciso proclamar o impossível. A ação e a estratégia consistem em tornar possível, amanhã o impossível, hoje. [...] um projeto só tem sentido. (Lefebvre, 1973, p.47)

Desse modo, um projeto para Lefebvre só tem sentido a partir da orientação do impossível (que ilumina o que está oculto na realidade bloqueando a realização do ser humano) iluminando a via da transformação social global. Como apontou Marx, o projeto é teórico e prático.

Uma teoria crítica contempla a utopia. Essa não é um capricho, mas a exigência de um futuro a ser conquistado como momento de superação de todas as condições que tendem a produzir o “inumano”. Assim, o tempo da barbárie traz como exigência a necessidade de pensar um outro tempo:



aquele do dever, questionando e invertendo a lógica neoliberal, sem a qual não parece haver futuro humano possível.

Referências

AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MORONA, M. (Org.) *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BENSAID, D. *Cambiar el mundo*. Madrid: Catarata, 2004.

_____. *Les despossédés*. Paris: La Fabrique Éditions. 2007.

BOBBIO, N. *A era dos diretos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BOULOS, G. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. 3.ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BOUVIER, P. *Le lien social*. Paris: Gallimard, 2005.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. La ciudad como privación y la reapropiación de lo urbano como ejercicio de la ciudadanía. In: *Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica – El control del espacio y los espacios de control*, Barcelona, mayo de 2014. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ana%20Fani%20Alessandri%20Carlos.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

_____. Em nome da cidade (e da propriedade). In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. *Anais...*, Barcelona, 2016.

_____. Seriam as cidades rebeldes? In: *Geografia Urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direto à cidade e comuns urbanos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.



CHAUI, M. Democracia e sociedade autoritária. In: *Brasil: Estado social contra a barbárie*. Org. Jorge Abrahão de Castro, Marcio Pochmann. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

DARROT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, H. *La survie du capitalisme: re-production des rapports de production*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.

_____. *De L'État*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977. v.3 Le mode de production étatique, volume 3., Des contradictions de l'État moderne, volume 4.

_____. *De L'État*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. v. 4 Des contradictions de l'État moderne.

MARX, K. *El capital*. México: Siglo Veintiuno, 1975. El proceso de producción del capital, t.I, v.I.

_____. *Miséria da Filosofia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.

MASCARO, A. Direitos Humanos: uma crítica marxista. *Lua Nova*, São Paulo, n.101, ago. 2017.

_____. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, F. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.

PACHUKANIS, E. *Teoria geral do direito e marxismo*. Trad. Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PÁDUA, R. F. Produção estratégica do espaço e novos produtos imobiliários. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; PINTO, I. A. (Org.) *A cidade como negócio*. São

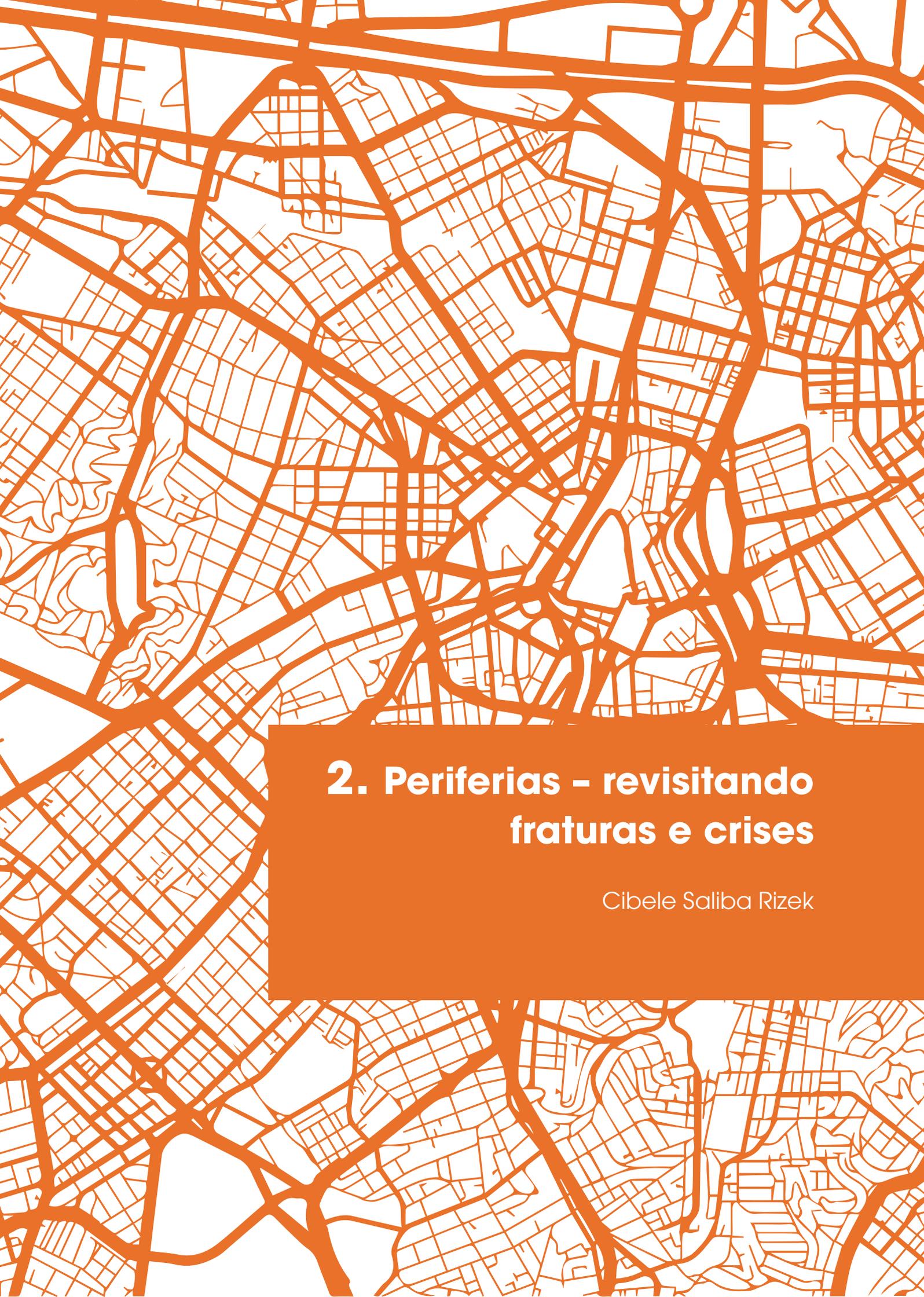


Paulo: Contexto, 2015. p.65-80. [Edição em inglês: *The city as a commodity*. São Paulo: Edições FFLCH. p.145-64].

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOJA, E. La ville et la justice spatiale. In: *Justice et injustices spatiales*. Paris: Presses Universitaire de Paris Ouest, 2010.

WRIGHT, E. O. *Como ser anticapitalista no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2019.



2. Periferias - revisitando fraturas e crises

Cibele Saliba Rizek



Este capítulo busca mapear deslizamentos, metamorfoses, modulações. tanto no solo concreto da vida urbana como na escala de um cenário que parece ter encerrado um longo ciclo de formação, abdicando de qualquer projeto civilizatório, ancorando-se numa sociedade desigual, sem possibilidade de remissão no horizonte de uma ou duas gerações. As duas pontas do argumento se encontram nos nexos entre as formas de exploração e dominação atualizadas no momento contemporâneo e as conformações dos modos de trabalhar e de viver das periferias, suas precariedades e no seu relativo silenciamento, sob o manto da constituição de públicos-alvo, populações governadas pelo *mix* de balas, bíblias, empresariamentos de si, individualizações, aprisionamentos e chacinas

Caderno de campo

“Cheguei num sábado de agosto em Cidade Tiradentes, depois de um ano e meio de pandemia. Mais uma vez me surpreendi pelo que não vi na última visita. Uma surpresa atrás da outra me esperavam. A primeira foi constatar uma ocupação que poderia ser classificada como completamente irregular, com alto risco de deslizamento, com corredores que se transformam em escadas de acesso a casas empilhadas, uma em cima da outra. A ocupação já estava lá por ocasião das últimas visitas a campo ainda que fosse inteiramente invisível aos meus olhos. Como a frente da avenida que dá acesso ao CEU é ocupada por uma nova e grande escola, era impossível enxergar esse aglomerado verticalizado à beira do córrego. Ao seu lado, há um equipamento cultural que visitei inúmeras vezes, assistindo a espetáculos e filmes, entrevistando trabalhadores. No entanto essa ocupação tinha se instalado há décadas, perdida num mar de casinhas horizontalmente dispostas e entremeadas por equipamentos cujo desenho emoldura a paisagem. O acesso às casas dessa ocupação não se faz pela avenida de maior movimento e visibilidade. É preciso subir uma ladeira

por uma rua que tem dois lados aí sim fáceis de serem diferenciados. De um lado – apesar das extensões e puxadinhos, completamente “formalizada” já que produzida como parte de um conjunto habitacional que compõe Cidade Tiradentes. O outro lado da rua, atrás de cada fachada uma trama verticalizada, totalmente “informal”, de risco, ilegal com entradas/escadas a cada 4 ou 5 casas que conduziam às casas de baixo.

A cena da chegada já enunciava a realidade da viração potencializada: do lado “formal” um lava-rápido que de rápido não tinha nada. Era um homem jovem e sem camisa lavando manualmente os carros ao som de um funk ensurdecidor.... Do lado “informal/ilegal/de risco” objeto da pesquisa com meus alunos do curso de Arquitetura de São Carlos.... uma loja de materiais de limpeza doméstica com o nome de Shoptime (nome fictício). A loja tem cartão de apresentação, está nas redes sociais e é de um senhor que aprendeu na internet a produzir o que vende em garrafas PET. Ele foi nosso guia na visita e nos levantamentos dessa ocupação que conta com mais ou menos 500 famílias e cerca de 2.000 pessoas. Ao lado da loja que contava com estantes bem-organizadas e cheias de garrafas com alvejante, desinfetante, águas perfumadas para limpeza entre outros produtos, uma casa/sala alugada para ... um templo pentecostal. Um pouco mais adiante um salão de cabelereiro aberto e com vários clientes. Nesse pedaço do bairro não havia sinal de pandemia em pleno agosto de 2021.

Começamos a visita com o seu Bernardo (nome fictício), dono da loja de produtos de limpeza, pelo lado do córrego para podermos ver o que era impossível perceber pelo ângulo da rua. O caminho era acidentado. Não há canalização, as margens acumulam muito lixo e uma boca de saída, embaixo da avenida estava obstruída. As margens eram ao mesmo tempo, depósito de lixo, esgoto e lugar de convívio de animais, como algumas vacas que foram as primeiras a nos receber. Alguns passos adiante chegaram os “irmãos” perguntando quem éramos e o que estávamos fazendo ali. Explicamos a eles o processo de levantamento das casas e famílias e seu Bernardo tranquilizou primeiro um único rapaz e depois todo um grupo deles, o que permitiu que pudéssemos constatar as transformações recentes do local. A aproximação mostrava que o pedaço tinha dono e que tínhamos sido notados desde a chegada. Das margens do córrego notavam-se muitos barracos instalados há pouco tempo, praticamente em cima do

córrego. Eram famílias que “saíram do aluguel” e não tinham para onde ir, sobretudo pelo desemprego e pelo alto custo dos aluguéis em relação aos rendimentos mensais. Havia assim, mesmo num pedaço pequeno de um bairro tão periférico como Cidade Tiradentes, uma cena cheia de desigualdades: casas de alvenaria, mais consolidadas e distantes do córrego, casas de alvenaria que funcionavam como pontes em cima do córrego, barracos com madeirite e tecidos como paredes e divisórias muito próximas da linha de enchente que teriam resultado do encolhimento de todas as fontes de renda durante a pandemia. Ladeamos o centro cultural e conseguimos assim ter uma visão panorâmica da ocupação, de suas precariedades e de sua heterogeneidade.

Na conversa, Seu Bernardo contou como conseguiram do prefeito Celso Pitta a garantia de não remoção, durante a inauguração de uma escola, na parte regular do bairro. Afirmou muitas vezes “estamos aqui sozinhos ... é nós por nós”. Mostrou a extrema vitalidade do comércio local, a todo vapor num sábado pela manhã: mulheres, crianças, gente idosa, andando e comprando o que era possível. Do lado do córrego, muita gente trabalhando em casa... A manhã já ia alta quando chegaram as lideranças do movimento de moradia com quem tínhamos feito contato. Estavam atrasados. Mostraram alguns resultados do trabalho em mutirão, discutiram os casos mais recentes de violência, contaram do assalto à assessoria técnica de um mutirão verticalizado bastante conhecido, recuperaram a memória de lutas e de associações que remontam invariavelmente à esquerda católica e sua atuação nas periferias de São Paulo. Rememoram alguns dos exemplos mais emblemáticos do trabalho coletivo de construção por mutirão, assim como o trabalho de ONGs responsáveis pelo acompanhamento de crianças e adolescentes, cujas direções são membros dos conselhos municipais. Apontaram ainda os vasos comunicantes entre os mutirões e os ‘irmãos’ ... ‘eles lá e nós aqui ... respeito né?’ Mas também denunciaram facadas e agressões, acertos de contas, tentativas de acionar a polícia, sua ausência permanente, ‘salvo quando vem pegar o deles’.

(Cibele S. Rizek, Diário de Campo, agosto de 2021)

Nesse relato de campo um conjunto de práticas de trabalho se enredam, quer como atividade principal, quer como exemplos de pluriatividade. Nota-se a presença de atividades cujo sentido explodiu em um conjunto heterogêneo: do cabeleireiro ao lava-rápido, da produção e venda de materiais de limpeza ao tráfico e vigilância dos pedaços e ocupações, do trabalho nos templos – pelo menos dois em cada quarteirão – da militância acoplada a práticas e atividades voltadas para obtenção do sustento, inclusive trabalho social, trabalho vinculado às OS responsáveis pelo serviço municipal de saúde (Rizek, 2013).¹ Notam-se também algumas transformações pela presença de muitos equipamentos de educação, de uma rede de equipamentos vinculados à atenção à saúde, de Centros Culturais, de práticas e atividades educacionais com crianças e adolescentes. E ainda assim uma miséria desconcertante que se entremeava a casas dos conjuntos habitacionais e a moradias construídas por autoempreendimento, sempre como é possível, com o que é disponível, o que resultou em barracos de extrema precariedade fechados com tapumes e tecidos.

Os modos de trabalho e obtenção de renda nos nichos de pobreza dos bairros e territórios periféricos trazem assim a marca de uma heterogeneidade que se articula em um mosaico múltiplo de habilidades, competências, tramas, redes, formas de reciprocidade essenciais para que a vida se produza e se reproduza, mesmo em meio a um recrudescimento da pobreza e de situações de miséria e, também, em razão desse recrudescimento. Esse mosaico de códigos e de práticas combinam: i) a viração clássica com novos empreendedorismos de todos os tipos; ii) empreendedores sociais vinculados a todo um tecido de associações, as ONG e OS que, na ponta e, não raro, contra as diretrizes institucionais, colaboram e permitem mapear lugares, práticas, formas de engajamento e locais de atuação; iii) práticas culturais revestidas também de empreendedorismos, movimentos sociais que montam agências de empregos, práticas religiosas que se revestem de modos de obtenção de renda e sobrevivência. Nada se parece com um mundo do trabalho tal como classicamente o descrevemos

1 A filha de Bernardo é agente comunitária de saúde junto ao Posto de Cidade Tiradentes, cuja gestão cabe às irmãs Santa Marcelina. Esse processo que chamei em outro texto de Privatizações Cruzadas é parte da enorme operação de terceirização dos serviços de saúde da Cidade de São Paulo.

ou o imaginamos ao longo dos anos 1970 e 1980. Nada mais distante da classe trabalhadora assentada no solo de uma experiência compartilhada que se constitui no trabalhador coletivo. A elisão da classe como experiência (Thompson, 1998) – se somam a enorme insegurança habitacional, as remoções, os trânsitos permanentes raramente interrompidos pela “conquista” da casa própria, assim como os trânsitos permanentes entre atividades, somadas às formas de mobilidade horizontal entre práticas legais e inserção nas esferas dos ilegalismos (Telles; Hirata, 2007).

Assim a viração brasileira foi sendo transformada em regra já que agrega enormes contingentes de força de trabalho cujas práticas são pautadas pela inexistência de vínculos formais e contratuais, salvo os jovens e adultos vinculados aos serviços como saúde, terceirizados pela mesma OS em toda a Zona Leste. Também se caracteriza por alguns elementos de constituição mais recente, como os trabalhadores engajados a partir de plataformas, predominantemente jovens (em especial os que trabalham de bicicleta e motocicleta), os entregadores por aplicativo – atividade preponderante entre jovens negros e periféricos (Aliança Bike, 2019). Essas figuras dão materialidade e visibilidade às especificidades do que a literatura tem nomeado como uberização (Abílio, 2021).² Antes da pandemia, pode-se dizer que ainda era possível, embora pouco provável, encontrar trabalhadores com emprego formal em indústrias, ou trabalhadores sindicalizados nas quebradas de Cidade Tiradentes. Em meio a um conjunto de transformações em curso, também foi possível reconhecer, nas quebradas do bairro, o que designei como territórios produtivos, ricos em trabalho social, empregos em serviços (saúde terceirizada, educação, além de cooperativas, ONG etc.), assim como uma multidão de salas onde tinha lugar o trabalho em domicílio que alimentava circuitos de mercadorias têxteis, que alimentavam frações do comércio popular, por exemplo (Rizek, 2012; Rangel, 2019).

Nas incursões etnográficas mais recentes, o trabalho com carteira ou de inserção fabril parece ter encolhido ainda mais. Por outro lado, se a produção de produtos de limpeza, ao lado do lava-rápido e, de certo modo, dos templos evangélicos e pentecostais pode ser lida na chave dos empreendedorismos, assim como os muitos coletivos culturais de todos os

2 Abílio define esse processo como um novo tipo de gerenciamento, controle e organização do trabalho.



tipos – que podem ser pensados como uma grossa camada de atividades que encobre a viração –, os jovens entregadores plataformizados seriam caracterizados como situações de autogerenciamento subordinado (Abílio, 2019), respondendo a uma situação de dispersão do trabalho, dissolução dos vínculos que compunham trabalhadores coletivos e a experiência coletiva de trabalho. Essa dispersão com a concomitante centralização a partir do gerenciamento do trabalho por algoritmos parece se conformar para além das clivagens tradicionais, com a perda das formas e dos horizontes de estabilidade, regulação, contratualização, definição de remuneração ou jornada.³ O comentário a seguir parece apresentar com clareza a situação do mercado de trabalho no Brasil no momento imediatamente anterior à emergência da pandemia.

“Marcio Pochmann, economista e professor da Unicamp, tem batido ultimamente numa tecla. No quadro brasileiro de desindustrialização, características da Velha República retornam, assim como a contribuição da indústria ao PIB nacional retornou ao patamar de 1910. Uma ‘massa sobranete’ cada vez maior depende economicamente das rendas das famílias ricas, quando consegue algo. Segundo Pochmann, em 2019 as três maiores ocupações no Brasil foram o trabalho doméstico, atividades ligadas à segurança privada e entregador. Massa sobranete gerida pelo fanatismo religioso e pelo banditismo, também como na Velha República. Nas suas palavras, vivemos uma guerra civil pelo emprego: “uma guerra civil, de certa maneira, cada vez mais coordenada pelo que denominamos sistema jagunço no Brasil”.”

(Liberato, 2021)

3 Observando o vai e vem de motos e bicicletas, perguntei para Seu Bernardo: “– e aí? Muitos entregadores por aqui?” E ele responde: “muitos, quase todos os jovens”. Em 2021, a imprensa evidenciava formas de organização dos entregadores no interior das empresas de plataforma como o Ifood, apresentando o que de certo modo poderíamos facilmente constatar em campo nas bicas, biqueiras e atividades do chamado “correr com o PCC”, na normalidade de sua presença nos territórios da pobreza, como uma entre outras várias práticas e atividades vinculadas à sobrevivência em mosaico (ver Feltran, 2008).

Diálogos com algumas referências clássicas

A pandemia, assim como o encolhimento, a modulação e a destituição de benefícios e direitos postos em marcha pelo governo Bolsonaro evidenciaram com força as linhas que desenham a desigualdade social nas cidades brasileiras. Essa espacialização das classes, tantas vezes encoberta por um processo insidioso de naturalização e criminalização da pobreza, não pôde permanecer encoberta, ganhando as manchetes de jornais todas as semanas. Além de escancarar a desigualdade e a pobreza, a pandemia e o tratamento recebido pelo governo também escancaram seu alcance: ao que tudo parece indicar houve um cálculo de mortes, que traduzia um completo descompromisso com a vida e um fazer viver compatível com a produção e gestão de populações, além de um divórcio importante entre o governo e o país, tal como os discursos oficiais parecem apontar permanentemente, recolocando a cada vez uma disjunção enlouquecedora entre as palavras e seu significado.

Nesse quadro, um conjunto de afirmações sobre as desigualdades urbanas que se delineiam especialmente (mas não só) nas grandes extensões periféricas toma corpo. Assim, ora as periferias são consideradas e pensadas como expressões equivocadas da pobreza já que, na verdade, dizem respeito a bairros consolidados; ora ainda se tornam objeto de discurso qualificado como catastrofista e miserabilista que falseia a realidade urbana de cidades como São Paulo. Duas outras matrizes discursivas dizem respeito à ideia de que a pobreza urbana brasileira, povoada de situações de carência extrema, teria também sofrido mudanças importantes: a primeira aponta seu “empoderamento” que teria criado sujeitos periféricos orgulhosos de sua situação, produtores de uma rica gama de expressões culturais que disputam narrativas de igual para igual com as versões hegemônicas da cultura (D’Andrea, 2013). A segunda afirma, utilizando a expressão *lugar de fala*, que cabe à periferia e só à periferia apresentar e discutir sua situação. É importante que se diga que essas duas dimensões têm, por assim dizer, uma face justa e importante: de um lado, houve um importante crescimento e publicização de uma produção cultural rica nas periferias, favelas e ocupações, houve uma eclosão de coletivos, saraus, grupos de teatro, rappers, slams, frequentemente incentivados por programas

e políticas de cultura, que construíram uma outra perspectiva sobre a população das periferias, favelas, bairros populares. Também é verdade que a partir das políticas e processos de democratização (muito parcial por sinal) das universidades, das políticas e programas sociais do período Lulista, grupos de jovens estudantes oriundos das periferias tiveram a chance de concluir seus cursos de graduação, mestrados e doutorados. Entretanto, nem a democratização e a publicização da produção cultural das periferias e favelas nem as formas de inclusão parcial nas universidades poderiam encobrir as profundas desigualdades que se inscrevem no espaço das cidades brasileiras, em particular da cidade de São Paulo. Desse modo, as transformações e modulações, de um lado, assim como, de outro, as múltiplas denegações que a desigualdade urbana vem sofrendo, suas supostas reformulações, impõem um conjunto de reflexões sobre seu significado, já que essa desigualdade é parte seminal da crise urbana e momento central da catástrofe brasileira contemporânea.

Do ponto de vista da longa formação dos processos de periferização, da produção das formas de segregação socioespacial, pode-se mencionar que as periferias, as paulistanas pelo menos, nasceram com outro nome: eram subúrbios e, mais tarde, se transformaram em territórios cuja dinâmica acabou sendo transformada pelas fábricas, pela dinâmica industrial no momento em que urbanização e industrialização se constituíam como faces de um mesmo processo.⁴ Há menções na literatura sobre um crescimento urbano tentacular que acompanhava as linhas de trem e o percurso das fábricas. O crescimento da cidade de São Paulo a leste teria esse, entre outros, processos que lhe deram origem (Langenbusch, 1968). A forma da moradia também se alterava – dos cortiços

4 A esse respeito cabe mencionar sobretudo o ABC paulista ou mesmo São Miguel Paulista que se constituíram como subúrbios assimilados e transformados pela dinâmica da industrialização. Cabe notar a diferença qualitativa de outras porções do espaço da cidade de São Paulo e seus arredores que nascem ou se adensam já como periferias, como é o caso de Cidade Tiradentes, bairro construído pelos conjuntos habitacionais de produção estatal nos anos 1980, ou mesmo a periferia sul de São Paulo, para onde se destinaram trabalhadores e moradores expulsos por intervenções urbanas, como as que constituíram o vetor sudoeste de crescimento vertical, aglomerando sedes de empresas globais e financeiras. Ver a esse respeito Martins (1992; 2000).

aos loteamentos, do aluguel à forma casa própria, da produção rentista de unidades de aluguel para uma produção presidida por processos especulativos e, mais tarde, pela localização da produção de habitação social pelo Estado, muito além das fronteiras urbanas já estabelecidas. Estado e especuladores foram produzindo assim esse emaranhado de loteamentos e pequenos centros de comércio e serviços que impulsionaram o crescimento a perder de vista das manchas urbanas.

Esse processo seguia uma lógica que se impunha a um pensamento social brasileiro que acabava por apostar no vetor de industrialização/urbanização/casa própria/ escolarização – mesmo que a qualidade do ensino fosse decrescendo vertiginosamente – como eixos de integração social. A perspectiva de modernização da sociedade brasileira – vista por décadas como carregada de positividade por meio de uma integração via trabalho assalariado – apontava para uma superação da condição de um atraso vinculado à condição colonial ainda determinante, em direção a uma sociedade de classes.⁵ Ou seja, em tempos de expansão acelerada da industrialização, vinculada às matrizes de reflexão sobre a formação da sociedade brasileira e de sua modernização histórica, era possível ler – ou pelo menos essa era a tentativa – primeiro os subúrbios e depois as periferias que nasciam a partir das tramas urbanização/industrialização a partir de uma *matriz de classe*, o que inclusive passava pela discussão da “marginalidade” ou do “terciário inchado”, vinculados às teorias e contribuições sobre a modernização brasileira e latino-americana (Oliveira, 2003). Tentava-se ainda prospectar o processo de constituição de uma sociedade talvez menos fraturada e menos injusta pela integração dessas populações ao trabalho assalariado. Mesmo grandes mestres da sociologia brasileira, mestres que não podem ser considerados como cúmplices dos processos de dominação, já que lutaram contra eles por toda vida, viam a inserção

5 Em *A integração do negro na sociedade brasileira*, Florestan Fernandes (1965), entre muitos outros autores, apontava para o assalariamento e para um mercado de trabalho assalariado como condição de superação das heranças da escravidão. Mas tarde, outros autores, como Ianni, apontariam as relações à época vistas como estruturantes entre raça, *status* e classes sociais no Brasil. Assim também, Antonio Candido, em *Os parceiros do Rio Bonito*, teria observado a inelutabilidade das migrações, da destruição do “modo de vida caipira” e a formação de uma sociedade urbana e de classes no Brasil dos anos 1950.

e a integração desses contingentes ao trabalho assalariado como uma espécie de saída para a situação da pobreza extrema, para a possibilidade de constituição de sujeitos políticos e de superação histórica por meio de um processo de formação social onde alguma redenção e emancipação fossem possíveis. Florestan Fernandes, Roger Bastide, Octavio Ianni apostavam assim na integração pela classe, pela construção de uma classe como sujeito político contraposto às formas de exploração e de dominação, cumprindo assim seu destino: um destino de classe. Tratava-se de pensar as classes e a classe trabalhadora no Brasil, e sobretudo sua ação como horizonte para as questões que a história do Brasil colocava: subordinação, passividade, clientelas e patrimonialismos. Uma classe submetida e modulada pelo imaginário acadêmico (Paoli; Telles; Sader, 1983) estaria necessariamente vinculada ao destino e à formação da sociedade brasileira e ao pensamento social e perspectivas políticas que os expressassem, que a eles demonstrassem ser compatíveis.

A emergência e a luta contra a ditadura militar constituiriam-se num outro cenário. A periferia seria então vista, a partir dos anos 1970/1980, como lugar e berço dos novos movimentos sociais, da elaboração de uma nova cultura política que permitiria entrever novos sujeitos políticos. Essa guinada nas formas de leitura das classes e da classe trabalhadora em particular não resultou de uma mudança intelectual já que ela provinha de uma transformação que se anunciava a partir das greves da década de 1970 e de suas muitas explicações, entre as quais o cruzamento entre as práticas vinculadas aos locais de moradia e as práticas políticas oriundas das formas clássicas de representação sindical e política (Sader, 1988).⁶

Nesses anos, a literatura e as categorias sobre a classe trabalhadora começava a acolher novos temas e novas questões: uma delas a questão de gênero,⁷ outra bastante importante a questão da moradia e da carestia, e assim a *classe operária* vai dando lugar na literatura das ciências sociais brasileiras para *as classes trabalhadoras*, e pouco a pouco para as *classes popu-*

6 Estavam nascendo novos olhares para a periferia, mas também para suas práticas e sua importância na conformação de novos sujeitos que viriam a se desenhar no livro *Quando novos personagens que entraram em cena* (Sader, 1988).

7 Ver o livro de E. Souza Lobo (1991) *A Classe Operária tem dois sexos*, largamente inspirada na literatura sobre gênero e trabalho produzida na França no mesmo período.

lares – expressões que se acoplaram à literatura sobre movimentos sociais e lutas contra a desigualdade e a opressão, que ganhavam densidade num caldeirão de lutas pela democratização do país nucleadas grandemente pelos processos conflitivos e tensos de formação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores como novidades e promessas inéditas na história brasileira e latino-americana, como eixos de aproximação e cruzamento de lutas de origens diversas que passavam pelas periferias e pelas fábricas, ao mesmo tempo.

Os tempos democráticos – o intervalo democrático de 1985 a 2016 –, com altos e baixos, transformariam muito a leitura e as visões sobre as periferias. Talvez não se consiga ainda perceber toda a extensão dessas transformações, mas nesses mesmos anos, a questão da desigualdade e da pobreza, a questão dos locais segregados e das linhas de separação deixariam pouco a pouco (inclusive para os movimentos, práticas e formas de representação política criadas no momento anterior) de ser vistos a partir da chave das classes sociais. Os trabalhadores, a *classe operária*, as *classes populares* (o que já representa lentas e pouco discutidas modulações), cederiam espaço para um outro modo de leitura e de nomeação, crescentemente despolitizado, crescentemente administrado e governado como conjunto de populações devidamente nomeadas como tal ou transformadas em públicos alvo de programas e políticas sociais, ou ainda como populações que conformam demandas tanto para ONG e Organizações Sociais, como para os próprios movimentos sociais, sobretudo os movimentos de moradia mais significativos. Nasciam como figuras públicas a serem governadas – inclusive de um ponto de vista cada vez mais moral e menos político – a pobreza, os pobres, cada vez menos identificados e nomeados a partir do trabalho, até porque o trabalho assalariado como modo de inclusão e de integração encolhia como destino e como horizonte de explicação (Lautier, 2014).

Nesse mesmo movimento, novos modos de reinvenção das formas clássicas de culpabilização e criminalização da pobreza se desenhavam: as linhas que separavam trabalhadores e bandidos se tornavam menos contínuas, mais fragmentadas, conformando o que Telles e Hirata (2007) nomeariam como mobilidades horizontais. Ao mesmo tempo, o chamado “mundo do crime” se conformava a partir das prisões e do encarceramento

em massa visto como política de segurança. Prisões e bairros populares acabavam por abrigar formas de troca intensa, até porque cada família tinha alguém que passava na prisão e vice-versa. Uma nova versão de criminalização da pobreza acabou por desenhar novas imagens das periferias e favelas. Se a dimensão de classe em seu vínculo genético com a situação de trabalho acabava por se desvanecer como horizonte de integração, um olhar associado aos territórios periféricos como lugar de construção de sujeitos políticos voltados para a luta por direitos também perdia paulatinamente seu solo e sua ancoragem, como se pode constatar conforme aponta Silva (2017), que considera que de lugar social e referência identitária a periferia sofre um conjunto de deslizamento de significações que, além de desafiar o formato tradicional do debate político, passam a se conformar, na virada dos anos 2000, como locais onde se alojava a vida matável ou vida nua para parte considerável da literatura que associava os estudos urbanos aos estudos da pobreza e das desigualdades.⁸

É possível assim, por hipótese, pensar um conjunto de deslizamentos, inflexões, modulações que acabaram por transformar duplamente tanto as leituras provenientes dos estudos urbanos a partir de diferentes disciplinas quanto os processos de produção do urbano e do social nas periferias e lugares de moradia de baixa renda, estendendo-se ao conjunto de relações centro/periferias devidamente reordenados a partir de um movimento que, também por hipótese, pode ser considerado como constituído por explosões e implosões, dando lugar a novos ordenamentos nucleados por centralidades e periferias em sua multiplicidade, em uma miríade de novas linhas de composição e segregação. Ao mesmo tempo, também era impossível deixar de reconhecer que a explosão do trabalho assalariado daria origem a novas formas de ganhar a vida. Essas novas formas que se constituíram pelas periferias fizeram delas lugares não mais só de moradia – o que correspon-

8 A noção tem origem em Agamben (2004). Mais recentemente Veena Das, na introdução de seu livro mais conhecido, formula uma atualização com um ar de crítica à formulação de Agamben apontando que não é necessário voltar às obscuras figuras do direito romano para reconhecer a vida matável. Ela se encontra nas populações extermináveis, nos campos de refugiados, nos locais de fronteira, onde as normas e leis são pouco legíveis e onde a violência de Estado reafirma seu poder... isto é, nos locais que ela identifica como suas margens (Das; Poole, 2008).

deu às chamadas cidades ou bairros dormitórios –, mas lugares de intensa produção de mercadorias, reais e simbólicas, que perpassaram circuitos produtivos presentes no comércio popular, mas também no comércio de luxo. É possível assim reconhecer dois movimentos de explosão/implosão. De um lado, a explosão das formas nucleadas pelos horizontes do trabalho assalariado e contratualizado, e, de outro, a explosão dos lugares e modos de conformação das linhas de clivagem e segregação. Esses dois movimentos articulados reconfigurariam o modo de legibilidade das desigualdades sociais e urbanas sobretudo nas grandes metrópoles brasileiras.

Ainda é necessário apontar um outro conjunto de reconfigurações que tiveram lugar durante os governos de coalisão liderados pelo Partido dos Trabalhadores e suas políticas e programas sociais. O que parte da literatura acadêmica brasileira qualificou como gestão da pobreza por meio do Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Prouni, programas de incentivo à cultura, programas de empreendedorismo e de geração de renda, acabaria por reproduzir e, de certo modo, ratificar o deslizamento da pobreza como condição de classe para a pobreza administrada e governada e ao mesmo tempo amenizada por programas sociais (Oliveira; Rizek, 2006; Cabanes et al., 2011). De certo modo, cada uma dessas formas de amenização e gestão da pobreza criava ou recriava (ao invés de se contrapor e neutralizar sua ação) mercados: modulavam-se nas periferias um mercado político, mercados religiosos, mercados de práticas ilegais de todos os tipos, mercados do bem, mercados culturais que por vezes acompanhavam os programas sociais, especialmente aqueles cuja aposta era a de uma integração pelo consumo, mesmo que a partir de patamares vinculados à manutenção de uma condição de precariedade, acompanhada de forte endividamento das famílias e dos indivíduos. Por outro lado, esse processo de gestão e amenização da pobreza, não mais proveniente da inserção no mundo do trabalho, teria também se desdobrado na conformação de formas de sociabilidade – inclusive aquelas que L. A. Machado (2004) teria designado como sociabilidade violenta, além de ter como horizonte uma integração pelo consumo. Finalmente, talvez seja necessário hoje, diante das periferias reconfiguradas tanto em suas tramas quanto em suas representações e conformações revisitadas, reconhecer:

1) a heterogeneidade das periferias e favelas e a crueldade de sua homogeneização tanto pelo ideário das ONG e OS, agências multilaterais e outros agenciamentos vinculados tanto a um neoliberalismo autocrático quanto conformados pelos mercados do bem e dos ativismos sociais de cima para baixo que se somam ou substituem, tanto quanto possível, a gestão da pobreza pelos programas sociais anteriores, já desmantelados;

2) a explosão de novas dimensões, movimentos, configurações e formas de autorrepresentação cuja diferenciação se impõe tanto em relação às práticas e desdobramentos políticos quanto às formas de leitura: as lutas identitárias, suas virtudes e seus impactos.

Assim, se o genocídio negro internacional e brasileiro permite pôr em questão o racismo e o racismo estrutural, bem como o direito à vida, também é verdade que racismos e machismos se combinam em vários níveis dando origem à lutas interseccionais como o movimento feminista negro.⁹ Por outro lado, para além das lutas identitárias, talvez seja necessário sobretudo pensar e afirmar que as periferias em suas conformações ao longo da história das cidades brasileiras são também os lugares da vida e da luta cotidiana pelo direito à vida. Nesse âmbito é impossível ter em conta as linhas e fronteiras que produzem e reproduzem margens. As margens – não no sentido da clássica marginalidade latino-americana, mas no sentido de uma antropologia do Estado (Das; Poole, 2008) – são o lugar onde a violência é praticada de modo mais direto e brutal. A violência dos acessos diferenciais a serviços e equipamentos, mesmo que eles estejam presentes; a violência de um genocídio de jovens e negros normalizado por políticas de segurança e por governantes eleitos cuja marca é a gestualização do uso das armas; a violência da explicitação da desigualdade e

9 Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que mesmo essa interseccionalidade pode e frequentemente é apropriada por práticas e agenciamentos vinculados à hegemonia do capital financeiro vinculado às formas neoliberais, que operam uma elisão da dimensão de classe (cf. especialmente Lao-Montes, 2020). Essa instrumentalização das dimensões identitárias e das interseccionalidades se assentam entre outros fatores na redução das perspectivas democráticas à uma igualdade que nada tem de emancipatória, já que se vincula às oportunidades iguais de e no mercado. Assim as questões de gênero e raça se afirmam como lugares de disputa no âmbito da violência e da abstração de e pelo mercado.

da descartabilidade daqueles que aparecem como números; a violência do cálculo das mortes; a violência das formas de governo e de pacificação.

As vozes dessas periferias denunciam essas e outras violências que, cruzadas, constituem-se nos terrenos das múltiplas resistências e lutas que hoje tornaram cada uma dessas dimensões mais explícita e mais visível. Nessas vozes talvez seja possível vislumbrar a aposta de novos pontos de virada, de novos conflitos não pacificáveis nem administráveis, de novos embates que possam repolitizar a questão da pobreza, da desigualdade, do racismo, do machismo, tirando-os da banalização encarnada em governantes que são a expressão mais recente do que os críticos do nazismo compreenderam como a banalidade do mal.

Ao estabelecer um percurso que partiu da tematização da periferia pela óptica de uma classe operária idealizada como modo de integração em direção à periferia como um campo temático de enunciações que nos levaram a perceber as dimensões do que Kowarick chamou de espoliação urbana, ou do que Machado chamou de sociabilidade violenta, é inegável que para além dos eixos de tensão colocados pela abordagem dos chamados sujeitos periféricos, a desigualdade brasileira e as catástrofes entrelaçadas da questão sanitária, do cálculo das mortes e da negação do direito à vida devem ser nomeadas, denunciadas, tanto no âmbito do pensamento, como do ponto de vista das lutas que se travam no âmbito das cidades brasileiras. Dessa perspectiva é imperativo observar que, se houve um cálculo de mortes, ele recaiu exatamente sobre os moradores das periferias. Em São Paulo, “moradores de bairros como Parelheiros ou Capão Redondo, ambos situados nas franjas da capital paulista, correram, em média, 50% mais risco de morrer de Covid-19 entre os meses de março e junho do que os paulistanos que residem em vizinhanças centrais e de alto nível socioeconômico”.¹⁰

¹⁰ Cf. afirmação de Chiaravalloti Neto (2020), baseada em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, que apontou: “A diferença no risco de morrer entre os bairros paulistanos de menor e maior nível socioeconômico pode chegar a 66% no período analisado caso sejam incluídos na conta os óbitos suspeitos, muitas vezes não confirmados por falta de testes“. No estudo, o nível socioeconômico de cada local da cidade foi definido com base no Índice Geográfico do Contexto Socioeconômico para Estudos Sociais e Saúde (GeoSES [...]) O indicador, que leva em conta variáveis como renda, escolaridade, riqueza e grau de



Nexos e constelações. Contextos e sentidos

Algumas observações, à guisa de considerações nada finais, nascem das relações entre a pandemia e a crise brasileira, inextricavelmente vinculada à crise urbana. Trata-se sobretudo de assinalar algumas hipóteses sobre como esse processo de destruição e reordenamento em curso desde 2016 se tornou possível. A hipótese central do texto vincula assim a cena que resulta de uma volta à pesquisa de campo e os acontecimentos que vêm se sucedendo entre 2016 e 2021, e as razões estruturantes que conduziram a algumas questões e relações, numa perspectiva que atravessa diferentes escalas.

A primeira grande linha de interrogação diz respeito às formas de sociabilidade política brasileira conformadas a partir da década de 1990, a partir da introdução de horizontes e práticas neoliberais no Brasil. Essas formas, para recorrer ao texto de Oliveira (2006), poderiam ser caracterizadas como o que ele identificaria como *dominação sem política*. Trata-se, assim, de um conjunto de truncamentos, encolhimentos, rebaixamentos e inflexões que se anunciavam por meio de processos, indícios, articulações cada vez mais sombrios que presidiam os rumos do país... Em *A crítica à razão dualista, o Ornitorrinco*, Oliveira (2003) identificava os indícios de uma esperança frustrada, de um desmanche de conquistas e invenções dos anos de luta pela democracia, de formação e de um fazer-se da classe trabalhadora como sujeito político, de um percurso ascendente que teria se despedaçado, conformando uma história dos trabalhadores brasileiros a partir da metáfora de Sísifo. Apontava ainda uma conformação do subdesenvolvimento “a partir das formas irresolutas da questão da terra e

segregação, varia de -1 (nível socioeconômico mais baixo) a 1 (nível socioeconômico mais alto). Observamos que o risco de morrer aumentou com maior intensidade nas áreas periféricas da cidade com o passar das semanas. Em todo o período analisado, vimos que o aumento de uma unidade no índice GeoSES [de -1 para 0, por exemplo] representou uma redução de 25% no risco de morrer por Covid-19 quando considerados os óbitos confirmados. Se incluirmos os óbitos suspeitos a redução foi de 33%”, conta o pesquisador. Seguindo o mesmo raciocínio, a redução seria, respectivamente, de 50% e 66% com a variação de duas unidades no índice GeoSES, ou seja, quando se passa de um extremo ao outro do indicador. O capítulo de Ana Fani Carlos neste volume apresenta mais informações e dados a esse respeito.

do estatuto da força de trabalho, [d]a subordinação da nova classe social urbana, o proletariado, ao Estado, e [d]o ‘transformismo’ brasileiro, como forma da modernização conservadora” (Oliveira, 2003). E acentuava que a especificidade dessa revolução da produção sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia, exceção que se exercia “permanentemente sobre os oprimidos, ... que se faz como opressão que atravessa os campos da experiência social”. No diagnóstico de 2006, o autor apontava que, no momento caracterizado como neoliberal, teria havido

[...] uma mudança extraordinária na dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar, a financeirização da economia pré-determina a acumulação possível e o lugar do Estado na economia. Em segundo lugar, as intensas privatizações retiraram do Estado a capacidade de fazer política de produção. [...] As relações entre as classes mudaram substancialmente com as privatizações e com a financeirização. (Oliveira, 2006, p.285)

Nesse processo de desmanche e reordenamento, o campo das invenções, originado da constelação de lutas e conquistas que deram um fim à ditadura militar, teria se tornado ruína antes mesmo de envelhecer, tal como afirmava Benjamin. O Estado brasileiro teria assim se transformado em um permanente *ad hoc* que requer a continuidade ininterrupta da violência estatal. As transformações recentes também modificaram largamente o que se entende por sociedade civil.

[...] a exceção permanente ... poderia sugerir que o monopólio legal da violência foi reconquistado para o Estado. Longe disso, a violência permanente significa ... que o Estado também é *ad hoc*. Operações são refeitas cotidianamente, a governabilidade é lograda graças ao uso permanente de medidas provisórias, as cláusulas contratuais são rapidamente ultrapassadas e a arquitetura da privatização requer injeções de recursos públicos em larga escala [...] As consequências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço. A possibilidade da formação de consensos tornou-se uma quimera mas ... As relações são difusas e indeterminadas ... as conexões de sentido são erráticas. (Oliveira, 2006a, p.36)

Uma dispersão de microcentros de organização do social simulacra a sociedade civil: é uma onguização da política social, que concorre com o Estado e os partidos, desde a formulação de políticas locais e focalizadas até a distribuição de alimentos. Nascidas como porta-vozes da nova complexidade..., essas organizações transformaram-se em entidades supletivas das insuficiências do aparelho estatal e estão no interior de um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer social e política. Esconde-se nas dobras da crítica ao Estado mau gerente a privatização das políticas sociais, a des-universalização, a volta ao assistencialismo ou a filantropização da pobreza. (ibidem, p. 41)

[...] é uma dominação que se faz pelo terror, diretamente, sem mediações. É uma dominação sem política. O capitalismo globalizado rejeita a submissão à política, que foi uma invenção especificamente ocidental para tratar as fortes assimetrias instauradas pelo poder econômico do capital. Ele a dispensa, pois a construção da política pelas classes dominadas revelou-se, afinal, uma enorme contradição com capacidade de barrar os processos de exploração de classe. (Oliveira, 2006, p.287)

Assim, levando muito a sério os diagnósticos feitos a respeito do lulismo como reformismo fraco, seguido de um contrareformismo forte, não se pode dizer que o advento de um quadro que conduziria à vitória alguém como Bolsonaro e ao conseqüente desmanche de direitos e promessas tenham sido surpreendentes. Essa possibilidade tinha raízes na história e na consolidação do momento neoliberal no Brasil que atravessou, não sem modulações importantes, a década de 1990, bem como os anos dos governos Lula e do que autores como Singer denominariam como Lulismo, que culminaram na lenta transição em direção ao golpe de 2016. Esses processos têm sido tratados pela literatura das ciências sociais brasileiras por meio de um conjunto já robusto de publicações a respeito do “Brasil de Bolsonaro”, do *Ódio como Política* (Solano et al., 2018), do que Manso (2020) denominou como *República de Milícias*, além de farto material da grande imprensa a respeito das constelações de desmanches e reordenamentos que assolam atividades produtivas, formas de sociabilidade, o encolhimento do orçamento de todas as formas de serviço e proteção social, além da produção das mortes que assolaram os anos 2020 e 2021.

Alguns desses diagnósticos, porém, interessam mais do que outros. Trata-se sobretudo dos diagnósticos que apontam para o caráter de classe – e aqui salienta-se uma volta ao eixo temático desse texto – tanto da radicalização sem precedentes dos desmanches pós-2016 quanto do novo (des)ordenamento bolsonarista. É possível reconhecer nesses diagnósticos elementos importantes que se constelaram como as bancadas da bala e da Bíblia (Lacerda, 2019) ou mesmo as guinadas no movimento de ascensão da nova direita brasileira (Rocha, 2021), ou ainda no debate em torno dos manifestos de empresários e de seu insidioso silêncio em torno da permanência do presidente no poder.

O caráter classista dessa direita tão pouco civilizada e crescentemente radicalizada não pode dispensar nem os diagnósticos que foram feitos pelo pensamento crítico desde no mínimo os anos 1990, nem tampouco a longuíssima duração de um modo de dominação que permaneceu subjacente à toda Nova República. Ou seja, esse modo de dominação e o ideário a ele vinculado não foi nem combatido até o fim, nem contrarrestado pelos governos PSDB e PT, chegando a novos patamares de legitimidade e visibilidade, em curva ascendente que tem seu início entre o primeiro e o segundo mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi esse mesmo projeto de dominação e seu ideário que vieram à luz explicitamente a partir de junho de 2013.

Assim, talvez seja necessário ter um olhar bifronte em relação à emergência e permanência desse Brasil de Bolsonaro: num primeiro enfoque, é preciso ter em conta a incidência histórica de um modo de dominação cujas modulações são perceptíveis no ascenso dessa direita disposta a interromper o curso democrático sempre que julgar necessário. A autocracia burguesa (Florestan Fernandes), a dominação sem política, tal como Oliveira caracterizou, a emergência dos governos de coalisão liderados pelo Partido dos Trabalhadores, uma linha de permanência mais ou menos velada ao longo da continuidade de uma acumulação primitiva fortemente violenta, que Harvey identificaria como acumulação por espoliação, uma investida do capital sobre o trabalho que desfaz e dilui horizontes de classe por meio da destruição do trabalhador coletivo. Para construir esse pano de fundo é preciso recolocar permanentemente as reflexões de um pensamento crítico brasileiro e seus autores, remetendo suas premissas à discus-

são sobre a permanência e *aggiornamento* das formas do patrimonialismo brasileiro, dos coronelismos transmutados em relações marcadas por forte dimensão mercantil, pelo uso constante das mercadorias políticas, na atualização e modulação das formas de gestão dos ilegalismos. De outro lado, os olhares mais voltados para a indagação a respeito de como vem sendo possível essa visibilidade, essa legitimidade de um governo cujo horizonte destrutivo parece ser indiscutível¹¹ remetem à discussão da formação das bases populares de sustentação desse projeto de classe, ancoradas nas formulações que buscam explicações de matriz religiosa tanto nas camadas populares quanto nas práticas da bancada da bala e da Bíblia. Autores como Mariana Côrtes apontam com razão que o crescimento vertiginoso das denominações pentecostais teria se tornado “uma tecnologia de condução da conduta extremamente eficaz” e adequada à racionalidade neoliberal e observa:

Desde os anos 1990, observa-se ... a disseminação de uma indústria pentecostal de bens materiais e simbólicos... Se, por princípio, pode parecer contraditório que no Brasil uma pauta conservadora se combine como uma agenda neoliberal, o mecanismo de subjetivação da Universal resolve a aparente contradição: afirmar valores tradicionais e revitalizar velhos papéis sociais do que significa ser homem ou mulher, ou seja, ser conservador, ou melhor, tornar-se de forma mais eficaz um “bom conservador”, faz parte de um empreendimento racionalizado de intensificação do neoliberalismo e pentecostalismo e devem ser compreendidos como tecnologias de poder de modulação da conduta que rebatem uma sobre a outra: entre o governo seletivo que recorta a população marginalizada e os dispositivos pentecostais criados pelos sujeitos periféricos previamente delimitados como tais, há uma relação que se retroalimenta nas formas de gerir os marginais, por meio de uma racionalidade governamental que só é capaz de governar a partir da agência dos governados. A criatividade pentecostal, surgida de dentro das margens, é uma das pré-condições, entre outras, que permite a perpetuação da governamentalidade neoliberal.¹²(Cortes, 2018, p.35)

11 Maria Hermínia Tavares (2021) relatou que, diante da pergunta de Benjamin Teitelbaum a Olavo de Carvalho sobre a capacidade do capitão presidente compreender sua teoria, o mentor teria respondido “que o importante era a sua grande força destrutiva, não o que consegue compreender”.

12 Note-se a proximidade entre as proposições de Mariana Côrtes e o texto de W. Brown (2020) em que aponta esse mesmo tipo de aproximação característica da

Outras formas de análise das permanências e modulações que se imbricam nas construções partidárias, nas dimensões institucionais, no voto e nas eleições de um lado e, de outro, nos modos de dominação desse Brasil de Bolsonaro conferem legibilidade aos fios que vinculam os porões da ditadura militar à essa direita redefinida pelos trâmites neoliberais, o que permite perceber como acontece a renovação de sua brutalidade. Essa continuidade vem sendo observada, em especial a partir das contribuições de Teles, diante, sobretudo, de um processo de naturalização da violência:

Há décadas a gestão da segurança pública aposta na militarização da vida e na estratégia da guerra. O resultado tem sido o aumento da violência e a criação de territórios nos quais o Estado aterroriza suas populações. É o caso, por exemplo, das favelas, das periferias pobres, das ocupações de movimentos de luta por moradia, dos presídios. Nesses espaços, o Estado age com desmesura. Sob justificativa de restabelecer a ordem, acionam-se as medidas de exceção a partir de mecanismos jurídicos. Quanto mais o Estado é violento, mais o quadro social se apresenta como de crise causada pela criminalidade e mais se autoriza o investimento em ações extralegais. Do ponto de vista da gestão da vida, é mais efetiva a desordem do que relações harmônicas. Assim, faz-se necessário a disseminação de subjetividades agressivas... para manter o discurso de militarização e pacificação. Há nesse processo a eficaz estruturação de uma sociedade de controle, disciplinamento e punição, cujo cidadão, domesticado e submisso deve se tornar ainda mais produtivo ... O Estado tornou-se multifacetado, aprofundou e desenvolveu suas técnicas e tecnologias de governo e, principalmente, sua rede de ação ... A militarização vem num crescente desde a promulgação da Constituição, em 1988. (Teles, 2018, p.68)

É preciso notar especialmente o recrudescimento dos processos descritos entre 2013 e 2018.¹³ Esse mosaico de textos e elementos, porém, está longe de ser uma explicação, longe de ser um argumento que possa dar conta das dimensões heurísticas desse momento da crise brasileira, tão específica e ao mesmo tempo tão próxima – se acreditarmos em W. Brown

emergência da direita conservadora nos Estados Unidos, onde a mesma afinidade eletiva pode ser verificada.

13 Essa mesma continuidade e modulação que perpassam a dupla militarização/pacificação estão documentadas do Haiti ao Alemão (Viana, 2021).

– de outras situações colocadas no panorama de um acenso da direita em outros países com diferentes desfechos.

Acompanhar artigos e livros, acompanhar os apelos que propõem a moderação de uma improvável terceira via conformam um quadro em que o processo destrutivo instalado no país permite identificar protagonistas que, à falta de melhor classificação, são designados como elites ou de setores do empresariado. Entretanto, talvez fosse preciso retomar alguns dos textos de 2018 para encontrar não culpados, mas sujeitos. Para terminar esse mosaico, constelado a partir de uma hipótese clássica – a de que o governo Bolsonaro responde a um projeto de classe e à modulação de formas de dominação ao mesmo tempo subterraneamente persistentes (tanto no âmbito político como no âmbito societário) e permanentemente atualizadas, gostaria de fazer menção aos indícios e pistas que permitem ao mesmo tempo uma leitura da longa duração das formas de dominação no Brasil e de suas atualizações contemporâneas (Casimiro, 2018). A primeira é a continuidade e permanência de um modo de dominação que se caracteriza por um conjunto de práticas antipúblicas¹⁴ e avessas a qualquer dimensão civilizatória. Essa permanência – que talvez pudesse ter sido controlada ao longo do período democrático, com seus programas sociais, seus modos de alívio e ao mesmo tempo gestão da pobreza – se reestruturou como um projeto de classe construindo e reconstruindo formas compatíveis com o que se poderia reconhecer como bolsonarismo – esse conjunto de destruições institucionais, destruição de programas sociais, neoliberalismo e conservadorismo, com pautas moralizantes e formas de estímulo e legitimação de uma explosão da violência privada que passam inclusive pelo uso e abuso do aparelho de Estado, como parecem demonstrar os vasos comunicantes entre polícia e milícias, lógicas policiais e as lógicas milicianas que vão muito além do fenômeno das milícias em si. A segunda é um aparato que se constituiu pelo topo e pela base da pirâmide que veio se articulando pelo menos desde os anos 1980 com *think thanks* que titubearam um pouco até encontrarem uma base social mais sólida em um conjunto de instituições e iniciativas (Rocha, 2018) de empresários nacionais e internacionais. Na base da pirâmide, com grande capilaridade, foram ganhando ossatura

14 Oliveira (2003) veria aí o que chamou de “desnecessidade do público”.

as posições conservadoras vinculadas às igrejas pentecostais ao lado de um crescente apelo ao “empreendedorismo” por projeto ou necessidade que se ramificou em social, cultural, empresarial, popular entre outras denominações. Há aqui um conjunto de ambiguidades, mas a tese forte, por assim dizer, conforme Cortes, é a de constituição de tecnologias de condução de condutas, um governo ou gestão que constitui o bom pobre como um bom conservador e que se transforma em parte central de um *empreendimento racionalizado*, de um projeto de *intensificação e ativação das populações empobrecidas como “capital humano”*, a partir de formas individualizantes de trabalho que multiplicam os modos de subordinação ainda que não haja contrato, constituindo *uma massa precarizada e empreendedora em uma relação de retroalimentação permanente e capilarizada de legitimação da forma autocrática e ao mesmo tempo neoliberalizante em curso no país*.

Considerando esses modos de pactuar consensos e constituir bases até há pouco tempo improváveis, a forte despolitização lulista por um lado viu crescer uma forte politização do topo à base da pirâmide na confluência entre conservadorismo – e suas pautas morais – e neoliberalismo carregado de empreendedorismo, elogio das formas privadas de violência, “livre mercado” entre outras máximas, que produziram um conglomerado que se pode reconhecer como bolsonarismo, na falta de outra designação. Tendo em vista esse mosaico e esse desenho constelado de elementos apenas aparentemente desconexos, duas perguntas poderiam arrematar essas interrogações. A primeira é o sentido e a possibilidade de caminhar pela via eleitoral para o fim do quadro que se instalou em 2016 e, sobretudo, com quais pactos e alianças? A segunda diz respeito às construções das bases do bolsonarismo, como ponto de não retorno, como projeto de classe do qual faz parte a elisão dos marcos socio políticos e simbólicos das classes, o que coloca a pergunta sobre as relações entre o fim do governo Bolsonaro e a luta necessária contra esse *mix* de bala, bíblia, financeirização e “livre mercado”, numa disputa que pressupõe a reinvenção e a legitimação do combate político no âmbito da cultura, das práticas, das representações, das dimensões simbólicas que produziram a legitimação da presença e dos “valores” de uma direita que ocupou a cena pública brasileira.



Referências

ALIANÇA BIKE. Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos. In: ABÍLIO, L. C. *Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado*. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041>.

ABÍLIO, L. Uberização: do empreendedorismo ao autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas* 18 (3), 2019.

ABÍLIO, L. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, v.23 n.57, 2021.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2004.

BROWN, W. *Nas ruínas do Neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2020.

CABANES, R. et al. *Saídas de Emergência, Ganhar/Perder a Vida na Periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARLOS, A. F. *A crise urbana, a pandemia e a dialética urgência-utopia*. [no prelo].

CASIMIRO, F. H. As classes dominantes e a nova direito no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, E. et al. (Org.) *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHIARAVALLOTI NETO, F. Risco de morrer por Covid 19 em São Paul é 50% maios na periferia. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-e-50-maior-na-periferia>>.

CORTES, M. Dispositivo Pentecostal e a agência dos governados. *Debate*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-8, abril 2018.



D'ANDREA, T. *A Formação dos Sujeitos periféricos*. Cultura e Política na Periferia de São Paulo. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, v.8, 2008.

FELTRAN, G. *Irmãos, uma história do PCC*. São Paulo: Editora Schwarcs, 2018.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, USP, 1965.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LACERDA, M. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LANGENBUSCH, J. *A estruturação da Grande São Paulo*. Estudos de Geografia Urbana. Rio Claro, 1968. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de Campinas.

LAO-MONTES, A. Hacia una Analítica de Formaciones Étnico-Raciales, Racismos y Política Racial. In: *Contrapunteos diaspóricos, cartografías políticas de nuestra Afroamérica*. U. Externado de Colombia, 3 de mar. de 2020.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. *Cadernos CRH*, v.27, n.72, Dez. 2014.

LIBERATO, L. V. A inovadora Parceria entre o IFood e as milícias. *Le Monde Diplomatique Brasil*, julho de 2021.

MACHADO, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Artigos • Soc. estado.*, v.19, n.1, Jun. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/sW7wjWRx8W9fHWmRkGvynmt/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: março 2022.



MANSO, B. *A República das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARTINS, J. S. *Subúrbio – vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000

OLIVEIRA, F. *A crítica à razão dualista, o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. Disponível em: <Biblioteca.clacso.edu.ar%2Far%2Flibros%2Fgrupos%2Fba-sua%2>. 2006. Acesso em: março 2022.

_____. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? *RBEUR*, v.5, n.1, 2007.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.) *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAOLI, M.; TELLES, V.; SADER, E. Pensando a classe operária, os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. (Notas de uma pesquisa). *Revista Brasileira de História*, 1983.

RANGEL, F. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. São Carlos, 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

RIZEK, C. S. Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais Bras.*, v.27, n.78, Fev. 2012.

_____. *Políticas sociais e políticas de cultura*. 2013. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4742>>. Acesso em: mar. 2022.

ROCHA, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância. In: SOLANO, E. et al. (Org.) *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.



_____. *Menos Marx, Mais Mises* – uma gênese da nova direita brasileira 2006-2018. São Paulo: Todavia, 2021.

SADER, E. *Quando novos personagens que entraram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, U. da. *Governo, subjetividades e gestão de populações: mudanças e perspectivas nas periferias*. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Brasília, 2017.

SOLANO, E. et al. (Org.) *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho dominação e resistência. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1991.

TAVARES, M. H. Teste da democracia no dia da pátria. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares/2021/09/teste-da-democracia-no-dia-da-patria.shtml?origin=folha>>. Acesso em: set. 2021.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil Violento e de exceção. In: SOLANO, E. et al. (Org.) *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e ilícito. *Estudos Avançados*, v.21, n.61, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIANA, N. *Dano colateral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.



3. Crise, urbanização contemporânea e a reprodução do capital no setor imobiliário

Paulo César Xavier Pereira



Pressupostos e antecedentes

Aqui objetiva-se expor como a exploração do trabalho na construção tem reforçado a sua particularidade setorial de combinar os processos de exploração e de espoliação pela valorização imobiliária do capital, sobretudo, quando se considera a urbanização contemporânea e que a pandemia, nesse momento, aprofundou e explicitou as consequências perversas desses processos. Procura-se discutir como na atualidade, especialmente na pandemia, o espaço urbano revelou-se instrumentalizado pelo capital para sua reprodução em geral e, particularmente, no setor imobiliário preponderando os processos espoliativos.

Pergunta-se por quais caminhos a construção da cidade e a urbanização tomaram esse sentido perverso produzindo desigualdade e a quase total ausência de habitação digna. E, como na atualidade essa violência aparece se tornar mais acirrada e, também, por que com a pandemia vem se explicitar esse horror urbano de processos espoliativos os mais diversos: famílias endividadas e despejadas de suas moradias. Processos que precarizam o urbano e pauperizam a população se evidenciam, durante a pandemia, e horrorizam como se não fossem constituintes da produção capitalista do espaço.

Poder-se-ia imaginar, no entanto, que além da violência retratada nas manchetes diárias pouco há de novo sobre a situação da classe trabalhadora. A precariedade urbana e sanitária já estava instalada, naturalizadas ficam como ideias cegantes gerando incompreensão. A moradia dos trabalhadores ingleses mostrava a violência de não ter acesso à habitação adequada em plena Revolução Industrial. Imagine-se o que aconteceria em cidades latino-americanas, onde imperava a escravidão. Hoje, a população urbanizada e livre prevalece mundialmente, porém as camadas precarizadas são mais amplas e as formas de violência mais diversas. Produzida a “cegueira” os fundamentos dessa situação não são vistos como intrínsecos à produção da cidade e do urbano.

Atualmente, parece importar cada vez menos o lugar de que estamos a falar, seja de cidade europeia, seja de americana ou de brasileira. Seja Belo Horizonte, São Paulo ou de qualquer metrópole da América Latina, pouco importa a cidade quando a análise é sobre a universalização da relação capital, trabalho e terra, que conforma a tendência global da reprodução capitalista. Todavia importa, sim, cada povoado, devido a essa mesma tríade, quando se objetiva estabelecer a particular movimentação do valor na produção do espaço e a crítica dos processos da reprodução do capital no setor imobiliário.

De forma que tem importância considerar como o espaço de cada cidade foi historicamente produzido e instrumentalizado. Cabe considerar como essa instrumentalização diferencia dialeticamente a relação tempo-espaço e dimensiona a morfologia urbana. Tanto é assim que, desde as primeiras crises da segunda metade do século XX, essa dialética tem se mostrado relevante para o entendimento da acumulação e sobrevivência do capitalismo. Para Lefebvre (1999, p.163) o “imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo”.

Nas tramas da urbanização-industrialização mobilizavam-se caoticamente empresas as mais variadas – industriais, comerciais, financeiras – e inclusive o trabalho familiar na chamada “autoconstrução da moradia” com relações dissimuladas pelo urbanismo imobiliário preparando espaços desiguais para a sobrevivência do capital e a produção de cegueiras.¹ A pandemia intensifica a crise social, econômica, sanitária e a conhecida “lógica da desordem”, que as regras de confinamento e distanciamento social evidenciam em situações urbanas tão desiguais quanto injustas. Ao lado da transmissão da doença, a superposição das crises mundiais e nacionais atentavam para a gravidade do momento. De fato, nas últimas décadas, insurgiram processos multifacetados na crise de 2008, depois nos movimentos de 2013, passando pela movimentação política e militar entorno do golpe parlamentar e em seguida a linha de políticos que vieram a assu-

1 Em debate sobre como “Salvar a cidade”, Lefebvre (2016, p.106) opina que o “imobiliário” sempre foi menor, porém mudou completamente e estaria transformando-se em algo central à produção capitalista por exercer “uma função essencial: a luta contra a tendência à baixa do lucro médio”.

mir o governo federal. Todavia, a penúria já vinha de antes com a reestruturação capitalista combinando a situação crítica da economia com novas tecnologias e emergência do financeiro.²

A pandemia vem revelar como a maioria das cidades em diferentes países está despreparada para enfrentar o vírus junto com as demais crises, tal é situação de catástrofe sanitária. Inclusive, pode-se verificar que esse despreparo tem raízes profundas, que se manifestam desde a reestruturação liberal do capitalismo deslanchada nos anos 1970. Neste capítulo, se procura discutir como esse despreparo vem sendo provido histórica e estruturalmente pela maneira como a produção capitalista do espaço tem construído as cidades e instrumentalizado o imobiliário. Sinal desse despreparo seria a sucessão de crises acobertadas por necessidades urbanas “ilusoriamente satisfeitas”, um empobrecimento da imaginação urbanística que para Lefebvre (1999, p.168) decorre da cegueira produzida pela “pressão prática e ideológica da propriedade privada (a da terra, se junta à dos capitais)”, quando “terra” e capital atuam em conjunto.³

Essa atuação floresceu bem antes da pandemia e, em 2006, foi exercida quando a “taxa de despejos em áreas de baixa renda de cidade antigas, como Cleveland e Detroit, repentinamente explodiu” e no ano seguinte ao atingir “a classe média branca, nas áreas urbanas e suburbanas”. Para Harvey (2011, p.4) foi como se a população americana atingida por “um Katrina financeiro” implicasse no tamanho da crise.

A crise nessas cidades americanas tinha a ver com a mundialização da economia e revelou esses laços. Essa mundialização da crise mostra como é intensa a vinculação das dinâmicas imobiliária e financeira afetando os negócios com imóveis em todos os continentes. Agora, a pandemia recente evidenciou, também, que esses fatos são mais que um descuido com a população e o ambiente, eles expõem uma destruição metabólica presente na relação capital e trabalho com a natureza. Restou que a pan-

2 Brenner (2003, p.131) mostra que “a ascensão do setor financeiro foi conquistada apenas ultrapassando-se uma sucessão de sérias crises”.

3 Marx (1983, p. 237) no capítulo XLVI ressalta o “poder descomunal a que essa propriedade fundiária dá origem, quando reunida na mesma mão com o capital industrial, habilita este a praticamente excluir da Terra, enquanto sua moradia, os trabalhadores em luta pelo salário”.

demia não foi prejudicial a muitos interesses e ficou visível que o setor imobiliário até se ativou.

Na crítica daquela movimentação explosiva da população americana, Harvey (2011, p.10) alertou que na crise as “perdas dos que estão na base da pirâmide social quase se igualaram aos extraordinários ganhos dos financistas na parte superior”. Sendo assim, há elementos que sugerem: a intensificação da dinâmica imobiliária durante esses anos pandêmicos com a Covid-19 pode ter sido mais violenta e perversa.

A crise tem várias dimensões. [...] Como qualquer crise essa vai acentuar as desigualdades de renda: mais pessoas pobres, mais informalidade e possivelmente mais violência. A pandemia está exacerbando todos os males que já existiam antes de ela aparecer. (Salama, 2021, p.45)

O movimento do valor na produção do espaço, conforme se discute neste capítulo, delinea as condições contraditórias de reprodução do capital e da instrumentalização das propriedades do espaço e do dinheiro no setor construção. O pressuposto em discussão é de que a prominência do capital fictício sobre a construção financeirizada instrumentaliza o espaço e, também, o tempo. Há uma instrumentalização da “terra” e do “dinheiro” na circulação, na produção, no consumo cujo fim é a captura de valor.

Nessa discussão, procurar-se-á fazer notar que a urbanização contemporânea está caracterizada pela captura de rendas por meio da generalização da forma-condomínios e, até mesmo, por megaprojetos ou pela incorporação de quadras e reconstrução de bairros inteiros. Essa mobilização do espaço é uma homogeneização da produção e da apropriação rentista por meio da difusão do condomínio como forma de propriedade emergente.⁴

Em São Paulo, consolidou-se um desenvolvimento do produto imobiliário fragmentado que percorreu, praticamente, todo o século XX, captando a riqueza pela instrumentalização do espaço.⁵ Atualmente, essa

4 Essa forma é “fetichismo da forma-mercadoria exposto por Marx, mas de uma mercadoria especial – o espaço como totalidade em fragmentos, propriedade imobiliária, meio de hierarquizar e segregar – que toma forma de ‘realidade autônoma’ (na aparência) da ‘coisa do dinheiro’” (Tone, 2010, p.IV).

5 A lei de condomínios permitiu a venda de apartamentos, um fragmento do edifício, que já é uma fragmentação da cidade. Intermitentemente, outras legislações, em di-

fragmentação revela-se algo mais que isso, pois impacta o urbano inteiro com uma experiência de organização da vida na cidade. Trata-se de flexibilizar a propriedade absoluta da terra, uma desabsolutização, levada a efeito por uma legislação instrumental do espaço que homogeneíza a sua apropriação e permite mobilizar a propriedade de parcelas e incrementá-las. Tanto pela fragmentação territorial, que loteia e espraia a cidade, como por uma verticalização que intensifica o uso do lote, demolindo casas e quarteirões para reconstruí-los até o céu. Essa plural e intensa fragmentação movimentava números enormes e extrema o gradiente de preço e qualidade do espaço atribuídos ao imóvel. Porque o preço da propriedade imobiliária tem que se adequar à capacidade das famílias de pagarem pelo espaço. É uma adequação econômica que, praticamente, impede o acesso das famílias à moradia porque maximiza o aluguel e tende a distanciar os preços imobiliários do preço do trabalho, dos salários.⁶

Essas homogeneização, hierarquização e fragmentação do espaço mobilizam e maximizam a renda capitalizada na reprodução do capital na construção. Esses processos impactam a (produção da) cidade como um todo, e tornam a valorização imobiliária de qualquer espaço privado manipulável pelas finanças. A consequência é em favor da propriedade e, como será discutido, para aqueles agentes que se beneficiam do máximo preço de mercado implicando em endividamento das famílias e em aumento da população em situação de rua.

Reprodução do capital na construção da cidade

Nesse item, o ponto a destacar é o papel assumido pela propriedade da terra na cidade brasileira, tanto histórico pelo caráter patrimonialista da ocupação territorial como pela relevância dessa propriedade na atual globalização.

ferentes instancias, instituíram toda uma arquitetura da fragmentação imobiliária e financeira, o desenvolvimento do complexo da construção.

6 “O preço da moradia se estabelece a partir da maneira particular como essa mercadoria é produzida. A produção imobiliária apropria valor maior do que o criado no processo imediato de produção, enquanto o trabalho transfere um valor maior do que aquele que o remunera” (Campos Júnior, 2018, p.44).

O princípio é fato notório, o território a colonizar foi reservado como patrimônio para os nobres do Reino e a América Portuguesa foi toda loteada em capitanias, como se ela estivesse despovoada. A criação das capitanias hereditárias visava ir além da espoliação colonial limitada à extração de riquezas naturais. Ela mirava uma ocupação agrícola com a produção de produtos tropicais de exportação, como o açúcar. Pela instituição das capitanias, apenas duas lograram saldos a de São Vicente e a de Pernambuco.

Por essa premissa se pode dizer que na Colônia a camada dominante se empoderava a partir da propriedade. Mas não foi pela propriedade imobiliária porque era imprescindível que para o cultivo da terra, houvesse trabalho. O decisivo foi ter a propriedade de escravos. Atas da Câmara indicam que moradores da vila de São Paulo não tinham como se sustentar sem escravaria. Por isso, o projeto colonizador era, desde o início, submeter os indígenas e tomar as suas terras, mas não só. O sentido da colonização buscava a explorar comercialmente produtos para exportação, por isso impunha a simultaneidade da expropriação das terras e o uso do trabalhador escravizado.

Ainda durante o século XIX, não era a terra principal fonte de rendas; mas a labuta do escravo. Foi preciso que após a chamada Lei de Terras de 1850, a propriedade imobiliária funcionando como equivalente de valor tornasse viável os primeiros passos para a formação de um mercado de terras. Na época, em São Paulo não havia uma ostensiva diferenciação da moradia, todas eram construídas com taipa. A diferença cresceu e tomou força com o incremento da imigração, da urbanização e da construção com tijolos para venda ou aluguel proporcionando a possibilidade de captura de rendas imobiliárias. A princípio pela cobrança de aluguéis da casa-capital (até mesmo ou principalmente de casinhas encortiçadas), em seguida construindo palacetes por encomenda em bairros saudáveis. Aqueles com apelo europeu tal como Campos Elíseos ou Higienópolis, para valer mais! E pouco depois, no século XX, comercializando apartamentos apelidados de “gaiolas de ouro” ou casa-mercadoria em loteamentos da City. Dessa maneira, o imobiliário começa escancarando a porteira da urbanização!

A formação do mercado imobiliário é diferente e tem sua temporalidade em cada região e nem sempre impacta a cidade de maneira uniforme.

O seu desenvolvimento, a sua periodização e a sua distribuição espacial correspondem a distintas equações das ordens distantes com a produção imediata do espaço. Em São Paulo e no Rio de Janeiro na passagem do XIX para o século XX, em Vitória e Salvador, depois dos anos 1950, revelam diferentes sintonias entre os níveis e dimensões da produção global com a imediata. Porém, em todas as cidades a urbanização e a industrialização se impunham como processos que desenvolvem as condições gerais, tanto as sociais como as que se materializam no espaço. Entretanto, elas precisam estar disponíveis para a reprodução do capital em geral e, apesar das descontinuidades, no setor da construção teria que haver algum avanço técnico para que o imobiliário potencie o trabalho e mantenha a captura das diferentes formas de renda da terra. Além do uso extrativo de elementos materiais da natureza e de manipular a privação imobiliária mantem-se ganhos fundiários diferenciais em razão da heterogeneidade estrutural das formas de produção do espaço.

Por isso, ainda quando se preparava a República e lutava-se contra a escravidão, haviam começado os impedimentos ao uso da técnica da taipa e se estimulava a construção com alvenaria de tijolos. E como parte de o ocaso do Império, em São Paulo, a mudança na técnica de construção estava no bojo do projeto de fragmentação mercantil e de “branqueamento” da cidade, transformando-a em uma metrópole com traços alienígenas. Na época, o discurso moderno e industrial era deixar para traz os resíduos coloniais, pelo menos os mais aparentes; mas, o que aconteceu foi principalmente a recusa de emprego na construção ao trabalhador com ascendente autóctone ou africano.

Encoberta a branquitude privilegiada do europeu, a cidade entrava o século XX abalizada pela modernização que revela em sua morfologia urbana as diferentes condições espaciais de subordinação do trabalhador assalariado. Nesse contexto, o trabalho livre, especialmente, do imigrante italiano vinha patrocinar o crescimento material da cidade e se distribuía por diferentes profissões e ocupações urbanas. Os demais trabalhadores, os nacionais, especialmente, os indígenas e os negros, que construíram a São Paulo Imperial, se dissipavam pelo interior e outras regiões. Como afirma-se aqui e será exposto ao longo do capítulo a “questão é que um largo contingente da população sequer foi reconhecido como membro da

sociedade brasileira por sua condição cativa e liberdade de forros, libertos e africanos livres foi marcada pela precariedade” (Ferreira; Melo, 2021).

Ainda nos preparativos da sociabilidade republicana, a cidade de São Paulo foi totalmente reconstruída em tijolos e aqueles que a tinham construído em taipa foram banidos. Na prática esses antigos trabalhadores não mais encontravam emprego que permitissem a eles uma permanência digna na capital. Os antigos construtores, tal como a antiga técnica construtiva não faziam parte da República. Os taapeiros foram proibidos pela legislação, os demais foram simplesmente descartados.

Essas breves anotações da construção de São Paulo observam particularidades importantes da reprodução do capital (e do trabalho de construir). Essa história cultivada apenas pela óptica da indústria produz cegueiras, seja porque a urbanização não é determinada pela industrialização, seja porque a construção, apesar de industrial, não é uma atividade fabril. Cabendo atentar que o preço de produção da mercadoria imobiliária, o edifício, a casinha ou o apartamento, não regula o preço de mercado e nesse se inclui a renda capitalizada. O preço da mercadoria regula a renda porque essa (a renda fundiária) resulta do lucro extra formado na produção. Entretanto, cabe distinguir o contrário: quando o preço monopolista do imóvel é formado pela renda imobiliária.

É preciso distinguir se a renda decorre de um preço de monopólio por existir um preço de monopólio dos produtos ou do próprio solo dela independente, ou se os produtos são vendidos, por um preço de monopólio porque existe uma renda. (Marx, 1983, p.239)

Frente ao exposto, cabe salientar a necessidade de articular os diferentes níveis da produção do espaço como investigação histórica e compreensão de continuidades, discontinuidades e possibilidades de rupturas presentes nas contradições. Articular o movimento do valor nas ordens distante e próxima, buscando compreender como mudanças globais e imediatas se manifestam nas formas e na produção do espaço.

Primeiro, embora o valor-capital em sua movimentação apresente um desigual desenvolvimento industrial tende a particularizar-se no setor da Construção porque este não se desenvolve como um processo

fabril de produção. Nesse sentido, na atividade da construção o capital segue a movimentação do valor comum aos setores da produção industrial, porém difere ao que esta atividade se aproxima da economia imobiliária.⁷ Enfim, a indústria imobiliária assume uma característica setorial de grande visibilidade, que vai além da construção de bens imobiliários, uso habitacional e outros, e chega à produção de obras de infraestruturas, que reforçam as suas características de criar produtos fixos e estruturados no espaço. Assim, a atividade mostra ampla complexidade produtiva e apresenta uma peculiaridade nos produtos construídos que o difere de qualquer produto industrial.

Em qualquer produção industrial para a reprodução de capital ocorrer, a relação fundamental é a de exploração do trabalho. A partir dela o dinheiro se valoriza e produz valores de uso. E é por essa produção de utilidades associada à produção de mais-valor que se compreende a acumulação capitalista. Esse duplo processo torna possível a crítica de relações que se mesclam na criação, realização e distribuição da riqueza. De maneira que é sempre o processo de valorização estabelecido na exploração do trabalho o fundamento essencial para a reprodução do capital e para a produção de mercadorias. Nesse sentido, é que a produção da cidade capitalista, historicamente, combina a exploração do trabalho (capitalista ou não) de construir com os processos espoliativos. Essa combinação do processo de exploração com processos espoliativos, desde sempre, particularizou a reprodução do capital no ramo da Construção por proporcionar, além dos ganhos de capital, rendas advindas da propriedade. A grande contribuição da economia política clássica foi mostrar que o movimento das mercadorias encontra sua lógica na produção do valor. Mas, também, demonstrar como o valor é distribuído de acordo as formas de propriedades que tomam parte no processo de produção capitalista.

As formas capitalistas – o salário do trabalhador, o lucro/juros do capitalista e a renda do proprietário da terra – foram discutidas, em *O capital*, como relações da movimentação do valor entre as três grandes classes sociais determinadas pela produção. Na distribuição essa movimenta-

7 Para Granelle (1998, p.8) a economia imobiliária tem por objeto de análise o mercado de bens imobiliários e os efeitos da intervenção pública nesse mercado. E considera o imobiliário um bem durável, heterogêneo, localizado e ativo real.

ção é forma ilusória do mundo do dinheiro em que vivemos. Na fórmula trinitária, Marx (1983, p.271) esclarece que expressos pelo dinheiro “os três rendimentos – juros (em vez de lucro), renda, salário – são três [...] partes do preço”. Como o valor é trabalho, cabe distinguir o que representa a parte da terra.

Por esse fetichismo, seja pela perspectiva do valor (do produto ou do valor em geral), seja pela perspectiva do preço pode-se entender que a produção capitalista do espaço está subordinada à mesma condição de reprodução do dinheiro investido e também de repartição dos rendimentos. Porém, no processo de valorização e na distribuição do mais-valor esses movimentos podem expressar em dinheiro particularidades distintas relacionadas ao capital, ao trabalho e à propriedade da terra.

Cabe ampliar o aspecto dessa discussão referindo à propriedade da terra, que tem sido considerada às vezes funcionando como um ativo capaz de geral potencialidades. No passado foi frequente a menção à propriedade da terra, como uma reserva de valor. Nessa função de reserva foi, muitas vezes, interpretada como um obstáculo à acumulação e à continuidade da produção. Por isso, é relevante que, atualmente, essa propriedade não assume apenas essas posições, de reserva ou de falso custo.

Nessas funções, ela pode ser vista como se fosse um empecilho. Mas, ao contrário, na urbanização contemporânea, a propriedade do imóvel funciona como um estímulo para os negócios. Para distinguir a função atual dessa propriedade é preciso ter em conta que o processo de valorização imobiliária não se resume à exploração do trabalho sendo relevante considerar a renda capitalizada. Isso porque a capitalização da renda da terra pode pausar ou potencializar o movimento do valor, justamente porque tende a maximizar o preço imobiliário. Ou seja, embora a propriedade potencie e maximize o valor, ela pode ser, simultaneamente, o elemento essencial da crise.

A amplitude dessa discussão, no capítulo XLVI em *O Capital*, sobre a renda dos terrenos para construção, como vimos acima, leva a necessidade de identificar o sentido da relação entre a renda e o preço de monopólio. (A especulação será indistinta porque ocorre, ocasionalmente, em todos os setores). O sentido dela varia conforme a renda capitalizada e o valor-trabalho participam ou não da composição do preço final do imóvel.

Embora ambos sempre estejam presentes cabe identificar a relevância de cada elemento (“terra e trabalho”) no processo de valorização imobiliária e estabelecer uma distinção.

Primeiro, quando o valor do produto é gerado pelo “excesso” de trabalho na construção e como um excedente, acima do valor em geral, essa mais-valia pode ser transferida para outros setores. É nesse sentido que se diz que a exploração dos trabalhadores da construção produz mais-valor que é transferido para outros setores e contribui para contrarrestar a tendência à queda da taxa média de lucro. Segundo, quando o preço final do imóvel representa valor “em excesso” e captura valor criado em outros setores. Preço final elevado é maximizado e demarcado acima do preço de monopólio que tenderia a atingir. É nesse sentido que se diz que o imobiliário espolia a sociedade inteira. Não é algo ocasional, mas uma estrutura em que todos pagam em excesso!

Pela distinção entre essas duas dinâmicas entende-se que a valorização imobiliária tem como principal ora o ganho com o “atraso industrial” na produção do imóvel geradora de renda fundiária, um “excesso” de trabalho que transfere valor. Ou, ao contrário, quando é a renda capitalizada a responsável pelo elevado preço final do imóvel, capta valor. Há estudos que priorizam uma ou outra, mas as duas dinâmicas se apresentam. A valorização combina na produção a presença fundiária com a exploração da força de trabalho e na circulação com a renda imobiliária, ainda, acrescenta-se valor. Acréscimo esse no preço final pago por aqueles que no mercado tem capacidade de pagar e exercer a preferência pagando mais. A especulação pode ocorrer, mas não serve para distingui-las porque atua cegando a distinção e obscurecendo a importância da renda e da propriedade.

Mas todo enigma desse envolvimento da renda com a produção do espaço reside em que na reprodução do capital aplicado na construção (imobiliária e da) cidade os preços combinam valorização/capitalização: valorização do valor e capitalização da renda. No imobiliário estamos a falar sempre em preços monopolistas, porque do ponto de vista do capital há que pagar renda em qualquer que seja a terra e se atentarmos para cidades como as latino-americanas, esse imperativo explica a persistência de formas não-mercantis na cidade, porque há quem nada pode pagar.

O imperativo de pagar a renda capitalizada é algo que não se impõe nos produtos das demais indústrias. Porém, no imobiliário, historicamente, mesclam-se os processos de valorização do capital e de capitalização da renda como se não houvesse distinção. Um é industrial: o processo de exploração do trabalho por meio da produção imediata da construção busca reduzir o valor do produto e gerar lucro e renda. O outro é tipicamente urbano: provoca a elevação do preço final da mercadoria. Não é uma elevação ocasional do preço, mas uma determinação do preço final que se avanteja com as condições gerais pela disputa e captura de valor externo ao setor.

Essa combinação de dinâmicas e processos no setor imobiliário permite que o empresariado na construção possa optar por não desenvolver a produtividade do trabalho, mas priorizar formas espoliativas para aumentar os ganhos rentistas com a propriedade. Essa escolha empresarial pela espoliação aprofunda a violência estrutural enraizada na história deste setor industrial.

Dissolução urbana e financeirização

A emergência da financeirização e da grande incorporação na produção do espaço caracterizam a urbanização na passagem para o século XXI. A instrumentalização do espaço afeta a reprodução do capital em seu movimento geral e, particularmente, no imobiliário pela formação de preços políticos, “excessivos” com relação ao seu valor econômico. A consequência é o paradoxal aumento do número de imóveis desocupados e, concomitantemente, o aumento da população em situação de rua.⁸

8 Em outubro de 2011 os abrigos públicos de Nova York acolhiam 41.204 “homeless”. Apesar do número significativo, importa lembrar que metrópoles centrais não apresentam o drama das grandes cidades latino-americanas. A FIBGE constatou que, em 2010, o Brasil contava com 6.329 “aglomerados subnormais”, denominação que abarca favelas e outras condições de precariedade. Nessas condições viviam 6% dos brasileiros, o que representa cerca de 11,5 milhões de habitantes, um número maior do que a população de muitos países. O censo da prefeitura paulistana, de 2009 a 2011, indica que a população em situação de rua passou de 13.666 para 14.478, uma quantidade menor que a de Nova York, mas é um acréscimo de 6%, que poderia implicar maior atenção para o problema.

Esse paradoxo se insere no bojo da mudança em que a urbanização subordina o ganho com a exploração industrial do trabalho de construir e, simultaneamente, maximiza a instrumentalização do espaço na promoção imobiliária e generaliza a incorporação e o condomínio. Assim, a visibilidade desse paradoxo evidencia, a cada dia, a contradição que se dissimula, porém persiste. Essa contradição tem sido visibilizada por questões que se formulam sobre cidade com foco na precariedade do consumo ou na pobreza urbana, mas muito pouco com foco na exploração e na espoliação presentes na pauperização por meio da produção do espaço. Entretanto, a combinação desses processos dilapidadores se reproduziu, durante todo o século XX, favorecendo a instrumentalização e a flexibilidade da propriedade privada do espaço para maximizar a valorização imobiliária.

A função da favela e de sua generalização é validada como forma de morar que se impõe como solução urbana dominada pela industrialização. No livro *Planeta favela*, Davis (2006, p.13) indica que, pela “primeira vez, a população urbana na Terra será mais numerosa do que a rural”. Mas, na virada para este século, a forma incorporação e a apropriação sob a forma de condomínio, também, se generalizam como solução de moradia urbana. Assim, polariza-se a desigualdade; de um lado, o condomínio, como o produto imobiliário de mercado por excelência; de outro, a sua solução residual, alinha favelas, cortiços, ocupações e a população em situação de rua.

No Brasil, a institucionalização da securitização, da propriedade fiduciária, e de outros mecanismos de crédito e financiamento imobiliário se constituíram em partes significativas dessa virada. Royer (2014, p.122) indica que a “securitização promoveu mudanças consideráveis no sistema financeiro mundial, especialmente quanto à dispersão dos riscos dos ativos financeiros”. Implementaram-se como maior velocidade políticas urbanas de cunho liberal, empresarial e privatista para a produção habitacional ligando o imobiliário e o mercado de títulos.

A instituição da alienação fiduciária, Lei n.9.514/17, permite o acesso à habitação por aquisição via financiamento subsidiado, mas visa facilitar a retomada do imóvel pelo credor. A alternativa à compra da moradia por essa via do crédito era, também, uma política subsidiada de acesso à habitação por aluguel, que sempre apenas se esboça. O relevante dessas vias

subsidiadas é a pretensão de eliminar as alternativas que não constituem mercado e mantém (in)solúvel a questão da moradia.

Essas alternativas de crédito subsidiado envolviam uma maior participação do Estado e das finanças atraindo grande interesse. Porém, não significaram avanço para a solução do problema habitacional a despeito de alimentarem os negócios. E o crédito sem subsídio vem revertendo em trabalho futuro cativo em razão de um assombroso endividamento das famílias. Essas faces da virada neoliberal⁹ na política habitacional emanam da aproximação entre o financeiro e o imobiliário e ocorreu em diferentes países, a partir de uma perspectiva mundial e planetária da urbanização.

Essa proximidade entre empresa imobiliária e fontes de financiamento, que a securitização viabiliza, favorece a atuação de fundos financeiros nas políticas públicas e implica dominação financeira. Essa dominação faz que a propriedade imobiliária (terreno ou/e edifício) funcione como uma potência da valorização na reprodução do capital. Essa potência alavanca a valorização fictícia com a propriedade da terra e também com o dinheiro, uma capitalização interna ao setor imobiliário. Cria-se, também, um contexto em que o capital financeiro potencializa preços monopolistas imobiliários exorbitantes, que capturam valor econômico de outros setores. Toda movimentação ocorre na (equalização da taxa de lucro ou/) relação em que mercadorias (desiguais) como edifício, a terra e o trabalho aparecem na composição do valor. No valor do produto (e no valor em geral do capital social total) aparecem como se tivessem o mesmo tipo de presença na criação, distribuição e realização da mais-valia. Já mencionamos que a equalização no movimento valor dessas mercadorias desiguais é um fetichismo capitalista, que a chamada fórmula trinitária procurou elucidar, mas o liberalismo ideológico continua a mitificar.

O insucesso das políticas, particularmente das habitacionais, e o acirramento das crises recentes provocou “um questionamento da ideolo-

9 Insistimos na denominação de neoliberal no sentido de que o desenvolvimento imobiliário assume mais claramente uma perspectiva definida pelo capitalismo liberal. A propriedade absoluta da terra estorvava à reprodução do capital na construção, apesar de ela ter tornado possível essa reprodução. A partir das inovações estabelecidas a renda e propriedade da terra passam a ter reforçado o seu papel maximizar o ganho imobiliário e de contrabalançar a tendência decrescente da taxa de lucro.

gia do neoliberalismo, ligando ao termo, no mínimo, algumas conotações negativas” (Brand; Sekler, 2010, p.11), tendo criado os chamados refugiados sociais. Era uma consequência perversa, que falseava a verdadeira natureza do problema habitacional e urbano. A urbanização contemporânea se diferencia de momentos anteriores pelo *boom* imobiliário e pela presença de bancos catalisando o sistema financeiro mundial. Essa constelação configura para as camadas dominantes a necessidade de se prepararem para um cenário complexo de enfrentamento pós-neoliberal com rearticulações anticapitalistas explosivas e espontâneas, inclusive das camadas médias. A gravidade da situação evidencia a necessidade de enfrentar a histórica incapacidade da burguesia de prover moradia digna e frear a barbárie urbana que significa a violência do desemprego, da habitação tomada pelo banco e dos despejos de inquilinos.

A perversidade dessa precarização revela a regular incapacidade com que o Poder Público tem operado nas diferentes conjunturas, mas especialmente a cegueira dos problemas na construção da cidade. As inúmeras propostas habitacionais e urbanas parecem servir apenas para manter as ilusões urbanísticas e agravar o problema. O argumento da falta de planejamento pode até ser real, mas obscurece a presença omissa e a real finalidade dos planos, das obras e das ações articuladas entre o setor privado e o público. Em tal articulação é a banalização dos planos urbanos que importa ser discutida como ela é produzida socialmente e encontra seu fundamento na particular reprodução do capital na construção. Faz-se planos para viabilizar o imobiliário, o financeiro e até empregos, mas não propriamente a cidade e banaliza-se, nesse urbanismo, a vida urbana.

Essa dissolução urbana acompanha a aceleração das atividades imobiliárias e financeiras pela desabsolutização, que “afrouxa” a regulação da cidade alimentando a competição capitalista.¹⁰ Por meio dela, a valorização imobiliária tem aumentado a volatilidade dos preços e a velocidade da reprodução do capital. O conhecimento dos mecanismos dessa exacerbada elevação de preços pode ser considerado uma maneira de evitar essa barbárie, porque permite a crítica de ilusões contemporâneas ao deslindar

¹⁰ A desabsolutização da propriedade imobiliária já vinha da legislação sobre a propriedade condominial, que deslanchou a chamada verticalização na área central de São Paulo, nos anos 1920.

como um urbanismo sem urbanização instrumentaliza o espaço e maximiza a formação de renda e preços de monopolistas para os produtos imobiliários. Ou seja, a formação de preços elevados injustificáveis do ponto de vista da produção industrial, mas perfeitamente compreensíveis se vistos do ponto de vista político e do interesse de rentistas que privatizam a cidade e o aparelho de Estado.¹¹

A formação de preços monopolistas para o monopólio de cada produto imobiliário significa um enigma da reprodução do capital que, pela cegueira sobre particularidades na construção (imobiliária e) da cidade, tem permanecido encoberto. Talvez esse obscurecimento, histórico, estrutural e setorial, se deva, em parte, à ênfase na explicação por elementos externos ao imobiliário, que são apenas circunstanciais. A circunstancialidade mais que a externalidade não se aproxima dos mecanismos da reprodução setorial e estorva a compreensão estrutural dos movimentos internos do capital. Isso vem acontecendo com a discussão do chamado “atraso” industrial da construção, como parece estar acontecendo com os “avanços” da financeirização sobre construção, que dizem transformaria a terra em um ativo, desconhecendo-a no seu antigo papel de ativo imobiliário.¹²

De maneira que uma preocupação dessa discussão é apontar que a associação entre imobiliário e finanças é a circunstância contemporânea que mais exacerba a formação de valor “excessivo” e de preços exorbitantes no mercado e que a explicação da formação de preços monopolistas para os imóveis independe dessa circunstância. Por isso, são os próprios preços de monopólio que exorbitam e pela “excessiva” elevação do preço (e da renda) criam um número inusitado de “sem tetos” e, simultaneamente, de

11 Há quem fale em “caçadores de renda” porque não se refere apenas à renda da terra, mas a um ganho que agentes e grupos se organizam para obter ganhos “extramercado” controlando a ação do Estado. Conforme, Bresser Pereira (2001) é tradução literal de *rent-seeking*, com origem na economia neoclássica e corresponde ao sentido que na literatura brasileira se dá à privatização do Estado.

12 Vale frisar que um sinal do obscurecimento dos processos da construção é como se discute a caracterização da indústria da construção e a composição do capital no setor. Desconsidera-se que a construção não é fabril e o predomínio da visão industrial destaca processos que não dão conta dos movimentos do valor na produção imobiliária. Atualmente, o atraso desse conhecimento faz com que a ideia de ativo financeiro suplante a da renda capitalizada no enigma da propriedade da terra e o capital.

imóveis desocupados porque não há como pagar os aluguéis. Não é por acaso, mas um sinal dos tempos, que se tornou frequente o despejo para quitar dívidas, chegando a atingir recordes assustadores entre moradores indignados na pandemia.

Durante a pandemia tentou-se proteger as famílias dos despejos. No Brasil, houve embates entre o Congresso Nacional e a Presidência da República na promulgação de uma lei que, em razão da Emergência de Saúde Pública decorrente do Sars-CoV-2, suspendia o cumprimento de medidas judiciais de despejo. Essa lei foi vetada pelo presidente da República, mas foi restabelecida com a derrubada do veto pela Câmara e pelo Senado. Trata-se de um imbróglio típico de imóveis alugados funcionando como casa-capital.¹³ No caso da compra financiada, a devolução da propriedade é ao banco ou outra instituição financeira. Em qualquer dos casos, o que prevalece é sempre a desposseção – violenta – da moradia em razão da propriedade; no primeiro caso, do imóvel e, no segundo, da propriedade do dinheiro.

Cabe discutir até que ponto houve processos que poderiam ser considerados de acumulação primitiva ao manter imóveis vazios ou áreas subocupadas na cidade, por meio da desposseção. Em princípio, esse teria sido um dos inúmeros artifícios utilizados para funcionar de proteção para o capital local ante a concorrência com terrenos à espera de valorização. De um lado, proprietários de dinheiro e de imóveis concorrendo por renda; de outro, o trabalhador carecendo de moradia. Nos dias de hoje, a proteção do imobiliário ao capital está tributário à proeminência das finanças, até mesmo dos laços com os processos globais e os movimentos do capital fictício.

Criadas condições seguras para maior ingresso de capitais na construção, a forma de produção do espaço mudou. Provavelmente, a mais importante tenha sido a propriedade fiduciária pela qual a construção se reduz a dominância industrial, passando o controle econômico a ser regido pela lógica financeira. Por essa lógica, as condições gerais materialmente fixas na cidade são relativizadas pela proeminência de instituições financeiras e de novas condições que não são fixadas. Com isso verifica-se uma autonomização relativa do valor da construção em relação às condições

13 Mais de 27 mil famílias sofreram despejos durante a pandemia no Brasil e 132 mil seguem ameaçadas. Cf. Brasil de Fato /DF em 15 de março de 2022.

materiais. Mas, por consequência, esse valor conquista mobilidade mercantil e a possibilidade de potencializar valorização não só nas áreas centrais.

Junto com essa mudança, os produtos imobiliários alteram a forma do produto e a forma de produzir. Antes, imóveis localizados e próximos das áreas melhores, os construtores procuravam criar um produto que melhor pudesse se apropriar dessas condições. Depois, com a mescla do financeiro com o imobiliário na construção, a velocidade dos negócios imobiliários aumentou e se diversificou. Esse movimento da valorização imobiliária não foi acompanhado pelo setor público, que pela (lógica da) desordem não cuidou de atender o incremento da construção, que ele mesmo fomentava. Assim, num duplo movimento, o mercado afastando-se das áreas centrais, criando produtos novos e condições urbanas (aquela infraestrutura) que o Estado não oferecia, a grande incorporação criou de maneira espetacular; mas, sobretudo, artificial. O outro movimento, das incorporadoras, sobretudo médias e pequenas foram as demolições com reintegração de lotes e imediata comercialização com rápida reconstrução oferecendo o maior número de unidades em edifícios de altura nunca vista. Essa reurbanização e verticalização ocorreu especialmente nas áreas de estruturação metropolitana e de urbanização consolidada “foco do interesse ininterrupto do mercado imobiliário”.¹⁴

Tamanha alteração nos produtos e nas formas de construir a cidade apresenta configurações impressionantes, que despertam nova atenção. O urbano é, hoje, o contrário de ser o lócus privilegiado de reprodução da força de trabalho, como afirma Castells (2006) e tornou-se menos ainda o lugar do encontro da perspectiva lefebvriana. A dissolução urbana faz da cidade apenas uma alternativa para a acumulação do capital, com todas as consequências que a instrumentalização do espaço metropolitano acarreta para a valorização imobiliária.

Enfim, ao contrário do desígnio da produção industrial e do paradigma da industrialização, exacerba-se com a urbanização uma lógica rentista de produção da cidade. No século XXI, o rentismo é especialmente ampliado pela proeminência financeira na construção, ao instrumentalizar,

14 Cf. Informes urbanos, n.50, p.13. Esse documento detalha para o período de 1995 a 2000 a evolução total tanto do coeficiente de aproveitamento, como da taxa de ocupação por eixos e macroáreas.

simultaneamente, a forma de juro e a do aluguel, pela capitalização. Essa preponderância faz prevalecer uma apropriação “imprópria” e extrativa do valor, que para viabilizar tal extração movimentou o valor na construção mais pela valorização fictícia da propriedade do que pela acumulação real.

As consequências dessa movimentação do valor pela propriedade não são desprezíveis, mas o debate na economia política clássica foi amainado por algum tipo de cegueira. Porém, conforme lembra Mazzucato (2020, p.27), desde a crise de 2008, essa controvérsia tem se renovado e a autora, considerando a reprodução do capital em geral, indica suas implicações perversas:

Os impactos sociais, econômicos e políticos da extração de valor de são enormes. Até a crise de financeira de 2007, a porção da renda que cabia ao 1% mais rico da população norte-americana aumentou de 9,4%, em 1980, para chocantes 22,6%, em 2007. E as coisas só pioram. Desde 2009, a desigualdade vem crescendo mais rapidamente do que antes da crise econômica de 2008.

E provável que no setor imobiliário e em metrópoles como São Paulo essas proporções sejam ainda mais desiguais. Porque a nociva lógica desordenada da dinâmica urbana persiste na cidade latino-americana. Atualmente, há obras como o Parque Global São Paulo no eixo sul da marginal do Rio Pinheiros, uma apropriação imensa do espaço periférico industrial e suburbano para grandes incorporações, e, simultaneamente, em bairros consolidados como Pinheiros, Saúde ou Pompeia há demolição de casinhas e sobrados para dar lugar a uma verticalização mais intensa. Há inclusive um expressivo mercado de demolição, reconstrução e reformas de sobrados e apartamentos em áreas centrais. Com isso, novos gradientes de preços tornam ainda mais dilatado o leque das ofertas e vastos os valores imobiliários. Assim, a maioria encontra alternativa em algum lugar, porém aumenta a população que engrossa as fileiras dos sem teto.

Buscando concluir

A tônica da reprodução do capital na produção do espaço em São Paulo, a partir de fins do século XX, em diversos aspectos, levou à negação da cidade. E acarretou acirramento das contradições e conflitos pela dissolução urbana e consolidação, no século XXI, da transição para a metrópole. Essa aglomeração não é mais urbana, um espaço em razão da reprodução da força de trabalho, porque privilegia inteiramente o capital.

Uma enorme aglomeração multicêntrica, heterogênea reforçando processos espoliativos diversos e contribuindo com sua complexa hierarquia para a reprodução diferenciada do capital. Aparelhada como espaço metropolitano para movimentos mais abstratos do valor em geral, faz que a propriedade imobiliária, atualmente, fragmentada no espaço e no tempo, se descole do uso para atuar em razão da valorização fictícia por meio de instituições imobiliários-financeiros.

Esse é o caráter da urbanização contemporânea: metropolitana e instrumental à financeirização do espaço e do tempo, um sintoma da crise mundial. Modernas áreas concentrando densidade técnica e construtiva, mas despovoadas. Entram em contraste com áreas precarizadas e densamente povoadas. Embora de maneira diversa, em ambas as áreas, a população é espoliada. Porque, historicamente, a partir da formação do mercado imobiliário a instrumentalização do espaço combina valorização (pelo trabalho de construção) e capitalização (da renda de propriedades) tensionando o (duplo) processo industrial e urbano de construção da cidade. Ou seja, desde quando a capitalização da renda da terra começou a ter (alguma) importância na determinação do preço e da qualidade do imóvel a ser construído: o “imóvel” funciona como se fosse um capital.

Apesar de o imóvel, assim, funcionar e de a terra ter sido considerada um obstáculo à acumulação, a capitalização da renda revelou-se um artifício para a sobrevivência do capital ao ser instrumentalizada, como capital fictício, por agentes imobiliários e financeiros. Essa instrumentalização do espaço (e, hoje, também do tempo) tem implicação decisiva para a dinâmica da economia imobiliária. Tanto que, a medida em que o capital se desvencilha das amarras institucionais da propriedade absoluta da terra, o imobiliário, na passagem para o XXI, imbrica-se com as finanças e novas

instituições. Nesse novo contexto, o capital fictício ganhou proeminência na produção do espaço.¹⁵

Na transição metropolitana conexas à dissolução do urbano, a situação dos trabalhadores se agravou, em especial aquela das camadas mais pobres. Em meio a essa transição, o capital reestruturou a cidade, o imobiliário e as finanças dando nova existência aos negócios e à produção do espaço.

A maior presença da financeirização modificou a questão habitacional. E, agora no século XXI, com a proeminência das finanças, o flagelo da precarização urbana se apresenta globalmente, polvilhando crises, que deixam de ser em essência vinculadas à produção ou ao consumo industrial para, mais recentemente, assumirem características planetárias associadas ao imobiliário e ao financeiro.

Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. (Harvey, 2011, p.14)

A incorporação imobiliária, cada vez menos limitada ao edifício, adentrou este século acelerando negócios, alongando financiamentos e aproximando bancos e demais capitais na produção imobiliária e das infraestruturas. Esse avanço da instrumentalização, ao incluir as condições gerais, baliza a transição metropolitana. O crédito, uma condição geral não material, provoca uma verdadeira compressão espaço-tempo, tornando a valorização do imobiliário contemporâneo um oposto da sua lentidão tradicional. Trata-se de uma aceleração que objetiva a valorização, mas não necessariamente o processo de produção. De maneira que generaliza o despreendimento do valor da mercadoria de seu valor de uso para autonomamente realizar a capitalização da renda da propriedade de um imóvel “vazio”, portanto independente do consumo. São sintomas desse despre-

15 A absolutização criada pela Lei de Terras começou a desfazer-se com a lei sobre a propriedade condominial. Atualmente, tendo em vista leis mais recentes, podemos falar em avanços desse marco legal, tal como a Lei Federal n.1.377, de 2018, regulamentando a multipropriedade. A fragmentação no condomínio se restringe ao espaço, na multipropriedade a fragmentação é do espaço e, também, do tempo de uso.

der-se os negócios realizados muito antes do início da produção e, também, que obras iniciadas demoram anos para terminar. Além do agouro das elevadas taxas de vacância de imóveis.¹⁶

O envolvimento, maior, do imobiliário com as crises é sinal da relevância da função da renda capitalizada, como se fosse capital, na reprodução do capital em geral. Mas ela funciona como capital fictício, e essa relevância das rendas nos negócios é suportada por valorização fictícia contra o valor, que de fato sai reforçado apesar da perda do reconhecimento do trabalho de construir. Por isso, há cegueira e tensão no processo de valorização do imóvel (somatória da exploração e da capitalização), e dessa valorização com o processo de trabalho de construir, que atualmente tendem a subordinar-se à capitalização e não à exploração. E, apesar dela, ou melhor, por essa subordinação, predomina a ideia banal de “especulação”, que obscurece essas tensões.

O trabalho na construção nas diversas formas de produção do espaço segue dominado pelo avanço de relações capitalistas, agora sob acumulação financeira, tal como historicamente tinha acontecido sob acumulação industrial.¹⁷ Mas a generalização da espoliação revigorou a valorização imobiliária, na mesma medida em que ampliou esses processos a toda a sociedade. Cabe atentar que os processos de exploração e de espoliação se mesclam e disputam dominância nos movimentos da valorização do capital.

A combinação e a intensidade desses movimentos revelam irracionalidade. Neles a centralidade urbana torna-se o lugar e o instrumento, por excelência, de sobrevida do capital pelo espaço. Na perspectiva do assalariado há que temer pela vida e combater os processos espoliativos. Esses dissolvem o urbano, buscando capturar do valor social total a potencialidade da propriedade imobiliária render como um ativo imobiliário e dar fôlego à reprodução do capital.

Então, estariam expostos nessas notas os elementos cruciais. Inicialmente, na construção da cidade, a formação da renda associada à exploração do

16 Cabe notar que, como sempre, esse “novo curso do capitalismo não beneficiou até o momento as rendas do trabalho. O poder de compra do salário por hora de trabalho (compreendendo os benefícios sociais) continua a aumentar muito lentamente. Inversamente, as rendas do capital – pudicamente chamadas hoje de poupanças – conheceram uma verdadeira explosão” (Chesnais et al., 2003, p.23).

17 Veja Engels (1975) para o caso inglês, e para São Paulo, pode ser Pereira (1988, 2018).

trabalho se formava com o lucro extra, o preço monopolista do imóvel. E, portanto, realiza um valor acima do preço de produção, que tem como fundamento o uso produtivo do capital e do trabalho. O fator desse fundamento é que a pressão do capital sobre o trabalho dificulta que o salário alcance o montante a ser pago para a aquisição da moradia. O preço do imóvel tende a se formar a partir da renda (imobiliária), na mesma medida em que a renda (fundiária) se forma a partir do preço imobiliário. Nessa dinâmica, ambas as rendas tendem a maximizar o montante do fictício do valor no preço monopolista. Elas, na urbanização contemporânea, como rendas capitalizadas, formam o preço monopolista do imóvel, a ser construído. Assim, não é a construção (o custo de produção) que dita o preço de venda, mas o mercado que indica o que será construído pelo preço que será vendido o imóvel. Por isso, exacerbam-se os processos espoliativos que tendem a maximizar as rendas e os juros em detrimento da forma-lucro. Ou seja, acabam por condicionar a valorização real do produto em função da valorização fictícia.

Esse movimento valorização-capitalização está no feixe da transformação (dialética) entre valor e preço. Ele apresenta uma tendência contraditória porque, um lado, é o mais-valor gerado no processo de criação do valor (do produto) que se transforma em preço (de mercado), e, outro, é a captura da mais valia social pela propriedade que maximiza o preço (de mercado). Esse preço mercantil representa o valor (imobiliário) cuja representação exorbita, suplantando limites esperados. Isso porque esse preço maximiza valores altos já que produzidos com exploração absoluta do trabalho e baixa composição técnica do capital. Não é por acaso que a imprensa discute a pobreza, mas não sobre o que essa se fundamenta. Fala em desigualdade, mas mantém oculto os processos de valorização-capitalização e, especialmente, como esses mesclam exploração e espoliação pauperizando a população.

Em resumo, pretendeu-se relevar a função estratégica da propriedade no movimento global do valor total do capital e, particularmente, no setor imobiliário pela captura de rendas com a propriedade da terra e com a do dinheiro. Discutiu-se como a sustentação rentista da valorização imobiliária arraiga-se na renda capitalizada e que ela ganha atualidade nos processos espoliativos do crédito e do endividamento. Entende-se que por essa sustentação o capital fictício passou a dominar a construção e a metrópole, a pandemia só fez intensificar esses processos.



Referências

BRAND, U.; SEKLER, N. (Org.) *Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BRENNER, R. *O boom e bolha*. Os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. Valorização do capital na produção imobiliária: distanciamento entre o preço da moradia e o salário. In: PEREIRA, P. C. X. (Org.) *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018. p.40-54.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. [1.ed. 1972].

CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975. [1.ed. 1845]

FERREIRA, S. R.; MELO, P. A. Cidadania negra e indígena no Brasil: um sonho impossível? *Folha de S.Paulo*, 20.11.2021, p.A14.

FERRO, S. *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto Editores, 1979.

GRANELLE, J.-J. *Économie immobilière. Analyses et applications*. Paris: Economica, 1998.

GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2004. [1.ed. 1972]

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011. [1.ed. 2010]



LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. São Paulo: DP&A, 1999. [1.ed. 1972]

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. [1.ed. 1970].

_____. *Espaço e política*. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. [1.ed. 1972].

MAZZUCATO, M. *O valor de tudo*. Produção e apropriação na economia global. São Paulo: Portifolio-Pinguin, 2020.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Volume III. O processo global da produção capitalista. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro (O processo global da produção capitalista). v.VI. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. [1.ed. 1894]

PEREIRA, L. C. B. *Estratégia e estrutura para um estado novo*. Brasília: Enap, 2001. Texto para discussão.

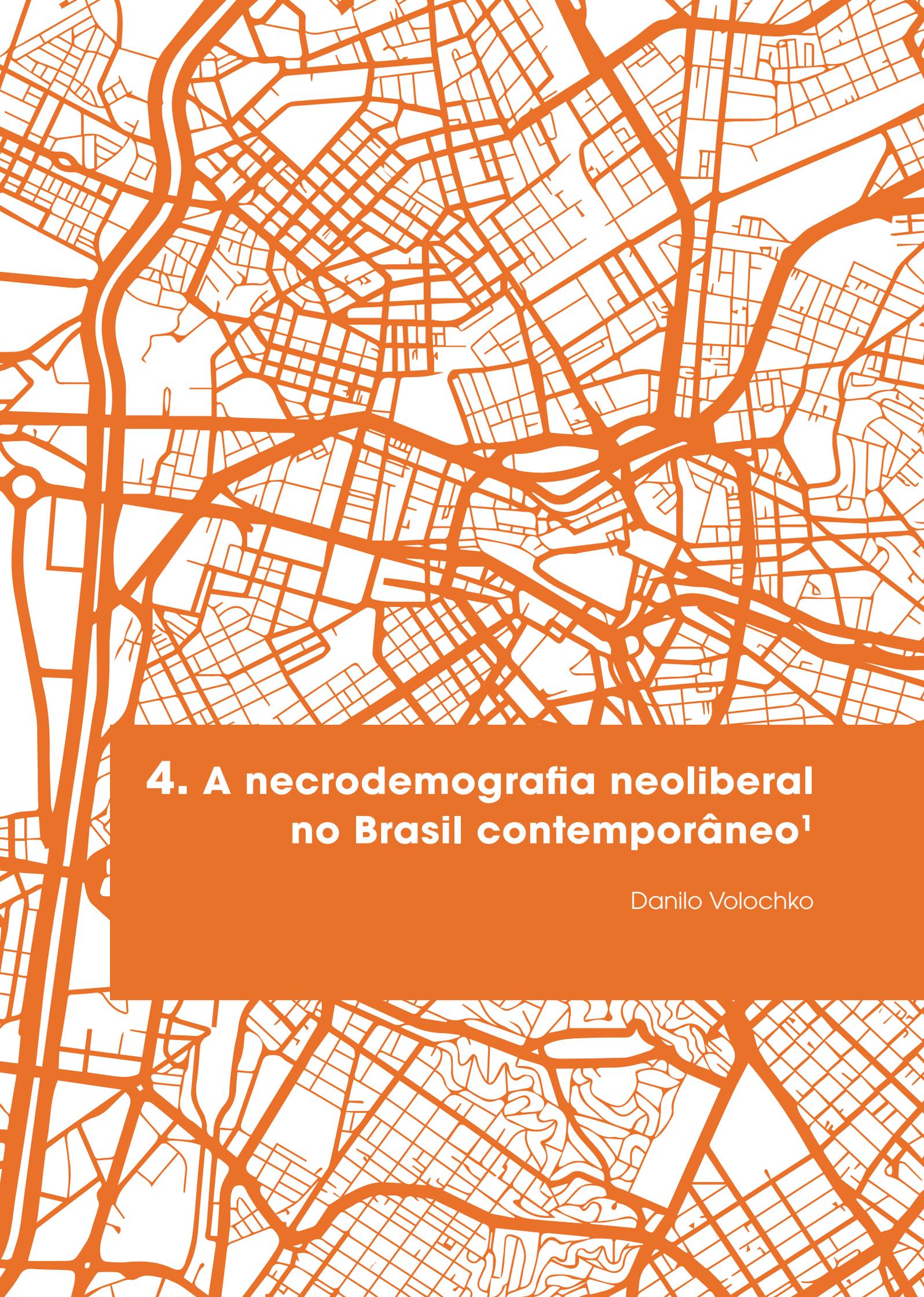
PEREIRA, P. C. X. *Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. (Org.) *Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Pulo no século XXI*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

ROYER, L. *Financeirização da política habitacional*. Limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

SALAMA, P. *Contágio viral, contágio econômico, riscos políticos na América Latina*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

TONE, B. B. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.



4. A necrodemografia neoliberal no Brasil contemporâneo¹

Danilo Volochko



A trágica conjuntura pandêmica no Brasil se compõe como aprofundamento e sobreposição de crises vividas de modo profundamente desigual segundo as classes e as categorias sociais, sua espacialidade e seu papel na economia. Neste capítulo desenvolvemos uma reflexão sobre a relação entre o estabelecimento de um governo autoritário na versão de um Estado suicidário² em nosso país, o aprofundamento do cotidiano desigual dos moradores das favelas, ocupações e periferias urbanas – que sofrem intensamente com a pandemia, as múltiplas violências, o desemprego e a fome – e aquilo que consideramos ser uma necrodemografia neoliberal. Nossa hipótese é a de que uma necrodemografia vem sendo realizada como possibilidade de contorno de uma crise da reprodução capitalista atual ligada a uma dimensão populacional, particularmente à dimensão da chamada superpopulação relativa. Consideramos que a pandemia da Covid-19 aprofundou as contradições do capitalismo em sua fase de neoliberalismo autoritário,³ atualizando e reorientando o neomalthusianismo, a biopolítica e o cotidiano dos mais pobres na direção de uma lógica de morte.

Nesse sentido, o texto revisita o debate populacional e demográfico como caminho a ser articulado ao debate do urbano e das periferias urbanas atuais, assim como ao debate da reprodução capitalista atual e à lógica da mortalidade como projeto de um Estado e de uma sociedade que expõem sua população à destrutividade dirigida aos pobres nas periferias,

1 Este texto é uma complementação e atualização do texto “O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital”, publicado no livro *Covid-19 e a crise urbana*. O presente texto se vale, portanto, de parte daquelas reflexões, as quais, por sua vez, surgiram como resultado da apresentação realizada em junho de 2020 no Ciclo de Debates Webinar Direito à Cidade – Direito à Vida / Direito à Vida e Política de Morte do Grupo Teoria Urbana Crítica do IEA-USP.

2 Nos termos em que escreve Vladimir Safatle (2020a) no texto “Bem-vindo ao estado suicidário”.

3 Conforme escreve Vladimir Safatle (2019) no artigo “Le Brésil, possible laboratoire mondial du néo-libéralisme autoritaire”, publicado no jornal *Le Monde* em 2.9.2019.

mas que pode se generalizar para toda a sociedade.

Para caminharmos nesta reflexão, este texto percorre quatro momentos: 1) caracterização da problemática considerada a partir da realidade pandêmica e demográfica do Estado do Paraná, de Curitiba e das periferias da metrópole curitibana. Neste primeiro momento lançaremos algumas bases empíricas para a compreensão da face atual do neoliberalismo e de um necroestado e uma necropolítica e suas implicações para o cotidiano desigual das classes e categorias sociais que convivem com a onipresença e a pluridimensionalidade da violência, situando elementos iniciais para a compreensão da necrodemografia; 2) desenvolvimento de uma reflexão sobre a relação sociedade/população, sobre formulações neomalthusianas e sobre alguns elementos da crítica foucaultiana para pensarmos a pandemia da Covid-19 e o modo como se atualiza tragicamente a problemática da superpopulação relativa, avançando em nossa interpretação sobre um ajuste necrodemográfico neoliberal; 3) abordagem de alguns fundamentos da crise sistêmica e da decomposição capitalista constituidora de entraves para uma política democrática, levando em conta elementos como a individualidade, a competitividade, a liberdade como propriedade de si e a moralidade neoliberais; 4) apontamento de ações coletivas e táticas de resistência ao extermínio de população em andamento nas favelas, ocupações, periferias urbanas e outros espaços, ações que atualizam a urgência do direito a cidade traduzido hoje como luta pelo direito à vida, condição inescapável da existência humana.

Partindo da realidade pandêmica do Paraná e das periferias de Curitiba

No início da pandemia no Brasil, o estado do Paraná, bem como a Região Sul de modo geral, não figurava no epicentro dos processos de contaminação e óbitos pelo novo coronavírus. Tomando-se o informe epidemiológico da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de 30 de abril de 2020, temos que o Paraná representava apenas 1,8% do total dos casos diagnosticados de Covid-19 no Brasil e 1,57% do total de óbitos em decorrência da doença no país. Entretanto, já existia, naquela época, uma

clara tendência de elevação desses coeficientes no Paraná, o que acabou se confirmando, já que que um ano depois, em 12 de abril de 2021, os casos notificados de Covid-19 no Paraná já representavam 6,52% do total dos casos no Brasil, e o total de óbitos no estado significava 5,39% do total de mortes pelo novo coronavírus no país. Em janeiro de 2022, quando a doença apresentou um salto significativo, o Paraná representava 7,74% do total dos casos diagnosticados e 6,54% do total das mortes por Covid-19 no país, revelando em todo o período uma tendência crescente da participação do estado nos totais dos casos de contaminação e morte no Brasil.⁴

Em 2021 o Paraná bateu recordes diários de ocupação de leitos hospitalares para Covid-19 nas suas diversas regiões, chegando frequentemente a 95% ou mais do total destinado para a doença. Em meio a uma profusão, sobreposição e confusão de decretos estaduais e municipais que ora enrijeceram, ora flexibilizavam o isolamento social e o entendimento e a permissão para a realização de atividades econômicas, pôde-se observar, na cidade de Curitiba, um coeficiente de incidência de casos maior nos bairros e regionais periféricos, embora os coeficientes de mortalidade apresentem essa tendência periférica mais atenuada.

Sabemos, no entanto, que em 2021 existia um aumento de casos e mortes por doenças respiratórias com probabilidade de serem casos não diagnosticados de Covid-19 em Curitiba. Naquele momento, havia em todos os Distritos Sanitários da cidade um aumento nos diagnósticos de Síndrome Gripal, mas o percentual de Síndrome Gripal em relação à população atendida fora maior, em meados de 2020, justamente nos Distritos Sanitários periféricos, em Regionais como Cidade Industrial de Curitiba (CIC), Bairro Novo e Tatuquara, espaços considerados, pelos vários indicadores municipais de vulnerabilidade, como áreas de alto risco, indicando que a subnotificação dos casos de Covid-19 é uma hipótese ainda plausível sobretudo naquelas Regionais.

4 Consideremos ainda que a população paranaense representava, no Censo IBGE de 2010, 5,47% da população brasileira, e nas projeções do mesmo órgão para abril de 2022, a população do Paraná representava 5,43% do total da população do Brasil. Isso mostra que os casos de contaminação e morte por Covid-19 no estado estavam acima da proporção representada por sua população no conjunto nacional.



Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) as desigualdades se tornam mais escancaradas. A Tabela 1 indica tais desigualdades, apresentando os coeficientes de incidência de casos e de óbitos por Covid-19 para alguns municípios da RMC, para o município de Curitiba e para outras espacialidades.

Tabela 1 – Incidência de casos e óbitos por covid-19 por 100 mil/hab. em espacialidades selecionadas

Espacialidade	Casos Acumulados por 100 mil hab. em 8.4.2022	Óbitos acumulados por 100 mil hab. em 8.4.2022
Adrianópolis (RMC)	31.272	507
Rio Branco do Sul (RMC)	20.409	497
Fazenda Rio Grande (RMC)	23.901	495
Pinhais (RMC)	25.247	477
Quatro Barras (RMC)	23.639	454
Curitiba	12.731	422
Paraná	21.209	375
Região Sul	21.358	346
Brasil	14.334	314

Fonte: Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> e <<https://infoms.saude.gov.br/>>.

Os números da Tabela 1 evidenciam a periferização e a metropolização das desigualdades socioespaciais, indicando a espacialidade seguida pela contaminação e mortalidade do novo vírus. Destacamos que o coeficiente de mortes pelo coronavírus em Adrianópolis, na Região Metropolitana de Curitiba, é 61,46% maior que o coeficiente médio de mortes observado no Brasil, e 35,2% maior que o do Paraná, sendo 20,14% maior

que os números verificados na capital do estado. Em relação à incidência de casos de Covid-19, os números das periferias da metrópole de Curitiba frequentemente são o dobro do registrado na capital, chegando a ser – como no caso de Adrianópolis – 118,16% maiores que os da média nacional, e 145,63% maiores que os números de Curitiba.

A pandemia da Covid-19 foi responsável por uma quase inversão na relação entre as taxas de mortalidade e natalidade no Paraná, com o número de mortes muito próximo ao número de nascimentos em alguns momentos, sobretudo em 2021. A Tabela 2 expõe os registros de nascimentos e óbitos para o mês de março no Paraná nos últimos quatro anos (2019, 2020, 2021 e 2022):

Tabela 2 – Registros de nascimentos e óbitos no Paraná para os meses de março de 2019, de 2020, de 2021 e de 2022

Espacialidade	Março 2019	Março 2020	Março 2021	Março 2022
Nascimentos	13.556	12.260	13.051	13.556
Óbitos	5.475	6.043	11.830	6.940

Fonte: Disponível no Portal da Transparência - Registro Civil.

Os dados demográficos de natalidade e mortalidade para o mês de abril de 2021 traziam, até o dia 13.4.2021, uma situação inédita para a história recente do Paraná: mais mortes que nascimentos. Segundo a mesma fonte, naquele momento, o Paraná registrava 3.219 nascimentos contra 3.245 óbitos. Essa tendência observada para os meses de março e abril está fortemente ligada à crise pandêmica e apontou um contexto demográfico de crescimento vegetativo estacionário ou mesmo ligeiramente negativo da população no estado, algo já verificado, por exemplo, entre janeiro e abril de 2021 no Rio Grande do Sul (36.781 nascimentos contra 37.441 óbitos).

No entanto, para alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba, o ano 2021 representou de fato um crescimento vegetativo negativo: foi o caso, por exemplo, de Rio Branco do Sul (337 óbitos x 293

nascimentos) e Quatro Barras (216 óbitos x 114 nascimentos). Os números de óbitos evidentemente estão ligados a uma série de dimensões socioeconômicas e socioespaciais constitutivas dos espaços metropolitanos e periféricos: entre elas o baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano),⁵ elevada ocorrência de mortes violentas (homicídios dolosos entre outros),⁶ presença de condições urbanas inadequadas.⁷ Somados a essas dimensões, temos, como vimos, elevados índices de incidência de casos de Covid-19 e de mortes por essa doença nesses espaços periféricos. Para além da pandemia, não podemos deixar de considerar pelo menos outros dois fenômenos que se aprofundam para os mais pobres: a violência policial e miliciana e a fome. O artigo publicado por Raíssa Melo (2020) destaca que ocupações e favelas enfrentam duas epidemias: a Covid-19 e a violência policial. Cruzando elementos e categorias sociais como classe, raça e território percebemos que eles são uma chave para entendermos a relação entre a pandemia, o cotidiano desigual das/nas periferias, o autoritarismo estatal e a necrodemografia como política demográfica de morte, como trataremos adiante. A autora escreve que existe uma aposta, que vem do Planalto Central e que é acolhida por muitos governadores e prefeitos, em uma banalização e naturalização da morte, sobretudo quando a Covid-19 chega às periferias. A indiferença e a política genocida direcionada à população empobrecida nas favelas, ocupações e periferias não deixam de ser uma articulação entre uma política sanitária e uma política de segurança pública. Nessa articulação há um abandono, segundo ela, dos protocolos oficiais de enfrentamento e uma clara escolha pela letalidade policial.⁸

5 Segundo dados do IBGE, em 2010 o IDH do município de Rio Branco do Sul era de 0,679, enquanto o IDH do Paraná era de 0,749 e o IDH de Curitiba era de 0,823.

6 Entre janeiro e setembro de 2021, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública no Paraná, foram registrados 26 homicídios dolosos em Rio Branco do Sul, o que significa uma taxa de homicídios de 79,66 por 100 mil habitantes. Apenas para comparar, a taxa de homicídios em Curitiba, no mesmo período, foi de 7,99 por 100 mil habitantes, praticamente 10 vezes menor.

7 Segundo dados do IBGE, em 2010 o município de Rio Branco do Sul apresenta apenas 54% de esgotamento sanitário adequado.

8 As constantes tentativas do Executivo Federal e de sua base no Congresso Nacional de eliminar regras que restringem o acesso a armas e munições (facilitando e am-

A análise de Simoni (2021) sobre os processos que marcam a reprodução da periferia e da fronteira no urbano ilumina a noção de fragmentação do espaço. Essa noção nos parece central na medida em que nos ajuda a compreender as materializações desiguais e contraditórias da propriedade a compor, com a segregação socioespacial urbana pressuposta e resultante, uma dimensão morfológica adequada aos tratamentos discricionários da população – gerenciada como grupos geodemográficos segundo Stephen Graham (2016), como escreve o autor – pelo poder do Estado. Desse modo, as “geografias fragmentárias” seriam uma dimensão tática, operatória, dos processos racistas de governamentalidade desigual das populações e, pensamos, de aplicação preferencial – mas não exclusiva – de uma política necrodemográfica ligada ao deixar morrer e ao fazer morrer.

Diversos fóruns⁹ vêm abordando questões como: o paradigma do descarte de corpos negros; o fato de a polícia matar mais que o vírus em alguns lugares; o racismo institucional, estrutural; o genocídio e a crise do capital e de um Estado neoliberal que não garante os direitos básicos e que precisa encarcerar e matar determinados grupos sociais. Esses apontamentos revelam a trajetória histórica da constituição do Estado, das elites e da sociedade brasileira, que fica mais evidente em tempos de pandemia.

Um exemplo concreto desse paradigma do descarte de vidas foi o incêndio criminoso ocorrido no final de 2018 na Ocupação 29 de Março¹⁰ que resultou em dois assassinatos de moradores, e que destruiu 150 casas, quase metade da ocupação. A violência policial como política do Estado

pliando o porte de armas, reduzindo a lista de artefatos controlados pelo Exército, entre outros), via elaboração e publicação de decretos presidenciais ou Projetos de Ementa Constitucionais, caminham na direção de uma destruição do sentido de segurança pública e sua substituição por uma lógica de individualização/privatização e potencial “miliciarização” do uso da força letal, contribuindo com a lógica da necrodemografia naqueles espaços.

- 9 Espaços de diálogo como o evento *on-line* “A questão racial em tempos de coronavírus”, promovido pelo Grupo Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo (DHCTEM da USP) em 2020. Disponível em: <<https://fb.watch/cxavRO-pbaT/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- 10 Ocupação 29 de Março, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) juntamente com as Ocupações Nova Primavera, Dona Cida e Tiradentes, na periferia daquela metrópole.

se realizou ali como retaliação coletiva da comunidade pela morte de um policial ocorrida no dia anterior. Essa retaliação policial começou logo na sequência da morte do policial militar, com invasões, abusos, ameaças, tortura, toques de recolher, imposição de coerção física e psicológica, culminando com a morte de dois moradores e com o incêndio intencional criminoso por parte da Polícia Militar. O discurso da PM foi o de combate às drogas, de que o incêndio foi ateado na verdade pelo crime organizado. Infelizmente este não é um caso isolado em nosso país, pelo contrário, trata-se de prática que a cada dia se torna mais frequente e naturalizada, o incêndio de favelas servindo, inclusive, às estratégias de especulação e valorização imobiliária.¹¹

Evidentemente existe uma complexidade enorme do ponto de vista da constituição dos sujeitos e seus projetos políticos, representações e interações hoje nas periferias. É importante mencionar alguns pontos: o papel das moradoras e lideranças femininas nas ocupações; a dinâmica da desintegração laboral dos moradores e da constituição de formas possíveis de trabalho (na economia interna e cotidiana das ocupações, na viração, no crime, no angariamento de recursos externos via projetos sociais); as constantes disputas dentro e fora daqueles espaços pelo sentido de uma ocupação organizada por movimento social.¹² As periferias da metrópole curitibana revelam a presença de movimentos sociais, ONG,¹³ diversas

11 Como demonstra a Tese de doutorado *Na rota do fogo: especulação imobiliária em São Paulo*, defendida por Rodrigo Dantas Bastos (2018).

12 No caso da Ocupação 29 de Março trata-se do Movimento Popular por Moradia (MPM), que inclusive vem perdendo espaço para o crime, ONG, igrejas, e que vem deslocando suas bases para outra ocupação, a Ocupação Nova Esperança, numa aproximação com o MST, com migrantes haitianos, cubanos e venezuelanos e contando com uma parte significativa de antigos moradores das ocupações da CIC. A Ocupação Nova Esperança, que completará dois anos em maio de 2022, vem significando uma espécie de reorganização e refundação do MPM em Campo Magro, aprofundando processos de formação de base na tentativa de consolidar uma organização se quisermos mais “clássica” do movimento social: buscando a construção de um sujeito político coletivo, que iria além da catalização de ações necessárias para a sobrevivência dos moradores no plano material da urgência.

13 ONG que operam, de acordo com as ideias de Teixeira (2015) e Rocha (2015), no plano de um empreendedorismo social que instrumentaliza o ocultamento de con-

denominações religiosas, a atuação de apoiadores acadêmicos, advogados e arquitetos populares, assistentes sociais, defensores públicos, políticos, outras instituições de assistência do Estado, sem esquecer o crime – numa acirrada disputa entre o PCC e o Comando Vermelho.

A leitura desses espaços periféricos não é simples. Concordamos com uma bibliografia que vem pensando as periferias de um ponto de vista etnográfico, de perto e de dentro, como apontam os trabalhos de Feltran (2010) em relação a uma mudança de estatuto do conflito nas periferias, da passagem (nunca completa) de um paradigma da integração dos sujeitos pelo trabalho – sujeitos se constituindo como tal enquanto trabalhadores – para um momento mais crítico de esgotamento da possibilidade de integração social e de estabelecimento de uma gestão ou da administração desses espaços e populações pela segurança pública, com aumento da disposição de violência e de violência extralegal em diversas direções.¹⁴

Tanto a violência policial nos bairros pobres quanto a falta de condições adequadas do ponto de vista sanitário e do ponto de vista do acesso aos serviços médico-hospitalares compõem um quadro já existente na vida cotidiana dos moradores da periferia, mas que se intensifica a ponto de constituir essa política de mortalidade dos pobres, uma necrodemografia levada a efeito pelos governos de ascensão fascista e pelos desígnios capitalistas.

A falta de políticas públicas efetivas, em todos os níveis de governo, a má vontade envolvida, seus problemas de execução etc., para além de evidente imperícia e imprudência de alguns governos, sinalizam algo mais profundo, que emana do Executivo Federal e que está articulado a grupos de empresários, milicianos, representantes de igrejas, de uma política de morte, da realização de um necroestado. Esse necroestado é responsável,

quistas históricas pelo movimento político coletivo e imputa um senso de autorresponsabilização dos moradores sobre suas condições, mas que também têm (as ONG) um grau de incidência importante no fortalecimento de redes de apoio internas e externas aos espaços onde atuam.

14 É incontornável a reflexão sobre o mundo do crime e sobre como ele vem se compondo como instância normativa de justiça (Feltran, 2010), organizando muitas dinâmicas nas favelas e ocupações. Todavia, o mundo do crime serve também ao processo de estigmatização dos moradores e à redução da realidade social das favelas e ocupações a sua presença.

juntamente com os representantes do capital, por uma política demográfica de morte, uma necrodemografia (que não se confundiria com o estudo demográfico das populações mortas). A necrodemografia obedece a uma lógica do capital e a de um Estado governando por elites financeiras e diversos grupos criminosos e é a demografia do atual governo e de quem está por trás dele, grandes empresas, bancos, agronegócio, pastores. Trata-se de um governo cuja atuação, cujas políticas, cuja comunicação não são apenas as de um desgoverno, mas de um governo de ascensão claramente autoritária.¹⁵

Muitos têm escrito sobre a constituição mais recente de uma necropolítica, sobretudo a partir das formulações de Achille Mbembe (2019) e da emergência de um necroestado a operar tal política de morte, um tipo de poder pautado pelo controle sobre a mortalidade, na decisão de quem deve morrer, em um diálogo evidente com as ideias de biopoder e biopolítica de Michel Foucault. Se a atual pandemia se propaga pelo mundo e atinge potencialmente a todos, não podemos dizer que ela atinge a todos da mesma forma. De fato, os efeitos potencialmente mortais do vírus se amplificam em certos contextos políticos, nacionais e urbanos, como aquele que vivemos no Brasil. Em nosso país, a lógica genocida por trás do falso dilema economia *vs* vidas é assumida integralmente pelo Executivo Federal. Nesse Estado, a violência, matriz do capitalismo brasileiro, encontra no bolsonarismo – governo/gestão da morte, da guerra social etc. – a realização de um sentido histórico da sociedade brasileira fundamentado, segundo Schwarcz (2019), na desigualdade, injustiça, autoritarismo, violência, genocídio de classes, étnico-racial e no feminicídio.

Nesse necroestado neofascista e neoliberal, o não gasto da totalidade dos recursos destinados ao combate da pandemia, os gastos com tratamentos não comprovados cientificamente, a não testagem, a subnotificação, os boicotes à vacinação, ao uso de máscaras, ao isolamento social, aliados à violência policial e miliciania,¹⁶ podem ser entendidos como parte de uma

15 A dificuldade em compreendermos exatamente o que se passa no contexto atual pode ser expressa, segundo Wendy Brown (2019, p.10), pela polissemia e pela pluralidade de nomenclatura: “[...] trata-se de autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita? Ou outra coisa? [...]”.

16 Existem inúmeros outros exemplos que qualificam como autoritária as ações do

política de morte, uma necrodemografia aplicada sobretudo às populações periféricas, negras e pobres.

Em países como o Brasil, a pandemia intensifica os efeitos mortais das políticas neoliberais em curso – reforma trabalhista, da previdência, administrativa, a diminuição das políticas sociais, dos programas de transferência de renda etc. – resultando na morte de pobres, negros e moradores das periferias urbanas como condição necessária à continuidade da reprodução do capital nessa fase. Tal parece ser o ajuste demográfico em curso, que denominamos necrodemografia, ou seja, a demografia da morte a orientar as políticas de nosso Estado atualmente, significando o sacrifício necessário de vidas, sobretudo de trabalhadores pobres, para que o capital saia vivo da enorme crise provocada pela paralisação de diversos setores produtivos e pela elevação incontornável de investimentos públicos (a exemplo do auxílio emergencial) durante a pandemia.

É verdade que a neoliberalização não completou seu curso no Brasil, restando um sistema público de saúde e de educação que resistem enquanto direitos sociais apesar dos esforços em torná-los negócio privado, em capitalizá-los, apesar das políticas de “austeridade” que limitam o orçamento nessas áreas. A pandemia evidenciou em muitos países que o combate a um problema de saúde pública não pode ser feito com base em um sistema de saúde neoliberal. Assim mesmo, o coronavírus se constituiu num dado novo no terrorismo cotidiano das classes trabalhadoras, que devem enfrentar agora um inimigo invisível, para além das violências cotidianas. A partir deste ponto, voltaremos nossa atenção para o entendimento do modo como a dimensão populacional vem sendo mobilizada de modo estratégico nas lógicas do atual Estado e economia neoliberais.

Executivo Federal, como a tentativa de mudança nos parâmetros de divulgação dos dados de mortalidade por Covid-19 pelo Ministério da Saúde, a exclusão da violência policial de relatório de direitos humanos, entre outros.

A relação sociedade-população-superpopulação hoje

Embora os termos população e sociedade sejam utilizados frequentemente como sinônimos, é preciso entender as diferenças e as relações existentes entre eles, uma vez que entender abstratamente a população – retirando dela sua dimensão social e tratando-a estritamente como fenômeno quantitativo (número de mortos, taxas de natalidade etc.) – nos conduz a uma inteligibilidade tipicamente estatista e capitalista. Com efeito, população e sociedade formam uma relação dialética, o que significa que população e sociedade não são a mesma coisa. Sendo distintas, estão completamente relacionadas uma com a outra, de modo que não conseguimos pensar uma população que não faça parte de uma sociedade e/ou uma sociedade sem população. A sociedade incorpora a população, mas dela se diferencia. Para a sociedade persistir, ou seja, para que ela perdure no tempo, sua população deve ser constantemente “reposta”. E a população é reposta por um processo de “substituição” de indivíduos (mortes e nascimentos). Então a população é uma pré-condição para a existência de uma sociedade; a sociedade vai sendo composta por populações, e essas, por sua vez, vão sendo compostas por gerações de indivíduos/famílias. A população nos remete a uma noção de tempo também em uma dimensão biológica, dos ciclos de vida: do nascimento à morte, passando pela reprodução, sendo o tempo da população mais curto que o tempo da sociedade.

As dinâmicas populacionais interferem na sociedade: por exemplo, o envelhecimento, as migrações ou as pandemias interferem na economia, na política, ao mesmo tempo em que as dinâmicas sociais produzem determinados processos populacionais: por exemplo, a dinâmica das classes e de outras categorias sociais (como raça e gênero) implica uma maior mortalidade dos pobres nas periferias urbanas. Assim, não existe dinâmica própria da população, seja como massa, seja como soma de indivíduos; não existe dinâmica demográfica que não seja atravessada pela dinâmica da sociedade, por seus conteúdos econômicos, políticos, culturais, espaciais, históricos, ambientais etc.

O contexto em que vivemos no Brasil nos últimos anos pode estar realizando uma retomada aberta, em novos patamares, dos princípios ne-

omalthusianos e da biopolítica foucaultiana, sobretudo por parte de governos ultraconservadores e mesmo de contornos neofascistas. Se Malthus acreditava que a pobreza era o fim inevitável do homem, sendo central para sua explicação um princípio que ficou conhecido como princípio da população, em que, *grosso modo*, a pobreza, a doença, a miséria, a fome são entendidas como resultado do crescimento da população em seu descompasso em relação à produção de alimentos – miséria que seria também um mal necessário para o próprio controle do crescimento geométrico da população –, os neomalthusianos dos anos 1950 e 1960 retomam o entendimento de Malthus de que o crescimento da população é a causa da pobreza e pregam o controle de natalidade. Pensava-se, à época, que não era mais possível esperar por uma transição demográfica: a catástrofe demográfica estava por explodir, demandando controle governamental da fecundidade, sobretudo nos países pobres.¹⁷

Devemos entender criticamente as formulações neomalthusianas considerando que a população, como mostra Michel Foucault, se coloca como objeto e objetivo de controle pelo Estado, como recurso, instrumento de regulamentação, dispositivo de segurança, de gestão, de governamentalidade, a própria demografia sendo entendida como ciência ou saber do e para o Estado que se articula como técnica para o exercício institucional e normativo do biopoder. Nesse sentido, a política neomalthusiana de controle de natalidade revela exemplarmente a dimensão foucaultiana do biopoder e da biopolítica, que expressam o exercício do poder pelo Estado sobre a população, mais especificamente sobre as características biológicas fundamentais do homem: nascimentos, mortes e doenças. Nessa espécie de gestão calculista da vida e da morte que o Estado exerce so-

17 Ainda trazendo à baila o peso da população sobre os recursos naturais e as ameaças geopolíticas (expansão demográfica nos países comunistas), a visão neomalthusiana vinculava a pobreza dos países da Ásia, da África e da América Latina também ao fato de que a economia desses países estava sendo prejudicada pelos elevados custos decorrentes do crescimento populacional acelerado: custos que eram vistos como investimentos “improdutivos” em educação e saúde, sobretudo dos jovens, em face do que era visto como necessários investimentos “produtivos”, ligados mais diretamente ao crescimento econômico, da industrialização etc. O fato é que esse entendimento neomalthusiano nunca chegou a ser completamente superado; pelo contrário, de tempos em tempos é recuperado e ganha novos conteúdos.

bre a população, nesse biopoder, figura ainda o controle da circulação, da densidade, da quantidade, da reprodução da população como mecanismos de segurança e de previsibilidade, não apenas dos/para os governos, mas também para uma demografia do capital.

A necrodemografia seria a demografia própria de um necroestado, um saber-poder próprio da necropolítica, mas podemos alargar e aprofundar a sua compreensão como parte do terrorismo de Estado brasileiro atual. Nessa demografia do capital, nessa demografia de um Estado, de uma economia e de uma sociedade neoliberais, nessa que é uma demografia de classes e de raça, uns podem e devem morrer mais do que outros.

A população se recoloca como nível estratégico de governo e de reprodução do capital nos dias de hoje. A sociedade neoliberal, amplamente financeirizada, irá retomar e atualizar, ante a atual pandemia, a noção marxiana de exército industrial de reserva – ou superpopulação relativa –, no sentido de que no processo de acumulação a força de trabalho é ora mais, ora menos necessária para o crescimento econômico, de modo que o capital sempre necessita, para seguir acumulando, de uma população extra, excedente, não empregada (desempregada ou subempregada), não ativa, mas disponível para trabalhar. Para aumentar a produção investe-se em capital constante (tecnologia), o que dispensa força de trabalho (capital variável). Então o crescimento da produção/produktividade significa crescimento tendencial do desemprego (conforme os ramos produtivos), e essa população desempregada ajuda a manter baixos (pela concorrência) os salários daqueles que estão empregados e que estão realizando um trabalho mais intenso (sobretalho). A esse contingente de população desempregada Marx chamou de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Essa superpopulação é não só o resultado da acumulação, é condição mesma para sua continuidade ampliada.

Novos trabalhos são criados, mas persiste o desemprego. O trabalho dito informal/ilegal – hoje o trabalho sem forma, precário, terceirizado, parcial, intermitente, doméstico, remoto, uberizado etc. – seria uma expressão desse processo excludente, que submete o trabalhador a jornadas extensas de trabalho, exclui direitos (folgas, décimo terceiro, férias, aposentadoria), e ao mesmo tempo representa um circuito econômico importante – criação de canais de distribuição e consumo de mercadorias for-

mais – e estratégias de sobrevivência de uma “população excedente” diante da reduzida capacidade formal de absorção pelo trabalho.

Entretanto, informalidade, pobreza, precariedade da vida daqueles que estão na “reserva do trabalho formal” tendem a colapsar a própria superpopulação em seus níveis ótimos de funcionamento para o capital. Se podemos dizer que a superpopulação regula os salários (para baixo), sendo assim essencial para os níveis de produção e realização de mais-valia e de lucro, um setor flutuante da superpopulação relativa passa a ser gestada não mais pelo aumento dos investimentos por parte do Estado – seguridade social, saúde, educação, políticas redistributivas etc. Para a lógica neoliberal, a parcela flutuante da superpopulação relativa não poderá ousar disputar o fundo público com o capital.¹⁸ A necrodemografia parece ser o caminho adotado para a regulação dessa parcela da superpopulação excedente hoje no Brasil.

Frequentemente sem trabalho, mesmo informal, muitos habitantes das periferias estiveram condenados a permanecer em casa, não para se proteger da pandemia, mas para conviver com a fome, a violência e a Covid-19. O irrisório auxílio emergencial relutantemente concedido pelo Executivo Federal, a crise do trabalho e o desemprego apontam para uma política de reaparecimento da fome. No início da pandemia, o cotidiano dos pobres, das pessoas negras, periféricas, não podia parar, porque são força de trabalho para manter o capital funcionando na crise, à custa da vida dos pobres. Com a ampliação da crise econômica, política, sanitária, social, urbana, outra dinâmica passou a fazer parte da necrodemografia: além da necessária e genocida exposição da força de trabalho para manter alguma atividade econômica e algumas atividades essenciais, uma parcela dessa força de trabalho foi abocanhada pelo desemprego e passou a ser empurrada para a fome. Sem salário, quase sem bicos, sem auxílio efetivo do Estado, hoje falta dinheiro para o gás (a cozinha a lenha e o uso de panelas elétricas se tornam opções quase obrigatórias nas ocupações), falta água (para beber, se banhar, cozinhar etc.), faltam alimentos que se tornam caros com o aumento da inflação.

18 A exemplo do recente e insuficiente auxílio emergencial do governo federal, criticado (à direita) por supostamente esbarrar no “Teto dos gastos do governo”, ameaçando os recursos destinados à economia, ao pagamento dos juros de dívidas etc.

Uma nova geografia da insegurança alimentar, da subnutrição e da fome se estabelece. Pesquisa da Rede Penssan¹⁹ mostra que no final de 2020, 55% dos domicílios do país estão hoje em insegurança alimentar, e 9% dos brasileiros (quase 20 milhões de pessoas) passam insegurança alimentar grave (fome). Entre domicílios chefiados por mulheres e habitados por pessoas pretas e pardas, as porcentagens da incidência da fome são maiores se comparadas àquelas ligadas aos lares chefiados e habitados por homens brancos. Sem salário ou quase sem quaisquer rendimentos, sem alimentação, sem habitação adequada, sem saneamento, sem integração a uma política pública emergencial séria, o ajuste necrodemográfico pode então ser realizado, avançando de um cotidiano desigual para uma espécie de necrocotidiano pandêmico, que atinge a todos, mas sobretudo aos grupos sociais aqui destacados. Esse é o sentido último da necrodemografia neoliberal: a imposição de uma lógica do “descarte” humano, da morte necessária de grupos sociais empobrecidos, de uma população “sobrante” cuja função é salvar a econômica. A realidade da regulação necrodemográfica em curso hoje no Brasil, entretanto, vai além de uma mortalidade dirigida: é a própria mortalidade social generalizada e naturalizada que está posta no horizonte, como aponta Safatle (2020b).

A necrodemografia não é de hoje: as guerras, a fome são exemplos de modos de infligir conscientemente a mortalidade ao inimigo, ou, internamente, para um setor da população. Seu conteúdo histórico hoje é o de ser uma necrodemografia neoliberal, que a pandemia e o bolsonarismo no Brasil aprofundam e expandem para o corpo social. As mediações históricas da constituição da sociedade e do Estado em nosso país devem ser relacionadas com o neoliberalismo sob um desenvolvimento geográfico desigual mundializado, numa articulação de escalas que deve ser explorada. Parece evidente, nesse sentido, que o bolsonarismo traz novos elementos, mas não se configura como fenômeno isolado e/ou específico brasileiro, ele integra uma lógica geral de catalização do autoritarismo e da violência generalizada como fundamentos da sociabilidade e do estabelecimento do poder no Brasil, o que ocorre também, com diferenças, em outros países mundo afora, que apresentam governos de tipo autoritário.²⁰

19 Disponível em: <www.olheparaafome.com.br>.

20 De acordo com Wendy Brown (2019, p.9) “[...] Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascista no italiano, o *Brexit* conduzido pela

Alguns elementos da política neoliberal antidemocrática contemporânea

Como chegamos até essa realidade? Que conjunto de mediações tornaram possível a realização, no momento, dessa política, dessa economia e dessa sociabilidade antidemocrática, violenta e no seu limite explicitamente mortal? Que condições puderam tornar viável o projeto do bolsorismo em nosso país? Sem nenhuma pretensão de responder cabalmente essas questões, procuramos expor aquilo que consideramos serem alguns dos principais elementos que podem nos ajudar a compreender fundamentos atuais do contexto que vivemos não apenas no Brasil como também em muitos outros países.

Autores como Brown (2020, p.15-6) nos advertem que é preciso atentar para

[...] as forças que sobredeterminam a forma radicalmente antidemocrática da rebelião [...], a demonização do social e do político por parte da governamentalidade neoliberal [...], a valorização da moralidade tradicional e dos mercados [...], a desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal, a semear o terreno para os assim chamados ‘tribalismos’ que emergiram como identidades e forças políticas em anos recentes [...], o niilismo crescente [...], os ataques à democracia constitucional, à igualdade racial, de gênero e sexual, à educação pública [...] em nome da liberdade e da moralidade [...].

Essa autora levanta uma série de elementos que irão confluír e se articular às mais de três décadas de “assaltos neoliberais à democracia”, entre eles o racismo, o sexismo, o niilismo, o fatalismo, o ressentimento. Fundamentalmente, ela relaciona esses elementos no plano de uma moralidade que ao mesmo tempo deriva e reenquadra o neoliberalismo atual, tratando-se de algo relativamente inédito e diverso dos autoritarismos, fascismos, despotismos e conservadorismos convencionais. Ainda segundo a autora, viveríamos uma conjuntura em que o mercado e a moral ten-

xenofobia alimentada por tabloides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo [...]”.

dem a governar e disciplinar os indivíduos, maximizando a liberdade individual e privada pela ampliação e dotação de mais poder à “esfera pessoal protegida” e por meio da demonização do social, com isso restringindo vigorosamente as possibilidades democráticas de um poder político minimamente compartilhado e de uma justiça social legislada, como afirma.

Dardot e Laval (2016) situam o neoliberalismo como uma construção histórica estratégica e como a realidade atual do capitalismo, que retoma a doutrina liberal na concepção da liberdade e da competição, mas agora a liberdade estaria conformada e vinculada exatamente à concorrência mercantil tomada como princípio, paradigma, fundamento regulador não só da economia, mas dos Estados e da sociedade como um todo. Nesse sentido, é como se a liberdade, sob o neoliberalismo, fosse possível, alcançável, mediante a competição e evidentemente o triunfo nessa competição. Os autores tratam o neoliberalismo como uma racionalidade global, econômica, política e social, uma nova razão do mundo onde tudo tem a racionalidade da empresa: dos Estados às pessoas. Então existe um lado objetivo, histórico, material, mas também uma subjetivação, uma introjeção subjetiva da razão neoliberal. O neoliberalismo como sistema normativo global – para os autores deveríamos falar em sociedade neoliberal, e não apenas de governos ou economias neoliberais – possui natureza antidemocrática pautada num direito privado exacerbado.

Chauí (2019) vai caracterizar a forma atual do neoliberalismo pelo conceito de “novo totalitarismo”, com a afirmação da imagem de uma sociedade homogênea que recusa a existência das classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças. O atributo “novo” é utilizado para designar como a forma da sociedade absorve o Estado, mediante uma referência central do mercado como um tipo de organização que se baliza pelas ideias de eficácia, gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. A organização expõe a vigência de uma política neoliberal que se define pela eliminação de direitos econômicos, sociais e políticos em proveito dos interesses privados, transformando-os em serviços definidos pela lógica do mercado e aumentando as formas de desigualdade.

Brown (2019) avança na compreensão desse esgarçamento do neoliberalismo e afirma que sufocar a democracia foi fundamental, e não inci-

dental, para o programa neoliberal, já que, para os neoliberais, um Estado redistributivo, administrativo e excessivo seria uma resultante das práticas atreladas à liberdade e igualdade política, compartilhamento de poder, ações no sentido do interesse público, participação social, enfim, de quaisquer ações que fossem além da chamada liberdade e segurança individuais.

Safatle (2020b) chama a atenção para o que segue:

[...] Se aceitarmos [...] que o capitalismo contemporâneo, com sua articulação entre baixo crescimento contínuo, endividamento crônico e explosão da desigualdade, entrou em um processo irreversível de decomposição, por não conseguir garantir nenhuma forma de estabilidade sistêmica, sem no entanto existir por enquanto alguma outra alternativa consolidada para substituí-lo, não poderíamos defender que tal horizonte terminal pediria alguma forma de mutação generalizada na relação entre proteção e governo, a fim de permitir certa possibilidade de estabilização na decomposição? Não seria necessário certa forma de “normalização” da decomposição de macroestruturas sociais e, por consequência, de desinvestimento nas expectativas de proteção dirigidas ao estado, o que implica aceitação tácita do aumento exponencial do nível generalizado de risco diante da morte? E, por fim, tal desinvestimento não exigiria certa forma de mutação dos afetos que sustentam o corpo social, como por exemplo a implosão de toda a solidariedade genérica, além de certa mutação psíquica estrutural a partir da generalização de identificação a figuras ou processos que legitimam a violência de tal explosão da solidariedade? [...]

Essas mudanças macroestruturais do capitalismo, aceleradas pelo neoliberalismo, se encontram com a historicidade de um país que, como o Brasil, traz desigualdades imensas como a concentração fundiária, as modalidades de superexploração do trabalho – nunca esquecendo a longa trajetória escravista – e de violência que, segundo Safatle (2020b), “[...] permitiu ao Estado brasileiro desenvolver uma tecnologia de desaparecimento, de extermínio e de execução de setores vulneráveis da população [...]” que persiste até hoje. E continua:

[...] não deve, pois, ser visto como um acaso que um país com tais estruturas sociais sirva de laboratório para o desenvolvimento do neoliberalismo autoritário agora não mais sob uma capa ditatorial [...] mas em ambien-

te pretensamente “democrático”. Sabemos como a reconstrução da vida social pela racionalidade neoliberal exige a reconfiguração das relações sociais a partir da exigência de garantia e realização de uma concepção singular de “liberdade individual”. Essa liberdade exige, por sua vez, uma sociedade que implodiu todas suas relações, atuais e potenciais, de solidariedade genérica. Implosão essa que não verá problemas em defender uma concepção de liberdade que, em certas circunstâncias “excepcionais”, se realizará como desengajamento completo de proteção diante da morte iminente de setores expressivos da população marcados por relações históricas de espoliação. O solo para o florescimento de tal concepção de liberdade precisa ser marcado pela violência reiterada e pela indiferença sistemática [...]. (ibidem)

Tal concepção de liberdade individual, segundo o mesmo autor, é fundamentada na ideia de uma espécie de propriedade de si absolutizada, que está acima até mesmo do direito à vida, numa lógica que responde à percepção social “[...] de que as macroestruturas de proteção social estão em declínio e que uma saída possível seria o deslocamento massivo de responsabilidade e ação para microestruturas, como famílias e indivíduos [...]”. Assim, conclui, a defesa dessa liberdade e diante da “[...] decomposição de macroestruturas de proteção social, o Estado pode submeter as populações a uma dinâmica propriamente suicidária, posto que se baseia na indiferença em relação ao aumento brutal dos riscos de ‘morte violenta’ [...]” (ibidem), instituindo a naturalização de um nível elevadíssimo de exposição social à morte para a integralidade da população, como afirma.

Esse processo ocorre combinando a constituição de uma monetização ampliada da economia, da vida cotidiana e da subjetividade, em que novos aspectos se colocam no plano de uma moralidade na qual o niilismo figura no centro. Não se trata, como nos lembra Brown (2019), de perda de valores, mas de rebaixamento, desvalorização e desatracação dos fundamentos de valores ligados à razão, igualdade, responsabilidade. Para aquela autora:

[...] O lado economicizante do neoliberalismo adicionou força e acelerou o niilismo de nossa era. Primeiramente ao não deixar nada intocado pelo empreendedorismo e pela monetização; depois, com a financeirização,

ao submeter todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento sobre seu valor futuro. Conforme nos tornamos capital humano de cima a baixo, e também em nosso íntimo, o neoliberalismo torna a venda da alma algo cotidiano, e não um escândalo [...]. O niilismo também se faz valer no projeto de valores morais na neoliberalização na medida em que dessublima a vontade de potência em moralidade [...]. (Brown, 2019, p.200-1)

Nesse mesmo sentido, segue:

[...] Os escombros da consciência deixados pelo niilismo também podem ajudar a explicar a agressão e a sevícia sem precedentes [...]. Essa agressão e sevícia são alimentadas pela valorização neoliberal da liberdade libertária, pela masculinidade branca ferida e raivosa e pela depressão radical da consciência e da obrigação social realizada pelo niilismo. São organizadas discursivamente por ataques neoliberais ao social e ao político e pela legitimação neoliberal da indiferença em relação aos apuros ou ao destino de outros humanos [...]. No entanto, os ataques aos liberais e às pessoas de esquerda, às feministas, aos antirracistas e outros também são uma forma niilista de ação [...]. (ibidem, p.209)

Wendy Brown (2019) segue afirmando que a sobrevivência de figuras de direita aos inúmeros escândalos e indícios de corrupção pode ser explicada porque:

[...] o niilismo deprime o significado da conduta, da consciência e da verdade: não é mais necessário que o indivíduo seja moral, apenas que grite sobre isso. Outra é que o niilismo torna a política de valores contratual: a base evangélica de Trump não liga para quem ele seja ou o que faça, desde que faça acontecer quanto a Jerusalém, ao aborto, ao banimento de pessoas trans das forças militares, a rezar na escola [...]. (ibidem, p.212)

Com isso, vemos que quando a forma de poder institucional tende ao autoritário, a forma de justiça se transforma, se torna uma justiça, se quisermos, ao gosto soberano, que retoma o suplício, a tortura, o corpo punido, mas em uma desritualização da morte. Não é simples retomada de justiça soberana, porque agora ela se funde como uma universalidade pu-

nitiva voltada primeiramente, no entanto, aos sobrantes do neoliberalismo, aos sobrantes da sociedade urbana neoliberal, aos pobres periféricos, aos corpos negros.

Uma dimensão moral complementar essa análise. O neoliberalismo precisa ser autoritário para seguir adiante, precisa ser neoconservador para se reproduzir em nosso país. Ele alça o retorno mítico da família branca, patriarcal e heteronormativa como nível moral e representacional de governo, quando a família já havia sido abandonada no contexto da superação do antigo regime na passagem do XVIII para o XIX. Mas se há retorno mítico da família, o nível da população não sai de cena, a população permanece e avança no seu sentido de abstração, como número, como coisa naturalmente matável e morrível. Em meio a indivíduos neoliberais e ao reforço do nível da família, uma superpopulação relativa, urbana, periférica, matável e morrível, se coloca. Temos a teocracia regulando o indivíduo e as famílias, o corpo, as mentes, e temos a biopolítica e a necropolítica do Estado neoliberal regulando a população. Essas duas modalidades de regulamentação – do indivíduo e da população – são açambarcadas por dois elementos: neoliberalismo e autoritarismo, projetando barbárie, guerra racial e guerra social.

A urgência como superação da mortalidade e a urgência da resistência utópica

Demograficamente, existem dificuldades para o capital em alguns pontos do globo: o aumento da esperança de vida, o envelhecimento, o problema previdenciário. A necrodemografia é também um exercício radical de reforma da previdência, pois se a morte, no nível dos indivíduos, é um fenômeno aleatório, então será preciso otimizar, organizar, planejar e antecipar essa mortalidade da população, começando pelos “mais matáveis”.²¹ A necrodemografia é hoje tanto a morte que se abate brutalmente sobre a vida, via militarização, por exemplo, quanto é morte que se abate sorrateiramente, pela pandemia, pela fome.

21 Não esquecer-se de que a regulamentação, na biopolítica de Foucault, tem um sentido previdenciário, um controle do futuro, que pensamos se realiza necrodemograficamente como negação e destruição do futuro para muitos.

A necrodemografia neoliberal é especialmente dirigida às periferias. Ela é neoliberal porque voltada a ajustes demográficos alinhados à acumulação atual, retomando a questão da superpopulação relativa e sua gestão. Mas ela pode desenvolver sua destrutividade para o corpo social e para a população em geral, numa chave suicidária, quando ela é uma demografia, um saber-poder que se realizaria contra e através da destruição da população, da sociedade e do Estado, nos termos colocados por Safatle (2020a). Isso ocorre quando a disseminação do poder de fazer morrer vai para além do Estado, armando todos (os ditos “cidadãos de bem”, polícias, milícias etc.) contra quaisquer um, de cientistas, políticos de oposição, integrantes dos movimentos sociais, artistas, mulheres, população LGBTQIA+ a traficantes rivais.

As periferias urbanas colocam para o neoliberalismo o problema do controle da massa populacional e da gestão da superpopulação, dirigindo a elas uma necrodemografia, sobretudo e primeiramente para favelados, corpos negros, migrantes. Estamos falando de uma gestão militarizada, miliciarizada, racializada e classista da população brasileira como projeto bolsonarista. Essa gestão necrodemográfica da população periférica, no entanto, apresenta, nesse regime, um sentido de globalidade que pode estar apontando o sentido autodestrutivo do corpo social, do Estado, da economia, da população, do meio ambiente, como forma contraditória de se manter. Um saber-poder que poderíamos nos referir, talvez, como uma necrodemografia neoliberal generalizada, emergindo no seio de um Estado suicidário (Safatle, 2020a)

Todavia, é preciso dizer: essa necrodemografia neoliberal vem sendo enfrentada. Existem exemplos de resistências e de lutas mais ou menos articuladas contra a fome, contra a contaminação, o adoecimento e a morte. Existem experiências em andamento de luta pela vida nas favelas, ocupações, periferias, nos assentamentos rurais pelo Brasil afora. Em Curitiba, observamos uma série de ativismos ligados tanto ao plano da urgência como buscando ir além desse plano mais imediato de luta pela manutenção da vida. A Campanha Resistindo com Solidariedade é um exemplo que articula ONG, sindicatos, movimentos sociais como o Movimento Popular por Moradia (MPM) e o Movimento Sem Terra (MST) e moradores das mesmas ocupações mencionadas neste texto. Essa rede articu-

lou esforços na arrecadação de alimentos e itens de primeira necessidade, evidentemente, mas também na elaboração de um Plano Emergencial de Assistência Social para Curitiba, que foi encaminhado à Câmara dos Vereadores e ao Ministério Público, pressionando a Prefeitura a assumir responsabilidades e tomar medidas contra a pandemia nas periferias e para a população em situação de rua.

Nesse Plano, indica-se a necessidade de criação de programas de renda básica, de melhoria e ampliação dos serviços coletivos urbanos, como o aumento das linhas e terminais de ônibus, que hoje apresentam aglomerações nos bairros de periferia. Medidas como transferência de renda, suspensão no corte de serviços como água e luz, suspensão de despejos e outras medidas que garantam os direitos humanos e a saúde pública, além de exigências básicas como políticas de informação, monitoramento e atendimento por parte do poder público. É evidente que essa Campanha/Petição se realiza no plano da urgência, o que não a torna desnecessária. Outras ações, no plano estrutural, vêm sendo realizadas: vale lembrar que o Movimento Popular por Moradia continua ocupando terrenos na metrópole curitibana, inclusive tem intensificado sua atuação.

Outra ação de resistência coletiva é a distribuição, pelo MST, de marmitas nas favelas, ocupações e periferias de Curitiba e da RMC. A Ação Marmitas da Terra já havia distribuído, até dezembro de 2021, mais de 100 mil refeições produzidas com alimentos vindos de assentamentos de reforma agrária localizados nas proximidades. Segundo notícia divulgada pelo próprio MST²² o combate à fome pela produção agrícola do movimento tem sido fundamental não apenas para a manutenção e ampliação da reforma agrária em um modelo alternativo ao agronegócio para o desenvolvimento do campo. Essa importante ação do MST é capaz de, a um só tempo, articular sujeitos da cidade e do campo na luta contra a fome e contra a necrodemografia neoliberal em curso, com base em um outro projeto de sociedade.

Portanto as saídas, no curto prazo, passam pela luta pela preservação da vida de todos, e não apenas a de alguns, o que significa atenção e ampliação de investimentos públicos e intensificação da organização das

22 Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/04/09/mst-chega-a-marca-de-51-mil-marmitas-da-terra-distribuidas-em-curitiba-e-rmc/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ações coletivas nas favelas, ocupações e periferias. No plano utópico-concreto, a continuidade e intensificação da construção de uma luta anticapitalista, uma luta contra os governos antidemocráticos e/ou neofascistas, uma luta pela vida cotidiana plena, pela superação do infracotidiano, do cotidiano desigual e de um necrocotidiano que se apresenta. Para isso, é central a conquista de uma consciência ampliada sobre a prática socioespacial urbana enquanto prática coletiva, o avanço das articulações escalares da prática socioespacial da resistência: da casa às ruas, delas aos bairros, aos centros, às periferias, ao campo, recriando nossas possibilidades de existência, de emancipação, de transformação da realidade. Essas lutas, por fim, apontariam o sentido urgente, estratégico e sobretudo vital da construção permanente do direito à cidade no Brasil contemporâneo.

Referências

ATLAS das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior et al. (org.). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

BASTOS, R. D. *Na rota do fogo: especulação imobiliária em São Paulo*. Campinas, 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BERCITO, D. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da “necropolítica”. *Folha de S.Paulo*, 30 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em: 1 maio 2020.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. *A terra é redonda*, 6 out. 2019. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>>. Acesso em: 23 abr. 2022.



DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Marina Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra Sem Amos, 2020.

FELTRAN, G. de S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, v.53, n.2, p.565-610, jul.-dez. 2010,. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41616385>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FILHO, J. Coronavírus: existe uma lógica genocida por trás do falso dilema entre a economia e vidas. *The Intercept Brasil*, 29 mar. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/29/coronavirus-economia-vidas-logica-genocida/>>. Acesso em: 1º maio 2020.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRAHAM, S. *Cidades sitiadas: novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, H. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1992.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MELO, R. Violência policial e covid-19: por que as favelas enfrentam duas epidemias. *Agência de Notícias das Favelas*, 6 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/violencia-policial-e-covid-19-por-que-as-favelas-enfrentam-duas-pandemias/>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ROCHA, L. de M. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. de S. (Org.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.319-41.

SAFATLE, V. Le Brésil, possible laboratoire mondial du néo-libéralisme autoritaire. *Le Monde*, 2 set. 2019. Disponível em: <<https://www.lemonde.fr/idees/ar>>

title/2019/09/02/vladimir-safatle-le-bresil-possible-laboratoire-mondial-du-neo-liberalisme-autoritaire_5505317_3232.html>. Acesso em: 1 maio 2020.

_____. *bem-vindo ao estado suicidário*. (2020a). Disponível em: <<https://www.n-ideicoes.org/textos/23>>. Acesso em: 1 maio 2020.

_____. *Para além da necropolítica*. (2020b). Disponível em: <<https://www.n-ideicoes.org/textos/191>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

SIMONI, C. Periferia e fronteira: o governo dos pobres nos confins da urbanização. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Org.) *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

TEIXEIRA, C. “Saindo do crime”: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da “ressocialização”. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. de S. (Org.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.121-39.

VOLOCHKO, D. O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Covid-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>>. Acesso em: 18 abr. 2022.



5. A espacialidade da violência

Gustavo Prieto



Para além da “violência urbana”

Começemos pela violência. A palavra violência tem sido utilizada como se o próprio termo fosse capaz, por si só, de anunciar seu significado e seu conteúdo em uma totalidade semântica fechada. A violência apareceria como um conceito total – encerrado em si – e mobilizado por ideias estabelecidas no âmbito da Criminologia, associada imediatamente ao roubo, ao furto e ao crime. Abundam armas, drogas, assaltos, tiroteios, “marginais”, “bandidos” e “favelados” como sínteses ideológicas e metonímias do conceito de violência amplamente disseminado na esfera pública brasileira.

Determinados lugares são, então, constantemente associados a determinados discursos de espaços violentos. As narrativas da grande imprensa consorciadas com o linguajar da polícia produziram um léxico vasto de associação entre favela/periferia, pobreza e violência. Há toda uma linguagem de guerra, “metáforas da guerra” nos termos de Leite (2012), utilizada como expressão narrativa de criminalização e responsabilização dos pobres pela própria pobreza e pela violência em que vivem. Expressões como “fábricas de marginais”, “territórios da bandidagem” e “não cidades” com sujeitos que seriam indubitavelmente (ou ligados aos) “vagabundos”, “delinquentes”, “inimigos”, “malandros”, “traficantes” e, no caso das crianças moradoras de favela, na terrível expressão disseminada pela polícia do Rio de Janeiro “sementes do mal”, evidenciam o direito penal normalizado pelo punitivismo neoliberal (Beal; Prieto, 2022). “Eles” são “suspeitos”. O inimigo pobre, periférico, jovem e negro tornado a ameaça maior ao “cidadão de bem” (expressão concreta da branquitude brasileira), em substituição ao perigo vermelho figurado pelos comunistas na ditadura militar, é o alvo do direito penal diferenciado, voltado àqueles em que se nega o *status* de “pessoa”, produto da razão da suposta ausência de “segurança cognitiva” que emanaria de um comportamento “delinquente” e “beligerante”, qual seja: viver a privação do urbano na cidade segregada (Carlos, 2017; Alvarez, 2015).

Aplicando-se medidas de contenção que visam neutralizar sua periculosidade em detrimento das garantias processuais e materiais e com o objetivo de preservar a segurança “pública”, o inimigo não é alguém culpável pela violação da norma, mas alguém perigoso que deve ser neutralizado (Jakobs, 2008; Borges; Oliveira, 2013). As novas classes perigosas são os privados do urbano: empilhados nas favelas e exilados nas quebradas que se espriam do centro à periferia das metrópoles e do país no moto-contínuo de racialização das classes sociais brasileiras. A segregação produz uma vida de eternos “suspeitos”.

O racismo estrutural, parte constitutiva da sociedade de classes, opera a reprodução dessa violência da vida cotidiana. Adjetivado com as expressões “física” ou “simbólica”, a violência continua a ser interpretada de maneira dual como se a objetividade do dano não se articulasse à subjetividade política da dor. Coetaneamente, a gramática da violência abunda na mídia, nas redes sociais e recorrentemente nos trabalhos de campo, em incursões etnográficas e observações participantes com nossos interlocutores. A violência conforma mesmo um campo de investigações, que sistematicamente se associa aos estudos da Sociologia da Violência, da Segurança Pública e dos Direitos Humanos.

A eleição de um bispo da Igreja Universal do Reino de Deus para a prefeitura do Rio de Janeiro, a execução da vereadora Marielle Franco no centro da metrópole fluminense em plena intervenção militar federal, a emergência do autoritarismo bolsonarista nos espaços públicos e a sociabilidade violenta associada ao golpe de Estado perpetrado no Brasil em 2016 e prolongado pelas eleições presidenciais de 2018 colocaram a violência como representação e ao mesmo tempo realidade concreta nas agendas de discussão de ciências parcelares que, anteriormente, ou ignoravam por completo tal problemática ou expunham a violência como consequência da criminalidade que se manifestaria expressivamente nas cidades. De fato, estamos em uma guerra civil com todos os fundamentos que concretizam o fenômeno, ou seja, um conflito de alta intensidade, envolvendo forças armadas regulares, que é sustentado, organizado e de grande escala. Guerras civis podem resultar em grande número de vítimas e no consumo de recursos significativos, conforme apontam os especialistas em Segurança Internacional. A cidade se torna um campo de batalha (Graham, 2010)

numa guerra forjada entre o “bem” e o “mal”. Mas esse não é ainda exatamente o ponto em questão.

A guerra opera, conforme nos alertam Pelbart (2019) e Alliez e Lazzarato (2016), não mais como luta entre Estados-nações, mas sim, e especialmente, como a guerra civil contra a própria população, contra os assim chamados inimigos internos, uma guerra de classes, de raças, de povos, de subjetividades (Pelbart, 2019), atravessada pela destruição de partes específicas do Estado – e as conquistas históricas de políticas sociais – no avanço do desmanche total, a solução final em que as operações contrainsurreccionais são fundamentais para a máquina de guerra. Não se trata de retórica, de metáfora militar. Estamos em guerra e os genocídios são parte constitutiva da engrenagem violenta da urbanização da sociedade. Articuladamente se implicam também as estratégias de poder e o controle de processos, de formas, de regulamentos que, na sequência, garantem a redistribuição da riqueza, do poder, da terra, do solo urbano e do patrimônio. E também a reprodução das hierarquias de classes, de gêneros, de raças e de povos. Essa guerra visa manter e aprofundar as clivagens, as desigualdades e a segregação que atravessam nossas sociedades, em escala planetária, mas que no Brasil são, no mínimo, abissais (Pelbart, 2019). Essa é a moral do mercado e o mercado da moral.

Brown (2019) capturou com astúcia a tática neoliberal como desmantelamento social. Para a filósofa, trata-se do duplo caráter de um processo de mercantilização da moral e de moralização dos mercados. O processo é concretizado a partir da ação redentora da economia com enfoque na austeridade neoliberal, privatista e monetarista, realizado pelo Estado-empresa que mobilizaria os indivíduos como instituições privadas, potencializando os ganhos meritocráticos de seu capital humano e estimulando a capacidade de investimentos e de flexibilidade ao mercado como microempreendedores individuais. Trata-se articuladamente da salvação das famílias a partir da combinação entre filantropia empresarial, autoridade patriarcal e instituições religiosas (católicas e evangélicas em sua maioria, no caso do Brasil) para a gestão socioespacial da pobreza e o governo das moralidades. E, finalmente, pela garantia da lei e da ordem com a crise como *modus operandi* de operação da política e a guerra civil como tática de funcionamento de governo.

As médias históricas de homicídios dolosos no Brasil estão na casa de 50 a 60 mil mortes anuais, colocando o país em primeiro lugar no número de assassinatos em escala mundial. Conforme argumenta Soares (2019), apenas cerca de 8% desses crimes são investigados. Apesar de discursivamente, pela ideologia projetada pela grande imprensa, o Brasil ser considerado o país da impunidade, possuímos atualmente a quarta maior população carcerária do mundo e, um dado fundamental, o número de presos no Brasil é o que cresce em maior velocidade em escala global. Os alvos, tanto das balas (nada perdidas) quanto do encarceramento em massa, são fundamentalmente homens negros, jovens, pobres e periféricos. Em 2020, 70% das mortes estão concentradas nesse grupo. Da população de mais de 770 mil presos, 12% cumprem pena por homicídio doloso, dois terços por transgressões associadas à propriedade e crescentemente – e esse é um ponto decisivo – presos por transgressões associadas à lei de drogas, que hoje já são 28% do total (Soares, 2019). A “guerra às drogas” não para de encarcerar. Além disso, as grandes facções criminosas brasileiras (PCC, CV, ADA, Terceiro Comando), que operam no tráfico de drogas e outros negócios, surgiram das condições precárias e humilhantes das prisões brasileiras nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Sem falar na anuência mediada pelo dinheiro, o famoso “arrego”, operado por agentes da segurança pública para possibilitar princípios elementares de direitos humanos para os encarcerados e a continuidade da operação do mundo do crime de dentro do sistema prisional.

Em linhas gerais e iniciais, não negamos que a violência se associa às trajetórias de formação e desenvolvimento do mundo do crime e da seletividade penal e punitiva do poder Judiciário e das polícias na constituição de uma gramática do Direito Penal que produz inimigos do Estado, terroristas, bandidos e corpos assassináveis, matáveis. No entanto, cabe aprofundar a análise sobre a violência urbana por outro viés, ou seja, apresentar a hipótese a partir de incursões etnográficas na periferia da metrópole do Rio de Janeiro, qual seja: há em curso a produção de uma *espacialidade violenta*, expressão concreta da violência da urbanização capitalista (Sampaio, 2015), que produz regimes territoriais que simultaneamente oprimem – rotineirizando na vida cotidiana a privação do urbano (Carlos, 2017) – e que dão lucro. Muito lucro. Lógicas de economização de

territórios que se realizam como Estado, figurações do Estado que a partir do poder local, especialmente do Rio de Janeiro, dominaram o Brasil. A violência é um grande negócio e é o fundamento da urbanização capitalista e da privação do urbano.

A continuidade histórica de lógicas socioespaciais de dominação e exploração engendradas ou intensificadas por regimes autoritários revela a capacidade dessas lógicas de produzirem novas e cada vez mais sofisticadas morfologias, regimes territoriais e produção do espaço combinando a exploração e a opressão capitalista. A institucionalização da barbárie aperfeiçoada pelos regimes brutalmente contrários à preservação da vida e a economização das relações socioespaciais ao nível da vida cotidiana, assombraram a humanidade no século XX. Em nossas bandas tropicais, as ditaduras estimularam e incentivaram o justicamento por grupos de extermínio em uma moral militarizada e policial que produziu as bases estruturais para que a racionalidade técnico-administrativa desenvolvesse sua inclinação regressiva (Silva, 2015), ou seja, que a racionalidade econômica e política de seus fins calcados no princípio da dominação e do lucro se instalasse em instituições sociais democráticas operando múltiplas formas de violência não como uma exceção ou uma externalidade negativa, mas como regra. Em outras palavras, é cada vez mais difícil operar, se é que algum dia foi possível, com marcos dualistas de legalidade e ilegalidade; formalidade e informalidade; real e ideal; quando se analisam os regimes territoriais que dominam, ou ao menos são fundamentais, para o entendimento das periferias metropolitanas contemporâneas operados por narcotraficantes, milícias, igrejas neopentecostais e ONG que figuram parte expressiva das instituições que aparecem nesses lugares. Fato é que o neoliberalismo no Brasil garantiu e continua de vento em popa a garantir a privatização do social e da cultura. A palavra de ordem: “isso aqui vai virar o Chile!”, em sentido às avessas, tem um fundo de verdade. Essas figurações do Estado operam *como Estado*, visto que são a concretização real, síntese das múltiplas determinações, do Estado privatizado e violento, após o desmanche neoliberal que continua a se processar. Exemplo peremptório é que as milícias já controlam mais de 25% dos bairros cariocas ou quase 60% da cidade e funcionam em 11 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Trocando em miúdos, são mais de 2 milhões de pessoas alvos

dos negócios de facções armadas lideradas por agentes da segurança pública que matam e investigam as próprias mortes; extorquem e “procuram” os corruptores (Hirata et al., 2020).

A violência da urbanização é fundamento da produção do espaço capitalista. Dominar, lucrar, controlar e regular são práticas operadas pelas figurações do Estado que realizam na prática socioespacial a concretização do Estado-empresa.

Porém, se não bastasse a dificuldade e alguma confusão, conforme constatou Sampaio (2015), o termo “violência” ganha uma série de adjetivos que ora ajudam a circunscrever e delimitar o grupo social a quem o ato violento se volta – é o caso, por exemplo, das expressões violência contra crianças e adolescentes, e violência contra mulheres – ora estimulam a ampliação de um campo cego, que impede a compreensão do novo termo formulado. O caso mais evidente dessa segunda situação pode ser expresso através do nebuloso termo “violência urbana”.

De uma maneira geral, podemos dizer que a expressão violência urbana aparece geralmente como um sinônimo de uma violência que ocorre nos limites da cidade. Essa é, sem dúvida, a utilização mais usual da expressão por diversos pesquisadores importantes da área, que parece tomar o urbano ora como sinônimo de cidade, ora como o adjetivo imediato capaz de qualificar qualquer conteúdo relativo à cidade (Sampaio, 2015). Fundamental ressaltar que, em que pese para ambos (cidade e urbano) o seu caráter de continente e de localização geográfica, isso implica, na maioria das vezes, que o adjetivo “urbana” da expressão “violência urbana” faça apenas referência ao local de ocorrência de um ato violento.

Para ser justo e não parecer estar trazendo aqui um eterno “museu de grandes novidades”, alguns autores vão colocar em questão a pertinência da utilização da expressão “violência urbana”, substituindo a mesma por outras expressões como “violência na cidade”, “criminalidade urbana violenta”, “violência estrutural”, dentre outros para qualificar e tentar aprofundar o fenômeno (Sampaio, 2015). Apesar da tentativa de superação dos limites da adjetivação da violência como urbana e encarando o desafio, esses teóricos todavia entendem a cidade como um palco, onde as práticas socioespaciais são realizadas ou apenas como um contexto em que as relações sociais se manifestam. O espaço é uma coletânea de localizações

para uma cartografia de tiroteios, assassinatos, prisões e mortes. As contradições entre a reprodução do capital e a realização da vida, fundamento dos conflitos na produção do espaço capitalista, não são plenamente considerados.

A sobrevivência do capitalismo está baseada na produção de uma espacialidade abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada sob véus espessos de ilusão (e ideologia) da transparência e opacidade do espaço, fundamentada na fantasmagoria proprietária (Petrella; Prieto, 2020). O espaço tomado apenas como um mapa da criminalidade auxilia a repressão militar e funciona como instrumento de combate a assim chamada “guerra às drogas” e ao “crime organizado”. A compreensão do processo de produção do espaço coloca a centralidade da discussão sobre o “direito à cidade” como projeto utópico que questiona os fundamentos do Estado-empresa, das relações de classe, da propriedade privada capitalista, da política e do papel ideológico do urbanismo. Lefebvre (2002) realizou uma inversão analítica – superando a partir da análise marxiana – o espaço apenas como um objeto absolutizado, compreendendo-o como produto histórico e social, contribuindo para a construção utópica do direito à cidade: devir de uma sociedade que nega a espacialidade violenta produto desta urbanização da sociedade capitalista. Assim, reduzir a produção do espaço ao ambiente construído, aos assentamentos urbanos e a morfologia descritiva da violência impede e interdita a compreensão do espaço como relação social, e por isso mesmo, contradição instituinte para o direito à vida. Escapar das amarras que interditam o direito à cidade impõe uma crítica radical a fantasmagoria da lógica da reificação da propriedade privada como pensamento e tática únicos. O urbanismo militar-miliciano e a vida cotidiana hegemônica pela violência da urbanização são expressões concretas de uma tática capitalista de segregação em moto-contínuo.

A espacialidade violenta como prática socioespacial

O desafio dialético para análise das relações entre violência e urbanização da sociedade envolveria tramarmos a partir da Teoria Urbana

Crítica, especialmente aqueles que são preocupados com a produção do espaço, e não apenas com a localização cartográfica de fenômenos, o prolongamento da hipótese da sociabilidade violenta de Machado da Silva (2004) e Machado da Silva e Menezes (2020), expressão concreta da urbanização brasileira, a partir da análise da espacialidade violenta como prática socioespacial da violência da urbanização capitalista.

A noção de espacialidade violenta considera a indissociabilidade entre espaço, tempo e sociedade como processos coetâneos diretamente relacionados e interdependentes mediados pela violência da urbanização. Não é um joguete de palavras ou uma mera troca semântica, mas forma de lançar luz sobre o controle violento do espaço como aspecto central da regulação econômica, social e política a que imensos grupos populacionais vivem e sobrevivem cotidianamente.

A violência da urbanização repõe os fundamentos de exploração e dominação de sujeitos e lugares em diferentes planos e níveis. Para além da “vida nua”, na potente formulação de Agamben (2010), há imensos fragmentos do espaço regulados, por sujeitos cujas aptidões para operar o Estado na ponta, ou fazer cumprir as suas leis, se baseiam no reconhecimento da sua impunidade para transitar entre o recurso à lei e as práticas extrajudiciais, claramente representadas como permanentes (Das; Poole, 2007). A lógica de milícia figura tudo isso. A milícia não é, nem nunca foi, um poder paralelo. Ela é a aparência de um Estado seletivo e a forma de mercado reconhecível por milhões de moradores das periferias fluminenses.

A reprogramação das milícias no Rio de Janeiro e sua ampliação econômica, política e espacial realizada ao longo dos anos de 2010 são fundamentos da acumulação primitiva do bolsonarismo e possuem afinidades milicianas com o rearranjo mundial do neoliberalismo. A milícia é o próprio Estado leiloado e em desmanche pelo incisivo processo neoliberal de expansão econômica das relações capitalistas de poder, dominação e negociação de “mercadorias políticas” (Misse, 2010; Prieto, 2020) e, mais do que nunca, governa não mais só o Rio de Janeiro, e sim o país. A milícia é a expressão concreta do novo neoliberalismo (Dardot; Laval, 2019). Uma nova forma de colonialismo, que desloca o sentido de imperialismo *strictu sensu* (Chauí, 2020). Na economia neoliberal fundada em uma sociedade terrorista (Lefebvre, 1991) se opera um proceder de estratégia de

intervenção militar de um espaço delimitado, por um tempo delimitado, para devastação econômica, política, social e cultural desse território, que é abandonado depois de completada a espoliação. A milicianização das relações sociais cariocas é exemplo maior da espacialidade violenta como prática socioespacial da violência da urbanização.

Milicianização

Os milicianos são praticantes de limpeza social e política dos inimigos e concorrentes. São adeptos dos justificações assentados em uma moral militar; realizam um vasto conjunto de políticas públicas estatais, como figuração do Estado e como *realpolitik* periférica. Operam parte expressiva do transporte público, da habitação, do mercado de trabalho, do saneamento, da segurança pública, do sistema funerário, da regulação de impostos e tributos, das telecomunicações, da construção civil e da regularização fundiária, ambiental e urbanística.

A milícia aparece, assim, como a forma possível de governo sintetizando o arranjo neoliberal, neopentecostal e militarizado, a morfologia precária e concreta da espacialidade violenta do Rio de Janeiro. Para Manso (2020), o desamparo da população fluminense com chacinas aos borbotões, números de mortos que ombreiam guerras civis, corrupção sistêmica estatal e criminalidade violenta, foi visto “com olhos de empreendedor” pelos agentes das forças de segurança que já atuavam às margens e pelas margens, lucrando com arregos e mineiragens, com a proteção de contraventores e outros ilegalismos. A crise brasileira abriu a brecha para um miliciano governar um país.

As milícias tem como fundamento os grupos de extermínio (Alves, 2020), em especial atuantes na ditadura militar e na proteção ao jogo do bicho, e se realizam a partir da dominação armada de amplos fragmentos do espaço, tendo três formas articuladas de regulação central: a) as práticas econômicas, na operação da extorsão de vultosas e lucrativas taxas de proteção, na regulação de parte do mercado com fixação de preços e monopólio de matérias-primas, na realização direta de serviços públicos essenciais, na administração de equipamentos, infraestruturas e na grila-

gem de terra; b) as práticas políticas, com a venda do acesso às frações do território para a campanha de candidatos apoiados por grupos milicianos ou na eleição direta de representantes para cargos no Poder Legislativo e Executivo, na corrupção de agentes de Estado e do Poder Judiciário e na dominação de parte dos serviços cartoriais; c) as práticas sociais, com a imposição de terror cotidiano, controle da reprodução social da vida cotidiana com a atuação do setor de grupos de extermínio, em assassinatos operados por agentes da segurança pública, do Exército, da pistolagem local e dos matadores de aluguel, que são parte central do negócio miliciano (Prieto, 2020). E também a partir de um conjunto de consensos que se articulam as práticas de realização de funções e serviços estatais, operando como o Estado realmente existente na periferia fluminense.

Destaca-se que a prática milicianiana está longe de ser uma exclusividade do Rio de Janeiro. Dados levantados pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) evidenciam denúncias de atuação de grupos milicianos em 15 outros estados entre os anos 2016 e 2017, com extorsões recorrentes, ameaças, expropriações e extermínio. Para citar apenas alguns casos emblemáticos, as milícias têm atuação direta na dominação e venda de terras públicas no Distrito Federal; operam grupos de extermínio conhecidos como “segurança privada” de latifundiários-grileiros na política de aniquilação dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul; funcionam como braço armado de garimpeiros para a invasão de territórios indígenas em Roraima e no Amazonas; como pistoleiros a serviço de madeireiros-grileiros dizimam povos originários isolados no Maranhão. Em síntese, as milícias têm relação direta com grupos de extermínio e são fundamento central da atuação paramilitar que sustenta a aliança social, política e econômica terra-capital no Brasil, a qual se articulou na ditadura civil-militar. Entretanto, nenhuma prática socioespacial milicianiana possui a envergadura, o domínio e o volume de negócios que as milícias no Rio de Janeiro.

Manso (2020) argumenta que os milicianos são, em sentido lato, contra a modernidade, em especial contra a chegada de discussões democráticas que envolvem, por exemplo, pautas de gênero e cultura, e são reacionários sobre o papel da mulher e atentos à família patriarcal. Os milicianos estão vinculados aos valores de um passado heroico, dos anos 1950 e 1960, e olham para esse período com nostalgia. A produção dos inimigos milicia-

nos é um mecanismo de política autoritária que tece um mito de diferenciação do presente com base num passado fictício romantizado, ancorado entre a nostalgia escravocrata da casa grande imperial, da tranquilidade de um rural idílico e a reminiscência de um momento anterior ordeiro e disciplinado – saudades da ditadura, em síntese – sob a unidade da família patriarcal e da autoridade moral do pai e dos valores cristãos. Combatem o “crime” e a “insegurança” dos lugares em nome de um momento anterior à degeneração moral da sociedade e das desmedidas da democracia.

Enfim, estão abertas as afinidades milicianas da transfiguração do governo Bolsonaro e do neoliberalismo à brasileira e se revelam ainda em breve síntese do discurso de Jair Bolsonaro no que tange a: a) defesa aberta da legalização de milícias e de grupos de extermínio, inclusive no Plenário da Câmara Federal; b) afirmação reiterada de milicianos como heróis. Vide o caso de Adriano da Nóbrega, miliciano executado na Bahia, envolvido na grilagem de terras na Zona Oeste do Rio de Janeiro, integrante do Escritório do Crime¹ e que teve sua mãe e irmã empregadas no gabinete do então deputado estadual Flavio Bolsonaro como laranjas em esquema conhecido como “rachadinha”, prática de desvio de dinheiro de assessores do parlamentar para atividades de dominação de terras públicas. Nas palavras de Bolsonaro, o pai, em 15 de fevereiro de 2020: “Não tem nenhuma sentença transitada em julgado condenando capitão Adriano por nada, sem querer defendê-lo. Naquele ano ele era um herói da Polícia Militar”. O herói, no entanto, estava preso acusado de executar um “flanelinha” a mando de uma milícia carioca quando foi condecorado; c) defesa do armamento completo da sociedade com a explosão de Projetos de Lei e medidas Provisórias nessa direção e a diminuição do controle do rastreamento, identificação e marcação de armas e munições de uso Exclusivo do Exército. Durante a Agrishow, feira internacional de tecnologia agrícola – a maior da América Latina e segunda maior do mundo – em Ribeirão

1 Grupo miliciano de extermínio carioca (dentre outras múltiplas práticas socioespaciais e negócios) que, segundo investigações do Ministério Público e da Polícia Federal do Rio de Janeiro, tem envolvimento direto com a execução política da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes. Adriano da Nóbrega foi duas vezes condecorado por Flavio Bolsonaro – inclusive com a Medalha Tiradentes, maior honraria da Alerj.

Preto (SP), presidida por Maurilio Biaggi Filho, figura conhecida do agrogócio, Jair Bolsonaro defendeu, em 29 de abril de 2019, que não haja punição para proprietários de terras que atirarem contra os assim chamados “invasores”. Para Bolsonaro, a defesa da propriedade privada é uma forma de garantir a segurança jurídica no campo e na cidade. Nos termos do próprio: “A propriedade privada é sagrada e ponto final”. E continuou: “Mas uma maneira que nós temos de ajudar a combater a violência [...] é fazer com que, ao defender a sua propriedade privada ou a sua vida, o cidadão de bem entre no excludente de ilicitude. Ou seja, ele responde, mas não tem punição”. O excludente de ilicitude era um dos pontos centrais do assim chamado Pacote Anticrime do ex-ministro da Justiça e bastião central do lava-jatismo Sergio Moro; d) Bolsonaro se relaciona com as polícias militares, agentes da segurança pública, Forças Armadas e setores paramilitares como se ele fosse o grande líder, a única instituição que os “cidadãos de bem, portadores de arma”, tivessem que seguir. Ele estimula, reiteradamente, os policiais a não terem institucionalidade em discurso auxiliar e direto ao acesso e porte de armas. Há, assim, uma narrativa institucional de insubordinação das polícias e defesa do modelo miliciano de proteção e segurança pública, reiterando uma hierarquia vinculada diretamente à hierarquia do presidente. Além disso, Bolsonaro distribuiu cargos no governo para o oficialato de generais e para líderes de milícia. Para não esquecer, parte expressiva do alto comando que guerreou no Haiti em processos genocidas da assim chamada “missão de paz”, está presente nos altos cargos do governo Bolsonaro.

A milícia é parte constitutiva do Estado, governa e é a expressão concreta do neoliberalismo brasileiro e da espacialidade violenta que se coloca como o tecido social da violência da urbanização. A intervenção miliciano está em curso com Jair Messias transfigurado em juiz e guerreiro, num país tornado um laboratório do neoliberalismo autoritário. *Salve-se quem puder.*

Assim, entendemos que todo processo de urbanização capitalista é violento, visto que medeia exploração e dominação a partir de relações de poder hierarquizado e desigual. Tal processo economiza e monetariza tendencialmente o conjunto das relações sociais, em especial a partir dos três danos fundantes e fundamentais repostos historicamente. Caminha-

mos a partir de apontamentos de Machado da Silva (2004), Machado da Silva e Menezes (2019) e Sampaio (2015) para entender a realização de uma espacialidade violenta do capital a partir da: a) a violência da formação da propriedade privada; b) a violência do planejamento urbano a partir do Estado, do mercado e das figurações do Estado em especial nas periferias (e nas margens); c) e na violência da vida cotidiana.

Propriedade privada, planejamento e vida cotidiana: percurso para análise da espacialidade violenta

Compreendemos a propriedade privada como o fundamento central, o núcleo, do processo de segregação socioespacial. Não existe produção do espaço capitalista sem segregação. Ou seja, a segregação não é uma consequência da urbanização, mas o continente da realização do acesso à moradia na cidade capitalista mediado pela instituição da propriedade do solo urbano e pelo pagamento para sua efetivação. Nesse sentido, a lei e o Estado reproduzem a precarização do acesso à habitação, evidenciando a exploração dos próprios moradores na produção da casa e da própria cidade, processo já abundantemente analisado pelos Estudos Urbanos. Além disso, a dominação territorial e militarizada se realiza de maneira coetânea na reprodução cotidiana da violência da privação do urbano, especialmente a partir dos anos 2000. Moradias precárias, distantes e potencialmente ainda mais distantes em intervenções urbanas que estendem os acessos mercadológicos de realização da vida com as estratégias tecnocráticas do planejamento e que impossibilitam o pagamento pelo curso de reprodução capitalista da vida. A violência da propriedade privada impõe o dano inicial e central: uma vida privada em um território privado, precariamente produzido.

Entender os conflitos urbanos é assim uma tarefa para entender a centralidade da propriedade privada na produção da urbanização periférica, especialmente quando esse encontra-se regulado pela grilagem de terras urbanas mediadas por milicianos e pelo assim chamado mundo do crime. Em São Paulo, por exemplo, no bairro de São Miguel Paulista, na

Zona Leste paulistana, em uma favela dominada pelo PCC – em associação direta com uma ONG –, um dos negócios mais lucrativos do mundo do crime é a regulação da propriedade privada do solo urbano com o aterramento de um rio para a ampliação da comunidade e a venda de lotes. Essas casas já são construídas com um alicerce de mais de um metro e meio de altura, visto que no verão constantemente a favela sofre com enchentes.

No Rio de Janeiro, a invasão miliciana de áreas de proteção ambiental para grilagem de terra, construção de imóveis e mesmo a regulação do mercado de terras (aluguéis, venda de lajes etc.) é recorrente na Zona Oeste e na Baixada Fluminense. O desmoronamento de edifícios na favela da Muzema e as relações entre cartórios, políticos e milicianos demonstram que na Zona Oeste do Rio de Janeiro vastos fragmentos do espaço urbano têm dono. Nesse caso específico, são milicianos-grileiros de terra ligados ao Escritório do Crime com conexões diversas com a execução da vereadora Marielle Franco, um recado miliciano para todos nós: “tá tudo dominado”.

A construção de empreendimentos imobiliários para venda é recorrente e com exemplos abundantes. A grilagem de terra e a regulação do acesso ao solo urbano são parte expressiva do lucro das milícias (Alves, 2020; Prieto, 2020). Isso ocorre porque há uma demanda extensa por moradia e não existe uma política habitacional que enfrente a privação do urbano. As milícias realizam uma parte significativa da política habitacional: grilando terras (públicas, devolutas ou de proteção ambiental) e construindo casas ou prédios. Para grande parte da população, pagar aluguel é um peso orçamentário enorme, que compromete parte expressiva da renda. Comprando uma casa própria no mercado miliciano, o sujeito pode embutir parcelas do pagamento pela moradia com taxas de segurança sem a necessidade de comprovações de renda e ainda se endividando com a agiotagem gerida pelas milícias. A dominação miliciana opera também, pelo consentimento, tornando real “o sonho da casa própria”. A moradia é um grande negócio com uma oferta sem freios dos grupos milicianos, no caso carioca, e com menor fôlego, mas importante pelo PCC, no caso paulistano.

O fato de milicianos serem membros próximos quando não agentes diretos das forças de segurança pública (os Mikes, quando polícia) ou

privada (PI, pé inchado),² ou seja parte do Estado (e de suas figurações neoliberalizadas) facilita a atuação e amplifica lucros com a espacialidade violenta. As milícias atuam dentro da estrutura de governo, obtêm acesso às informações privilegiados, sabem de quem é a terra, se há fiscalização ambiental ou fundiária e, caso exista, sabem como evitar e pagar o “arrego” necessário para os agentes do Estado e do mercado. Assim, os milicianos, como planejadores urbanos hábeis, conseguem mapear com precisão os lugares sujeitos à atuação miliciana.

Além disso, a própria seleção e esbulho possessório de moradores pelas milícias para habitar em edifícios do Programa Minha Casa, Minha Vida em bairros da Zona Oeste carioca como Campo Grande, Bangu, Setepestiba, Guaratiba, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes são indícios de que os negócios das milícias borram as fronteiras entre legal e ilegal no entendimento da violência da propriedade privada. Conforme dados oficiais da Polícia Civil, mais de 1.600 unidades habitacionais foram invadidas por milícias no Rio de Janeiro entre janeiro de 2014 e janeiro de 2020. Os que se recusam a pagar as taxas e cobranças que regulam a vida cotidiana estão sujeitos a intimidações, esculachos, expulsões ou desaparecimento. O Instituto de Segurança Pública carioca registrou o número de 1.860 pessoas desaparecidas em 2015 na Zona Oeste – o maior número desde 2003. Nos anos seguintes, o total foi reduzindo: em 2021, foram re-

2 “Mike” é uma gíria usada por policiais, em especial militares para a respectiva autoidentificação. Advém da expressão “Papa Mike” e teve origem entre policiais estadunidenses. O termo está em diálogo com o código fonético militar internacional, indicando “Papa” com o “p” de polícia e “Mike” com o “m” de militar. Apesar de originário na PM, seu uso em territórios dominados por milícia está associado aos agentes de segurança pública estatal de forma ampliada. Já “pé inchado”, também referenciado como PI, é uma expressão também oriunda do universo policial, geralmente usada de forma pejorativa para identificar pessoas, particularmente homens, que atuam em atividades ligadas à segurança, mas que não são oriundos da polícia ou das Forças Armadas. Também se refere de maneira geral aos que trabalham em atividades não estatais ou criminais e que portam algum tipo de arma. A expansão do uso do léxico “PI” indica, especialmente a nova fase da chefia miliciana em que lideranças e figuras públicas não são apenas (ou primordialmente) policiais, ex-policiais e bombeiros, mas também traficantes (identificados pela gíria “ganso”), ex-traficantes, ladrões e vigilantes com poder de decisão, comando e hegemonia como chefes e líderes de milícia.

gistrados 887 desaparecimentos. As descobertas recorrentes de cemitérios clandestinos na Baixada Fluminense, especialmente usados como local de desova de corpos são também formas de ocultação de cadáveres executados do setor de quebra, ou seja, extermínio das milícias. Na velha regra do crime: “sem corpo não há prova”.

As milícias dominam ainda na Baixada Fluminense um dos mercados mais lucrativos do mundo: a extração de areia. A areia dá lucro porque é um dos componentes principais da produção do cimento, abastecendo o mercado de construção civil. Por isso, a extração clandestina de areia é a terceira atividade criminosa mais lucrativa em escala mundial – atrás apenas de pirataria e do tráfico de drogas. No Brasil, a atividade pode chegar a lucros de até R\$ 8 bilhões por ano. As empresas ligadas às milícias fazem a extração de areia graças a um regime de medo sobre as comunidades e favelas vizinhas, relações com as Prefeituras e a contratação de força de trabalho nas regiões de extração em Duque de Caxias, Seropédica e Itaguaí. Para além do medo, melhor seria falarmos em um processo de rotineirização do terror e de produção de um regime de sobrevivência em territórios milicianos, fundamentado na violência da insegurança permanente da existência regulada por taxas, normas e formas de proceder assentada em uma moral da polícia, tornada a moral miliciano: enquadramentos, recados, desaparecimentos e extermínios. Também agenciando trabalhadores informais, que encontram na milícia a possibilidade da viração, há uma milicialização do próprio mercado de trabalho, ao estilo do lema das Forças Armadas brasileiras: “braço forte e mão amiga”.

A violência do Estado operada pelas táticas do planejamento urbano, então, é um processo violento associado. Não há planejamento urbano, em especial no século XXI, sem regulação e atuação permanente da polícia ou dos agentes do Estado que encontram na milícia a complementação de renda central para sua reprodução social. Trata-se de um processo em que o capitalismo integra a cidade e incorpora o espaço (ele próprio) não mais apenas como local da produção *strictu sensu*, mas da produção num sentido mais amplo, aquela que engloba as relações sociais, a moral, as ideologias, os costumes e produz uma subjetividade política. Incorpora, simultaneamente, o espaço como condição, meio e produto do processo de reprodução capitalista (Carlos, 2011), momento do seu processo de valorização. A

necessidade de extensão do mundo da mercadoria faz que o espaço seja produzido (tendencialmente) como mercadoria, inserido no circuito da troca, portanto generalizando-se em sua dimensão de mercadoria e de negócio. Ou seja, o planejamento urbano e as figurações neoliberais de Estado – como as ONG. Centros sociais são aqueles que expressam diretamente o planejamento miliciano com atendimento médico, jurídico e de cursos gratuitos para a população, funcionando como a síntese do negócio de gestão miliciano da pobreza. Nas redes sociais, um miliciano conhecido, um dos ex-chefes de uma milícia que utiliza super-heróis como marca e ex-vereador Jerominho Guimarães, argumenta:

“Vamos fazer nossa parte como sempre fizemos. Vamos usar a liderança que sempre tivemos em nossa região para beneficiar o povo. Vamos recriar os centros de atendimento social. As obras do espaço físico para os atendimentos vão começar. Gostaríamos de convocar voluntários, pessoas que se unam a essa luta pelos necessitados, ajudando de acordo com suas possibilidades.”

Campo Grande, bairro dominado por esse liga de milicianos, concentrou expressiva votação para Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Nas quatro zonas eleitorais, que compreendem os “satélites” de Campo Grande, Senador Vasconcelos e Inhoaíba, o presidente teve os desempenhos mais expressivos na capital fluminense, superiores a 75% dos votos válidos.

Ou seja, é fundamental analisar a violência ao nível da vida cotidiana. Compreendemos que se deve colocar a vida cotidiana no centro do entendimento da concretização da espacialidade violenta, o que envolve uma crítica que perpassa, necessariamente, pela crítica da vida cotidiana, pois esse é o plano em que podem se estabelecer as relações do social (e do cultural) com o político e econômico – não são, portanto, momentos separados. Trocando em miúdos e retomando os fios iniciais desse ensaio, a violência, se vem acompanhada do adjetivo “urbana”, incorpora uma compreensão teórica. No nosso caso, aquela que envolve, necessariamente, a prática socioespacial de um entendimento do urbano como um processo e da vida cotidiana como a realização contraditória desse processo (Carlos, 2011; Sampaio, 2015; Prieto, 2020).

O espaço urbano expressa, assim, as contradições dos processos de reprodução da sociedade e de reprodução do capital, que produzem, concretamente, um espaço. Há em curso um controle territorial sob gestão autoritária não mais, apenas, da Zona Oeste do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, mas do Estado-nação, mediado: a) pela coerção incisiva assentada na violência policial e paramilitar, no projeto político de tradicionalismo moral e na rotineirização do terror; b) pelo lucro desmedido concretizado para manutenção da “firma”,³ não somente no pagamento das taxas de serviços fundamentais para a reprodução da vida (água, gás, alimentação, moradia, transporte, comércio, vagas em hospitais etc.) e da segurança pública (as taxas de proteção patrimonial e da vida), mas na formulação de políticas públicas que atendem, sustentam e reproduzem as milícias em escala nacional;⁴ c) das relações sociais de dominação na transformação do espaço-tempo da reprodução da vida em espaço-tempo

3 “Firma” é o termo que os milicianos se referem para denominar a milícia, em sentido geral. Geralmente, nos trabalhos de campo, constata-se o uso para identificar determinadas atividades, negócios ou trabalhadores ligados à hegemonia milicianiana, tais como “ele é da firma”, “fulano de tal é amigo da firma” ou “estou fazendo um bagulho pra firma”. Além disso, “A Firma” foi uma das denominações da maior milícia do Rio de Janeiro.

4 Manso (2020), Alves (2020) e Prieto (2020) evidenciam as diversas conexões entre as políticas públicas e a milicianização do Brasil. Um exemplo são as políticas de flexibilização do porte e posse de armas, cartuchos e munições e a diminuição de rastreamento, identificação e marcação de armamento e material bélico como políticas voltadas para o armamento da população, uma das promessas de campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Desde janeiro 2019, foram mais de 30 decretos e atos normativos com tais objetivos. A bancada da bala, frente parlamentar no Congresso Nacional e no Senado Federal formada por políticos com atuação voltada ao armamento civil, flexibilização legislativa sobre armas e contra políticas desarmamentistas dão o respaldo legislativo para este processo. O foco atual da expansão da quantidade de armas e a diminuição da fiscalização aprovados a partir de 2019 tem como “público-alvo” especial os chamados CAC (caçadores, atiradores e colecionadores). Milicianos que tomaram a favela do Quitungo em Brás de Pina, subúrbio carioca, foram presos extorquindo moradores com armas adquiridas “legalmente” a partir da certificação de que seriam atiradores desportivos na esteira da expansão das políticas armamentistas. Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, um clube de tiro apresenta diversas conexões com as atividades milicianas e com o treinamento para tiros e combates.

de exploração do trabalho, acumulação capitalista e poder de polícia. A forma de legitimação da dominação se realiza tanto por fatores ideológicos e mecanismos socioeconômicos, quanto por técnicas disciplinares para o funcionamento da instituição miliciana como aparelho de produção (Legrand, 2004; Renault, 2015; Laval, 2015).

Em outras palavras, aquilo que seria “mal menor”, nos próprios termos de prefeitos, governadores e atualmente do presidente da República, aparece como responsável por pacificar o país: as milícias, como um aparelho de produção que centraliza e ressignifica os papéis dos militares, das missões religiosas e da intervenção econômica neoliberal na guerra civil brasileira. A estratégia de milícia assentada no controle territorial, no lucro desmedido em todas as frações de negócios existentes, na operação de políticas públicas e construção e gestão de infraestruturas, na coerção violenta e na transformação tendencial de todos os espaços de reprodução da vida em espaços-tempo de acumulação capitalista, poder de política e disciplina moral são a instituição que sintetiza nosso novo neoliberalismo. Habitamos um cotidiano milicianizado em plena expansão. *Quem viver, verá.*

Referências

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALLIEZ, E.; LAZZARATO, M. *Guerres et capital*. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.

ALVAREZ, I. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.) *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. p.65-80.

ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BEAL, S.; PRIETO, G. Contemporary Brazilian Cities, Culture, and Resistance. *Hispanic Issues On Line*, Minneapolis, v.28, p.1-31, 2022.



BORGES, C.; OLIVEIRA, V. Direito Penal do inimigo e a guerra contra o tráfico de drogas no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, n.57, p.221-43, 2013.

BROWN, W. *In the ruins of neoliberalism*. New York: Columbia University Press, 2019.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.) *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017. p.33-62.

CHAUI, M. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e Irrupción*, v.10, n.18, p.307-28, mai.-out. 2020,

DARDOT, P.; LAVAL, C. Preface: Anatomy of the New Neoliberalismo. In: DARDOT, P.; LAVAL, C. *Never-Ending Nightmare – The Neoliberal Assault on Democracy*. London; New York: Verso, 2019. p.xi-xxix.

DAS, V.; POOLE, D. State and its margins. In: _____. (Org.) *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

GRAHAM, S. *Cities Under Siege – The New Military Urbanism*. London; New York: Verso, 2010.

HIRATA, D. et al. *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Relatório Parcial. Niterói: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), 2020.

JAKOBS, G. Direito penal do cidadão e direito penal do inimigo. In: MELIÁ, M. C. (Org.) *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

LAVAL, C. La productivité du pouvoir. In: LAVAL, C. et al. (Org.) *Marx & Foucault: lectures, usages, confrontations*. Paris: La Découverte, 2015. p.29-44.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.



_____. *La survie du capitalisme: la reproduction des rapports de production*. Paris: Anthropos, 2002.

LEGRAND, S. Le marxisme oublié de Foucault. *Actuel Marx*, v.2, n.36, p.27-43, 2004.

LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.6, p.374-89, 2012.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: RIBEIRO, L. C. (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.291-351.

MACHADO DA SILVA, L. A.; MENEZES, P. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v.38, n.3, p.529-51, 2019.

MANSO, B. P. *A República das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MISSE, M. Trocas ilícitas e mercadorias políticas. *Anuário Antropológico*, n.2, p.89-107, 2010.

PELBART, P. P. *Ensaio do assombro*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

PETRELLA, G.; PRIETO, G. Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. *Revista Direito e Práxis*, v.V, n.II, p.562-90, 2020.

PRIETO, G. Milicianos não usam máscara. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *COVID-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH-USP, 2020. p.57-66.

RENAULT, E. Pouvoir ou domination? Pouvoir ou exploitation? Deux fausses alternatives. In: LAVAL, C. et al. (Org.) *Marx & Foucault: lectures, usages, confrontations*. Paris: La Découverte, 2015. p.199-212.



SAMPAIO, R. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) *Crise urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p.55-84.

SILVA, P. F. Psicologia social de Adorno: resistência à violência do mundo administrado. *Psicologia & Sociedade*, v.27, p.35-46, 2015.

SOARES, L. E. *Desmilitarizar: Segurança Pública e Direitos Humanos*. São Paulo: Boitempo, 2019.



6. Fragmentação do espaço, crime e violência: para além da governamentalidade

César Simoni Santos



A disseminação da Covid-19 e suas consequências sociais orientaram boa parte do debate social desde a deflagração da pandemia, em 2020. As tecnologias de governo, bem como a natureza mesma do exercício do poder no Estado foram frequentemente colocadas em causa (Agamben, 2020; Safatle, 2020; Žižek, 2020). No campo de uma teoria urbana crítica, a segregação espacial apareceu como dimensão coextensiva, fundamento, aparato ou instrumento dessas tecnologias de exercício do poder (Carlos, 2020; Marino et al., 2021). Assim, a análise da produção do espaço encontrou, nessa triste realidade, material adicional para a consolidação de uma abordagem que parte do reconhecimento do papel ativo da segregação sobre as formas de governo: reforçavam-se, assim, as pontes entre um determinado ramo da teoria política e a própria morfologia espacial urbana. Desse ponto de vista, mais do que mero produto ou o resultado passivo das dinâmicas repositoras da desigualdade, a segregação urbana e a fragmentação do espaço, como sua dimensão morfológica necessária, encontraram novas evidências a respeito de sua positividade no âmbito da reprodução do poder.¹ Os cruzamentos aqui

1 O recurso à fragmentação do espaço neste capítulo se inspira na reflexão de Henri Lefebvre. No entanto, isso ainda é pouco para clarear o sentido que envolve o emprego da noção. Nos trabalhos de Lefebvre e em muitos daqueles considerados de matriz lefebvriana, a fragmentação do espaço é assumida como resultado da instituição da propriedade privada do espaço urbano. Assim, mais correntemente e quase que como sua expressão imediata, o parcelamento e o loteamento do solo urbano surgem como os elementos originários do fenômeno que resulta na imposição de cesuras ou discontinuidades em meio a um processo de homogeneização. Daí também a associação mais frequente entre o parcelamento do solo e a manifestação primordial da fragmentação do espaço. Contudo, tanto é possível apontar para manifestações do fenômeno da fragmentação em escalas distintas e superiores em relação àquela do lote e do loteamento, quanto ainda é justificável derivar essas manifestações do próprio instituto da propriedade privada. Nessas dimensões escalares a própria concepção da tríade que envolve também a hierarquização como seu terceiro termo se torna mais visível e mais completa. Essa possibilidade está registrada em diversas passagens do livro “A produção do espaço”, algumas delas recuperadas na sequência deste capítulo.

propostos entre essas dimensões (segregação socioespacial, morfologia urbana e poder) tecem a malha de imbricações para uma abordagem das relações entre *o direito à cidade e o direito à vida*.

Essa tendência, no entanto, é menos recente e menos localizada do que parece. Mesmo as variações na dimensão escalar do fenômeno parecem compartilhar de alguns fundamentos comuns. A guinada escancaradamente autoritária dos parâmetros da administração neoliberal, que afasta a experiência contemporânea de qualquer projeção sobre um mundo sem Estados, também não ocorreu num espaço sem fronteiras, sem limites e demarcações, ou no plano inerte, contínuo e homogêneo da globalização. A pandemia foi mais um dos momentos em que essa realidade tocou a consciência, mas a crescente militarização da política social e do espaço urbano, a expansão do número de refugiados e o tratamento dado a esse contingente, o aumento de moradias precárias e irregulares nos grandes centros urbanos, as disputas e tensionamentos geopolíticos ao redor do mundo mostram que ela não está sozinha. É nesse âmbito que uma análise do processo de fragmentação do espaço se conjuga à uma análise do poder.

Se a revalorização do Estado como instância máxima de poder, por um lado, parece relativizar o movimento que buscou na governamentalidade uma alternativa ao problema da política tal como abordada abundantemente pelo marxismo, por outro, ela põe ênfase na fragmentação do espaço como instrumento e resultado do processo de reprodução ampliada do poder político em nossa sociedade. Trata-se da possibilidade de observar a fragmentação do espaço não como reflexo da fragmentação do poder, mas como resultado, estratégia e condição do poder, ainda que unificado ou menos fragmentado do que habitualmente se supõe. Essa articulação entre Estado e espaço, natural do ponto de vista da tradição analítica nas ciências humanas, mas que vinha perdendo aderência nos últimos anos, recupera importância no âmbito do pensamento crítico. Se a análise do governo propõe um caminho para a consideração fragmentária e dispersa do poder, é preciso também olhar para o Estado como fundamento de um esforço de totalização autoritária que tem assumido feições muito particulares na etapa avançada do neoliberalismo (Peck, 2010; Harvey, 2005; Dardot; Laval, 2016).

De uma forma muito simplificada, pode-se dizer que, no bojo dos conceitos pertinentes a uma teoria urbana crítica, enquanto a fronteira permaneceu sempre ligada à dimensão econômica ou foi a expressão do avanço territorial definido a partir de um centro de comando, a fragmentação do espaço foi o seu correlato com relação às estratégias do poder, carregando consigo o potencial de separação de áreas e da população em grupos submetidos a formas distintas de governo. A hipótese deste capítulo sugere que, no espaço urbano, a segregação socioespacial, ao definir os conteúdos da fragmentação do espaço, está implicada diretamente na repartição das formas de poder, constituindo elemento positivo na reprodução e ampliação do Estado, em prejuízo do *direito à vida* e do *direito à cidade*.

Fragmentação do espaço como dispositivo de governo

Michel Foucault (2001) notou que, em algum momento entre os séculos XVIII e XIX, teria havido a passagem de um Estado de tipo soberano a uma “nova forma de poder”. Não somente uma orientação mais punitiva acolheria uma espécie de economia dos corpos e cederia lugar às técnicas da disciplina, como também o próprio Estado assumiria uma nova orientação para a regulação e o governo da população. É nesse momento que Foucault observa a passagem de um poder soberano que “fazia morrer e deixava viver” para um poder que “faz viver enquanto deixa morrer”. Apesar da sucessão das formas de poder, no entanto, as soluções mais antigas e já longamente experimentadas não são inteiramente substituídas pelas mais novas. Aspectos e tecnologias associadas à soberania, desse modo, permanecem no âmbito das formas de governo mais atuais.²

Essa compreensão autorizou a formulação e o amplo emprego da noção de necropolítica como paradigma conceitual que denuncia a resiliência do princípio soberano do direito sobre a vida e a morte e que atualiza o fundamento discricionário do “fazer morrer” como premissa operante no

2 “Não tem uma série na qual os elementos vão se suceder, [...] fazendo seus predecessores desaparecerem” (Foucault, 2008, p.11). Assim, “o problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tornado mais agudo do que nunca” (Foucault, 2008, p.142).

seio das tecnologias de governo da época mais recente. A violência própria da colonização, que está na gênese da noção de necropolítica (Mbembe, 2018) e reaparece, por exemplo, na experiência do nazismo, no interior do solo europeu, e nas políticas de segurança pública admitidas como premissa para boa parte das grandes metrópoles ao redor do mundo (Graham, 2016), se enraíza na reprodução dos princípios de uma “distinção ontológica” que subsiste mesmo após a dissolução do sistema colonial. Consolidada-se, assim, “um sistema de partilha entre dois regimes de subjetivação. Um permite que sujeitos sejam reconhecidos como ‘pessoas’, outro leva sujeitos a serem determinados como ‘coisas’” (Safatle, 2020).

Essa distinção foi objeto também das preocupações de Giorgio Agamben (2002, p.14) ao mobilizar o princípio da “vida nua” como armadura da orientação normativa que produz subjetividades desprovidas de direito: ele mesmo o princípio de “intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder”.³ Os indivíduos que encarnam essa condição aparecem como a carcaça de corpos sem substância e são discerníveis daqueles cobertos pelas normas de proteção: são vida matável. Não se trata, desse ponto de vista, de um princípio que permite o reconhecimento ou a emergência de duas comunidades distintas, mas de um princípio que sustenta a concepção de uma comunidade fundada em direitos que se afirma a partir de agregados de indivíduos dela apartados.

Os aparatos de governo definidos por essa “distinção ontológica” e orientados pelo uso seletivo da força não somente ganham em precisão, eficácia e violência, como são inteiramente viabilizados ao mobilizar o artifício da fragmentação espacial. Essa circunstância se remete à imbricação original entre a cissura fundamental instaurada pelo racismo e a própria fratura colonial. Desse ponto de vista, a ordem de Vestfália foi mais um capítulo da tomada de consciência europeia que determinou o expurgo, para fora de seus limites continentais, de parte da violência crucial e congênita que dá sustentação aos projetos societários e de nação dos países conciliados. Diante das disposições que resultaram no reconhecimento

3 Partindo da ideia de que “lei e soberania coincidiam, pois, absolutamente uma com outra” (Foucault, 2008, p.132), compreende-se a assertiva de Agamben também como um reforço à compreensão de que os dispositivos do poder soberano operam seletivamente no interior do modelo biopolítico de poder.

de jurisdições territoriais mutuamente excludentes no solo europeu, cada uma das entidades concorrentes e associadas teve sempre de conquistar, produzir e definir seus próprios espaços nos quais poderiam atuar fora da lei e desconsiderar os direitos operantes em seus territórios originários. A *plantation*, as colônias, a fronteira, o campo de concentração, as zonas de guerra etc. são exemplos desses espaços de exceção que acompanharam a formação dos modernos Estados de direito (Mbembe, 2018).

A fragmentação do espaço faz assim as suas mais eloquentes aparições na história como dispositivo de governo e de soberania. Mas foi só o estabelecimento do comércio internacional em bases sólidas que permitiu a exteriorização completa desses territórios de escravidão, pilhagem e massacre em relação aos seus carrascos europeus: o sucedâneo do exclusivo comercial foi, assim, o aperfeiçoamento de um regime que assegurou tanto a condição de exterioridade, por meio dos processos de independência nacional das antigas colônias, quanto, mesmo nessas condições, a dependência econômica de territórios circunscritos de alta exploração. A fronteira que, ao transpor os limites de seus territórios originais, encarnou no novo mundo toda violência contida na colonização e a reproduziu como dinâmica própria no interior de territórios longínquos, viabilizou a consolidação e estabilização da moderna armadura territorial dos Estados europeus.

Nesse sistema de partilha, salta aos olhos a imbricação entre a lógica territorial e a premissa racial. A escravidão negra, na medida em que não se tornou visível no cotidiano dos territórios colonizadores, não chegou a ser encarada como um problema para as democracias europeias definidas nos limites de suas jurisdições originárias. O fundo falso da retórica emancipatória do centro do capitalismo se esclarece, então, na cartografia do regime de partilha territorial: a premissa societária da distinção ontológica estava encarnada, de uma vez por todas, na divisão do mundo. É o silêncio da razão e do discurso iluminista a respeito da escravidão negra nas américas que torna o próprio movimento emancipatório das luzes um cúmplice de primeira linha da clivagem societária que reprogramou o racismo como fundo de provisão na aurora do capitalismo moderno.⁴ A

4 A metáfora política da liberdade “começou a deitar raízes justamente no momento em que a prática econômica da escravidão – a sistemática e altamente sofisticada escravização capitalista de não europeus como mão de obra nas colônias – se expandia

própria revolução francesa esteve na mira dos conservadores diante do esquema geral, mantido também pela França, que orientou a coalisão colonial-racista como um dos fundamentos da república europeia. A hipótese de que, ao evocar a dialética do senhor e do escravo, “Hegel estava contando uma história que se esgotava na Europa” (Buck-Morss, 2011, p.145), somente reforça o entendimento de que o custo do instável apaziguamento interno havia sido transferido tanto para o sul, no recrutamento forçado da força de trabalho, quanto para o além-mar, no emprego dessa força de trabalho escravizada.

Contudo, a clivagem espacial estabelecida no exercício do poder soberano europeu se reproduz em escalas distintas daquelas definidas pela colonização *stricto sensu*. Esse jogo interescalar da fragmentação do espaço está no cerne do uso que Stephen Graham (2016) faz da imagem criada pelo “bumerangue de Foucault”. A experiência da colonização, da pilhagem de nações e da guerra de conquista intercontinental, que sempre carregou o mais pesado ônus para fora dos limites territoriais dos estados europeus, por meio de “um tipo de *effet de retour*”, permitiu o Ocidente “praticar sobre ele mesmo também algo como uma colonização, um colonialismo interno” (Foucault, 2001, p.70). Essa tendência à (re)internalização da violência experimentada de forma bruta nas colônias trouxe consigo a necessidade de reprodução doméstica das mesmas cissuras entendidas, a seu tempo, como naturais entre jurisdições com estatutos políticos discerníveis e territórios não contíguos.

É possível extrair desse argumento que o impacto do retorno das experiências de clivagem espacial que permitiram o funcionamento do sistema colonial, com o seu duplo regime de direitos, tem se expressado nas grandes cidades, ajudando a criar um novo modo de controle. Os mais

quantitativamente e se intensificava qualitativamente, ao ponto de, em meados do século XVIII, ter chegado a sustentar o sistema econômico do Ocidente como um todo, facilitando, paradoxalmente, a expansão global dos próprios ideais do Iluminismo” (Buck-Morss, 2011, p.131). “A exploração de milhões de trabalhadores escravos coloniais era aceita com naturalidade pelos próprios pensadores que proclamavam a liberdade como o estado natural do homem e seu direito inalienável. Mesmo numa época em que proclamações teóricas de liberdade se convertiam em ação revolucionária na esfera política, era possível manter nas sombras a economia colonial escravista que funcionava nos bastidores” (Buck-Morss, 2011, p.132).

recentes “casos de efeito bumerangue [...] fundem doutrinas de segurança e militares nas cidades do Ocidente com aquelas das periferias coloniais” (Graham, 2016, p.32) e a sua generalização aponta para a corrosão do princípio de partilha de regimes, tal como foi sustentado pela ordem vestfaliana e sintetizado pelo liberalismo oitocentista: liberal para dentro e ofensivo para fora.

Atualmente, apesar da diversidade entre as cidades do velho mundo e aquelas da semiperiferia do capitalismo, algum artifício de entrincheiramento urbano sempre ganha destaque como dispositivo de governo. Mas, como exemplos da ação violenta e fortemente armada contra segmentos da população urbana, que reiteram a supressão dos limites entre a ação das forças civis e a atuação do poder militarizado, as periferias das grandes metrópoles brasileiras ocupam uma posição de destaque.

Loïc Wacquant (2008, p.58) observa um movimento no âmbito das políticas de segurança pública que vai “da penalização à militarização da marginalidade urbana, sob a qual os moradores de favelas assoladas são tratados como virtuais inimigos da nação”. No Rio de Janeiro, a intervenção das Forças Armadas em distritos específicos da mancha metropolitana, frequentemente chamadas de ocupação, capturam o sentido mais profundo da internalização de estratégias militares amplamente utilizadas tanto pela empresa colonizadora, em uma versão mais primitiva, quanto na ocupação de territórios em guerra. As táticas e os efeitos dessas ações são visivelmente um marco daquela indistinção no modo de operação das forças públicas que conta, agora, com as linhas de demarcação que criam fraturas no espaço contíguo das áreas urbanizadas.

Diante do expediente da fragmentação do espaço como dispositivo de implementação discricionária da política de segurança pública, a suposta clivagem entre poderes civis e militares é deslocada em razão das fissuras sociais, políticas e econômicas do tecido urbano. Os deslizamentos que resultam na indistinção tática na atuação das forças de controle se amparam na demarcação de zonas discerníveis de atuação diferenciada: a suposta clivagem civil-militar que orienta os preceitos da segurança pública em regimes democráticos e de direito tem sido suplantada em função do artifício da fragmentação do espaço.

Apesar da ostensiva e cada vez mais frequente presença de forças especiais no interior e pelas ruas de espaços segregados em muitas das grandes metrópoles mundiais, a observação do caso brasileiro, no entanto, exige uma ampliação da noção de militarização do espaço urbano. A permanência do efetivo armado na implementação ou instauração da ordem nessas áreas não conta exclusivamente com as organizações institucionalmente subordinadas ao Estado. O próprio Estado, no exercício de suas funções, recorre a grupos de natureza paraestatal, formalizados ou não. Enquanto no Rio de Janeiro as milícias desempenham funções por vezes concorrentes, por vezes complementares àquelas do Estado em áreas pobres e guetificadas (Misse, 2010; Manso, 2021; Silva, 2004), em São Paulo, já é amplamente aceito o fato de que a principal organização criminosa da metrópole tem tido papel relevante no controle do morticínio que costumava ter lugar nos espaços segregados da mancha urbana (Biderman et al., 2014; Feltran, 2018; Manso; Dias, 2018; Willis, 2015). O domínio do Primeiro Comando da Capital (PCC) tornou-se importante na regulação das disputas entre grupos e facções concorrentes, no controle da violência no varejo e na relação com os policiais em suas áreas de controle: nesses espaços, não sem fricções, o PCC assume, frequentemente, funções do “aparelho coercitivo” do Estado.

Independentemente da variação das taxas de homicídio, a discriminação societária encarnada e afiançada pela clivagem espacial urbana abriu espaço para a retroalimentação de uma política de morte que espalha o terror nas áreas mais pobres e promove o espetáculo para as classes médias e altas dos bairros afluentes das grandes metrópoles brasileiras. Enquanto temos uma “indiferença coletiva para com a asfixia penal do subproletariado negro que a rígida segmentação étnico-racial do espaço social, físico e mental gerou entre os cidadãos (Wacquant, 2008, p.68), igualmente, os “extermínios não desencadeiam uma crise ética porque os corpos dessas pessoas e os territórios que elas habitam quase sempre já significam violência” (Silva, 2014, p.69).

O racismo de Estado encontra na segregação espacial, como dimensão da cesura social prática, o seu dispositivo tático. Atualmente, o que a fragmentação do espaço urbano ilumina é a possibilidade de compreender que

esse dispositivo, empregado como fundamento do exercício do poder de matar, está sendo aplicado na escala metropolitana. A segregação urbana se transforma, assim, num mecanismo [...] que separa a parcela da população sobre a qual se aplica a escolha soberana entre fazer morrer e deixar viver. (Simoni, 2020a, p.55)

Denise F. da Silva (2014, p.80) aponta como “significantes da diferença racial”, tanto os “traços corporais”, quanto os “geográficos”. Ela argumenta que esses marcadores da “posição ontológica” descendem de uma fenomenologia arraigada nas formas de reprodução do poder de Estado: é assim que “o arcabouço da racialidade apreende o corpo e o território” (Silva, 2014, p.91) e que a segregação espacial, como elemento estruturante da clivagem social e da separação física dos corpos no espaço, tornou-se o meio e a condição do governo diferencial das massas.

O espaço fragmentado e o governo do homicídio

Ao observar a distribuição espacial dos homicídios no município de São Paulo, uma coisa não escapa à vista: eles estão concentrados em determinadas áreas.⁵ Partindo do número absoluto de homicídios no município de São Paulo no arco temporal que se estende de 2006 a 2017, quatro agregados subzonais se destacam: a saber (1) o da Sé, (2) o da vila Brasilândia, (3) o do Capão Redondo, e (4) o de Cidade Ademar (a numeração corresponde à da Figura 2). O destaque se mantém tanto para o acumulado quanto nas projeções ano a ano do arco temporal (Figuras 1 e 2).

5 Por não haver coincidência dessas áreas com os distritos, com as subprefeituras ou com as zonas, esses conjuntos serão chamados de agregados subzonais e reúnem sempre mais de um distrito, um dos quais nomeia o agregado.

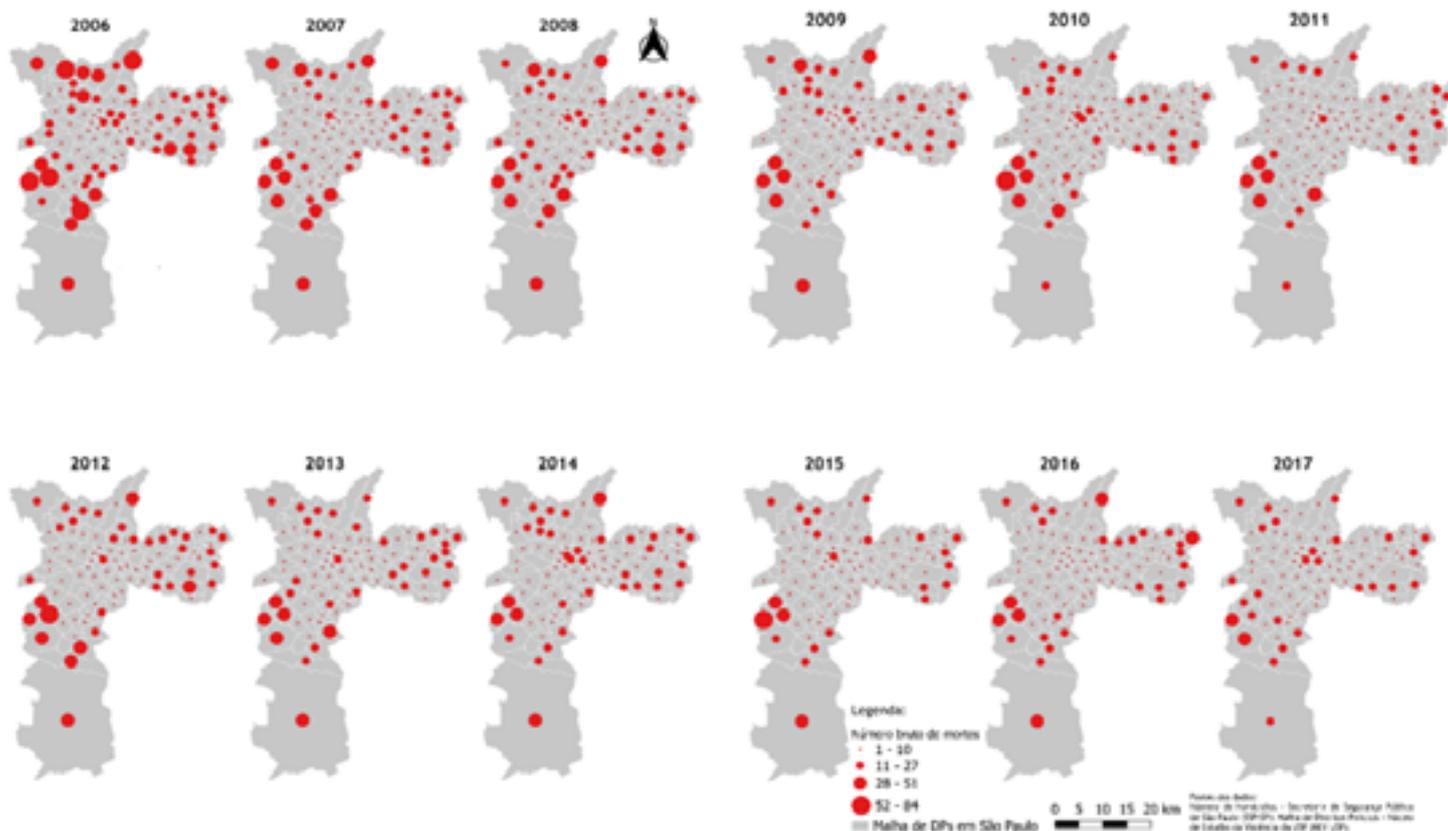


Figura 1 – Número de homicídios dolosos por distrito policial – São Paulo:
2006-2017.

Fonte: Bueno da Silva (2021, p.30).

Ao observar a sequência de projeções reunidas na “Figura 1”, nota-se que a intensidade e constância das ocorrências em torno do agregado subzonal do Capão Redondo constitui objeto de atenção especial para a área. Além disso, em 2017, o “mapa da morte” trazido na matéria da *Folha de São Paulo*⁶ já colocava quatro distritos do agregado subzonal do Capão Redondo (Jardim São Luís, Jardim Ângela, Campo Limpo e Capão Redondo, nesta ordem) entre as cinco primeiras posições do *ranking* de acordo com o número absoluto de mortes, os quais são imediatamente seguidos pelo distrito da Brasilândia, na 6^a posição.⁷ O Distrito da Sé, por sua vez, figura comumente

6 Matéria de 12.10.2017. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2021.

7 É importante observar que a concentração dos maiores índices de homicídios na capital paulista é relativamente móvel, mas reincide entre um grupo pequeno de distritos e menor ainda de agregados subzonais. Em termos proporcionais, com ex-

entre os primeiros colocados com relação à taxa de homicídios, mas é preciso considerar duas coisas com relação a isso: sua condição de centralidade, e, portanto, os fluxos de não residentes e de frequentadores eventuais e a relativamente reduzida população de referência (apesar da alta densidade própria das dimensões do distrito), o que sugere taxas mais altas em contexto de números absolutos de homicídios sensivelmente mais baixos (a diferença da população do distrito da Sé para o do Capão Redondo é de dez vezes em favor do segundo). Considerando o conjunto dos dados analisados, outro aspecto importante para o destaque do agregado subzonal do Capão Redondo se remete à participação da área no total dos homicídios registrados no município. De 2006 a 2017 foram registrados 2.863 homicídios só na área em destaque, enquanto no total do município foram registrados 9.217, ou seja, aproximadamente um terço (mais de 30%) dos homicídios de São Paulo ocorreram no agregado subzonal do Capão Redondo, enquanto o distrito da Sé participou com 1,5% do total.

Ademais, o agregado subzonal do Capão Redondo também é tomado como caso emblemático porque um dos aspectos mais significativos para essa triagem está ligado à dimensão morfológica do fenômeno, que mantém ligação expressiva e funcional com as formas diferenciadas de exercício do poder em cada área singularizada. O indicador empírico adotado para a observação do emprego de táticas de governo particulares são as linhas, as demarcações e os cortes que definem a morfologia na superfície do contínuo espacial urbano como substratos da ação estratégica modulada pelas formas dissemelhantes de emprego da força. Esses elementos da morfologia espacial funcionam como evidências de definições relativas ao poder e que conduzem ao próprio fenômeno que os tornam visíveis e apreensíveis tanto no terreno quanto nas projeções cartográficas.

ção do distrito da Sé, os distritos mencionados não aparecem entre os primeiríssimos (nem seus distritos adjacentes), apesar de sua posição de destaque, ainda assim, no “Ranking das taxas de homicídios dos distritos de SP” de 2013 e 2014 (Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/homicidios-2013/>> e <<http://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/taxa-de-homicidios-2014/>>. Acesso em: 14 out. 2021). Se os rankings de 2013 e 2014 já não invalidam a triagem não só por manter os três exemplos com taxas superiores a 10/100.000 e com a ocorrência de distritos entre as 15 primeiras taxas do município, o “mapa da morte” funciona, adicionalmente, como reforço de autenticidade para a seleção.

Observando a Figura 3, nota-se a importante mudança de comportamento dos dados de homicídio ao se traspor a linha que define o fragmento. Poder-se-ia contra-argumentar que a elevada densidade demográfica do agregado contribui para o aumento das ocorrências, tanto em termos relativos quanto como fator de influência e variável causal. Com relação ao primeiro, desmonta-se rapidamente o contra-argumento com a observação de que a maior densidade de ocorrências registradas no agregado não acompanha proporcionalmente a densidade populacional da área, ultrapassando-a em relação as taxas verificadas em outras áreas da cidade. Isso faz tanto da subprefeitura quanto do distrito do Campo Limpo, por exemplo, unidades situadas sempre entre as dez com maiores taxas de homicídio por habitante do município. Uma referência adicional poderia ainda situar essas unidades em relação aos parâmetros internacionais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que localidades que atinjam índices iguais ou superiores a 10 assassinatos a cada 100 mil habitantes podem ser reconhecidas como zonas endêmicas de violência. Enquanto o distrito de Campo Limpo passava de 20,4 para 21,9 assassinatos por 100 mil habitantes, de 2013 para 2014 (dados do Núcleo de Estudos da Violência - NEV), a subprefeitura de Campo Limpo como um todo também aumentava seus índices de 17,25 para 19,58, tendo enfrentado já taxas de 52,17, em 2003, e de 46,10, em 2004 (dados sistematizados e disponibilizados pela Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, em parceria com a Rede Nossa São Paulo).

Com relação ao segundo contra-argumento, a despeito das muito duvidosas ilações sugeridas por cruzamentos estatísticos, o que não será objeto de considerações aqui, a própria concentração e adensamento, sobretudo nas condições em que ocorrem nessas áreas, podem ser também considerados parte dos dispositivos de governo que mobilizam e segregam (separam) parte da população em áreas específicas do território metropolitano. Esses fatores estariam, desse ponto de vista, articulados, mas não a partir de uma premissa operatória de causa e efeito ou numa relação entre variável dependente (homicídio) e variável de origem (densidade demográfica). Um corte que considere a tipologia da habitação, as formas de engajamento laboral, o nível de endividamento, entre outras coisas, tornaria a linha de clivagem que define o fragmento ainda mais consistente.

Permanecendo, contudo, às voltas com o problema suscitado pelas ocorrências de homicídios dolosos, encontra-se justamente na definição

do agregado subzonal do Capão Redondo um quadro bastante útil para seguir com uma reflexão a respeito do papel da fragmentação do espaço no exercício do poder. Nota-se claramente, em função dos elementos considerados e da sistematização visual do fenômeno (Figura 3) uma mudança de padrão no comportamento dos dados dispostos no contínuo espacial. A alteração de regime e a clivagem espacial, evidenciadas pela representação cartográfica, são dimensões que já na apreensão visual apresentam-se como inseparáveis. A implicação entre uma e outra, que fortalece os laços entre a fragmentação do espaço e o exercício de distintas formas governo, carece ainda de abordagem teórica.

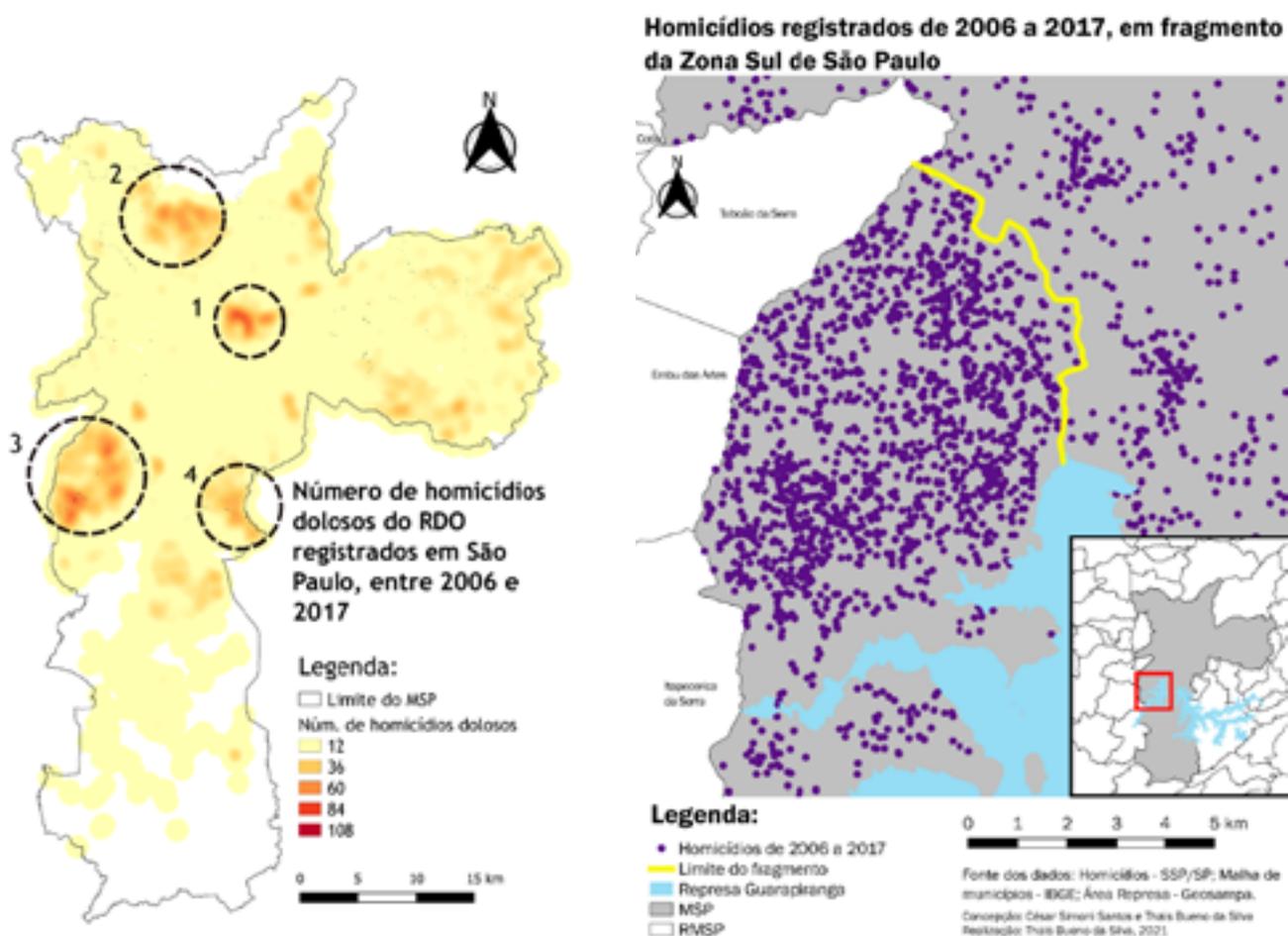


Figura 2 (à esquerda) – Número de homicídios dolosos do RDO registrados em São Paulo, entre 2006 e 2017. Figura 3 (à direita) – Homicídios registrados de 2006 a 2017, em fragmento da Zona Sul de São Paulo. Fonte: Bueno da Silva (2021, p.74).

A fragmentação do espaço urbano para além da governamentalidade

Os arranjos de um tipo de neoliberalismo armado se sustentam, assim, por meio de uma gestão geograficamente diferencial e profundamente desigual desse *laissez-faire* da morte e de uma liberação seletiva das pulsões homicidas arraigadas no mundo da mercadoria. Por isso, a premissa mobilizada a partir daqui localiza o potencial de difusão do poder não nas tecnologias de governo replicantes que se autonomizam, se criam ou se preservam independentemente do Estado, mas na capacidade do próprio Estado em capturar, criar e reproduzir em escala espacial ampliada diferentes modos de exercício do poder, institucionalizados ou não. As morfologias espaciais se inscrevem no âmbito das formas do poder. A fragmentação do espaço, ao mesmo tempo em que separa e segrega, constitui potencialmente a forma da atuação simultânea desses distintos modos e, nesse sentido, guarda algo de um condicionante da própria unidade do poder. É por meio da fragmentação do espaço que os artifícios do poder se implantam diferencialmente no espaço urbano.

A violência que está na base da instituição e da reprodução da ordem sociometabólica do capital, que também se exerce por meio das instituições formais, não deixa de se aplicar por vias informais ou mesmo ilegais como expediente de um poder que emana e visa às mesmas finalidades do próprio Estado. Daí o problema da identificação do Estado à sua dimensão puramente formal ou às suas formas declaradas, ainda que ele não exista sem elas e sem essa sua imagem confusa. Os modos diferenciados de exercício do poder respondem e se relacionam com essas formas, declaradas ou não, mas não se confundem com elas. O Estado, para além da lógica da forma, opera no nível das contradições sociais e, por isso, introjeta seus conteúdos no cerne de suas estratégias de poder. O homicídio, como modo de exercício do poder e expressão da violência congênita do mundo da mercadoria, responde simultaneamente à forma espacial da fragmentação e ao princípio social formal geral da equivalência.

O princípio da equivalência como princípio social geral da violência

Henri Lefebvre (1977, 1978), nos volumes III e IV de *De l'État*, mobiliza o princípio da troca e do equivalente para buscar o fundamento abstrato do grande edifício que concentra o poder político em nossas sociedades.⁸ De acordo com Lefebvre, a lógica da equivalência constitui-se no fundamento compartilhado entre o Estado e o capital, que operam numa sorte de reforço mútuo ao impor seus próprios princípios fundamentais como o princípio de ordenação social geral. Essa concepção, de um só golpe, reafirma o papel do Estado em uma posição não subordinada, tal como foi frequentemente tratado no âmbito do debate marxista, e implica a dimensão econômica com as atrocidades das quais ela frequentemente ficou isenta, uma vez que a violência moderna encontra no fundamento comum da equivalência a sua origem. “Mesmo Marx só percebeu a violência como distinta do econômico, como pirataria. A inerência do constrangimento ao processo econômico só foi concebida parcialmente” (Lefebvre, 1977, p.88).⁹ No prolongamento dessa lacuna, um certo vício de associação exclusiva da violência aos processos de acumulação primitiva ajudou a absolver a economia corrente e suas formas consolidadas das responsabilidades sobre parte dos barbarismos contemporâneos. Para Lefebvre a imposição do equivalente constitui o ato fundamental da violência propriamente capitalista operado, de forma combinada, pelas forças do mercado e pela atuação do Estado.

De acordo com a teoria lefebvriana, portanto, a imposição do equivalente carrega consigo a instituição da violência em dois momentos dis-

8 No capítulo 1 esse princípio é igualmente mobilizado, também numa perspectiva lefebvriana, de modo a apontar para a constituição de cadeias que extrapolam a exclusiva relação de troca entre objetos isolados e dinheiro.

9 “A aniquilação do desigual, do diferente, do conteúdo, ou seja, a equalização do desigual e a equivalência do não-equivalente, assim é a lei da forma e sua força fundamental, ela mesma fundamento do poder em geral e, em particular, do poder político. Marx concebeu a violência como extraeconômica. Sobre esse ponto [...], é preciso reconsiderar a teoria dita marxista. A violência é inerente ao econômico assim como ao político” (Lefebvre, 1977, p.24).

tintos: “*produção política da sociedade* significa de um lado o ato de estabelecer a equivalência do desigual, a homogeneização, o identitário, e de outro desvela o conflito que está presente na forma imanente da relação de troca” (Spósito, 1996, p.45). Assim, ao mesmo tempo em que a equalização do diferente operada por uma série de dispositivos administrativos, analíticos e classificatórios se revela como o fundamento da dimensão política capturada na esfera do Estado, a redução das qualidades ao universo do quantitativo faz do momento da troca mercantil o acontecimento originário que guarda o potencial destrutivo embutido na forma-mercadoria.

A equalização do desigual que se realiza por um ato de constrangimento, traz o poder e a violência como inerentes ao ato da troca, à sua dimensão conflituosa; ou seja, *o poder é a produção política do laço social* e tanto ele como a violência não seriam assim extraeconômicos ou extramateriais, mas estariam pressupostos nos laços fundantes da troca social, mediatizada pela mercadoria. (ibidem)

Desse modo, a aniquilação do diferente, que está inscrita na história de universalização da forma-mercadoria, é parte inseparável da consolidação e reprodução da economia capitalista e está no cerne e na raiz do próprio Estado moderno. O racismo subjacente à empresa colonizadora não é, também, por essa razão, um elemento estranho ao ordenamento político que expandiu o capitalismo para todos os cantos do mundo. A cisão primeva manifesta na diferenciação ontológica do racismo é a expressão embrionária e original da forma-mercadoria revelando simultaneamente sua força e seus limites. O que inicialmente assumiu a forma da escravidão colonial,¹⁰ denunciando assim os limites para a inclusão de todos como força de trabalho “livre” e parte dos mercados consumidores, reaparece enfaticamente hoje nas novas formas de sujeição ao capital.

Nota-se, assim, que a imposição do equivalente homogeneíza, mas também fragmenta: essa composição está na origem da armadura territorial do Estado moderno. As tecnologias de poder só estabelecem um

¹⁰ Essa *reductio ad absurdum* manifesta na conversão de uma infinidade de homens e mulheres à sua condição de coisa é função da imposição e das determinações maiores da lógica da forma.

compromisso durável com essa contradição quando subordinadas ou capturadas pela órbita do poder do Estado. Seria um erro, portanto, atribuir a fragmentação à uma vocação exclusiva das formas de governo, enquanto as forças homogeneizantes são tomadas isoladamente na conta do Estado. Sabe-se que diversos grupos paraestatais, informais ou ilegais, atuam na instituição da equivalência, conduzindo, portanto, os interesses e a própria forma da reafirmação do Estado. A hierarquização aparece como o terceiro termo dessa tríade que se remete ao poder e organiza a relação entre as esferas do Estado e os fragmentos do espaço.

Geografia e ampliação geográfica do Estado

Ao mesmo tempo em que, por essas razões, a violência não pode ser vista como algo de natureza extraeconômica, dentre as novas formas de sujeição, um conjunto de práticas não exclusivamente definidas pelas leis do mercado regulam as formas de entrada e saída de cada indivíduo na economia capitalista. Em determinadas áreas ou perímetros do tecido da metrópole ganham espaço organizações alijadas de institucionalidade e que atuam (1) ora na reprodução e reafirmação do princípio societário fundamental da troca, respeitando os parâmetros normativos da equivalência, ainda que de formas ilegais, (2) ora recorrendo aos expedientes mais diversos e sem compromissos performáticos com a equivalência, ainda que envolvidas em processos de instituição ou reinstituição de sua própria lógica. Prioritária ou majoritariamente nessas áreas ou perímetros, a institucionalidade das condutas é estrategicamente retirada do primeiro plano das formas de presença do Estado. Essas são também as áreas em que as formas de imposição do princípio geral de ordenação social ganham maior flexibilidade e o homicídio passa a figurar dentre as práticas usuais. Desse ponto de vista, é um erro, então, pensar que as execuções de natureza extrajurídicas não se vinculam às leis da equivalência e à lógica do contrato, mas isso não significa que não haja um plano de distinção no universo das práticas do poder. Assim, as configurações específicas que os processos de imposição do equivalente acabam por assumir tornam-se também instituintes de formas espaciais que aparecem “em seu duplo aspecto: efeito e razão do político” (Lefebvre, 1977, p.134).

Restituir a parcela de culpa da imposição da forma-mercadoria pelo caráter sistêmico da violência que se generaliza em nossa sociedade não significa abrir mão do reconhecimento de que, para além dos automatismos abstratos que violam a diferença, uma miríade de agentes assume o encargo de conduzir, por caminhos não institucionais e, até mesmo, ilegais, os constrangimentos próprios da atitude instituinte da lógica da equivalência. Significa, isso sim, observar que no universo de estratégias da imposição e reprodução do equivalente, todos se ligam aos desígnios da universalização da forma-mercadoria: uma ligação, por vezes, *a posteriori*. Esse ecossistema complexo se move, portanto, pela orientação fornecida por uma poderosa lógica comungada tanto pelo Estado quanto pela economia capitalista e se constitui numa força que atua diretamente por meio e em favor de uma morfologia urbana descontínua.

Esse nível de programação do processo de produção do espaço urbano se diferencia flagrantemente das pretensões sistêmicas daquele urbanismo que naufragou com a enxurrada neoliberal do fim do século XX (Arantes, 1998). O que se passa atualmente nas metrópoles brasileiras envolve um conjunto de rearranjos capaz de revelar aspectos da fragmentação do espaço que a situam como dimensão crucial da imposição e reimposição do equivalente, mesmo nas situações da impressionante escassez que assola boa parte da população. Na esteira da fragmentação sancionada pelo avanço do arranjo neoliberal, observa-se, na determinação de um modo particular de manipulação do espaço urbano, um certo *laissez-faire* de instâncias não institucionalizadas. Uma constelação de condutas individuais, regramentos comunitários, costumes religiosos e práticas ilegais é mobilizada como extensão da atuação política no escopo da programação social por meio da produção de morfologias específicas. É nesse contexto que “as formas se implantam, ainda que as estipulações que as inscrevem na prática retardem frequentemente, no curso do crescimento ordenado pelo Estado. De onde um campo imenso, aberto não somente a um saber especializado (administrativo)” (Lefebvre, 1977, p.178-9).

Esse entendimento, como premissa da compreensão da atuação ampliada do Estado, flerta aqui, novamente, com a noção gramsciana do “Estado integral”. Nessa perspectiva, torna-se crucial o reconhecimento da atuação dessas instâncias não burocráticas na execução da violência ins-

tituinte, o que se reverte simultaneamente em vantagens de eficiência e de proteção às instituições oficiais. As formas de operação do “Estado em suas margens” (Das; Poole, 2008) assumem feições tão diversificadas quanto são os caminhos pelos quais o modo de implantação e preservação do equivalente como princípio geral de ordenação social se efetiva.

Essa prerrogativa da forma política, aparentemente estranha ao grande edifício estatal, está presente na armadura do Estado capitalista desde suas manifestações mais incipientes,¹¹ mas vem reassumindo protagonismo na relação com os ilegalismos diante do contexto da crise que têm evidenciado a deterioração dos parâmetros das relações de troca. Aqui, como outrora, “as tentativas do Estado de preservar e *universalizar* a forma-mercadoria tornam necessárias organizações cujo modo de operação ultrapassa os limites da própria forma-mercadoria” (Offe; Ronge, 1984, p.134).

A crise de destituição que ameaça a primazia do equivalente e acompanha os desdobramentos mais atuais das contradições da forma-mercadoria passa a exigir das forças instituintes uma entrada mais ostensiva, num regime em que a subsistência não funciona mais como metro do valor do trabalho e a presença do Estado se descola visivelmente da instituição burocrática: lei econômica e jurídica são simultânea e efetivamente relativizadas. Nessas condições, em razão de seu poder instituinte, o crime se torna, ao mesmo tempo, operador de processos e dispositivos de uma acumulação primitiva reiterada e de reprodução de determinadas ordens em jurisdições circunscritas do território, atuando não em nome do Estado, mas como o próprio Estado em suas margens. Tal como o genocídio de povos colonizados, as chacinas, execuções e assassinatos comandados por diversos grupos paramilitares e milícias tomam a cena do ordenamento social atual, em seu favor e não contra ele. Assim,

O mistério estatista é mais espesso e mais difícil de penetrar que aquele em torno do qual está a burocracia. A cena política tem sempre os bastidores; o teatro político apresenta personagens fantasiados e mascarados [...]. Gestão e violência, execução e proteção, assim se apresentam o avesso e o direito. Eles remetem um ao outro, não num efeito de espelho, mas

11 No processo de universalização da forma-mercadoria, “a guerra, a pirataria, a pilhagem se associam ‘normalmente’ ao comércio” (Lefebvre, 1977, p.28).

num espelhamento enganoso que torna de difícil apreensão os portadores e veículo do estatista. [...] O terror é o estado normal no qual o Estado coloca a sociedade que ele detém, desde que ele se descole e apareça em sua potência. [...] O Estado completa e suplementa pelo terror os efeitos da moral. (Lefebvre, 1977, p.226-7)

Esse entendimento é perfeitamente compatível, portanto, com uma forma de compreensão do Estado que não se encerra na positividade da armadura estritamente institucional da burocracia. “O Estado, como geralmente nos referimos a ele, é uma categoria abstrata, talvez apropriada para se generalizar sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder, e também para ser levada em consideração, coletivamente, na totalidade da formação social” (Harvey, 2005, p.91). Tomá-lo estritamente pelo conjunto de instituições pelas quais ele se declara pode envolver uma arriscada mistificação. Para Harvey (2005, p.90), o acerto de Miliband está em ter afirmado que “o Estado é muito mais que o exercício do poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido”. Para Lefebvre (1977, p.193),

Nas sociedades a análise pode proceder verticalmente ou horizontalmente – partir das relações frontais ou das relações laterais. Lembremos que as relações frontais se declaram, se escrevem: elas se redigem estatutariamente, se oficializam, logo se institucionalizam. Elas se estabelecem no setor público das relações sociais, nos circuitos e redes conhecidos de todos. Contrariamente, as relações laterais têm uma face escondida, até mesmo clandestina. Antes orais que escriturárias, elas se mantêm ao longo de caminhos desconhecidos. Elas se sussurram mais do que não se proclamam.

Recentemente, Leo Vinicius Liberato (2021) deu visibilidade ao fato de que um dos expedientes que têm se tornado relativamente comum na gestão da força de trabalho empregada nos aplicativos de entregas, principalmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, é o recurso ao jagunçado e ao banditismo. Além dos relatos de ameaças físicas e de morte contra entregadores grevistas, “é possível ouvir de motoboys que os chefes Operadores Logísticos do iFood em São Paulo seriam frequentemente irmãos do conhecido crime organizado que domina as periferias da cidade”.

Nesse contexto, a Movile, proprietária do iFood, recebeu, um ano após ao esvaziamento das manifestações e quase ao mesmo tempo da denúncia de Liberato, o maior aporte de capital de sua história, desde 1998, no valor de R\$ 1 bi. Nos últimos três anos, a Movile viu suas receitas crescerem a um ritmo anual superior a 80%, com a maior parte do investimento programada para ser destinada ao iFood, segundo entrevista de Patrick Hruby, CEO da Movile, à *Revista Exame* (02.08.2021). Assim, “enquanto os diretores do iFood abrem sorrisos descolados para falar de inovação, nova economia e ‘tecnologia’, por trás dessa fantasia a realidade é a do lucro baseado no uso de um sistema de jagunços” (Liberato, 2021). Formas de governo distintas e combinadas atuam nesse novo e condescendente mercado de trabalho.

A imposição do equivalente, respeitando uma história assentada na coerção, nunca deixou de ser o campo de exercício da violência. O fato, contudo, é que o próprio conteúdo de violência embutido na forma-mercadoria passa a se manifestar mais explicitamente quando atenta ativamente contra a vida, rompendo, ainda que não com a lógica do equivalente, com as cadeias de equivalência. Nessas circunstâncias a dissociação da aparência de igualdade escancara a violência da imposição do equivalente. Diante do poder de atentar contra a vida, “soberania e legitimidade não precisam mais coincidir” (Lefebvre, 1977, p.175-6). A excepcionalidade do poder instituinte em face dos princípios do regime por ele instituído se reporta ao sentido mais superficial dos processos de acumulação primitiva. A irracionalidade, a desmedida e os arroubos violentos das organizações criminosas, a despeito da rigorosa contabilidade que normalmente também manejam, se prestam à instituição daquilo que os coloca como o outro, como exceção, constituindo parte do esforço de universalização da lógica do equivalente.¹² É nesse sentido que o crime e a organização criminosa não significam a ausência do Estado, mas a sua própria forma de ser em áreas selecionadas e definidas.

12 A premissa do excesso, do desperdício e da desmedida está inscrita na ordem instituinte do próprio Estado. “Ele dispense, por vezes, sem freio, não sem visar à preservação de sua existência e supervisionar o emprego do menor centavo” (Lefebvre, 1977, p.138). Esse comportamento é da natureza da “acumulação política”.

Para compreender o crime e os ilegalismos no âmbito da ação estatal, além de romper com uma concepção positiva de Estado, pode ser útil assimilar aquilo que Claus Offe (1984, p.147) chama de “regras de exclusão institucionalizadas”. No escopo do debate sobre a “seletividade” da ação estatal, o conceito do “não acontecimento” auxilia na compreensão sobre como as regras de exclusão, ao criarem uma cortina de fumaça, simultaneamente ajudam a preservar uma concepção fetichista de Estado e das instituições e apartam, pelo crivo da legalidade, o *ethos* homicida que é próprio da concepção do Estado capitalista. O não acontecimento se define como aquilo que não entra no universo das ações positivas das instituições, tornando-se frequentemente um modo de fazer política e de atuação do Estado pela exclusão. Ao se privilegiar uma alternativa legal ou ao se discriminar a formulação de uma política específica, por exemplo, criam-se campos de não acontecimentos representados pelas alternativas abandonadas. Quando nos pomos diante do “não acontecimento relevante”, opera-se a passagem de uma exclusão “acidental” para uma exclusão de tipo “sistêmica” (Offe, 1984, p.148).

Para refutar a separação demarcatória muito estanque entre o que é interno e o que externo à organização, bem como a inteira exterioridade como campo da complexidade caótica contra a qual a própria organização se estrutura, Offe reconhece a importância da resposta “empiricamente rigorosa dos ‘behavioristas’”. De acordo com N. W. Polsby, “já foi demonstrado que às vezes decisões que não são adotadas são tão significativas na determinação dos resultados políticos quanto as decisões que são adotadas [...]. Foi sugerido que os não-acontecimentos fazem política mais significativamente que os ‘acontecimentos’ explicitamente destinados a fazer política” (apud Offe, 1984, p.155).

Uma das hipóteses mobilizadas aqui se remete ao fato de que, para além das conexões formais e institucionais (e pessoais) entre os agentes do crime e a estrutura burocrática e política do Estado, as regras de exclusão institucionalizadas têm sido um caminho frequente e amplamente explorado de captura e reprodução dos ilegalismos atuantes na base dos interesses instituintes do Estado, fazendo de diversas organizações criminosas, religiosas e empresariais a própria forma na qual o Estado se encarna nas periferias. A relação entre o conjunto de formas e normas impostas pelo



Estado e o próprio funcionamento do edifício estatal “não tem nada de simples. O Estado garante o direito quando ele não o despreza” (Lefebvre, 1977, p.181). Trata-se “do poder político em conflito, ao menos aparente, com o formalismo complexo do Estado, mas carregando até ele impulsões e conteúdo” (ibidem, p.162). Nesse sentido, “a separação da sociedade civil e da sociedade política não é mais que uma ficção ideológica. Se há dualidade formal entre as relações contratuais e as relações pessoais, elas funcionam em acordo; esta última [...] amacia a primeira, garante sua eficácia” (ibidem, p.307).

Evidencia-se, assim, que os modos de ser do Estado se aplicam e se transfiguram diferentemente no território, e ao assim fazer, produzem espacialidades entrecortadas, sugerindo uma morfologia das dinâmicas sociais urbanas. Desse ponto de vista, a fragmentação do espaço evidenciada nas linhas demarcatórias que o próprio comportamento das dinâmicas sociais imprime na realidade não é só um reflexo, mas simultaneamente também o produto e o fundamento das formas de governo discriminatórias que tem no mesmo Estado a sua origem. Nessa perspectiva, a tese da extraterritorialidade, como fundamento para a explicação do predomínio de práticas violentas não institucionais ou mesmo ilegais em determinadas áreas destacadas da metrópole, não se sustenta.

Ao penetrar por esses meios nas mais recônditas brechas do tecido social, o Estado recorre à fragmentação do espaço como um de seus principais instrumentos, a partir do qual a definição do grupo e do grau de institucionalidade implicados nas dinâmicas em cada caso passa a ser objeto de uma muito poderosa geopolítica da violência urbana. Está inscrito nas formas de produção e reprodução dessa sociedade a imposição continuada de sucessivas e renovadas formas de sujeição capitalista, sendo que todas elas têm como pressuposto a inclusão de cada indivíduo no universo das relações de troca. Sendo esse um dos propósitos contraemancipatórios cravados na armadura do Estado contemporâneo, o uso dos aparatos de controle e dominação, dentre os quais o urbanismo degenerado e disperso de nosso tempo, bem como das instâncias institucionais são postos a serviço dessa imposição, que deverá ocorrer pela via regulamentar ou pela ação coordenada de forças sociais orbitantes à institucionalidade, a depender de uma geografia dos fragmentos urbanos.

Em síntese

O que hoje se torna incontornável para a compreensão do que ocorre em alguns perímetros urbanos das periferias de grandes metrópoles passa, portanto, pela fragmentação do espaço como dispositivo ligado à reprodução ampliada do Estado: a particularidade das condutas operacionais em cada um dos fragmentos aparece no emprego de táticas ligadas à reprodução do poder político. “No espaço social, suporte ‘material’ e ‘imaterial’, por sua vez, das relações sociais, a fragmentação é um instrumento do poder político” (Lefebvre, 1980, p.154). Essa concepção colabora com a compreensão de que a inobservância da lei e a escassez de determinados tipos de equipamentos públicos em alguns espaços segregados talvez não devam ser tratados como expressões de algum tipo de ausência do Estado. A confusão frequente entre a presença do Estado e a observância de direitos (à vida e à cidade) se desfaz esplendorosamente. A fragmentação do espaço, é, simultaneamente, condição para a aplicação diferenciada de táticas de controle e resultado desse conjunto de ações. Desse modo,

O poder político e a ação política de seus aparelhos administrativos não podem se conceber nem como “substâncias”, nem como “formas puras”. Eles sabem utilizar as realidades e as formas [...]. Esse é o ato do poder político; pois é ele que suscita, ao controlá-la e para controlá-la, a fragmentação. Esta (dispersão, segregação, separação, localização) pode transbordar o poder que só se sustenta ao se reforçar. Esse círculo (vicioso) explica o caráter cada vez mais duro da autoridade política, onde quer que ela se exerça, com ciclo “pressão-repressão-opressão”. É assim que o poder político-estatista se faz onipresente. (Lefebvre, 2000, p.369-70)

O exercício do poder sobre todo o espaço envolve, simultânea e contraditoriamente, a fragmentação desse espaço, o que se torna aqui a condição mesma para a elaboração de arranjos políticos do Estado não coincidentes com a armaduras institucionais e definições formais da própria esfera estatal.



Referências

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. *A che punto siamo? L'epidemia come politica*. Macerata: Quodlibet, 2020. (kindle version)

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.

BIDERMAN, C. et al. Paix monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. *Development Bank of LatinAmerica: Working Papers*, n.3, 2014.

BUCK-MORSS, S. Hegel e Haiti. *Novos estudos Cebrap* [online], n.90, p.131-71, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000200010>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BUENO da SILVA, T. R. *A geografia dos homicídios dolosos no município de São Paulo: o caso do banco de dados Registro Digital de Ocorrências de 2006 a 2017*. Relatório de pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV USP, 2021.

CARLOS, A. F. A. *Covid-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, GERI-UAM, n.8, jun. 2008.

FELTRAN, G. *Irmãos. Uma história do PCC*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France (1975-1976)*. Édition établie, dans le cadre de l'Association pour le Centre Michel Foucault, sous la direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Mauro Bertani et Alessandro Fontana. Édition numérique réalisée à partir de l'édition CD-ROM, Le Foucault Électronique, 2001.

_____. *Segurança, território, população: Curso dado no Colleege de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GRAHAM, S. *Cidades sitiadas: novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006. p.75-94.

LEFEBVRE, H. *De l'État*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977. T.III Le mode de production étatique.

_____. *De l'État*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. t.IV Les contradictions de l'État moderne.

_____. *Une pensée devenue monde: faut-il abandonner Marx?* Paris: Fayard, 1980.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.

LIBERATO, L. V. A inovadora parceria entre o iFood e as milícias. *Le Monde Diplomatique*, 23 de julho de 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-inovadora-parceria-entre-o-ifood-e-as-milicias/>>.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.



MARINO, A. et al. Prioridade na vacinação negligência a geografia da Covid-19 em São Paulo. *Labcidade*, 26 de maio de 2021. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>>.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISSE, M. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico* [Online], v.35 n.2, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/916>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.140-77.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.122-39.

PECK, J. *Constructions of Neoliberal Reason*. New York: Oxford University Press, 2010.

SAFATLE, V. *Para além da necropolítica*. São Paulo: n1 edições, 2020. Disponível em: <<https://www.n1edicoes.org/textos/191>>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, D. F. da. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*, Belo Horizonte, v.9, n.1, p.67-117. jan./jun. 2014.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.19, n.1, p.53-84, jan./jun. 2004.

SIMONI, C. Periferia e fronteira: o governo dos pobres nos confins da urbanização. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.) *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH/USP, 2020a. p.47-70.



_____. Espaços penhorados e gestão militarizada da fronteira urbana. In: ZANOTELLI, C. et al. (Org.) *Geografia urbana: Cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020b. p.273-302.

SPÓSITO, M. P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, J. S. (Org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.39-50.

WACQUANT, L. The Militarization of Urban Marginality: Lessons from the Brazilian Metropolis. *International Political Sociology*, v.2, p.56-74, 2008.

WILLIS, G. D. *The killing consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil*. Oakland: University of California Press, 2015.

ŽIŽEK, S. *Pandemic!: Covid-19 shakes the world*. New York; London: OR Books, 2020.



7. A presença/ausência do Estado: a Covid -19 e as reformas neoliberais

Glória da Anunciação Alves



Buscaremos discutir neste capítulo, conceitualmente, a presença/ausência do Estado como possibilidade de compreensão do projeto neoliberal da reprodução capitalista e a intensificação desse processo com a pandemia da Covid-19. No discurso posto a público pelos meios de comunicação, a pandemia, reconhecida ou negada no discurso oficial, é usada para construção de álibis que justificam a retirada de direitos à cidadania, direitos estes conquistados a partir de muita luta. Esse processo aprofunda as segregações socioespaciais e, inclusive, justifica a pobreza a partir da criminalização de parcelas da sociedade em nome do desenvolvimento econômico. A privatização de serviços essenciais e as transformações urbanas fazem parte desse movimento que, enfatizando a aparente ausência do Estado, iluminam o discurso hegemônico que reiteram processos de “privatizações/colaboração” a partir do estabelecimento de Parcerias Público Privadas (PPP).

De acordo com a revista médica *The Lancet*, o primeiro caso de Covid-19 foi documentado em início de dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Após isso, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta o mundo sobre a pandemia do novo coronavírus e, em uma tentativa de tornar mais lenta a transmissão, indica como medidas preventivas o distanciamento social, higienização das mãos e depois, em comunicado datado de junho de 2020, o uso de máscaras em público.¹

A pandemia se espalhou pelo mundo causando milhões de mortes.² No Brasil, o primeiro caso confirmado data de fevereiro de 2020, e a trans-

1 Até junho de 2020, o uso de máscaras era recomendado para pessoas doentes e por seus cuidadores. Com o agravamento da pandemia e a falta de máscaras cirúrgicas, a recomendação passou a ser uso de máscaras não cirúrgicas (de pano, por exemplo) para utilização em espaços públicos e semipúblicos.

2 Em 21 de março de 2022, segundo levantamento realizado pela Universidade Johns Hopkins, eram contabilizadas mais de 6.091.794 mortes no mundo. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

missão começa a se dar nas camadas sociais com melhor poder aquisitivo,³ mas rapidamente atinge a sociedade como um todo e, embora as mortes ocorram em todas as camadas da sociedade, os levantamentos feitos retratam que ao longo da pandemia são as pessoas em situação mais vulnerável economicamente que mais são afetadas e morrem. Nas grandes cidades (São Paulo, por exemplo), são os grupos sociais residentes na periferia que, ao longo da pandemia, segundo levantamentos da Fiocruz,⁴ mais morreu, especialmente pela dificuldade ao acesso aos hospitais, medicamentos e infraestrutura básica (água e esgoto em especial).

A segregação socioespacial que, a nosso ver, é um dos fundamentos da reprodução do capital teve seu processo acirrado com o desenvolvimento da pandemia da Covid-19. A partir do desenvolvimento desse processo efetiva-se a negação ao direito à cidade, com o impedimento de boa parcela da sociedade à apropriação das riquezas produzidas socialmente, mas apropriadas privadamente pelos que detém os meios de produção e, no caso brasileiro, a propriedade privada do solo. O direito à cidade torna-se projeto de luta social (Lefebvre, 2008) e, ante a urgência da sobrevivência cotidiana, apresenta-se como uma utopia.

Mas o processo de segregação socioespacial, embora seja um elemento da sociedade capitalista, não se dá da mesma forma por todo o planeta: ele ocorre de modo desigual pelo mundo e nos estados-nações. Referimo-nos ao que Soja (1993) e Harvey (2016) denominaram de desenvolvimento geográfico desigual. Não estamos falando que lugares exploram lugares, mas de agentes capitalistas instalados em determinados lugares que impõem a outros agentes capitalistas, de outros lugares, além de relações de trocas comerciais muito desiguais e desvantajosas, também a superexploração do trabalho das populações envolvidas na produção (em seu sentido mais amplo) de produtos (matérias primas, produtos industriais e serviços).

3 De acordo com o noticiado na mídia, o primeiro caso no Brasil foi registrado em um homem vindo da Itália que, na época, fevereiro de 2020, era um dos epicentros da doença. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-02/ha-um-ano-brasil-anunciava-primeiro-caso-de-covid-19-0>>. Acesso em: 15 maio 2021.

4 Fiocruz: falta de acesso a hospitais potencializou mortes por Covid. Disponível em: <metropoles.com>. Acesso em: 7 jun. 2021.

Se tomarmos a escala urbana brasileira, a partir de Carlos (2021), pode-se discutir a produção do urbano “desigual e combinado” a partir da análise de como, no território brasileiro, a reprodução do capital ocorre a partir de processos de concentração, centralização e dispersão do capital, conferindo hierarquias espaciais e aprofundando processos de segregação no território nacional.

Com a pandemia no Brasil, em que o Estado de bem estar social⁵ nunca esteve presente, houve aprofundamento da segregação socioespacial e, como uma das consequências desse processo, foi verificado um grande número de mortes em decorrência da Covid-19, especialmente entre as pessoas de mais baixa renda e, sobretudo, dos grupos sociais negros.

No senso comum, parece que as mazelas sociais existentes são resultado da falta de planejamento, já que, ao longo de décadas, repete-se nos meios de comunicação que os problemas, desde a existência de periferias, a falta de moradia, de acesso aos sistemas de saúde e educação públicas, de um sistema de transporte adequado e eficiente à população, ocorrem pela falta de planejamento e ineficiência do Estado. A aparente falta de planejamento acaba por enfatizar a ideia de ausência do Estado.

Pautando-se por esse discurso de ineficiência e ausência do Estado, reforça-se nas agendas neoliberais e defende-se que o Estado deve se abster de interferir na sociedade, deixando ao livre mercado, a partir da concorrência na iniciativa privada, a tarefa de regular o processo de reprodução social, inclusive dos serviços e demandas sociais, com ênfase no desenvolvimento econômico.

A questão é que não houve falta de planejamento e nem mesmo a ausência do Estado. Tomando Lefebvre (1983) como referência, a aparente ausência faz parte de opções feitas pelo Estado em privilegiar com investimentos áreas específicas dos municípios, com a criação de novas centralidades, ou mesmo regiões⁶ do país, logo não se tratará de ausência e sim na

5 Durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), embora tenha havido uma melhoria das condições de vida da população, com maior distribuição de renda e programas sociais, bem como maior acesso ao consumo, estamos muito longe ainda de lembrar um Estado de bem-estar social.

6 Francisco de Oliveira (1987), em *Elegia para uma re(li)gião*, apresenta como o Estado brasileiro ao longo do século XX (até anos 1970) tinha um projeto de desenvolvimento

opção de um planejamento que enfatiza ou prioriza crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

Em geral, quando se fala dos espaços planejados, enfatiza-se a dimensão espacial que Lefebvre denomina de espaço concebido que corresponderia ao

[...] espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el de cierto tipo de artistas próximos a la científicidad, todos los cuales identifican lo vivido y lo percibido con lo concebido... Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción). (Lefebvre, 2013, p.97)⁷

Nesse sentido, as áreas periféricas das grandes cidades, ao menos na forma, aparecem como desprovidas de planejamento, sendo representadas como os espaços caóticos da expansão urbana. O que não se questiona é que essas áreas foram planejadas intencionalmente para concentrarem as classes trabalhadoras, deixando a elas o encargo de criarem condições para sua sobrevivência, sem, inicialmente, investimentos estatais e mesmo privados de grande vulto. Assim, investimentos públicos podiam ser aplicados em áreas/projetos de interesse da iniciativa privada.

Desse modo, desprovidas dos bens sociais e riquezas socialmente produzidas, as classes trabalhadoras a partir especialmente dos anos 1960 (século XX), produziam de sua maneira o espaço periférico de modo a conseguir sobreviver. Que espaços são esses? Ainda que não sejam homogêneos, e tenham suas particularidades, ao menos em meados do séc. XX tinham elementos comuns: inexistência ou muita precariedade em relação aos bens e políticas públicas destinadas aos grupos sociais que ocupam, o que muitos autores passam a denominar de periferia.⁸

nacional pautado pela desigualdade regional. Apesar da manutenção do discurso de tentativa de minimizar as desigualdades regionais, o projeto que continua em curso mantém a desigualdade regional como essencial à reprodução do capital.

7 Tradução livre “[...] espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais e até certo tipo de artistas próximos à científicidad, todos os quais identificam o vivido e o percebido com o concebido...É o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção)”.

8 Sobre isso temos os trabalhos de Kowarik (2009); *Espaço & Debates* (2001) como referências clássicas.

As periferias das grandes cidades,⁹ midiaticamente representadas por espaços aparentemente não planejados, contraditoriamente podem justamente ser entendidas a partir da dimensão de espaços concebidos, ou seja, pensados para que a classe trabalhadora se reproduza com o mínimo de investimentos estatais. Deixados quase a própria sorte, sendo responsáveis pela sobrevivência de suas vidas, vivem cotidianamente a violência derivada do processo de reprodução capitalista. Violência essa não compreendida como tal; ao contrário esses grupos sociais ainda são responsabilizados por sua existência, como se eles fossem os causadores da violência medida que, na sociedade, são esses grupos sociais e os espaços por eles produzidos representados como perigosos à sociedade. Assim a violência é uma abstração e inerente ao processo capitalista. Nas palavras de Lefebvre (2013, p.325),

La abstracción pasa por una «ausencia» opuesta a la «presencia» concreta de los objetos, de las cosas. Nada más falso. La abstracción actúa por la devastación, por la destrucción (que a veces es el preludio de la creación).¹⁰

Assim, de modo aparentemente contraditório, a pretensa ausência do Estado é sua presença de maneira perversa.

Podemos afirmar que as chamadas periferias das grandes cidades foram [sim] estrategicamente pensadas para serem os espaços que concentrariam a classe trabalhadora que se ocuparia de procurar, de qualquer forma, manter sua sobrevivência e se reproduzir. Essa classe trabalhadora, ao menos nos anos 1960-1970, quando do *boom* da industrialização no sudeste brasileiro, estava inserida no sistema, ainda que de modo precário (Martins, 2008), como trabalhadores assalariados da indústria da construção civil, por exemplo, e, por serem muito explorados salarialmente, só

9 As periferias não são homogêneas. Aqui nos referimos aos espaços que concentram os grupos sociais de baixo ou nenhum poder aquisitivo, que têm nesses espaços periféricos a possibilidade do morar, ainda que de modo precário, com dificuldades ao acesso às riquezas socialmente produzidas como: infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica), equipamentos de saúde, de educação, de lazer, de locomoção.

10 Tradução livre “A abstração passa por uma ‘ausência’ oposta à ‘presença’ concreta dos objetos, das coisas. Nada de mais falso. A abstração atua através da demolição, da destruição (que ocasionalmente ensaia a criação)”.

conseguiam se reproduzir nesses espaços que, à época, eram privados das benesses sociais.

Desse modo, a ausência/presença do Estado, especialmente nas áreas metropolitanas, é uma das características das periferias das grandes cidades. Surgidas no processo de expansão urbana, especialmente até anos 1980, durante o auge da industrialização, em especial no sudeste brasileiro, as periferias eram os lugares possíveis para a sobrevivência e reprodução da vida do trabalhador.

A presença/ausência do Estado marcava a vida cotidiana desses trabalhadores que ficavam responsáveis também pela abertura de áreas de expansão urbana, da construção precária de suas moradias e, decorrente dessa precariedade, da luta, pressionando o Estado, na tentativa de obtenção de condições mínimas de sobrevivência como implementação de escolas, postos de saúde, iluminação pública, linhas de transporte urbano, pavimentação pública, acesso a água tratada, ou seja, o mínimo para a reprodução da vida. Áreas de lazer e cultura, na época, sequer entravam na lista de prioridades. Dada a precariedade da vida cotidiana nas periferias, as urgências eram tantas que lazer e cultura ficaram, na maior parte dos casos, fora das prioridades de existência.

Hoje, terceira década do século XXI, parte dessas periferias constituídas desde os anos 1950 até os anos 1980, graças à luta de seus moradores, obteve alguns benefícios em relação aos serviços urbanos (como obtenção de energia elétrica e água encanada, bem como instalação de escolas e postos de saúde), e até mesmo centralidades periféricas foram constituídas; mas o processo de surgimento de novas e precárias periferias se mantém, já que, perversamente, a chegada de benefícios sociais urbanos acaba por aumentar o preço do solo urbano, impedindo que muitos moradores continuem a viver nas novas centralidades constituídas e tenham que migrar pelas cidades, em geral se estabelecendo em suas “franjas” que correspondem a áreas de mananciais e ou protegidas ambientalmente. Nessa migração pela vida e sobrevivência, acabam por favorecer a constituição de novas e precárias periferias urbanas, e mais grave, sendo ainda culpabilizados tanto por suas mazelas cotidianas como pelos impactos negativos ao meio ambiente.

Esse processo se aprofundou com a pandemia da Covid-19, e foi escancarado à medida que a os grupos sociais aí residentes foram mais im-

pactados. Uma das medidas mais indicadas pelos infectologistas no combate à Covid-19 foi o distanciamento social e a necessidade de maior higienização na tentativa de restringir o contágio.

Estamos aqui diante da questão da urgência à sobrevivência *versus* o direito à prevenção da doença. Viver ou sobreviver na sociedade capitalista, ao menos no Brasil, implica em ter dinheiro para realizar tudo que é necessário à reprodução da vida: moradia, alimentação, vestuário, locomoção, infraestrutura básica (água, luz, esgoto, gás, comunicações, acesso à internet), saúde, educação, afinal tudo se tornou mercadoria. Sem políticas públicas efetivas que permitissem realmente o “ficar em casa” para a maior parte da população, boa parte dessa foi obrigada a arriscar diariamente nos transportes públicos, no contato com outros nas ruas, comércio, serviços, pois necessitava sobreviver. A urgência era continuar vivo, apesar da existência da Covid-19.

Nesse sentido, como fazer distanciamento social se boa parte dos trabalhadores sobrevive com o recebido em trabalhos informais, ou quando formais, fazem parte daqueles que são considerados essenciais nos hospitais, condomínios, prédios, instituições públicas e privadas, transporte coletivo e/ou de mercadorias, onde atuam como auxiliares hospitalares, seguranças, faxineiros, motoristas, entregadores, sendo impedidos de ficar em casa isolados? Na impossibilidade de isolamento nos lares, continuaram a se locomover pela cidade em transportes públicos cheios, ficando à mercê de contaminação pela Covid-19. Essa situação se refere, todavia, à parcela da sociedade que, de alguma forma, está inserida formal ou informalmente no mercado de trabalho. E para os que até já desistiram de fazê-lo depois de inúmeras negativas, mesmo antes da pandemia? Para esses últimos, ficar restritos à moradia não se trata de opção ou desejo de isolamento. Sem obter o mínimo para a sobrevivência, essa só é possível graças a doações da sociedade (Instituições religiosas, ONG, sociedade de moradores de bairro, parentes, amigos, conhecidos, entre outros) e, para uma parcela desses desempregados, a possibilidade do auxílio emergencial do governo federal.¹¹ Mesmo com essas formas de ajudas (tanto em alimen-

11 Convém não esquecer-se de que se tratava de um auxílio tão irrisório (R\$ 150,00 ou R\$ 375,00) talvez nem pudesse ser assim chamado, parecendo-se muito mais com uma esmola governamental. Em 2021, a partir de abril, os selecionados nesse auxílio

tos, produtos de higiene e mesmo financeira), continua a dificuldade em ter, nesses locais, o distanciamento social, a higienização necessária para evitar a contaminação bem como o acesso aos equipamentos de saúde.

Esse pequeno contexto é apresentado para situar a questão que envolve o debate sobre a presença/ausência do Estado na atualidade e, mais especificamente, na realidade nacional, especialmente nas áreas periféricas (tanto as consolidadas como as mais recentes), mas presente também nos cortiços e moradias precárias das áreas centrais das cidades, atingindo a vida cotidiana dos moradores dessas localidades de modo cruel.

O Estado brasileiro parece ter uma deliberada política para o extermínio dos grupos sociais tidos como sobrantes¹² em nossa sociedade. Desde 2020, quando se espalha pelo mundo e pelo Brasil, o governo Bolsonaro (2019-2022) nega a existência dessa pandemia. Esse negacionismo se revela não apenas nas palavras, mas, especialmente, nas ações de negligência na compra e vacinação¹³ da sociedade brasileira que, em abril de 2022, já contabilizava mais de 660 mil mortes em decorrência da doença.¹⁴

Em uma situação de morte física e social, como a explicitada acima, a luta pela vida, expressa na luta pelo morar, existir, ainda que de maneira arriscada, para os grupos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente, constitui-se em um ato de resistência. Ao resistirem (Bensaïd, 2001), mes-

poderiam contar com até quatro novas parcelas com valores entre R\$ 150,00 e R\$ 375,00 para apenas um integrante por família. Segundo o governo federal cerca de 40 milhões de famílias seriam beneficiadas com esse auxílio de R\$ 150,00 ou R\$ 375,00. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/auxilio-emergencial-2021-chega-a-mais-206-mil-beneficiados-apos-novo-processamento-de-dados>>. Acesso em: 25 maio 2021. No 1º semestre de 2022 o auxílio emergencial foi voltado aos pais solteiros que não foram beneficiados no ano 2020. Fonte: Auxílio Emergencial 2022: pagamentos já começaram; confira regras e quem pode receber. Disponível em: <<fdr.com.br>>, Acesso em: 16 jan. 2022.

12 Por sobranter estou me referindo aos que estão fora do mercado de trabalho, sem qualificação e pouca escolaridade, que parece que devem/podem morrer por, além de não estarem inseridos no mercado e ainda, na visão do Estado, demandarem ações previdenciárias.

13 Sobre isso foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) em 2021 no senado brasileiro.

14 Fonte: Coronavírus Brasil. Disponível em: <<saude.gov.br>>. Acesso em: 7 abr. 2022.

mo que de forma não organizada e nem consciente, negam, pela permanência e existência de seus corpos, em luta pela vida, por meio da demanda de condições, ainda que mínimas, de existência, ante a lógica hegemônica do processo de produção espacial da sociedade capitalista. Com a pandemia, para ao menos minimizar seus impactos morais e sociais, e sob pressão da sociedade, governos estaduais e municipais foram obrigados a ampliar as estruturas hospitalares,¹⁵ bem como pressionar do Estado, no nível federal, mais recursos.

Os conflitos entre a lógica da reprodução do capital e da manutenção da existência da vida desses grupos sociais se ampliam durante a pandemia. Torna-se relevante destacar o papel do Estado, sua presença/ausência, nessa dinâmica e suas consequências. Como pesquisadora que também trabalha em interface com o ensino básico, repito uma frase muito marcada no curta Ilha das Flores¹⁶ – “*recordar é viver*”, por isso vamos recordar alguns elementos que podem ajudar a entender melhor esse processo de reforço de políticas neoliberais no país.

Sobre a dialética da presença/ausência do Estado

Em reunião ministerial ocorrida em 22/4/2020,¹⁷ temos, em especial a partir das falas dos então ministros da economia (Paulo Guedes) e do meio ambiente (Ricardo Salles), mas não sendo restrito a eles, uma amostra de como o governo brasileiro buscava a manutenção da implementação do

15 Em 2020 foram montados hospitais de campanha em vários estados brasileiros, bem como construção de novas unidades hospitalares ou ampliação das existentes.

16 Curta metragem de 1989, dirigido por Jorge Furtado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27k8Kat_vcg>.

17 A íntegra das falas ditas na reunião, em forma de texto, pode ser lida em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/leia-a-integra-das-falas-de-bolsonaro-e-ministros-em-reuniao-ministerial-gravada.shtml>>, acesso em: 25 maio 2022; há vídeos disponíveis na internet com trechos da reunião. Isso veio a público após um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) permitir a divulgação da gravação nos meios de comunicação.

desenvolvimento de políticas neoliberais, utilizando para isso, contraditoriamente, a existência da pandemia da Covid-19, já que essa permitia que, a partir dela, se desviassem os olhares de uma série de mudanças de ordem legal que entravam em curso sem que a sociedade soubesse, já que em foco, midiático e cotidiano, estava na pandemia que impactava a vida das pessoas de forma dramática.

Com a crise econômica aprofundada com a pandemia, o governo defendia que os recursos fossem utilizados para salvar as grandes companhias, já que, segundo seu ministro,¹⁸ salvar as pequenas era perder dinheiro. Durante a pandemia, ao menos até fim de 2020, segundo o Banco Central, menos de 8% dos recursos foram liberados para pequenas empresas. De acordo com dados do IBGE, durante 2020, 4 em cada 10 empresas fecharam por causa da pandemia e, entre as que fecharam, 99,2% eram de pequeno porte (até 49 empregados), 0,78% de porte intermediário (50 a 499 empregados) e 0,02% de grande porte (mais de 500 empregados).¹⁹ Esse fechamento implicou o aumento do desemprego no país que, segundo o IBGE, chegou a 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro de 2021,²⁰ estimando-se em 14 milhões de desempregados.

A presença do Estado, para a sociedade, tem maior visibilidade quando são efetivados programas mínimos de auxílio à população mais vulnerável, a exemplo do auxílio emergencial em 2020 e 2021. Entretanto, essa presença só foi possível a partir da pressão feita pela sociedade em seu sentido mais amplo: frente a aparente ausência do Estado, dado o negacio-

18 Fala de Paulo Guedes “Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas. Então, nós vamos fazendo tudo by the book, direitinho”. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>>. Acesso em: 24 maio 2020.

19 Disponível em: <<https://acionista.com.br/pandemia-forca-o-fechamento-de-empresas-em-todo-o-brasil/>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

20 Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30600-desemprego-fica-estavel-em-14-4-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>>. Acesso em: 10 jun. 2021. Em novembro de 2020 o índice de desemprego foi de 14,1%. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro-28.01.2021>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

nismo feito ao qual analisava a pandemia e as ações de isolamento social necessárias ao enfrentamento da situação de calamidade. Em contrapartida, ONG, veículos de comunicação, partidos políticos, entidades civis e empresariais cobraram ações concretas, como a do auxílio emergencial para as pessoas em situação mais vulnerável e créditos às empresas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia. E é justamente nesse momento de caos social marcado pelo massacrante aumento do número de mortes provocando a desestruturação e destruição de famílias, associado ao aumento crescente e grave do desemprego e impactos econômicos decorrentes do fechamento de empresas, menor circulação no comércio em geral, que a presença/ausência do Estado se fez mais forte.

Aproveitando-se que os olhos da sociedade estavam voltados ao enfrentamento da pandemia, o então ministro do meio ambiente Ricardo Salles afirmou que era o momento de “*passar a boiada*”,²¹ ou seja, de implementar uma série de mudanças jurídicas que favorecessem as demandas neoliberais tão reiteradas em fóruns mundiais, como o de Davos, em que as palavras de ordem como desregulamentação, Estado mínimo, desestatização, privatização, livre mercado, flexibilização atravessavam os repetidos discursos, orientando as ações governamentais.

Com relação a uma demanda que já existia antes da pandemia, e que se torna essencial para a prevenção à doença, temos o problema da precariedade do acesso à água tratada e coleta e tratamento de esgoto, que se relacionam diretamente com a questão da higienização, central

21 Fala do ministro na reunião de 24.4.2020 “é passar as reformas infralegais de desregulamentação, simplificação, todas as reformas que o mundo inteiro [...] cobrou de todo mundo, da segurança jurídica, da previsibilidade, da simplificação, essa... grande parte dessa matéria ela se dá em portarias e norma dos ministérios que aqui estão, inclusive o de Meio Ambiente [...] Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério do Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulam... é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/leia-a-integra-das-falas-de-bolsonaro-e-ministros-em-reuniao-ministerial-gravada.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2020.

no combate à Covid-19. A higienização, o acesso à água tratada e esgoto deveriam ser direitos de todos, ao menos é isso que a Constituição brasileira em seu artigo 6º diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.²² O direito à saúde implica a criação infraestrutura necessária para sua realização, bem como a existência e bom funcionamento de equipamentos de saúde e saneamento básico necessários para que, efetivamente, esse direito minimamente possa existir.²³ Tema importante para a manutenção da vida é aquele da existência do saneamento básico para a realização do direito à saúde, à vida e à cidade. Direto esse que no Brasil não existe para todos e ainda é desigual regionalmente.

Com a pandemia, esse problema, que já existia, tomou maiores dimensões quando a higienização, que deveria ocorrer sempre (e não apenas por causa da Covid-19), é posta como uma das formas de evitar o contágio.

Mas como tomar os cuidados necessários de higienização se até nas grandes cidades,²⁴ os grupos sociais mais vulneráveis moram em localidades sem essas infraestruturas. A realidade é ainda mais dramática em outras regiões do país,²⁵ em que muitas vezes a água (que deveria ser de

22 Redação dada pela Emenda Constitucional n.90, de 2015.

23 O direito à saúde não pode ser entendido sem a articulação a outros direitos como a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, os transportes, a proteção e assistência em sentido amplo. Apenas para fins mais didáticos daremos ênfase na saúde a partir das infraestruturas como água e esgoto para melhor explicitar a ideia aqui defendida.

24 A título de exemplo: o município de São Paulo, com população estimada em 12.176.866 habitantes (2020), tendo como empresa de abastecimento de água a Sabesp, embora consiga levar água a boa parte da população, atende a 99,3% dos habitantes, mas não a sua totalidade. Quase 90 mil pessoas estão privadas desse direito. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Tabela_100_cidades_Ranking_Saneamento_4.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

25 De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2019), na região Norte apenas 57,9% da população são abastecidos com água tratada. No país como um todo são cerca de 35 milhões de pessoas sem acesso a água tratada. Ainda que segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE 2017) 94,9%

qualidade) é simplesmente retirada dos rios pelos órgãos municipais, sem nenhum tratamento, e mesmo assim esse serviço é cobrado dos moradores por meio de taxas pelo transporte da água e ou bombeamento dessa, pela rede que abastece as casas.

A pandemia da Covid-19 exigiu, na tentativa de evitar o contágio, uma maior necessidade de higienização constante, e deixou mais evidente um problema já existente no país, especialmente nas áreas urbanas mais densamente povoadas, ligado à falta de infraestrutura de saneamento básico como a água tratada e a coleta e tratamento de esgoto. E é justamente com o discurso de combate à pandemia, da necessidade de ampliação da infraestrutura de saneamento básico, que temos no Congresso nacional ações que promovem o avanço dos projetos neoliberais, que já estavam em andamento, mas ainda não eram postos como prioridade dentre as pautas a serem debatidas e aprovadas pelo mesmo.

Durante o auge da pandemia no ano 2020, em junho é aprovado no Senado o marco regulatório do saneamento básico²⁶ PL n.4.162/2019, gerando a Lei n.14.026 de 15/7/2020, que permite a expansão dos serviços de abastecimento de água, e sua cobrança à sociedade por meio da iniciativa privada. Majoritariamente, esse serviço era feito por empresas públicas (especialmente estaduais e municipais). A justificativa para a ampliação da ação da captação, tratamento e distribuição de água pela iniciativa privada se pauta no discurso da falta de recursos de Estado, associado à sua ineficiência e burocracia. Na prática, abre-se caminho para o avanço do

dos municípios tenham abastecimento de água, isso significa que nem toda a população desses municípios tem acesso a ela, as desigualdades estão em todas as escalas de análise. Em Ananindeua (PA), por exemplo, apenas 32,63% da população tem acesso ao abastecimento de água pela empresa Consanpa. Vale lembrar que o município de Ananindeua é, no *ranking* de cidades com abastecimento de água por empresas de tratamento e distribuição, a 100ª cidade. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Tabela_100_cidades_Ranking_Saneamento_4.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2021.

26 Essa matéria foi a consulta pública pela internet e 72% dos participantes votaram contra a aprovação dessa PL (resultado apurado em 13/6/2020). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=140534>>. Acesso em: 25 jun. 2020. Os dados mostram que os senadores ignoraram o resultado da consulta pública.

processo de privatização desse serviço, a partir do estabelecimento das Parcerias Público-Privadas (PPP).

Todavia, apesar do discurso de incompetência e falta de recursos do Estado, por um lado, e, por outro, em contraponto a da competência e agilidade da iniciativa privada, foi apontado em estudos feitos pelos próprios técnicos do Senado, a partir dos dados e levantamentos existentes no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento que, na comparação com os sistemas administrados pelo poder público, há maior perda de água, menor investimento e tarifas mais altas nos sistemas administrados pela iniciativa privada.²⁷

Mesmo assim o marco regulatório foi aprovado e, em teoria, até 2033, 99% das áreas urbanas do território nacional teria acesso à distribuição de água tratada, e ainda que o tratamento de esgoto atingiria 90% das áreas urbanas do território nacional.

Apoiado em um discurso de incapacidade financeira (e também técnica), morosidade nas ações em razão da burocratização estatal, o Senado aprova o marco legal do saneamento, ampliando as possibilidades de investimento do capital privado mediante as possibilidades de ação sobre, em especial, a distribuição de água, em especial nas áreas urbanas, em todo território nacional. Antes da aprovação da PL, as empresas públicas de abastecimento de água podiam fazer parcerias com as privadas, mas a orientação sobre as ações era, ao menos teoricamente, do setor público. Após a aprovação, a tendência é que haja a concorrência entre empresas públicas e privadas quando de abertura de editais para o fornecimento desses serviços. O risco é que, se hoje já parte da sociedade não tem acesso a água, ou por inexistência do serviço, ou por falta de recursos para o pagamento das tarifas, após a implementação da PL, essa situação fique ainda mais dramática na medida em que se naturaliza que o abastecimento de água é uma mercadoria e não um serviço social.

Em um trecho do PL aparece “famílias de baixa renda poderão receber auxílios, como descontos de tarifa, para cobrir os custos do fornecimento dos serviços, e também poderão ter gratuidade nas conexões da

27 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/24/senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

rede de esgoto”.²⁸ As palavras indicam as ações: da forma como escrito, poder – verbo no futuro – não garante direto, apenas indica uma possibilidade. A tramitação e aprovação de um PL como esse promove uma agilidade ao processo de privatização dos serviços de abastecimento de água em plena pandemia, reforçando o projeto de reformas neoliberais, colocando em prática a ideia de “passar a boiada”, ou seja, de desregulamentar, privatizar, desestatizar cumprindo as metas das reformas demandadas pelo mercado. Em 2021 debate semelhante ocorreu no Senado, novamente no auge da pandemia, associado à crise energética que vem sendo anunciada em função das mudanças climáticas, sobre a desestatização da Eletrobras²⁹ e a geração de energia no país.

Quando analisamos os votos contra e a favor da aprovação desse PL do Senado, chama a atenção o fato de que os votos contra o PL são de partidos diferentes, mas que em comum representam a estados da federação abastecimento de água precário, a saber, estados do Norte e Nordeste do país. A justificativa para o voto contrário a esse PL por alguns senadores³⁰ de diferentes partidos era que as empresas privadas dariam mais atenção e relevância a áreas urbanas mais densamente povoadas e com maior capacidade de retorno financeiro, ficando à margem do processo áreas e localidades que não atendessem as demandas de mercado como vilarejos, pequenas cidades, áreas indígenas, ou ainda com grupos sociais vulneráveis do ponto de vista econômico e, desse modo, continuariam sem ou com muita precariedade ao acesso à água tratada e boa qualidade, bem como ao sistema de esgoto.

Quando apontamos a necessidade do direito à saúde, devemos nos lembrar de que no Brasil ainda temos altas taxas de mortalidade infantil por diarreia (Bühler, 2014), especialmente no norte e no nordeste do país,

28 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/24/senado-aprova-novo-marco-legal-do-saneamento-basico>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

29 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/20/mp-que-viabiliza-desestatizacao-da-eletobras-vai-ser-analisada-pelo-senado>>. Acesso em: 1º jun. 2021.

30 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/06/eficacia-de-marco-do-saneamento-para-pequenos-municipios-divide-senadores>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

onde o saneamento básico ainda é deficitário se comparado com outras regiões do país. Ante a realidade de escassez, precariedade ou mesmo inexistência dos serviços públicos essenciais, o que aparece à sociedade como possibilidade de superação, no discurso propagado na mídia, é que com a aprovação do marco regulatório do saneamento, a partir das Parcerias Público-Privado (PPP), o problema seria resolvido já que as ações da iniciativa privada são sempre apresentadas como únicas possibilidades para superação dos problemas, mas sem expor as contradições do processo.

Sobre as PPP

As Parcerias Público Privadas (PPP) são, talvez de forma mais didática, um modo de melhor de explicar, concretamente, a relação dialética da presença/ausência do Estado. As possibilidades para as ações concretas de interferência da iniciativa privada sobre situações de ordem pública se dão justamente a partir da aceitação social da “ausência” do Estado na condução de serviços essenciais à população. Essa ausência da ação do Estado aparece, dialeticamente, a partir da recorrente e divulgada ideia de incapacidade (inclusive técnica) de ações rápidas por parte do Estado (ele aparece como moroso e burocrático), sendo assim considerado como ineficiente, além de sem recursos. A outra ideia, também muito difundida, é de que a iniciativa privada é ágil, eficiente e que só não é mais efetiva porque há regras impostas pelo Estado que impossibilitam a livre e tão desejada ação transformadora.

É com esse discurso que, especialmente nas áreas de transformação urbana das grandes cidades, as PPP tornam-se elementos-chave quando da realização de Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Se acima chamamos a atenção para o marco regulatório do saneamento básico que está em implementação, aqui tentaremos discutir os impactos da PPP em ações já realizadas e concretas, mas que podem iluminar e apontar para o que está por vir socioespacialmente.

Nas PPP realizadas nas Operações Urbanas Consorciadas (OUC) Porto Maravilha (Dametto, 2021), Vila Leopoldina (Fioravanti, 2013), Centro (Pereira, 2009) em comum vemos, a partir dos estudos realizados, ações

no sentido de valorização do espaço que exigiram transformações socioespaciais, colocadas [ou impostas] para a sociedade como única alternativa para tirar determinados espaços da condição de abandono e vulnerabilidade, restituindo a “qualidade de vida” e valorização do espaço. Mas as PPP e as OUC não se realizam apenas em áreas “justificadas como degradadas econômica e socialmente”,³¹ ainda que tenham ocorrido, majoritariamente, neles. Carlos (2017) nos mostra a partir da OUC Faria Lima que mesmo centralidades econômicas ativas foram alvo de ações de transformações urbanas buscando reforçar ainda mais, a partir das mudanças, os espaços como áreas de atração econômica e reprodução do capital.

Em comum a todas as OUC são divulgadas e reiteradas à sociedade representações de que o Estado não tem recursos econômicos, que é muito burocrático e sem agilidade, e portanto ineficiente. Desse modo, com as PPP, a iniciativa privada aparece como necessidade na resolução dos problemas urbanos, fazendo o que o Estado não consegue, reforçando a ideia de sua ausência. O que não se relata claramente é que em todos os casos citados é como o Estado está presente material e financeiramente, fornecendo subsídios ou, em boa parte das vezes, garantindo a maior parte dos recursos para a efetivação e realização das OUC, especialmente os ligados à instalação de infraestruturas, ficando a iniciativa privada com a parte de gerenciamento dos espaços após a implementação dos projetos e, na maior parte das vezes, colhendo os louros (inclusive econômicos) das ações realizadas. O discurso para justificar as PPP se pauta pela incapacidade, inclusive financeira, do Estado nas ações, mas, na prática, sem os recursos do Estado essas operações urbanas não aconteceriam.

Talvez uma das emblemáticas situações que podemos aqui apresentar venha a ser a OUC Porto Maravilha analisado por Dametto (2021). Para a captação de recursos para a realização dessa OUC foram emitidos

³¹ Trata-se do discurso veiculado à sociedade pela mídia. Os espaços chamados de degradados socialmente são apresentados como aqueles que, associados ao abandono ou saída de empresas/industrias, são habitados por populações tidas como de periculosidade, como drogados, populações em situação de rua, ocupantes de imóveis abandonados, como se todo os espaços tivessem apenas esse perfil populacional que, ao invés de terem pensadas alternativas para a situação em que vivem, são rotulados como problemas a serem solucionados, principalmente a partir de sua retirada do local, muitas vezes forçada por meio das transformações urbanas realizadas.

Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), negociados em leilão no balcão da BMS&FBovespa e comprados em sua integridade pela Caixa Econômica Federal (CEF) com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou seja, a OUC Porto Maravilha foi financiada com recursos do trabalhador, e não com recursos da Iniciativa Privada.

As localidades em que se realizam as OUC, especialmente das áreas tidas e divulgadas como degradadas pela saída/deslocamento de empresas e indústrias, foram, ao longo do tempo, ocupadas por populações de baixa renda e de vulnerabilidade social por serem os espaços possíveis para a existência, e dotados de serviços e bens públicos, já que eram centralidades constituídas. Se esses espaços foram locais de reprodução social desses grupos sociais, quando da realização das OUC, os grupos aí residentes passam a ser um problema e, sua solução, em geral, passa pela remoção desses grupos sociais.

Os grupos sociais afetados são, na maior parte dos casos, expulsos das áreas em que se realizam as OUC, posto que essas políticas ao realizar-se criam processos de valorização dos espaços derivados no aumento dos preços do solo urbano, e ainda culpabilizados pela situação de depreciação econômica desses espaços, sendo a retirada forçada, muitas vezes em conflitos com a segurança pública. Além desse processo de retirada forçada também registramos a ocorrência de “incêndios”,³² em áreas com processo de desvalorização/valorização, obrigando os grupos sociais residentes a saírem desses espaços. A violência contra os grupos sociais de baixo poder aquisitivo, compondo o universo dos trabalhadores informais, preso as condições de vida precárias em áreas desprovidas ou insuficientes de serviços urbanos fica à mercê das argumentações e justificativas para sua expulsão, especialmente quando esses grupos sociais são representados como perigosos à sociedade, pois rotulados e generalizados como de usuários de drogas.

A “higienização social”, do ponto de vista da lógica econômica, é essencial para a realização das PPP. E é novamente o Estado, com sua presença a partir dos órgãos de segurança pública, que realizará, pela

32 Sobre os incêndios em áreas de OUC, áreas de favelas e de remoções, ver Fioravante (2020).

força, a “higienização social” necessária ao processo de acumulação por meio da (re)produção do espaço. Os que de alguma forma resistem e permanecem, posteriormente se retiram por não conseguirem se manter na localidade que tem preços de aluguéis, comércio, alimentação e serviços em geral aumentados, bem como continuam a serem vistos como perigosos e violentos.

Assim, a discussão sobre a ausência/presença do Estado a partir das PPP, bem como as realizadas quando das Operações Urbanas Consorciada e as situações como as propiciadas pelo Marco legal do saneamento básico³³ (2020) podem ajudar a entender esses processos que têm impactos na realidade cotidiana.

Em um primeiro momento atingem mais diretamente os afetados residentes nos espaços de transformação urbana, como ocorre nas OUC; mas é importante constatar a amplitude dessas ações que acabam por repercutir toda a sociedade. No caso das PPP ligadas ao marco legal do saneamento podem vir a reforçar a desigualdade de acesso à água tratada e de qualidade e ao esgoto, já que especialmente a água doce potável é hoje uma das grandes mercadorias mundiais, assim como o espaço, por sua raridade. As PPP realizadas nas OUC impactam diretamente na produção do espaço e em sua raridade, exigindo novas produções do espaço. Segundo Carlos (2017, p.18)

[...] a propriedade privada do solo urbano é um dos elementos geradores da raridade do espaço em lugares específicos da metrópole paulista que entram em choque com as necessidades da reprodução do espaço para a realização do capital – mas não é uma condição suficiente. A raridade não ocorre em qualquer lugar da metrópole, mas em determinados pontos associada a centralidade, no contexto determinado do processo de urbanização.

Desse modo, com a raridade do espaço, entendida como escassez de espaços à reprodução do capital, novos espaços devem ser criados/

33 Outras podem surgir a partir das propostas existentes hoje no Congresso Nacional, como sobre a questão energética. No texto tomamos como referência algumas PPP em funcionamento ou já finalizadas.

transformados para solucionar o problema. Assim, com as OUC, a partir das PPP, espaços são “criados” para superação dessa raridade, a partir de ações como as de “arrasa quarteirão”, que destroem/constroem/ reproduzem o espaço.

Se voltarmos à questão do acesso à água, essa enquanto uma mercadoria, a partir da PPP propiciada pelo marco regulatório, tende a ser viabilizada ainda mais como produto a quem por ela puder pagar. Em um momento como o vivido, em que a pandemia da Covid-19 matou parcela da sociedade, especialmente a dos grupos sociais mais vulneráveis, os que não podem viver o isolamento social, e nem ter a higienização necessária por falta de água tratada, a presença/ausência do Estado, discutida aqui, revela parte das estratégias existentes hoje na reprodução do capital, em que a morte dessa população específica não ocorre apenas por causa do novo coronavírus, mas decorrente da precariedade a qual está submetida parcela da sociedade sem direitos.

A violência inerente ao processo de reprodução capitalista atinge, no Brasil, na atualidade (terceira década do século XXI), talvez sua forma mais dramática: a eliminação dos grupos sociais mais vulneráveis econômica e socialmente como uma “estratégia” do estado.³⁴ Ela se revela dramaticamente quando analisamos os dados da violência policial³⁵ – em que homens negros são majoritariamente os que mais morrem –; dos deslizamentos em áreas de risco e das mortes derivadas dessas ocorrências; em outras palavras, pela violência produtiva do capital, com destaque para as ações neoliberais postas em curso, por um lado, e por outro pela aparente ausência do Estado.

Concluindo

A pandemia da Covid-19 acirrou os processos de segregação socioespacial. Serviu como alibi para a realização de reformas econômicas,

34 Live Direito à Vida e Política da Morte (1ª Webinar) — IEA USP. Acesso em: 17 nov. 2021.

35 Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (2021), com relação à letalidade policial, 78,9% eram negros; 98.4%, do sexo masculino e jovens (76,2% entre 12 e 29 anos). Disponível em: <bibliotecadeseguranca.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2022.



trabalhistas, sociais e políticas que já se encontravam em processo. Permitiu que o Estado brasileiro, bem como suas elites conseguissem “passar a boiada”, ou seja, implementassem, com menor poder de questionamento e conflitos, as reformas neoliberais já em curso, utilizando-se da pandemia como distração.

Não há saídas? Resistências ao processo? Elas existem e estão em curso, de forma organizada ou não. A questão é que ante as urgências cotidianas, as resistências estão, majoritariamente, no plano da sobrevivência. Como já apontado acima, estar vivo já é uma forma de resistência como diria Bensaïd (2001), mas o projeto utópico não está esvaído. Movimentos organizados continuam em luta,³⁶ mesmo com contradições, e fazem parte dos processos de Resistências à lógica hegemônica. As lutas pelo “direto à cidade” têm potencial questionador desse processo. Os questionamentos dos movimentos sociais são múltiplos e diversos, fragmentados, e como aponta Harvey (2016, p.152), apresentam um conjunto de sementeiras que podem apontar para futuros projetos anticapitalistas, abrindo, a nosso ver, potencialidades para a construção de uma nova sociedade. Não se pode é desistir da luta.

Referências

ALVES, G. A. *A resistência cotidiana no capitalismo com (e sem) a Covid-19*. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-resistenciacotidiana-no-capitalismo-com-e-sem-a-covid-19/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. Covid-19 e a segregação socioespacial a partir do ensino de Geografia. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH, 2021. p.293-312. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/618>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário*, v.8, 2021. Disponível em: <bibliotecadeseguranca.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2022.

36 Entre outros, podemos destacar o trabalho de Ribeiro (2012), que debate processos e contradições dos movimentos sociais pela luta à moradia.



BENSAÏD, D. *Resistencias: ensayo de topologia general*. España: El Viejo Topo, 2001.

BÜHLER, H. F. et al. Análise espacial de indicadores integrados determinantes da mortalidade por diarreia aguda em crianças menores de 1 ano em regiões geográficas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.19, p.4131-140, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/i/2014.v19n10/>>. Acesso em: 24 maio 2021.

CARLOS, A. F. A. *Espaço tempo da vida cotidiana na metrópole.*, São Paulo: FFLCH, 2017. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

_____. O urbano “desigual e combinado”: uma interpretação, possível, da urbanização brasileira. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. *Brasil, presente!* São Paulo: FFLCH, 2021. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/618>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

DAMETTO, M. V. *Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro: a produção do espaço por meio da financeirização intraestatal*. São Paulo, 2021. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06102021-203758/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ESPAÇO & DEBATES. São Paulo, v.42, 2001.

FIORAVANTI, L. M. *Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo*. São Paulo: FFLCH, 2013. Disponível em: <[https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Livro_LiviaFioravanti%20\(1\).pdf](https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Livro_LiviaFioravanti%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 maio 2015.

_____. *Mapa sobrepõe incêndios em favelas e Operações Urbanas em São Paulo*. Disponível em: <https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/mapas_gesp.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.



HUANG, C. et al. Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. *The Lancet*, v.395, February 15, 2020. Disponível em: <www.thelancet.com>. Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. Pesquisa nacional de saneamento básico, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/9073-pesquisa-nacional-de-saneamento-basico.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

KOWARIK, L. *Escritos urbanos*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1983.

_____. *O direito à cidade*. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing libros, 2013.

MARTINS, J. de S. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p.25-47.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PEREIRA, A. V. *O projeto Nova Luz e a renovação urbana na região da Luz: o espaço urbano como condição e produto da acumulação e como espaço de reprodução da vida*, São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03022010-150953/pt-br.php>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RIBEIRO, F. V. *A luta pelo e espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade



de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032013-122231/pt-br.php>>.

SOJA, E. *Geografias Pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 15 maio 2021.

SNIS. 25º *Diagnóstico de serviços de água e esgoto*. 2019. Brasília: SNS/MDR, 2020. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2019/Diagn%C3%B3stico_SNIS_AE_2019_Republicacao_31032021.pdf>.

Vídeos

ILHA DAS FLORES, Curta metragem de 1989, dirigido por Jorge Furtado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27k8Kat_vcg>.

Lives

Direito à Vida e Política da Morte (1ª Webinar) in *Direito à Vida e Política da Morte*. (1ª Webinar) — IEA USP, realizada em 15.6.2020, acesso em 17.11.2021 às 7h15.



**8. O lugar do direito à cidade
em tempos de barbárie:
pensar entre escalas e
reconquistar o futuro**

Paolo Colosso



Este capítulo visa compreender criticamente os marcos mais estruturantes do presente histórico, argumentando que, desde 2008, passamos por uma sobreposição de crises de ordem global, acirradas no contexto brasileiro pelo alinhamento à onda internacional de governos autoritários, que oscilam entre tentar implodir as democracias por dentro e rompê-las por choques. Os ônus de uma crise econômica global foram lançados sob os ombros dos cidadãos comuns, enquanto os grandes *players* do mercado mundial garantiram suas condições de acumulação¹ e elites políticas mantiveram seus privilégios. Os custos dessas operações chegaram na forma de destruição acelerada de nosso patrimônio ambiental, o desprezo por povos originários e pelas camadas trabalhadoras lançadas às condições instáveis da informalidade.² Isso implica perceber em que medida as democracias capitalistas preservaram a estabilidade de 1% e foram incapazes de gerar formas de vida minimamente dignas para “os outros 99%”.³ A partir de 2016 assistimos à ascensão de novas direitas populistas e, com elas, o acirramento da desumanização de vulneráveis, a intoxicação do tecido social

1 Apenas a título de exemplo, vale a notícia de UOL. “Lucro líquido dos bancos bate recorde”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/06/lucro-liquido-dos-bancos-bate-recorde.htm#:~:text=No%20segundo%20trimestre%20de%202021,Bradesco%3A%20R%24%205%2C974%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 20 out. 2021.

2 G1 Globo. “‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’ Diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou messias, mas não faço milagre’”. 28 de abril de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

3 A expressão “Nós somos os outros 99%” foi cunhada no calor dos protestos globais do Occupy, com o objetivo de evidenciar que as saídas para a crise econômica de 2008 priorizavam o sistema financeiro e, por outro lado, lançavam os ônus da crise na maioria da população. As teóricas críticas Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya se valeram dela mais recentemente para pensar um “Feminismo para os 99%”, em livro homônimo, publicado pela Boitempo (Fraser et al., 2019).

por técnicas de manipulação de afetos, a política urbana reduzida a mero pretexto para negócios de grandes *players*.

Não menos relevante fora a crise sanitária global gerada pela pandemia de Covid-19, que em 2021 já somava mais de 215 milhões de casos e, entre esses, 4,5 milhões de óbitos. No Brasil, passamos de 600 mil mortes. Ainda que a origem do vírus ainda seja incerto, a gestão do fenômeno foi marcada também por uma distribuição desigual dos ônus e riscos.

Tal quadro de sobreposição de crises reforça o encurtamento de horizontes nos quais estamos imersos. A ideia de “barbárie” volta a circular com bastante pertinência, sobretudo no Brasil, cuja democracia está em risco.

Esses diagnósticos já têm sido confirmados por uma série de autoras e autores, nosso papel nesse curto espaço de um capítulo é resgatar minimamente os debates. Para além disso, nosso esforço é fazer mediações entre escalas, isto é, mostrar de que maneiras as dinâmicas gerais e abstratas que moldaram o clima regressivo chegou ao nível do cotidiano urbano vivido⁴ e da produção do espaço.⁵ Nossa contribuição é, por sua

4 Para evitar digressões em relação ao nosso objeto, trazemos em nota algumas considerações metodológicas e acerca de nosso referencial teórico. Henri Lefebvre é quem nos permite entender a vida cotidiana e o fenômeno urbano enquanto mediações privilegiadas, isto é, elementos concretos a partir dos quais se entende uma ordem ou estruturação social mais geral e abstrata das democracias capitalistas. Vale lembrar do autor: “o que se produz ou se constrói nas esferas superiores da prática social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que e até que ponto essa transforma a vida? É, portanto, ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam ‘alhures’, nas ‘altas esferas’. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana” (Lefebvre, 1962, p.50). E também de Lefebvre (2008, p.66): “A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível as instituições, as ideologias”.

5 Novamente Lefebvre (2000, p.51) nos ajuda aqui com a metodologia. É o autor quem defende que o fenômeno urbano é uma mediação a partir da qual entendemos a sociedade de nosso tempo. Por essa via o pensamento crítico realiza um diagnóstico

vez, argumentar que se o pensamento crítico pretende evitar a inação decorrente do fechamento sob a barbárie,⁶ será preciso formular um pensamento-ação que opere em múltiplas escalas. Será preciso instituir desde o cotidiano e os espaços em que já estamos, a confiança em construções radicalmente democráticas, onde o viver juntos signifique o florescimento de todas e todos.

O primeiro tópico busca caracterizar nosso momento histórico como um período marcado pela sobreposição de crises globais e adentra o conteúdo explosivo da primeira delas, isto é, mostra em que medida as saídas neoliberais ao *crash* econômico de 2008 acirraram uma onda de contestações, o clima de indignação difusa e o déficit de representatividade, um quadro favorável à ascensão de governos com feições autoritárias. O segundo bloco analisa a saída brasileira nos anos posteriores à crise econômica de 2008, mostrando de que maneira políticas contracíclicas impactaram o cotidiano urbano, de modo a reproduzir o modelo das cidades espraiadas, rodoviaristas e com alto custo de vida. O terceiro momento trata brevemente da segunda grande crise do período, a pandemia de Covid-19, agravada no Brasil por uma gestão incapaz de gerir saídas coletivas, cujos desdobramentos ainda são imprevisíveis. O quarto bloco expõe de que maneiras um pensamento crítico pode, diante de cenário tão adverso, não sucumbir ao niilismo. Argumenta-se que será preciso pensar em múltiplas escalas, construir desde já espaços que antecipem a experiência coletiva de uma outra sociedade, o que mantém reintegrados pensamento e ação. Mas na medida em que são necessárias transformações estruturais, é inevitável ter construir na sociedade uma confluência ampla. Veremos que o direito à cidade pode ser uma ideia-força fundamental para esta tarefa.

do presente – em aberto, em transformação – buscando o conjunto ou totalidade social: “o fenômeno urbano se apresenta, desse modo, como realidade global (ou se se quiser assim falar: total) implicando o conjunto da prática social. Essa globalidade não pode ser apreendida imediatamente”.

6 É preciso dizer que não é inédito o entendimento de nosso tempo sob a categoria da “barbárie”. Já vínhamos argumentando nesse sentido, no nosso “Brasil 2020: pensar e agir entre o local e o global” (*Revista Indisciplinar*, 2020). Também a entrevista de Michael Löwy (2020) para a *Revista Jacobin*. “Tempos de barbárie pedem ousadia”; Silva Junior (2021). E ainda palestra de Cibele Rizek (2021).

Crises globais, insatisfação difusa e a barbárie

Nós já tínhamos sido avisados, desde a *Dialética do esclarecimento* (1944) (Adorno; Horkheimer, 1985), de que a história não é um caminho linear em direção ao progresso. Talvez, por alguns momentos tenhamos obliterado tal aviso para organizar a vida cotidiana, mas se observarmos mais atentamente, é fato que podemos correr a passos largos para uma regressão civilizatória. Os anos 2010 e 2020 vêm confirmar essa tese, mas ainda não temos conseguido elaborar o que isso significa, porque as perdas diárias são acachapantes a tal ponto que se torna difícil construir um sentido totalizante para esta experiência.

Neste tópico, reconstituímos o debate sobre os efeitos da primeira grande crise global, essa de ordem econômica, deflagrada em 2007-2008 pela irresponsabilidade de bancos estadunidenses, com impactos imediatos no sistema financeiro de todo o mundo. Estourada a bolha imobiliária e com as bolsas mundiais atoladas em ativos tóxicos, a única saída para o cassino global foi recorrer aos Estados Nacionais. As autoridades públicas intervieram para estabilizar os mercados, como se se tratasse de uma “vontade geral”, mas nos meses seguintes “precisaram” lançar medidas de austeridade fiscal que socializava os ônus da estabilização com “os outros 99%”.

Sob a pressão das potências econômicas e do Fundo Monetário Internacional, os países aplicaram mais uma rodada do receituário de cortes em saúde, educação, previdência e outros serviços. Na Europa, essa foi a condição para que os Estados mais ricos cooperassem com a recuperação dos remediados do Leste e da região mediterrânea. Mas a dificuldade explicativa reside no fato de que, após alguns anos de bom comportamento, a recuperação econômica desses países ficou aquém do esperado, ao passo que os índices de desigualdade e as condições de vida se acirraram com a desconstrução da proteção social.

Não por acaso teorias sociais críticas atentas a esses processos no Brasil e no mundo destacam em que medida as contradições neoliberais caminharam, nos termos de Wendy Brown, para uma “desdemocratização” (Brown, 2015). O sociólogo Wolfgang Streeck (2018) – ao reconstituir o

histórico das crises sistêmicas desde os anos 1970 – reforça, chegamos a um impasse, ou neoliberalismo ou democracia.

Outra virada interpretativa importante reside na *Nova Razão do Mundo* de Dardot e Laval (2016). Ao repassar os pilares históricos do neoliberalismo, os autores trazem pelo menos duas grandes contribuições. Primeiro, argumentando que a hegemonia neoliberal se mantém por ter se tornado um modo de subjetivação, uma razão-mundo interiorizada nas relações sociais marcadas pela concorrência e desempenho. É verdade, também, que os estudos marxistas sobre a vida cotidiana, sobre a reprodução das relações sociais, sobre o tempo livre e a cultura também já apontavam para isso, mas Dardot e Laval avançam mostrando os deslocamentos no seio do Estado, isto é, em que medida o *management* e a forma empresa são absorvidos na máquina burocrática estatal.⁷ O que ocorre, tendencialmente, é a dissolução da distinção moderna entre setor público e setor privado, desse modo, o ente que a princípio defenderia o interesse geral de uma coletividade está reduzido a assumir a racionalidade, as práticas e o léxico da concorrência empresarialista.

Nesse ponto reside, a nosso ver, a maior grandeza de Dardot e Laval na elucidação do momento pós-2008. Os franceses deixam evidente que o neoliberalismo nunca foi uma reestruturação na direção do Estado mínimo, mas sim daquele que intervém para repor as condições de acumulação de capitais.⁸ Está mais claro agora que as reestruturações desde os anos 1970 não foram um mero “retorno do mercado”, mas sim transformações que deram aos Estados nacionais “um papel de guardião das regras jurídicas, monetárias, comportamentais”, de modo a atribuir-lhes “a função oficial de vigia das regras de concorrência no contexto de um conluio ofi-

7 Vale trazer um trecho de Dardot e Laval (2016, p.274): “o management apresenta-se como modo de gestão ‘genérico’, válido para todos os domínios, como uma atividade puramente instrumental e formal, transponível para todo o setor público. Essa mutação empresarial não visa apenas a aumentar a eficácia e a reduzir os custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão”.

8 Remetendo se à expressão de Andrew Gamble, Dardot e Laval (2016) lembram que a lógica normativa neoliberal é a do “Economia livre, Estado forte”, isto é, “não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos.

cioso com grandes oligopólios” e, talvez, mais ainda, para “criar situações de mercado e formar indivíduos adaptados às lógicas de mercado” (dardot; Laval, 2016, p.191). A esses fins servem os expedientes de desregulamentação, flexibilização, privatização e, sobretudo, de estabilização das crises geradas pelos próprios players do mercado.

A crítica dos franceses é providencial para compreendermos a onda também global de protestos pós-2008, com composições diversas, mas que têm em comum a contestação às saídas neoliberais impostas pelas autoridades de seus países. A revolta das panelas na Islândia impediu que salvassem os bancos e exigiu prioridade à estabilidade da vida da população. A juventude espanhola, que mais sofria com o desemprego e a crise habitacional, foi a protagonista dos Indignados, depois conhecidos como 15M. Os *Occupy* contagiaram muitos espaços públicos para além das estadunidenses; todas elas se sentiam parte dos “outros 99%” não representados pelos blocos no poder de seus países. A onda de protestos ficou conhecida como “Cidades Rebeldes” (Harvey, 2014) ou também como “movimento das praças” (Gerbaudo, 2017); e os ânimos insurgentes continuam latentes desde lá.⁹ Na França, em 2016, *Nuit Debout* e os coletes amarelos, em 2018-2019. Também em 2019, estudantes e jovens promoveram manifestações massivas no Chile, até uma assembleia constituinte em 2021. Na Argentina tem se destacado um protagonismo feminino que compreende as intersecções entre classe e gênero. Organizações feministas obtiveram vitórias institucionais como o direito a deliberarem sobre seu próprio corpo no caso do aborto legal e, ainda, recentemente conseguiram o reconhecimento do cuidado dos filhos como um trabalho computável para a aposentadoria, o que impactará na vida de milhões de mulheres.¹⁰

9 Esses processos foram reconstituídos em mais detalhes em Colosso (2019).

10 O marco legal já conta com comentários e análises mais aprofundadas do que as feitas aqui. Para nossos propósitos, vale apenas mencionar que o fenômeno foi bastante noticiado em mídias brasileiras e inspira círculos militantes locais. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/05/aborto-legal-na-argentina-o-que-significa-essa-conquista>>. Sobre o reconhecimento dos cuidados maternos como trabalho computável para a aposentadoria, as mulheres argentinas poderão acrescentar de um a três anos de tempo de serviço por filho que tenha nascido com vida, de modo que elas atinjam o tempo mínimo exigido por lei para alcançar o direito à Previdência. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>

Em consonância com o clima emergente, a filósofa Nancy Fraser tem argumentado pela necessidade de pensar um Feminismo para os 99%, isto é, que combine lutas redistributivas e por reconhecimento.¹¹ Como lembra Fraser, essa necessidade se torna mais urgente nesse momento em que a política neoliberal permanece em vigor, mas sua hegemonia está abalada. Assistimos, nos termos da filósofa, a “um enfraquecimento dramático da autoridade do neoliberalismo – uma menor confiança em suas ideias, políticas e na ordem institucional subjacente a elas” (Fraser, 2020, p.79).¹² Para a filósofa, essa perda de autoridade neoliberal torna difícil a criação de um novo espírito do capitalismo.

A segunda metade dos anos 2010 foi marcada por um cenário internacional ainda mais regressivo. Chegaram ao poder líderes populistas impulsionados por técnicas de mobilização de afetos e tecnologias de comunicação em massa, figuras centradas na retórica de ódio às instituições liberais. Trump nos Estados Unidos, Erdogan na Turquia, Jair Bolsonaro no Brasil, mas também a onda do Brexit na Grã-Bretanha, o crescimento de neonazistas no Vox alemão e com Marine Le Pen na França. Para os pragmáticos do mundo *business*, tais líderes foram aceitáveis, porque a guerra cultural que tais líderes travavam interferia pouco nos centros financeiros globais.

[mercado/2021/07/argentina-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-entenda.shtml](https://www.mercado/2021/07/argentina-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-entenda.shtml).

11 Fazemos menção direta ao livro *Feminismo para os 99%* (Arruza et al., 2019), mas vale lembrar que já desde o início dos anos 2000 Fraser, no debate com Axel Honneth, salienta para a importância de não reduzir as pautas feministas a lutas por reconhecimento e representatividade, mas sim recolocar a centralidade das pautas que questionem os abismos estruturais capitalistas do ponto de vista da distribuição de riquezas, recursos e oportunidades. Vale lembrar do sintético e já seminal artigo “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista” e do livro com Honneth *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*.

12 Ao se deter no contexto estadunidense, Fraser desenvolve o argumento: “o neoliberalismo, como ideologia intelectual, é muito fraco hoje [...] Até muitas autoridades republicanas eleitas entendem que a infraestrutura está desmoronando, que o déficit não é a coisa mais importante do mundo e que há outras coisas que o governo precisa fazer. No momento, não existem muitos pensadores convictos no neoliberalismo” (ibidem, p.82)

É importante perceber como essa ascensão de uma nova direita não superou a crise de representação democrática latente desde a crise econômica. Não houve descontinuidade, mas apenas deslocamento no âmbito cultural, no eixo do reconhecimento. Brown é elucidativa, o neoliberalismo construiu as condições para a ascensão autoritária. Isso porque estes “novos líderes” conseguiram acirrar o clima de insatisfação difusa para implodir o que restava das instituições liberais. Acirraram a descrença com os regimes democráticos por meio de narrativas simplistas, negacionistas, que justamente por isso ressoaram nos setores sociais mais sedentos de atalhos aparentemente fáceis. Com isso, tais lideranças conseguiram dar uma sobrevida a uma antipolítica que fragmentou ainda mais o tecido social, enquanto seguiam com políticas econômicas que satisfizeram os abastados de sempre. Não por acaso, nos últimos anos da década de 2010, cientistas políticos já buscavam descrever “como as democracias morrem”, como essas chegam ao fim.¹³

O importante a reter neste quadro que se arrasta do eixo neoliberal progressista ao neoliberal autoritário é a reprodução de uma profunda descrença nas instituições e formas de viver juntos disseminada entre as democracias capitalistas. Por isso, a nosso ver, o papel do pensamento crítico é instituir, junto das forças vivas, espaços que coloquem um horizonte radicalmente outro, mas também toquem o vivido desde agora. Espaços aglutinadores e dinamizadores, que sejam experimentados como o lugar para depositar o que nos resta de potência vital inventiva. Mas antes de nos determos propriamente nisso devemos reconstituir um diagnóstico sobre nosso contexto no Sul Global, que tampouco é favorável.

O Brasil e o cotidiano urbano

O Brasil também fora afetado pela crise econômica global de 2008, mas com contornos um pouco distintos. Sob o comando de Dilma Rousseff – como chefe da Casa Civil e depois como presidente –, implementa-se

13 Este é o título do livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt publicado nos Estados Unidos em 2019, traduzido em seguida pela Ed. Zahar. Em linha parecida está o *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman (2018).

um expressivo plano de medidas contracíclicas e de investimentos em setores considerados estratégicos. O cientista político Armando Boito denominou “neodesenvolvimentismo”,¹⁴ Laura Carvalho de “agenda Fiesp”,¹⁵ e ainda que com distinções, André Singer (2018) entendeu por “ensaio desenvolvimentista”.¹⁶ Muitos desses investimentos induzidos pelo Estado foram alocados em setores diretamente ligados ao espaço urbano, acentuando contradições específicas da produção do espaço. Tais especificidades merecem nossa atenção, na medida em que impactaram a vida cotidiana nos centros urbanos e geraram uma onda de conflitos e insurgências pouco compreendidas, mesmo entre analistas políticos do campo progressista ou minimamente sensíveis ao sofrimento social.

Uma primeira delas foi a política habitacional para nichos populares. Entre 2009 e 2015 foram contratadas mais de 4 milhões de unidades, mas o programa contracíclico teve como externalidade o aumento exponencial do preço dos imóveis, dos aluguéis e, por consequência, do custo

14 Apenas a título de nos situarmos nos debates, vale pontuar essa diferença. Boito (2018) justifica o prefixo “neo”, por “ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal”. Isso significa, lembra o autor, que tal política tem um crescimento mais modesto do que o velho desenvolvimentismo; atribui menor importância ao mercado interno e ao desenvolvimento do parque industrial; aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, reativando a função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; é dirigido por uma fração burguesa que não age como força anti-imperialista, ou seja, não aposta que haja uma “burguesia nacional” como outrora se acreditou que existisse (Boito, 2018, p.160-1).

15 Laura Carvalho (2018) acirra a crítica, defendendo que essa nova matriz não nos conduziu tanto a um avanço, mas “um passo para o lado” da política econômica realizada por Lula, na medida em que nem sempre os subsídios ao setor industrial retornaram como investimentos na produção.

16 De acordo com Singer (2018), os pilares do ensaio desenvolvimentista foram: 1) redução da taxa básica de juros (Selic) e pressão para diminuição do *spread* de bancos privados; 2) uso intensivo do BNDES, com abertura de crédito subsidiado a empresas; 3) política de reindustrialização, com redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 4) desonerações fiscais; 5) Plano de investimento em infraestrutura; 6) Reforma do setor elétrico, que reduziu tarifa de eletricidade; 7) Desvalorização do real em relação ao dólar; 8) controle na entrada de capitais estrangeiros; 9) proteção ao produto nacional.

de vida nos grandes centros.¹⁷ Os assalariados e precarizados urbanos foram lançados para a periferia da periferia, porque seu poder de consumo não acompanhou o *boom* imobiliário e, ainda, porque a localização de empreendimentos – terras baratas em franjas urbanas – coube à racionalidade da iniciativa privada.¹⁸ Há ainda alguns agravantes: a reprodução do modelo rodoviarista fixado no automóvel, no qual os pobres perdem a vida no transporte coletivo; a violência institucional e racismo estrutural; a precarização do trabalho de uma juventude agora mais escolarizada. Este foi o modelo de crescimento que podemos denominar de um *neodesenvolvimentismo antiurbano*.¹⁹ Na medida em que ignoraram contradições específicas da produção do espaço urbano, tais aspectos passaram ao largo dos que estavam no poder, o que nos ajuda a entender por que estes atores não entenderam a onda de contestações da juventude urbana em 2013 e de sem-teto em 2014, que alimentaram outra onda ainda mais jovem com secundaristas em 2015 e 2016.

Mas voltemos à política institucional. Os benefícios aos capitais não foram suficientes para conter o clima de instabilidade. Sob a política conciliatória de governabilidade, autoridades foram tensionadas à direita e à esquerda; desde 2011 aumentaram as greves²⁰ e em 2013 eclodiram protestos massivos de “ideologias cruzadas” (Singer, 2018), que encorajaram forças políticas diversas. Em 2014, frações importantes da burguesia passaram a desembarcar do governo. Nesse mesmo ano, a oposição novamente

17 Entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018, em São Paulo, o preço de venda dos imóveis subiu 236,5%, e para locação teve alta de 93,3%. O *boom* registrou um pico em 2015, mas os preços seguem estáveis no período de recessão e estagnação dos anos seguintes. No Rio de Janeiro, essas altas foram de 227% e 85,5% no mesmo período. São curvas muito acima do IPCA, IGP-M, mesmo da Ibovespa

18 Já há uma vasta literatura a respeito, cujas críticas se aproximam dessas aqui expressas. Vale conferir Shimbo (2015). Também em Rizek (2015).

19 O termo foi cunhado e mais bem analisado no nosso *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena* (Colosso, 2019). Obviamente, ao analisar as retroalimentações entre o contexto nacional e a questão urbana não podemos atribuir causa apenas ao poder federal. Importante ressaltar que a implementação da política urbana fica a cargo, em grande parte, aos municípios.

20 Vale conferir Tatagiba e Galvão (2019).

vencida – e insuflada pela grande imprensa – não aceitou o resultado das eleições, passou a desestabilizar a vida política e conseguiu trazer para si o centro fisiológico que dominava o poder legislativo. Uma ruptura institucional rapidamente pôs em marcha as políticas de desmanche de garantias mínimas, a desregulamentação do trabalho e perdão de dívidas ao grande empresariado. Os resultados foram recuperação econômica píflia, aumento de desigualdades,²¹ com o agravante de que aqui o país retornou ao mapa da fome, ampliou em muito a parcela de trabalhos informais e, no mesmo período, a fração financeira dos grandes *players* batia recordes de faturamento.²²

As forças sociais populares que vinham mobilizadas também se insurgiram contra essas políticas, formando duas grandes frentes. Essas estiveram juntas na Greve Geral de 2017, que tomou todas as capitais e 150 cidades, com muitos milhões de pessoas nas ruas. Foi também contra o desmanche que em 2015 estudantes secundaristas paulistas ocuparam mais de 200 escolas e bloquearam festivamente avenidas da capital. Os ânimos contagiaram o país e no ano seguinte ocuparam cerca de mil escolas em diversos estados (Colosso, 2019).

Esses anos de sofrimento social e insatisfação difusa foram também de divisão do país, sobretudo uma disputa a respeito das causas e justificativas para tal quadro. Isso significa que uma mesma atmosfera turbulenta serve forças à direita e à esquerda.²³ Em 2018, essas foram as condições propícias à ascensão de uma figura alinhada ao repertório de uma nova direita internacional, com ampla presença nas redes sociais e capilarizada

21 Relatório de 2018 já atesta pelo índice Gini que, pela primeira vez nos últimos 15 anos, a relação entre renda média dos 40% mais pobres e da renda média total foi desfavorável para a base da pirâmide. E como o sistema de seguridade social no Brasil ainda é frágil, as externalidades negativas das políticas de austeridade se tornam visíveis nas cidades. Cresce o número de moradores de ruas, acampados embaixo de viadutos e canteiros de avenidas

22 UOL. “Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões”. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

23 Do ponto de vista do cenário internacional, quem melhor compreendeu essas contradições foi Korybko (2018). Mas é verdade, também, que a tese de Korybko pode ter efeitos regressivos.

pelas mídias alternativas, dotada de uma retórica mítica com alta capacidade de simplificação da realidade, de mobilização de paixões tóxicas, e sem compromisso com fatos, mas apoiadas tão somente promessas de salvação rápida.

Sob a gestão de Jair Bolsonaro, as políticas de desmanche seguiram a passos largos não somente sob a retórica pretensamente técnica da austeridade, como anteriormente, mas também e sobretudo mobilizando estigmas arraigados. Ganharam ar de ativismo a implosão das universidades públicas, a destruição de patrimônio ambiental, desmanche de políticas culturais, ao mesmo tempo que receberam generosas desonerações e outras facilidades os setores do agronegócio e da indústria de religiões.

Em expressão sintética, pode-se denominar tal estado de coisas como um *neoliberalismo com requintes de crueldade*.²⁴ Tal quadro regressivo se fortaleceu – sobretudo no campo econômico – por nexos nos quais os subalternos, trabalhadores pauperizados e periféricos majoritariamente negros ou os provenientes das regiões Norte e Nordeste eram responsabilizados pelas próprias adversidades e pelas dificuldades enfrentadas pelo país. São os sujeitos desviantes, “vagabundos” corrompidos, não raro tidos ainda como os incômodos da sociedade, entraves ao crescimento, e mais, os que aderem a uma ideologia execrável e perigosa que agrega esses predicados, a saber, o petismo. A nova direita foi muito eficiente na mobilização desses estigmas e paixões que mantêm a atmosfera ameaçadora de perigo constante, ao mesmo tempo que desloca a opinião pública para questões extravagantes, descoladas de processos decisivos do país.

Tais narrativas discriminatórias fantasiosas, enraizadas no imaginário escravocrata, acirram conflitos de classe, gênero, étnico-raciais distri-

24 Pronunciamentos do ministro da Economia sintetizam nosso argumento. Cf por exemplo *Exame*. “Guedes diz que FIES bancou até filho de porteiro que zerou no vestibular”. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/guedes-diz-que-fies-bancou-ate-filho-de-porteiro-que-zerou-no-vestibular/>>. Acesso em: 10 out. 2021. Ou ainda declarações como “FIES levou até filho de porteiro para a universidade”. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/04/29/guedes-fies-levou-ate-para-filho-de-porteiro-para-universidade-diz-jornal.htm>; https://cultura.uol.com.br/noticias/22144_paulo-guedes-critica-educacao-publica-e-diz-que-instituicoes-ensinam-sexo-para-criancas.html>.

buídos no espaço geográfico brasileiro.²⁵ Tendências importantes a serem verificadas no futuro são as mortes por homofobia, a violência institucional por racismo e o genocídio de povos tradicionais.

Do ponto de vista da produção do espaço, se até 2016 tínhamos um quadro de contradições sob o *neodesenvolvimentismo antiurbano*, a partir de então a política urbana se torna estritamente *um pretexto para criar bons ambientes de negócios*. Entram na pauta revisões de Planos Diretores, com nítido enfoque de “destravar” processos, o consenso generalizado foi fazer “passar a boiada”. Os despejos de vulneráveis com fins de limpeza social e liberação do solo mercantilizável também estava facilitado sob essas condições, mas a resistência popular assumiu a pauta como prioritária e conseguiu barrar o avanço de remoções. O país permaneceu dilacerado não ao meio, mas a parcela minoritária apoiadora do governo seguiu ativa e crente de que a cruzada destruidora levaria a algum lugar, enquanto amplas parcelas precisaram se manter mais passivas ou buscaram refúgios compensatórios, porque assistimos a outro fenômeno que exigiu reclusão e isolamento, a saber, a pandemia de Covid-19.

Brasil 2021: a gestão incompetente da pandemia e o futuro interdito

Em 2020, o mundo foi aplacado pela segunda grande crise de nossa época, amplificada pelo desmanche da seguridade social e serviços públicos, mas não causada diretamente por ele. Trata-se da pandemia do vírus denominado Covid-19, de alto contágio e relativa mortalidade, não fosse o fato de que contamos com uma gestão negligente, incapaz de coordenar esforços. Não por acaso, em 2021 o número de óbitos ultrapassa 560 mil, fazendo do Brasil um dos recordistas em mortes por habitante.

Na dificuldade de obter vacinas, o modo mais eficaz de conter o vírus foi ampliar medidas de higiene e o denominado isolamento social, que significava a permanência das pessoas em suas residências. Mas no Brasil isso obviamente se deu com dificuldades diversas. Em nosso país, ainda há mais

25 Vale conferir *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (Solano, 2019) e, em especial, o capítulo de Luis Felipe Miguel.

de 6 milhões de famílias sem uma moradia digna, 35 milhões de pessoas sem acesso a rede de abastecimento de água, e 100 milhões – quase metade da população – não têm acesso a redes de coleta e tratamento de esgoto, cujo destino final é, frequentemente, rios, córregos, praias e lagoas. Às vezes três, quatro, até cinco famílias dividem uma unidade habitacional. Novamente, as cidades escancararam abismos estruturais de nossa formação econômico social (Colosso, 2020). Houve uma distribuição extremamente desigual dos ônus, da instabilidade e dos sofrimentos. As periferias e favelas nem sempre tiveram a maior concentração de casos, mas sim o maior número de mortes e a menor celeridade na aplicação de vacinas.²⁶

Ainda em 2020, a figura aparentemente forte do grande líder se apenhou rapidamente. Furtou-se de assumir a liderança que lhe cabia na gestão da pandemia, recusava recomendações das autoridades científicas internacionais e ampliou o clima de instabilidade e desorganização entre os estados da federação. Transferia sua responsabilidade para outras instâncias ou autoridades.

A iniciativa privada e atores do mercado seguiram, no melhor dos casos, orientações e destinaram parte de suas produções para o fim determinado como prioritário, mas, em muitos outros casos, reforçaram a fragmentação e desorganização social ao impor cálculos econômicos em momentos nos quais o valor fundamental era a garantia da vida. Demissões, suspensões de contrato, chantagens políticas mostraram em que medida a “burguesia nacional” se exime de responsabilidade social tão logo veja risco de queda em sua taxa de lucro.²⁷ Lançaram ao mar seus subalternos resignados e buscaram vacina para si e familiares em outros países.

26 UOL Notícias. “Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP”. UOL, 5 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticis-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

27 Terra. “CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas”. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1bf13976b2f303f61b5e9c718ee38cdcx8dw5npf.html>>. Acesso em: 6 abr. 2020. E também “Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários”. *Isto é*, 2 de abril de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>>.

Em 2021, quando este texto é escrito, tornou-se mais evidente a incompetência do governo federal na gestão da crise sanitária. Compras de vacinas e insumos foram deliberadamente evitadas, postergadas.²⁸ Houve ainda indícios de corrupção em negociações. O clima de desinformação, negacionismo parece ter sido em grande medida deliberado pela hipótese de “imunidade de rebanho”, formulada num gabinete paralelo. Os que buscavam manter-se próximos das recomendações técnicas eram desautorizados pelo presidente, que insistia em pronunciamentos pouco razoáveis com fins de manter agitados os humores de sua base mais fiel. Já o Ministério da Educação, por sua vez, passou pelas mãos de ao menos quatro responsáveis ao longo da pandemia

Tornou-se claro, para outros Poderes da República, que o chefe do Executivo era, na realidade, o maior fator de instabilidade. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada para apurar omissões e crimes. Abundaram motivos de *impeachment*, mas faltou condições políticas no legislativo para instaurá-lo, ainda que as ruas tenham mostrado alguma força popular.

Os efeitos da Covid-19 ainda são imprevisíveis, mas algumas lições já merecem destaque: em problemas dessa ordem as saídas precisariam ser coordenadas e cooperadas, o que somente seria possível mediante ações do poder público e da sociedade organizada. Seria imprescindível a presença de um Estado que orientasse os investimentos e políticas públicas de acordo com as necessidades sociais prioritárias. Na ausência desse, com a gestão neoliberal de feições autoritárias, o resultado foi, mais uma vez, uma distribuição desigual dos ônus da pandemia.

O fato é que a sobreposição de crises e a extensão da pandemia ao longo de 2021 consolidaram a atmosfera tóxica de descrença política, de encurtamento de horizontes e, em muitos casos, a experiência real de desamparo e desorientação. Ainda há solo para o cultivo de apostas regressivas e mesmo aventuras autoritárias.

28 Os desencontros e sabotagens do presidente estão bem reconstituídos pela jornalista Malu Gaspar em: “O sabotador: como Bolsonaro agiu, nos bastidores e em público, para boicotar a vacina. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/>>. Outros fatos importantes disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/r-80-bi-de-verba-da-covid-em-2020-ficam-parados-e-parte-segue-represada.shtml>>.

Para os estudos urbanos, há um agravante. Na queda livre ao abismo as questões urbanas parecem ser menos sensíveis ao grande público, que sobrevive em meio a tantas perdas tornadas corriqueiras. Por vezes, o espaço urbano é apenas expressão que escancara as regressões; muitas das pautas, como pensar outro modelo de mobilidade urbana, ou outra política ambiental, ou mesmo um teto digno, parecem questões menores com tantas violações de direitos, tantas mortes. Torna-se ainda mais difícil pensar utopicamente em meio a tantas urgências.²⁹

Como lembrara César Simoni (2020, p.25), o combate à Covid-19 foi necessariamente “contra a própria forma da proximidade, do encontro e da reunião dos corpos”. Isso significou o necessário recuo de um caldo de cultura urbana insurgente das ruas, que marcava a experiência partilhada entre segmentos importantes da juventude. Vinham encorajados, numa linha expansiva desde junho de 2013, passando pelas lutas contra megaeventos em 2014, os secundaristas em São Paulo de 2015 e no Brasil todo em 2016. Mesmo após a ruptura institucional de 2016, esses sujeitos, mulheres e homens, estavam na Greve Geral de 2017, no “EleNão 2018”. Mas os protocolos de segurança contra a Covid eram uma premissa ética e o recuo necessário. As raras exceções foram os “entregadores antifascistas”, a onda Black Lives Matter e a vitoriosa campanha Despejo Zero, que barrou remoções em todo o país. Não sabemos ainda o quanto se trata de um recuo ou de uma suspensão temporária dessas forças.

Contra o niilismo, pensar e agir entre o local e o global

Em nossa perspectiva, no cenário da barbárie um pensamento crítico que se foque apenas nos aspectos regressivos, distópicos – que são reais, diversos e acachapantes – tende a reforçar o clima de bloqueio já instaurado. O risco aí implícito é deixar ainda mais espaço para a política da morte e o conservadorismo reafirmarem, em mais uma rodada, que são a única saída possível e o fim da história. Em sua versão autoritária, isso

29 Faço referência aqui ao par conceitual de Ana Fani Alessandri Carlos, para quem as lutas sociais vivem entre “a urgência e utopia”.

significa produzir o desamparo ameaçador e oferecer um grande Pai Messias. Portanto, um pensamento crítico precisa subverter ao mesmo tempo, diariamente, a melancolia, o cinismo do poder e a apatia que ele gera, pois tais vetores se somam e convergem para o distanciamento ensimesmado, a ausência nas batalhas reais da sociedade. Dito de outro modo, o pensamento crítico exige um momento utópico e, ainda, necessita vislumbrar uma reconexão com a práxis.³⁰ No quadro em que estamos, o momento utópico não diz respeito apenas ao possível, mas é também e sobretudo da ordem do necessário à sobrevivência.

Em termos concretos isso significa que, para desinterditar o futuro, precisaremos encontrar forças redobradas e sermos bastante mais ousados do que estávamos acostumados. Precisaremos imprimir esforços persistentes, adentrar campos disciplinares imprevisíveis, explorar repertórios de ação incertos, cultivar um conhecimento dotado de imaginação política e potência inventiva, no sentido de formar *contextos geradores de criatividade social*. *Um pensamento crítico rigoroso que seja também uma experiência de reencontamento radicalmente democrático*.

Para que essa crítica utópica se mantenha concreta, vigorosa e tenaz, nós precisamos de algo como aqueles óculos antigos, de lentes multifocais, uma para perto e outra para longe. Algo que nos permita pensar e agir em múltiplas escalas e múltiplas frentes. Esse duplo foco é necessário para não desistirmos em tempos difíceis, mas também para ter uma aposta de longo prazo,³¹ dois elementos necessários e complementares.

30 Estamos de acordo com Ana Fani A. Carlos (2020a): “o materialismo aponta a necessidade, portanto, da junção de dois princípios opostos: não existe pensamento sem utopia (sem exploração do possível) e não existe pensamento sem referência a uma prática que, do ponto de vista do debate urbano se associaria à produção do habitar e do uso dando *sentido à apropriação* como ato essencialmente humano (criativo)”.

31 Michael Löwy (2020, p.83) tem reforçado o que dizemos: “obviamente, não há nenhuma garantia de que o ecossocialismo vencerá, e que a humanidade conseguirá escapar da catástrofe. Esta é, como diriam Lucien Goldmann, meu mestre, e Daniel Bensaid, meu camarada, *uma aposta*, pela qual engajamos nossa vida individual e coletivamente. Se os revolucionários só se mobilizassem estando seguros da vitória, nunca teria havido uma revolução...Este então é o otimismo da vontade: como dizia Brecht, quem luta pode perder, quem não luta já perdeu...”.

Para colocá-lo em marcha é preciso pensar espacialmente e agir desde onde já estamos. Sabendo que o poder não dá conta de estabilizar e/ou controlar todos os recônditos da vida social, é preciso identificar onde estão forças vivas, onde se tecem vínculos generosos, de solidariedade e cuidado,³² conexões e curas, cultivo à inteligência coletiva e à virtude da coragem.³³

Como lembrou Naomi Klein, “não basta dizer não”.³⁴ Nesses espaços, precisamos agir desde já para antecipar as cidades que queremos, isto é, espaços prefigurativos que atualizem aqui e agora a experiência de uma outra sociedade, radicalmente diferente desse mundo medíocre em que fomos colocados. Trata-se de uma experimentação e aperfeiçoamento pela *exemplaridade*. Essa é uma política do micro, da universidade popular com impacto na sociedade; da vizinhança e do bairro como lugar de memória e bens comuns, da renovação geracional das entidades de classe, do chat e redes sociais como espaços de disputa. Trata-se de assumir que o pessoal é político. E essas experimentações utópicas têm uma grande força aglutinadora, tornam-se marcos e criam referências novas. *Tais espaços aceleram dinâmicas de transformação e instituem o regime de criatividade social, isto é, um clima de ideias e sentimentos inventivos no qual as potências coletivas e o reforço recíproco passam a embaralhar fronteiras.*

É preciso manter-se atento a esses espaços, porque o pensamento crítico não pode se distanciar da ação, das práticas experimentais, não pode se distanciar das forças dinamizadoras da transformação social. E essas forças tendem a crescer nos períodos de crise, pois o conservadorismo deixa ver seu caráter destrutivo; isso se torna evidente para mais setores da população. E nesse momento, é preciso mostrar a existência concreta de outras possibilidades, é preciso haver referências contrastantes à política da morte.

32 Sobre a importância do cuidado no contexto das lutas, vale conferir Silvia Federici (2019).

33 É possível objetar que, a partir daqui, nosso texto ganha caráter de manifesto. Vale lembrar com Lefebvre (2008, p.116) que o pensamento crítico, que visa reintegrar pensamento e ação, vai se tornar inevitavelmente um apelo. É nesse tom que afirma Lefebvre: “o direito à cidade se afirma como um apelo, uma exigência”.

34 Este é o título do livro de Naomi Klein (2017).

Nos últimos anos, mesmo nesses mais difíceis depois de 2016, temos assistido a um caldo de cultura urbana formado por essas forças vivas. Há uma geração de jovens que está disposta aos avanços democráticos. Eles estão nas universidades públicas e particulares, nos Institutos Federais, nos cursinhos populares montados em periferias, em ocupações e bairros populares³⁵ Esses sujeitos, mulheres e homens, estavam entre os secundaristas, estavam na Greve Geral de 2017, continuam a defender a educação pública e, o mais grave, veem-se sem futuro. Há também as mulheres da primavera feminista que, como lembra a cientista política Rosana Pinheiro-Machado (2019), amanhã vão fazer maior. Há o movimento negro que se levanta constantemente contra o racismo estrutural. Não há um sujeito histórico único, muito menos um sujeito pronto. Há disposição, um novo léxico e um novo repertório de ação ligado ao cotidiano urbano. Nesse caldo, a cidade é tema de pauta, mas também entra para esses repertórios de luta, conferindo novas camadas à ideia do direito à cidade (Colosso, 2019).

Há ainda a necessidade de se combinar o esforço de fazer história com a urgência da sobrevivência, porque as forças vivas são também as

35 Em 2002, 3,4 milhões de jovens ingressavam no ensino superior; em 2015, esse número subiu para 8 milhões. As universidades se capilarizaram por territórios periféricos, por cidades pequenas e médias. A ampliação do acesso modificou em muito o perfil das universidades, não por acaso entre os jovens formados em 2015, 35% eram os primeiros de suas famílias a ter um diploma de curso superior. Famílias cujos pais estavam em funções subalternas formam advogadas/os, engenheiras/os, médicas/os, assistentes sociais, professoras/es. Com a mudança em postos de trabalho que essas/os jovens passam a ocupar, muda também o horizonte de necessidades e expectativas, o autorrespeito que têm consigo, a relação com seus círculos familiares e meios mais amplos. Ao ascenderem a essas novas condições, esses jovens participam de questões coletivas de igual para igual com as autoridades políticas e elites econômicas. Com o aumento exponencial das universidades particulares precarizadas, cujas matrículas passaram de 3 milhões em 2004 para 5,86 milhões no ano de 2014, estudantes das classes trabalhadoras passaram a frequentar os espaços elitizados das particulares existentes e, também, enfrentar a adversidades do ensino nas novas empresas de educação. Passaram a lidar com as dificuldades da permanência na universidade, com a sobrecarga da dupla jornada feita de estudo e trabalho, além da frustração com empregos precários após a conclusão do curso. Atentos a esse cotidiano sofrível, forças do movimento estudantil passaram a politizar a realidade de jovens em espaços da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), da Uninove, da Unip etc.

mais expostas às adversidades; isso significa ter de reinventar, nesse mesmo processo, experimentos de um trabalho livre e cooperado.

Tais experiências precisarão se constelar, conectar-se a uma perspectiva de longo prazo, com hipóteses estratégicas. Trata-se de recolocar o horizonte de transformações estruturais, porque somente essas darão conta das mudanças que precisamos. Obviamente essas transformações não se tornam possíveis pela boa vontade de cidadãos de bem, mas somente com um caldo de cultura política de participação institucional e direta, atravessada de afetos expansivos, insurgências, reforços recíprocos – solidariedade de classe e cooperações, que se aproximam pelos territórios, mas também se conectam por afinidades não territoriais.

É preciso uma estratégia ambiciosa no macro, agora que a ideia de Estado mínimo está deslegitimada e a “nova direita” mostra sua incompetência administrativa. O Estado mínimo nunca existiu, agora está mais evidente. Há sinais claros e crescentes para setores amplos de que são necessárias ações coordenadas, convergentes, que só podem ser feitas no seio do Estado, um outro distinto que não no modo capitalista de produção. Para tanto, é necessário defendermos o básico que ainda parece distante: a moradia digna com direito à cidade para todas e todos. Uma matriz de mobilidade urbana que supere o rodoviarismo, centrada no transporte coletivo eficiente e em energia limpa. Uma cidade antirracista e não patriarcal, em que ninguém morra ou seja violentada/o por sua cor da pele, nem pelo seu gênero. Uma cidade onde o meio ambiente seja um bem comum, não mercantilizável, porque necessário à permanência da vida das próximas gerações. Uma cidade em que ninguém seja desumanizado, que valorize as ruas e os espaços públicos como lugar da igualdade e diversidade.

Como sabemos, num mundo cada vez mais urbanizado, utopias de outros futuros só podem ser utopias para sociedades urbanas. Nós temos esse papel de compreender em que medida o fenômeno urbano traz consigo as possibilidades de uma sociedade de abundância coletiva, com democracia de alta densidade e capilarizada, com formas de prazer e gozo vividas na riqueza dos encontros e interações não-mercantis. Para criar tal horizonte utópico e dar consecução a ele, o direito à cidade é uma ideia-força fundamental.



Noutros termos, trata-se de explorar os potenciais do urbano como lugar da democracia direta. A cidade é o lugar da proximidade entre cidadãs, cidadãos e os governantes, da proximidade entre as sedes do poder e os territórios, amplamente conectados pelas atuais infraestruturas de comunicação. Por essas razões, o poder local é mais suscetível às pressões coletivas, mais propício à construção de poder popular, ao controle social dos investimentos, mais propício ao crescimento econômico coerente com demandas sociais e ambientais. Essas condições infraestruturais nos fazem vislumbrar a cidade como uma imensa rede tecida por espaços de experimentações. Em síntese, a aposta é a seguinte: tendo as questões urbanas como objeto e como mediação, nós queremos transformar a sociedade a partir da cidade e, mais, a partir dos espaços coletivos e públicos em que já estamos. Essas formulações poderiam encontrar uma síntese sob a forma de um “projeto coletivo de sociedade”. Não se trata de sermos institucionalistas, mas precisamos saber pensar de modo ousado em termos estruturais.

Será preciso um pensamento atento às turbulências, capaz de reavaliações recorrentes mediante as transformações na paisagem cultural e cenário político de uma ordem global, que por sua vez tem impactos no cotidiano urbano. Mais do que isso, será preciso saber identificar onde estão as forças vivas, com bases populares e criar conexões possíveis, aproximar circuitos, saber “constituir classe” num mundo em desindustrialização, altamente urbanizado, com densas infraestruturas e tecnologias.

Considerações finais

A barbárie sob as democracias capitalistas é aterradora, desorientadora, mas não deixa de ter um grau de obviedade. A crise econômica de 2008 e a pandemia impuseram uma nova rodada do conflito de classes com dimensões étnico-raciais e de gênero, uma disputa desigual cujas perdas são socializadas pelos “outros 99%”. Para a tradição crítica, a desumanização e ampliação de desigualdades não podem ser tidas como novidades, mas tão somente como mais um aviso de incêndio.

O percurso feito aqui certamente deixou fios desamarrados e mediações por serem feitas, mas pavimentou alguns feixes de relações estruturantes. O fundamental foi compreender que, diante de um quadro tão regressivo, o pensamento crítico precisa saber pensar contradições acirradas. Isso precisa ser elaborado inclusive espacialmente, para que sejamos capazes de identificar onde estão os espaços dinamizadores de transformação, as forças vivas, o desejo de abertura, de descoberta, a possibilidade de escuta e de conexões não mercantis.

Isso se traduz numa dupla estratégia. Uma política do cotidiano urbano que construa espaços de respiro e contágio, que atualizem a experiência coletiva de um mundo futuro e ponham em circulação os princípios estruturadores de uma vida social efetivamente democrática desde o aqui e agora. Essa prática cotidiana de exemplaridade – nos espaços públicos, nas escolas e universidades, nos bairros e periferias, nos canteiros e outros espaços de trabalho cooperado, nas redes e na imprensa – não é um movimento para dentro, mas para fora, de construção de polos de referências contrastantes com a política da morte, conservadora nos costumes e neoliberal na economia. Essas práticas contagiosas podem aglutinar diferentes atores numa rede ampla, fazer convergir um projeto coletivo de sociedade, que tenha o “direito à cidade” como força fundamental.

É tarefa nossa perceber que as cidades podem ser o espaço de uma sociedade efetivamente democrática, melhor para todas e todos. Por sua própria configuração socioespacial e sua formação histórica, as cidades reúnem pessoas, concentram serviços, infraestruturas fundamentais e, portanto, detém os recursos materiais e humanos necessários para construção de formas de vida que sejam socialmente justas, economicamente dinâmicas e ambientalmente responsáveis.

Referências

ABRANCHES, S. et al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Jorge Zahar, 1985.



ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%* – um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política* – ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BLYTH, M. *Austeridade, a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BOITO, A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

BRASIL DE FATO. Aborto legal na Argentina: o que significa essa conquista. São Paulo; Buenos Aires, 5 de janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/05/aborto-legal-na-argentina-o-que-significa-essa-conquista>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BROWN, W. *Undoing the demos: Neoliberalism's Stealth*. Cambridge; Massachusetts; London, 2015.

_____. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Politeia, 2020.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o direito à cidade. *Rev. Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v.II, n.I, p.349-69, 2020a.

_____. (Org) *Covid-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH USP, 2020.

CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

COLOSSO, P. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. São Paulo, 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Coronavírus: o escancaramento da realidade urbana e saídas possíveis. *Carta Capital*, 4 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>



blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Escritório Modelo. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, N. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia literária, 2020.

_____. O neoliberalismo não se legitima mais – entrevista. *Le Monde Diplomatique*. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GASPAR, M. O sabotador: como Bolsonaro agiu, nos bastidores e em público, para boicotar a vacina. *Revista Piauí*, edição 173, fevereiro 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-sabotador/>> . Acesso em: 5 mar. 2021.

FOLHA de S.PAULO. 80 bi de verba da Covid ficam parados e parte segue represada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/r-80-bi-de-verba-da-covid-em-2020-ficam-parados-e-parte-segue-represada.shtml>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

GERBAUDO, P. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GRUPO DE GEOGRAFIA URBANA CRÍTICA RADICAL. (Org.) *Crise Urbana e pandemia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.



HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ISTO É. Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários. *Isto é*, 2 de abril de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KLEIN, N. *Não basta dizer não*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

KORYBKO, A. *Guerras híbridas: das revoluções aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne II – Fondements d’une sociologie de la quotidienneté*. Paris: L’Arché, 1962 (1961)

_____. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *O direito à cidade*. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008. (1968)

LEVITSKI, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2019.

LÖWY, M. Tempos de barbárie pedem ousadia. *Revista Jacobin*, São Paulo, dez. 2020.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: ed. n-1, 2018.

JORNAL O GLOBO. Guedes diz que dólar alto é bom: empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>>. Acesso em: 10 out. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise*. São Paulo: Planeta, 2019.



RIZEK, C. Política Habitacional e Políticas Sociais -- urgências, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. (Org.) *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Educação contra a barbárie*. Palestra na Universidade Federal da Bahia, 2021.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTOS, B. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SHIMBO, L. et al. (Org.) *Minha casa... e a cidade?* Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA JUNIOR, N. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico e pacto social”, de Hélio Pelegrino ao ‘E daí’ de Jair Bolsonaro. In: *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SIMONI, C. “A Covid-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil”. In: *Covid-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH USP, 2020. p.25.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

_____. *O Lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

SOLANO, E. et. al. (Org.) *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2019.

STREECK, W. *Tempo comprado*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, Campinas, v.25, n.1, p.63-96, jan.-abr. 2019.



TERRA. CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas. 6 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1bf13976b2f303f61b5e9c718ee38cdc8dw5npf.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

UOL Notícias. UOL. Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP. UOL, 5 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticis-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Paulo Guedes critica educação pública e diz que instituições públicas ensinam sexo para crianças. São Paulo, 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/22144_paulo-guedes-critica-educacao-publica-e-diz-que-instituicoes-ensinam-sexo-para-criancas.html>. Acesso em: 10 out. 2021.



9. Planejamento e reestruturação urbana produtiva da metrópole em tempos de pandemia

Isabel Pinto Alvarez



Como apontado nos capítulos que antecedem a este, a mortalidade provocada pela expansão em nosso território do Sars-Cov2, vírus causador da Covid-19 no país, foi profundamente desigual. Atingiu de forma mais intensa a classe trabalhadora de baixos rendimentos, cujas moradias precárias, e em geral compartilhadas, dificultou e impediu a possibilidade de realização da medida básica de prevenção ao contágio do vírus: o isolamento social. A pandemia não fez surgir a desigualdade, mas ela a escancarou, assim como tornou mais evidente que na nossa sociedade certos corpos importam mais, têm mais direitos que outros impondo à grande maioria a necessidade de lutar muito e, certamente, contar com uma boa dose de sorte e/ou a solidariedade, para manter-se viva.

No primeiro semestre de 2021, as iniciativas e insistência da prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento (Smul) de levar a cabo o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico do município num dos piores momentos da pandemia, foram justificadas pela necessidade de cumprir uma determinação legal, prevista no calendário estabelecido pelo próprio Plano Diretor de 2014. Naquele momento, o aprofundamento da crise urbana já se mostrava evidente no aumento expressivo da população em situação de rua, no fechamento de atividades comerciais e de serviços de pequeno porte, na generalização da fome. Mas nenhuma dessas condições entrou em pauta ou discussão no Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU);¹ como se a produção da

1 O Plano Diretor Estratégico de São Paulo foi instituído pela Lei n.16.050/14 e define os princípios, diretrizes e instrumentos da política urbana do município e, portanto, a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Entre outras ações, prevê a necessidade de monitoramento das políticas realizadas, a revisão parcial em 2021 e a gestão compartilhada da política urbana através dos conselhos. O CMPU foi definido pela Lei n.13.430/2002, o primeiro Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Elaborado e aprovado a partir dos princípios e diretrizes da lei federal conhecida como Estatuto da Cidade, aprovada em 2001. O regimento interno do conselho é de 2003, e nele se encontra definida a atribuição do órgão, bem como sua composição. A lei e informações sobre o plano diretor e o CMPU pode ser acessadas via página da gestão

cidade, como se suas condições reais e concretas nada dissessem a respeito da preservação da vida, tão assustadoramente ameaçada, pela pandemia. Partindo de questões levantadas diante dessa situação, as reflexões apresentadas neste capítulo não têm como objetivo central uma análise sobre a pandemia, e sim a discussão de conteúdos sobre o processo de reprodução da metrópole de São Paulo que foram, assim como as desigualdades, escancarados pela pandemia. Significa afirmar que num período em que a saúde pública e a assistência social requeriam atenção total dos órgãos do governo de São Paulo, a atenção era dividida pelo debate sobre o plano diretor. A produção do espaço urbano e, especificamente, das metrópoles é totalizada pelos conteúdos, em movimento, da reprodução social do capital. Tal assertiva não restringe a análise da produção do espaço urbano como mero resultado de forças e relações econômicas e políticas; antes implica a inserção do próprio espaço e da sua produção como dimensões fundamentais que alimentam e condicionam a reprodução do capital e as transformações no âmbito do poder político. Os planos e normas urbanísticas compõem esse processo, à medida que orientam e/ou disciplinam o adensamento, os usos, a ocupação do espaço, reconhecendo e induzindo as diferenciações e desigualdades.

A hipótese que fundamenta a discussão não é absolutamente nova, tendo sido apresentada, por exemplo, por Lefebvre (2004; 2013) e desenvolvida por Carlos (1994; 2011), Santos (2006), entre outros. Nesse sentido, a discussão aqui empreendida retoma a noção de mobilização do espaço (Lefebvre, 2016; Alvarez, 2019) para situar a reprodução da metrópole de São Paulo como produto e expressão de metamorfose-crise do capital, do Estado e do trabalho, num movimento que reconfigura a metrópole, tecendo uma trama mais complexa da divisão territorial do trabalho, pois ao mesmo tempo em que reforça a centralidade dos grandes negócios em fragmentos da metrópole, desenha a produção de novas centralidades e periferias, acentuando o processo de hierarquização e fragmentação do espaço.

Esse movimento tem sido analisado por alguns autores como mero reflexo da reestruturação produtiva, processo em curso no Brasil e especialmente na metrópole de São Paulo desde meados dos anos 1980. Enten-

urbana da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>.

demos que o processo de reestruturação produtiva se consubstancia como uma das dimensões da transformação estrutural do capital a partir da década de 1970, ao lado do neoliberalismo e da importância que as rendas e finanças adquirem no processo de acumulação. Apresenta uma dimensão técnico-produtiva, com a incorporação (desigual entre os diferentes setores de produção e no interior das cadeias produtivas) da microeletrônica, de sistemas operacionais, da produção de informação e comunicação online, na produção e na gestão do processo de produção, modelando uma nova organização do trabalho. Nesse último aspecto têm se revelado, sobretudo, novas formas de controle e precarização das relações de trabalho, uma vez que a incorporação de novas tecnologias e sistemas produtivos não se autonomiza das relações sociais de produção, indicando os vínculos da reestruturação produtiva com a crise do capital. Nesse sentido, desde os anos 1970, a reestruturação produtiva tem se caracterizado pela terceirização da produção, pela paulatina privação dos direitos do trabalhador e pela redução e reorganização das plantas industriais, num claro movimento de ofensiva do capital, intrínseco à sua crise, na busca por ampliar ou manter as taxas de lucro. Tal processo tem claros vínculos com reorganização da divisão social e espacial do trabalho, com a luta de classes e com o deslocamento de capitais para novos setores e a reorganização da atividade produtiva fabril. Nas áreas urbanas, sobretudo nas metrópoles, tem sido observado o fechamento ou deslocamento de unidades fabris, a reorganização das cadeias produtivas com a terceirização da produção e a maior centralização do capital, a diminuição do emprego industrial formal e a obsolescência de antigos espaços de produção industrial, consubstanciando-se, de fato, como um movimento que implica em transformações socioespaciais.

Mas a hipótese que conduziu nossa reflexão é a de que há uma reestruturação urbana produtiva em curso na metrópole de São Paulo na qual o Estado e o próprio plano (no caso, o Plano Diretor Estratégico) emergem como mediações fundamentais na representação e concretização desse processo. A reestruturação urbana produtiva implica considerar o espaço da metrópole como força produtiva em movimento, abrindo novas fronteiras de expansão do capital (a despeito das suas contradições), aprofundando a segregação socioespacial, fortalecendo o domínio do Estado.

Em momento anterior (2014) nomeamos como plasticidade da metrópole a emergência de significativas transformações espaciais desde meados dos anos 1990, ainda observadas em fragmentos, como necessidade de produção de um novo espaço que respondesse às necessidades da passagem de uma metrópole constituída pela força e da atividade industrial, para um novo momento no qual as rendas e as finanças tornaram-se hegemônicas no processo de acumulação. Consideramos que esse processo, hoje, é extensivo à metrópole, marcado por intervenções e processos diferenciados, produzindo novas centralidades e periferias, mas aprofundando o sentido produtivo² da produção do espaço. Com instrumentos urbanísticos criados sob a perspectiva de uma gestão democrática da cidade e da distribuição social de ganhos imobiliários, o que a reestruturação urbana produtiva parece revelar é, contraditoriamente, a negação da possibilidade de justiça espacial e/ou da produção mais equitativa, justa e solidária da metrópole, posto que reitera os fundamentos da produção do espaço como mercadoria e a propriedade privada, em detrimento das necessidades e desejos de uma vida humana e urbana digna para todos. A pandemia da Covid-19, com seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos, escancarou essa condição, tornando ainda mais evidente a dimensão produtiva e funcionalizada da produção do espaço e o papel do Estado na condução desse processo.

A densa e extensa área urbanizada da metrópole de São Paulo se apresenta também como valor, como trabalho materializado, mas que comporta desigualdades na sua composição, ora expressando e viabilizando circuitos de capitais que se produziram em períodos anteriores e que continuam em circulação (ou não), ora indicando a emergência de novos circuitos de produção e realização de capitais que se concentram em fragmentos da metrópole, produzindo centralidades distintas. Essa tensão entre a condição já produzida e os novos espaços de produção e circulação do capital, requerem a ação do estado, que exerce o domínio sobre o espaço, normatiza, e produz as representações do espaço através dos

2 Aqui entendido como produtivo do ponto de vista da acumulação; portanto, não apenas gerando a produção de novos valores, mas incorporando as rendas possíveis e a articulação dessa produção com os instrumentos e mecanismos do processo de financeirização.

diferentes planos. Num primeiro momento, o processo se realiza em perímetros específicos, nos quais instrumentos urbanísticos são testados, e os investimentos públicos são direcionados, procurando mobilizar a produção do espaço como central no processo de acumulação. As operações urbanas dos anos 1990 em São Paulo são expressões significativas desse momento e representam a vanguarda da produção de espaços financeirizados na metrópole (Alvarez, 2017). Nos últimos anos, seja pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo ou pelo Estatuto da Metrópole de 2015 (Lei Federal n.13.089/2015), em que pese maior regulação inclusive sobre as operações urbanas, podemos observar que estamos diante de uma reestruturação urbana produtiva metropolitana, com a mobilização de periferias e a produção de centralidades hierarquizadas, ao mesmo tempo em que se reforça os centros de comando na capital, e abre-se cada vez mais espaço para os interesses e grupos privados no comando do processo de produção do espaço. Esse processo radicaliza a produção da cidade como negócio, ainda que direcione parte do fundo público criado pelos recursos oriundos desse processo (como explicaremos adiante) para a produção de habitação social. É, portanto, a mobilização dessa imensa massa de valor que é a metrópole de São Paulo, na tensão entre o espaço como condição pretérita e sua potência como meio para a realização do novo, abrindo novas possibilidades de produção do valor e de vínculos entre essa produção e o circuito das finanças que tornava imprescindível a continuidade da revisão do plano diretor estratégico, mesmo no momento mais crucial da pandemia e à despeito da manifestação de vários conselheiros do CM-PU,³ alertando para o fato de que grande parte da população estava preocupada em como sobreviver e não teria como participar efetivamente das discussões, tal como exigem as normas legais.

Nosso entendimento é o de que o Plano Diretor Estratégico como representação do espaço (Lefebvre, 2013) sinaliza para o processo possível de valorização e capitalização de rendas com a produção do espaço, ao definir e caracterizar as diferentes zonas da cidade e propor instrumentos urbanísticos diferenciados para transformá-las, induzindo a produção da tensão descrita acima, mesmo em fragmentos que ainda não eram consi-

3 Conforme as atas das reuniões do CPMU do primeiro semestre de 2021.

derados como novas fronteiras pelo setor imobiliário, ou nos quais os investimentos eram ainda incipientes. O desempenho do setor imobiliário, desde 2017 e mesmo durante a pandemia no âmbito do que se denomina segmento econômico, é comemorado pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (Secovi) como resultado do espírito empreendedor do setor, e também pela Coordenadoria de Planejamento Urbano e pela SMUL como resultado positivo do plano diretor de 2014 que induziu esse crescimento. Por tudo isso, o plano não pode parar; há uma reestruturação urbana produtiva da qual ele é parte em curso, o que inclusive ajuda a compor o quadro das razões do aumento do número de pessoas em situação de rua, em plena pandemia, porque implica a radicalização da propriedade como mediação de acesso ao uso do espaço. Para proteger minimamente as pessoas e famílias que perderam o emprego e/ou tiveram diminuição de renda, e estavam ameaçadas de despejo e remoções coletivas, mais de 170 entidades e movimentos sociais se organizaram para lançar a campanha Despejo Zero, exigindo o fim dos despejos, como necessidade de proteção da vida, que resultou na publicação de uma Medida Cautelar em junho de 2021 e, em outubro da Lei Federal n.14.216/21.⁴ Tais normativas, no entanto, não impediram a grave situação de mais de 27 mil famílias terem sido despejadas entre março de 2020 e fevereiro de 2022. No estado de São Paulo, mais de 6 mil famílias foram despejadas nesse período, segundo informações publicadas pela Campanha Despejo Zero.⁵ Essa situação grave sinaliza para o fato de que todos os esforços do estado deveriam estar voltados para distribuição de recursos e elaboração de medidas que garantissem a

4 A primeira norma legal efetiva nesse sentido foi a ADPF 828, de junho de 2021, do Supremo Tribunal Federal, uma medida cautelar que proibia os despejos em razão da pandemia, até dezembro de 2021, prazo estendido para março e depois para junho de 2022. A pressão popular também movimentou o Congresso Nacional que aprovou, em seguida, projeto de lei da mesma matéria, mas o presidente Bolsonaro vetou e o congresso teve que quebrar o veto do presidente, para então promulgar a Lei n.14.216 em outubro de 2021 que proíbe os despejos e remoções no país, durante a pandemia.

5 Disponível em: <<https://www.campanhadespejozero.org/>> e <<https://uploads.strikinglycdn.com/files/ebb1e782-bb8b-47f9-82d2-1e747cb2bdfd/S%C3%ADntese%20Despejo%20Zero%20fevereiro%202022%20-%20final.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2022.

proteção à vida. Nesse sentido, o processo de revisão do Plano Diretor, ao seguir em outra direção, acaba por revelar os conteúdos contraditórios da reestruturação urbana produtiva da metrópole.

No próximo segmento do texto será apresentado uma descrição de parte dos conflitos em relação a esse movimento em curso, a partir da colocação em pauta do processo de revisão do Plano Diretor no CMPU, mostrando, de modo detalhado, como os conselheiros que representam os movimentos populares e entidades de classe (não empresariais) tiveram que insistir muitas vezes e criar estratégias para adiar a realização do processo, uma vez que nem mesmo o aumento do número de mortos pela pandemia foi considerado um argumento significativo para tal. No momento posterior, são apresentadas algumas reflexões sobre o plano diretor enquanto representação e concretude da reestruturação urbana produtiva em curso, destacando-se os chamados eixos de estruturação de transformação urbana (EETU) e os recursos do Fundurb de rua como expressões desse processo.⁶

O plano não pode parar

Em reunião ordinária realizada em fevereiro de 2021,⁷ o presidente do Conselho Municipal de Política Urbana do Município de São Paulo (CMPU) enfatizou que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estava se organizando para levar a êxito a revisão do PDE aprovado em 2014, conforme determinado pelo calendário presente no próprio plano.⁸ O CMPU é o conselho que deve acompanhar a execução

6 Embora na estrutura do Plano Diretor os Projetos de Intervenção Urbana (Pius) sejam considerados, ao lado das operações urbanas, como aqueles diretamente ligados à reestruturação urbana, optamos, neste momento, por fazer análise dos chamados EETU, porque eles revelam a metrópole como um todo no âmbito de uma reestruturação urbana produtiva

7 As atas das reuniões do CMPU encontram-se disponíveis em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpu/index.php?p=292716>.

8 O Plano Diretor Estratégico de São Paulo foi instituído pela Lei n.16.050/14 e define

do Plano Diretor e das políticas urbanas, bem como propor políticas e indicar instrumentos de sua realização.⁹ Uma preocupação expressa por vários conselheiros e até aventada pelo presidente, naquele momento, foi com a criação de reais possibilidades de participação da “sociedade civil” nos debates sobre a revisão do Plano Diretor, tendo a situação da pandemia da Covid-19 e a adoção, por parte do governo de São Paulo, de medidas de distanciamento social que proibiam a realização de reuniões, audiências e assembleias presenciais. É importante ressaltar que, em janeiro de 2021, a capital do Amazonas havia registrado uma tragédia humanitária sem precedentes com o relaxamento das medidas de isolamento e elevação paulatina do número de contágios e mortes, decorrentes da Covid-19, pelo surgimento da chamada variante delta do Sars-COV-2. Vários institutos de pesquisa e cientistas alertavam para a possibilidade de disseminação dessa variante pelo Brasil e para o perigo de que, sem as medidas protetivas, a situação de Manaus pudesse se repetir em outras cidades. De fato, o período foi marcado por situações desiguais de colapso do sistema de saúde no país, mas pela elevação generalizada do contágio e de mortos, de modo que em junho de 2021 o Brasil ultrapassou a marca dos 500 mil mortos pela Covid-19, e o estado de São Paulo chegou a registrar no mês de junho a média de 544 mortos por dia. O município de São Paulo, que

os princípios, diretrizes e instrumentos da política urbana do município, e orienta a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Entre outras ações, prevê a necessidade de monitoramento das políticas realizadas, a revisão parcial em 2021 e a gestão compartilhada da política urbana por meio dos conselhos. O CMPU foi definido pela Lei n.13.430/2002, o primeiro Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Elaborado e aprovado a partir dos princípios e diretrizes da lei federal conhecida como Estatuto da Cidade, aprovada em 2001. O regimento interno do conselho é de 2003, e nele se encontra definida a atribuição do órgão, bem como sua composição.

- 9 Mas chama a atenção que no regimento interno do conselho o verbo deliberar ou é praticamente inexistente nos artigos que definem suas atribuições do conselho, ou aparecendo como acompanhar, apreciar, debater, analisar, propor, que pode dar ao conselho um caráter mais ou menos protagonista nas decisões sobre a política urbana, em razão dos diferentes matizes políticos dos governantes em cada momento. Regimento Interno disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpu/index.php?p=154445>.

registrou 15.695 mortos no primeiro de janeiro de 2021, chegou 35.540 mortos em 31 de julho de 2021, um aumento de 126,4% no número de óbitos do período,¹⁰ mesmo com a vacinação em andamento. Além do número de mortos, o aprofundamento da crise urbana, manifesta pelo paulatino crescimento de moradores em situação de rua, pelos desempregados ou com empregos mais precarizados, pela extensão da fome, exigiria de todos os órgãos governamentais a preocupação com a salvaguarda da vida. Apesar do alerta da situação de Manaus em janeiro, nenhum conselheiro mostrou-se desfavorável à abertura do processo de revisão, embora muitos tivessem sido enfáticos na necessidade de garantir e ampliar a participação da população e mesmo do conselho no processo.

Na pauta da reunião seguinte, realizada em 8 de abril, quando o número de óbitos chegava a 23.750 (um aumento de 51,3% em relação a janeiro)¹¹ no município, novamente nenhuma discussão sobre a pandemia e a cidade foi pautada, mas o item 3 previa: “Apresentação do cronograma de trabalho de revisão de PDE”. Porém, a reunião foi marcada pela discussão em torno do pedido de adiamento da reunião, feito inicialmente por representante do movimento de moradia, e corroborado por outros conselheiros representantes dos movimentos sociais, das associações de bairro, e entidades de classe. A justificativa do pedido se pautou pelo não cumprimento legal dos prazos entre a convocação da reunião e distribuição dos documentos a serem analisados, de modo que, judicialmente, as deliberações da reunião poderiam ser contestadas e anuladas. O presidente do Conselho reconheceu a falha, mas ainda assim solicitou permissão precisamente para, apenas para dar conhecimento do cronograma proposto pelo Poder Executivo e, portanto, sem caráter deliberativo. Nesse momento, claramente os conselheiros mostraram-se contra os encaminhamentos para a revisão do plano diretor e uma conselheira enfatizou que a revisão deveria ser adiada porque a situação de pandemia impediria que o processo fosse realmente democrático e com ampla participação popular

10 Cálculo realizado conforme dados disponíveis em: <<https://www.seade.gov.br/coronavirus/#>>.

11 Cálculo realizado conforme dados disponíveis em: <<https://www.seade.gov.br/coronavirus/#>>.

e que muitas entidades¹² já tinham subscrito carta enviada ao senhor prefeito solicitando esse adiamento. O presidente acatou o pedido dos conselheiros e cancelou a reunião, porém, novamente, destacou a importância de realizar a revisão do PDE ainda naquele ano e informou que seria feito, por edital, um chamamento para que todas as entidades que quisessem, se inscrevessem para este processo de revisão, ampliando, a seu ver, as possibilidades de participação da sociedade.

De fato, o edital foi publicado no *Diário Oficial* da cidade¹³ no dia 10 de abril, marcando as ações do poder executivo ao início do processo de revisão do PDE, antes mesmo que o C MPU discutisse e aprovasse os objetivos da revisão, os encaminhamentos, a metodologia de participação popular e de sistematização das propostas, e o cronograma do processo.

A tensão entre o claro interesse do poder público de fazer a revisão do plano e as motivações dos movimentos sociais e entidades de classe continuou evidente em muitos momentos ao longo de 2021. Na reunião ordinária seguinte, a pauta mais envolvia, entre outros assuntos, a apresentação do cronograma de revisão do Plano Diretor (PD). O conselho estava incompleto, pois faltavam os membros Conselheiros Participativos Municipais representantes da sociedade civil, que, embora indicados, ainda não tinham sido empossados,¹⁴ o que caracterizaria um claro desrespeito à lei. Depois de tenso debate, as matérias deliberativas foram retiradas, mas o presidente manteve a apresentação da proposta de cronograma de revisão do PDE cujo calendário indicava o término em dezembro de 2021. Em seguida à apresentação, os debates continuaram com representantes insistindo na nulidade da reunião pela composição irregular do C MPU e leram a Carta assinada por 131 entidades, já mencionada acima, reforçan-

12 Trata-se de Carta encabeçada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e assinada naquele momento por 150 entidades que foi enviada ao então prefeito de São Paulo, Bruno Covas, solicitando o adiamento do processo de revisão do Plano Diretor de São Paulo. Disponível em: <https://www.iabsp.org.br/carta_aberta_regras_jogo_revisao_PDE.pdf>.

13 Governo do estado de São Paulo. Imprensa Oficial. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 66 (68)-15, publicado em 10 de abril de 2021.

14 Esses conselheiros tomaram posse somente na 64ª Reunião Ordinária, ocorrida em 24 de junho de 2021.

do a solicitação do adiamento da revisão do PDE, reforçando os argumentos sobre as imensas dificuldades que a população estava passando com a pandemia o que dificultava ainda mais a participação no processo. O município de São Paulo registraria naquele mês de abril, as maiores taxas de óbitos diários em toda pandemia.¹⁵

Todo esforço dos conselheiros até aquele momento foi ignorado, pois na reunião subsequente (64^a) do C MPU, quando houve a posse dos conselheiros representantes dos Conselhos Participativos, o presidente colocou em votação e discussão a minuta da proposta de revisão do Plano Diretor, causando profunda indignação entre os conselheiros da sociedade civil (excluindo-se os representantes da classe empresarial), que questionaram veementemente a legalidade e a legitimidade do ato. Ainda assim, o presidente colocou a minuta em votação e ela foi aprovada por 21 votos contra 17, sendo sua publicação (com modificações da 65^a reunião) no *Diário Oficial* em setembro de 2021, como Resolução SMUL.ATECC.C MPU/011/2021.¹⁶ Desse modo, em plena pandemia, sem discussão sobre os objetivos da revisão, e sem efetiva participação popular, estavam definidas as etapas, os instrumentos e o cronograma do processo de revisão do PDE que, de acordo com a resolução, deveria ser encaminhado à Câmara Municipal para votação em dezembro daquele ano.

Todo esse processo exigiu dos movimentos sociais, associações de bairro e outros, uma articulação com mais de 350 entidades em torno do movimento Frente São Paulo pela Vida,¹⁷ reivindicando o adiamento da revisão do PD, e conclamando para realização de ações e políticas de preservação da vida em função da crise social aprofundada pela pandemia. A força dessa organização social levou às descontinuidades do processo. A

15 Conforme dados disponíveis em: <<https://www.seade.gov.br/coronavirus/#>>.

16 C MPU- Ata da 64^a reunião ordinária. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cmpu/index.php?p=317777>. A aprovação dessa minuta resultou na Resolução SMUL.ATECC.C MPU/011/2021..

17 Movimento que agregou movimentos sociais, pesquisadores, entidades de classe, religiosas, para reivindicar o adiamento da revisão do PD. Carta de lançamento do movimento disponível em: <<https://www.mdm.org.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTA-DE-LANC%CC%A7AMENTO-FSPPV.pdf>>.

Defensoria Pública e o Ministério Público se posicionaram contra os encaminhamentos do processo de revisão,¹⁸ chamando atenção sobre a grave situação da pandemia, e o contrato com Fundação para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FTDE) da USP, realizada sem anuência do CMPU, e sem licitação, pelo valor de R\$ 3,5 milhões, apenas sob a justificativa de necessidade de suporte técnico para realização do diagnóstico do PDE, foi suspenso.¹⁹ Mesmo em meio a essa pressão, foram realizadas as reuniões de discussão temáticas, como previa o cronograma da resolução, até outubro de 2021, e somente na 66ª Reunião Ordinária do CMPU, com os conselheiros da sociedade civil se colocando contrariamente à realização das audiências públicas (que ocorreriam em continuidade), foi finalmente discutido e aprovado o encaminhamento à Câmara Municipal, do pedido de prorrogação de prazo para o processo de revisão do PDE, por um ano, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. Porém, a Câmara Municipal aprovou a prorrogação apenas até julho de 2022.

O histórico apresentado nos revela claramente que a reestruturação produtiva da metrópole exige uma articulação sólida entre o nível do político com o do econômico, contra o social. É indicativo do papel do Estado na gestão das vidas, como analisa César Simoni Santos em outro capítulo, que representantes de movimentos sociais, de associações de bairros, de entidades de pesquisa, de sindicatos, tenham que passar horas, num conselho, exigindo o cumprimento da lei; que tenham que reiterar a todo momento que durante a pandemia as desigualdades se acentuaram e que

18 Portal R7 Notícias. Defensoria recomenda revisão de suspensão do Plano Diretor. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/defensoria-recomenda-suspensao-da-revisao-do-plano-diretor-de-sp-20052021>>. Portal G1/globo. Ministério Público recomenda a prefeito Ricardo Nunes que adie as audiências públicas de revisão do Plano Diretor. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/10/ministerio-publico-recomenda-a-prefeito-ricardo-nunes-que-adie-audiencias-publicas-de-revisao-do-plano-diretor-de-sp.ghtml>>.

19 Representante CMPU questionou tal ato na 63ª Reunião Ordinária e a imprensa também registrou: Prefeitura de São Paulo contrata fundação, por R\$ 3,5 milhões, sem licitação, para revisar o Plano Diretor da cidade. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/07/prefeitura-de-sp-contrata-consultoria-por-r-35-milhoes-sem-licitacao-para-revisar-plano-diretor-da-cidade.ghtml>>. O contrato da prefeitura com a FTDE foi suspenso em agosto de 2021.

a participação popular estava comprometida, porque pelo menos 25% dos habitantes da cidade de São Paulo não tinham acesso à internet e porque as assembleias e audiências presenciais eram um risco à saúde pública e estavam proibidas. É importante considerar que os representantes de movimentos sociais e associações de bairro ocupam essas cadeiras em conselhos porque têm vínculos mais diretos com a população. Num momento crucial de pandemia, diante da ausência efetiva de medidas de proteção em ampla escala para a parcela da população trabalhadora de baixos rendimentos, como foi registrado,²⁰ esses movimentos tiveram que organizar sistemas de coleta e distribuição de alimentos e materiais de higiene, fortalecer redes de solidariedade, para minimizar a falta de renda e a fome, lidar com sofrimento de muitos, pela morte de familiares e amigos. No caso dos representantes do C MPU tiveram, ainda, que dividir o tempo buscando estratégias para adiar a revisão do plano diretor.

Esse processo deixa explícito que a forma política da igualdade e paridade entre os membros que compõem os conselhos participativos permite um campo de conflito e de luta, que é necessário, e produto, ele próprio, de luta e resistência.²¹ Mas ao mesmo tempo, ela torna o conteúdo da desigualdade das relações sociais de reprodução um campo cego, porque formalmente transforma em iguais o que é produto de uma desigualdade irresolúvel por essa forma política, o Estado, e é mesmo sustentada e reproduzida por ela. Uma manifestação clara dessa condição é o fato de

20 Em seminários, artigos, entrevistas, foi notória a articulação que os movimentos sociais buscaram estabelecer como rede de solidariedade para organizar medidas sanitárias protetivas, arrecadação de alimentos e outros nas comunidades mais afetadas pela Covid-19 e seus desdobramentos. A pesquisadora Monica Dowbor explicitou em webnário realizado pela Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp, que: “Na pandemia, os movimentos estão criando novas formas de resolver problemas que são públicos. Os movimentos sociais mobilizam as comunidades, ações solidárias, salvam vidas. Sistematizam informações e divulgam, organizam as comunidades para que elas possam lidar com problemas que acontecem” Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sxhksqaub9g&ab_channel=DireitosHumanosUnicamp

21 No caso da gestão das cidades no Brasil, o modelo dos conselhos participativos se consolidam, nos anos 2000, a partir da promulgação da Lei n. 10.257/2001, como resultado das lutas pela reforma urbana dos anos 1980 e da Constituição de 1988.

que os conselheiros que representam as associações empresariais pouco falaram nas reuniões e quando o fizeram foi para defender o cumprimento da pauta. Uma interpretação que parece plausível para o silêncio desses membros, é o fato de que seus interesses já estavam sendo defendidos pela SMUL. Harvey (2006, p.86), discutindo uma teoria marxista do Estado, aponta que

[...] uma forma particular de Estado – que podemos chamar de democracia social burguesa – está bem aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção. Este tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho

O processo descrito corrobora a análise de Harvey e escancara os limites e contradições da forma de uma gestão supostamente compartilhada da cidade enquanto real possibilidade de transformação dos fundamentos da produção do espaço urbano como negócio, processo no qual o espaço é mobilizado para situar-se diferencialmente, entre os setores, como produtor de mais valia (D_M_D') e de rendas (D-D'), tal como indicou Lefebvre (2016). É esse movimento que fundamenta a ideia de uma reestruturação urbana produtiva em curso na metrópole de São Paulo e que se revela como fundamental no processo geral de reprodução do capital. A partir das colocações de Harvey (2006), observamos que frações da classe dominante disputam e reafirmam seus interesses, por vezes conflituosos, na infinidade das instâncias e aparelhos que compõem o Estado. Desde 2006 o setor imobiliário (especialmente construtoras, incorporadoras) vinculado à construção de edifícios vem ganhando maior peso no conjunto do setor, a partir de estratégias de financeirização e de políticas do governo federal (juros baixos, crédito imobiliário, programa de Minha Casa Minha Vida, por exemplo), conquistando um papel significativo na composição do PIB brasileiro²² e na geração de empregos, de tal sorte que se pode considerar que as lideranças empresariais do setor se constituem

22 Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Disponível em: <<https://cbic.org.br/estudos/>>.

numa fração de classe importante e atuante junto à diferentes instâncias de poder do estado,²³ uma vez que se trata de uma atividade econômica cuja realização depende diretamente dos parâmetros legais do zoneamento, do parcelamento, e das normas de uso e ocupação do solo. Tal situação é indicativa do peso da mobilização do espaço, e da importância das políticas espaciais e instrumentos urbanísticos que abram ou ampliem novas fronteiras de crescimento para o setor.

Entendemos que essa condição estratégica da produção do espaço fundamenta a insistência na continuidade de revisão do plano diretor de São Paulo, à revelia de um momento de pandemia e de uma crise econômica, política e social no país, sem precedentes. Uma parcela da sociedade, representada pelos conselheiros de movimentos sociais, entidades de classe e associações de bairro teve que se desdobrar, insistir, ampliar as bases de pressão social, para que uma certa descontinuidade no processo se efetivasse. Tal condição ilumina a profunda desigualdade (ainda que sob a igualdade do número de membros) de um lado e, de outro, as armadilhas e contradições postas pela participação de movimentos sociais nos mecanismos e fóruns institucionais do Estado. De um lado essa participação traz à tona os conflitos e lutas pelo espaço, desnaturalizando os processos de produção das desigualdades socioespaciais, e pode gerar a aprovação de políticas mais distributivas e isso é importante. A disputa pela distribuição da parte da riqueza social que é conduzida pelo Estado é uma dimensão da resistência popular, ainda mais num país com desigualdades socioespaciais tão profundas como o nosso. Mas as pautas e discussões colocadas o são nos termos do estado, de sua burocracia, normas e ritos, abrindo poucas possibilidades de pensar um horizonte utópico de formação de uma outra sociedade e um outro espaço.

23 No caso do C MPU-SP, por exemplo, há representantes da Abrainc, do Secovi, do Sinduscon, do Sinaenco, entidades empresariais diretamente ligadas ao setor imobiliário, além da ACSP e da Fecomercio, entidades do setor de comércio e serviços, inclusive os do setor imobiliário.

A reestruturação urbana produtiva em marcha

As normas urbanísticas e planos urbanos, entendidos como parte das políticas espaciais, como parte das representações do espaço concebidas no plano de uma lógica da reprodução das relações sociais de produção, são condição fundamental para o entendimento da produção do espaço urbano capitalista pois constituem-se em mediações práticas que orientam a distribuição de volumes, formas e estruturas, ao mesmo tempo em que formalmente estabelecem, em alguns casos, as fontes de financiamento (público, privado, organismos internacionais, por exemplo), a responsabilidade sobre a realização e/ou manutenção dos projetos, e essa condição torna possível a percepção da configuração futura de fragmentos do espaço urbano e de sua relação com a totalidade desse espaço. Nesse sentido, ao abordarem diretrizes de uso e ocupação do solo, apontarem densidades, atividades e usos, potencializam o caráter especulativo da propriedade da terra, que é dado pelo monopólio de acesso a frações do espaço que a propriedade denota.²⁴ Na produção do espaço urbano, sobretudo nas metrópoles, os ganhos com o monopólio da terra pela propriedade são potencializados pelo processo de valorização do espaço, pela enorme quantidade de trabalho e materiais fixados ao solo, que funcionam como o lastro da especulação, seja no processo de expansão da mancha urbana, seja na reprodução de seus fragmentos. Evidentemente essas normas e planos em si não definem o processo; é preciso que haja, por exemplo, políticas de crédito imobiliário e investimentos públicos em infraestrutura urbana, e mesmo assim nem sempre há correspondência absoluta entre as representações postas nos planos e normas urbanísticas e o resultado alcançado, seja porque a prática socioespacial se impõe e cria possibilidades de apropriação, mesmo onde a rigidez do desenho e da funcionalidade não previam, seja porque os interesses envolvidos na produção do espaço se confrontam, seja porque o plano cumpre, pela representação do espaço, o papel de mobilizar a propriedade, como um primeiro momento do

24 Conforme Harvey (1990, p.370) “*El comprador adquiere un derecho sobre ingresos futuros previstos, un derecho sobre los frutos futuros del trabajo. En pocas palabras, el derecho a la tierra se convierte en una forma de capital ficticio*”.



processo, produzindo uma corrida pelo solo urbano em certos fragmentos, que muitas vezes se faz de modo silencioso, mas, por falta de investimentos públicos, por exemplo, as obras privadas também não se realizam na velocidade e modo como foi projetado.

Nesse sentido, não se pretende dissecar as normas e planos urbanísticos de São Paulo, nem afirmar que sejam a razão absoluta das transformações espaciais, mas localizar e explorar a ideia de uma reestruturação produtiva em marcha na metrópole de São Paulo, da qual elas constituem partes fundamentais. Tal reflexão parece indicar que se as operações urbanas representaram o pioneirismo desse processo, e indicavam a produção de fragmentos do espaço a partir da excepcionalidade da norma, atualmente é a flexibilização dos instrumentos e normas que orienta o processo e, desse modo, mobiliza diferencialmente a metrópole como um todo, como força produtiva.

Localizamos nos anos 1990 um importante marco no desenvolvimento desse processo, quando foi promulgada a Lei n.11.732/95, que instituiu a Operação Urbana Faria Lima. Em meados dos anos 1970, segundo Nobre (2019), começou a ser discutida por técnicos e órgãos do poder público a adoção de instrumentos urbanísticos que de um lado estimulassem a atividade imobiliária em vazios urbanos localizado em áreas urbanizadas, bem como o princípio de que seria importante extrair da atividade imobiliária parte do valor do qual ela se apropria pelo benefício da infraestrutura urbana, fixando um coeficiente de aproveitamento, em um determinado valor e permitindo a construção adicional, desde que houvesse uma contrapartida ao poder público. Esse mecanismo foi cunhado à época de “solo criado”. Os recursos obtidos com esse mecanismo seriam investidos em obras de infraestrutura e equipamentos públicos. Ainda que o conceito tivesse se disseminado, especialmente entre técnicos, arquitetos, urbanistas e mesmo na imprensa, a primeira manifestação legal dele aparece no Plano Diretor de 1985, reconhecendo a incapacidade do Estado de gerir, investir e melhorar as condições urbanas de São Paulo, apresentando a proposta de várias operações urbanas distribuídas no conjunto da cidade, já dentro da perspectiva de parceria público-privada e tendo a flexibilização do zoneamento e a cobrança pelo solo criado como instrumentos-chave da proposição.

Mas com a mudança da administração municipal, em 1986, foi instituída pela Lei n.10.209 (depois alterada pela Lei n.11.773/95) a Operação Interligada (OI), também conhecida como Lei do Desfavelamento, que previa a possibilidade de alteração pontual de zoneamento, índices construtivos e taxa de ocupação de terrenos nos quais estavam assentadas favelas, mediante a construção de habitações sociais. Segundo Nobre (2019), por meio da Lei foram removidos favelas e cortiços de áreas valorizadas da cidade, especialmente no setor sudoeste. Aqui pode ser apontada a gênese desse processo no qual o poder público cria mecanismos de arrecadação a partir da produção do espaço e, no caso, claramente com uma política de segregação socioespacial.²⁵

Mas foi a Operação Urbana Faria Lima,²⁶ que se revelou como instrumento urbanístico de grande potencial na produção do espaço sob a égide de grandes capitais. A partir de um conjunto de obras que seriam construídas pelo poder público dentro de um perímetro previamente definido, o instrumento viabilizava a articulação entre o poder público, os proprietários de terra, os construtores e incorporadores imobiliários e o setor financeiro, mediante os Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac), resultando na produção de uma nova centralidade seletiva e hierarquizada, que abrigaria a sede das principais empresas do país e que mudaria os usos e práticas socioespaciais diretamente no âmbito da operação, sinalizando para a potência desse instrumento urbanístico na produção do espaço.²⁷ Se a Lei das Operações Interligadas permitia uma flexibilização pontual da Lei de Zoneamento, a Lei de Operação Urbana, por sua vez, permitia estender essa condição a um

25 Segundo o relatório da CPI da Câmara Municipal de São Paulo que investigou as operações interligadas, houve irregularidades no cálculo das contrapartidas, de modo que a situação mais comum encontrada nos casos analisados foi a avaliação abaixo do valor de mercado. Além disso, o relatório aponta que algumas das habitações entregues como contrapartida estavam inacabadas e outras apresentavam a metragem menor do que a que fora determinada pelo Termo de Compromisso.

26 Instituída inicialmente pela Lei n.11.732/95 sendo reformulada, para adequação aos princípios do Estatuto da Cidade, em 2004, com a promulgação da Lei n.13.769/04, passando a se chamar Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL)

27 Importante referência no debate sobre esse tema é o livro de Carlos (2011)

perímetro previamente delimitado na cidade a partir do mecanismo da outorga onerosa do direito de construir. A incorporação da outorga onerosa do direito de construir, dos Cepac e das operações urbanas na Lei Federal n.10.275/01, o Estatuto da Cidade, mostra o pioneirismo desse instrumento (que passou a ser chamado de Operação Urbana Consorciada²⁸) e a potência revelada por sua efetivação.

Desde então as OUC têm sido incorporadas a grande parte dos planos diretores municipais, ainda que não sejam regulamentadas e colocadas em prática. Esse aspecto revela uma particularidade do modo como o planejamento urbano vem se desenhando no Brasil, sobretudo a partir do Estatuto da Cidade, numa articulação entre a perspectiva totalizante do plano diretor e a inserção de instrumentos que possibilitam a mobilização e valorização de fragmentos específicos da cidade, a partir da participação ativa do setor imobiliário e o financeiro. Num primeiro momento, a elaboração e efetivação de instrumentos como as OU pareciam revelar o abandono dos planos urbanos de regulação e direcionamento do crescimento urbano e infraestrutura, dentro de um quadro de crise de acumulação e neoliberalismo, no qual a produção do espaço foi ganhando destaque no deslocamento de capitais excedentes, pois como aponta Lefebvre (2016), pela produção do espaço, o capital busca contornar a tendência de queda da taxa de lucro, tornando-se um setor de destaque na economia e, ao mesmo tempo, por ser uma produção que mobiliza a propriedade, ela envolve a possibilidade de obtenção de rendas. Nesse sentido, o planejamento do que nomeei como espaços de exceção tornou-se a política espacial típica das últimas décadas, dentro de um marco político neoliberal e profundamente mercadológico, mas, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, esses espaços de exceção não precisam estar dissociados de uma visão e proposta de conjunto do espaço urbano, nem de propostas de cunho distributivo e de caráter social. Ao contrário, reconhecendo as condições diferenciadas e desiguais do espaço urbano, é possível identificar distintos tipos de intervenção, bem como elencar instrumentos urbanísti-

28 Assim chamada porque, pela lei, as OUC devem ter a condução pelo poder público, em consonância com os interesses privados e a sociedade civil, prevendo que o ritual da operação seja acompanhado por um conselho gestor e que haja mecanismos de participação popular.

cos variados, compondo diversas possibilidades de investimentos e ritmos na mobilização do espaço. Aqui importa o espaço como condição e suas qualidades distintivas, contendo a produção e circulação de diferentes capitais e se realizando como parte desses ciclos.

No caso da metrópole de São Paulo, são exatamente suas extensão, densidade, diferenciação e desigualdade que viabilizam sua reprodução como força produtiva, e inclusive as centralidades seletivas e financeirizadas, aqui também chamadas de espaços de exceção, como a produzida pela OUCFL. O PDE e a lei de zoneamento atuais de São Paulo parecem indicar esse processo, ao reconhecerem qualidades distintivas em fragmentos espaciais por toda metrópole e apontarem para suas transformações com instrumentos diferenciados, delineando uma reestruturação urbana produtiva, que se consubstancia, inclusive, com o princípio de que ela deve ser autossustentada, mediante mecanismos que transfiram parte dos recursos advindos do processo para o fundo de desenvolvimento urbano.

O atual PDE de São Paulo foi elaborado nos marcos do Estatuto da Cidade,²⁹ com um processo híbrido de consulta e participação popular (digital e presencial), e se expressa como produto de forças sociais distintas na luta pelo espaço. Alguns aspectos considerados avanços na condução da política urbana (como a cota solidariedade e a destinação de verba do Fundurb para produção de moradia social) são fruto de intensa e extensa tradição de movimentos populares urbanos em São Paulo, que mobilizaram forças para garantir as letras no texto, expressando a busca por maior justiça espacial na metrópole. Mas o plano deve ser lido enquanto uma representação do espaço e, portanto, como parte das relações sociais de poder e dominação da sociedade brasileira. Nesse sentido, se inscreve no seio das contradições da produção do espaço e nos limites e marcos da propriedade privada que, nem de longe é ameaçada pelos marcos da lei. Aliás, contraditoriamente é reiterada, o que fundamenta a segregação socioespacial e coloca claros limites nas possibilidades efetivas de apropriação do espaço. Como dissemos anteriormente, não cabe aqui uma disseca-

29 Neste sentido ratifica os princípios da função social da cidade e da propriedade, bem como da gestão democrática da cidade, além de se apresentar como instrumento de alcance da maior equidade urbana e ambiental. Para maiores informações, consultar o texto da lei de implantação do PDE.

ção do PDE, mas iluminar alguns pontos chave que nos parecem indicar a existência de um processo de reestruturação produtiva em curso.

Partindo do pressuposto de que o Estado deve regular a atividade imobiliária urbana e extrair dessa parte dos ganhos que conquista com os benefícios da infraestrutura urbana, é que alguns instrumentos urbanísticos vêm sendo pensado e aplicados desde a década de 1970 (na França e algumas cidades norte-americanas, por exemplo), entre os quais a outorga onerosa do direito de construir (OODC). Em linhas gerais, regulamenta-se um coeficiente básico de aproveitamento dos terrenos e um coeficiente máximo (por terreno ou por zona). A permissão para a edificação acima do coeficiente básico é dada com o pagamento da outorga onerosa pelo empreendedor, uma vez que ele se beneficia do adensamento permitido (diminuindo, por exemplo, o peso do custo do terreno no empreendimento).

Em São Paulo, foi com as operações urbanas dos anos 1990, notadamente a Faria Lima, que o instrumento da OODC foi colocado em curso, com uma vinculação diretamente ao mercado financeiro, uma vez que o poder público passou a vender os estoques de potencial construtivo no perímetro da operação urbana, como títulos mobiliários, que poderiam ser revendidos na bolsa de valores (os Cepac). Essa fórmula se nacionalizou ao ser incluída no Estatuto da Cidade em 2001, tornando possível sua inserção nos planos diretores municipais. Assim, ela foi inserida no PDE de 2002 e na Lei de Zoneamento de 2004, que incluía a definição de um Estoque de Potencial Construtivo Adicional por distrito. Assim, o empreendedor deveria observar o coeficiente de aproveitamento básico e o de aproveitamento máximo por zona, bem como a disponibilidade no Estoque de Potencial Construtivo Adicional (art. 212 da Lei n.13.430/02). Esse mecanismo orientou e fomentou, por exemplo, um intenso processo de verticalização na Mooca, Vila Formosa e Vila Prudente, antigos bairros operários, que mesclavam a presença de indústrias com casario popular, favelas e cortiços. A implantação da linha verde do metrô com a inauguração da estação da Vila Prudente em 2011 foi um indutor do processo, de modo que em 2012 praticamente já não havia potencial construtivo disponível nesses três distritos.³⁰

30 Geosecovi. Informativo Estoques de Outorga Onerosa. Julho de 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/isabe/Google%20Drive/Isabel/GESP/IEA/2021/outorga/outorga-res-201207.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2022.

No PDE atual, definiu-se a outorga onerosa para o conjunto da cidade, sendo o coeficiente básico 1 e o máximo 2, com exceções nas áreas de operações urbanas, e áreas de intervenção urbana, na macrozona de proteção ambiental (máximo 2,5) e nos Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU), cujo coeficiente máximo chega a 4. Como um dos princípios que norteiam o PDE é adensar as áreas com infraestrutura de transporte, com a justificativa de melhorar a mobilidade urbana, foram traçados perímetros de influência já existentes e previstos, em torno de sistemas de transporte, como trem, metrô, corredores de ônibus, considerando 150 m ao lado de cada faixa de corredor de ônibus e 400 m no entorno de estações de metrô ou trem. Observa-se, portanto, que nesses eixos o potencial construtivo é o dobro do restante da cidade e as normas construtivas como: cota parte (diferenciada em função da macrozona na qual o eixo está localizado), compensação para usos mistos, fachada livre, fruição pública, calçadas mais largas, menos garagem são apresentadas como possibilidade de maior adequação entre os objetivos sociais (adensamento junto aos transportes) e a forma urbana.

Ao contrário das operações urbanas, que se encontram situadas na Macroárea de Estruturação Metropolitana, os EETU abrangem também macroáreas diferenciadas, fora das centralidades de comando da capital paulista (Centro, Avenida Paulista e eixo Faria Lima-Berrini/Nações Unidas), e dos grandes eixos de estruturação metropolitana, ao longo dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, de modo a compreender amplos setores de periferia. Nesse sentido, ao criar essa política de fomento ao adensamento residencial e de serviços, abriu-se uma nova fronteira de possibilidades ao setor imobiliário, ainda que sob a regulação das normas previstas no plano. Tal possibilidade parece ter dado ao segmento imobiliário uma oportunidade de, aproveitando o momento de juros baixos e oferta de crédito imobiliário, investir nessa nova fronteira de expansão. Segundo dados do Secovi,³¹ nos últimos anos a maior oferta de imóveis na cidade de São Paulo é de apartamentos entre 30 m² e 45 m², relacionado ao que chamam

³¹ Consultamos vários documentos, mas aqui nos pautamos especificamente pelo de dezembro de 2020, tendo em vista a aprovação do Plano Diretor em 2014 e a Lei de Zoneamento de 2016 e o período que a própria entidade considera para tratar de imóveis novos, que é de 36 meses.

de segmento econômico. Observa-se nos mapas produzidos pela entidade em 2020 que há um eixo de expansão desses imóveis que vai claramente da Lapa, passando pela Vila Mariana até Santo Amaro, em distritos cuja atividade imobiliária desses tipos de apartamentos mescla-se com os lançamentos de imóveis de três ou quatro dormitórios. Já partindo da Mooca em direção à Zona Leste, também se observa um eixo com as unidades de imóveis desse segmento, com uma presença muito menor de lançamentos de imóveis de três ou quatro dormitórios. Só para termos ideia da importância desse processo, em dezembro de 2020, do total de unidades lançadas na cidade de São Paulo, que foi de 46.948, 41.432 estavam entre as de um ou dois dormitórios, ou seja, mais de 88%. Desse total, 16.961 (36,1%) foram lançadas na Zona Sul e 13.271 (28,2%), na Zona Leste, totalizando 64,3% dos imóveis lançados. Isso não significa que todo esse movimento do mercado imobiliário é resultado direto dos EETU, mas certamente eles têm papel significativo nesse processo, como foi reconhecido em material apresentado na 36ª reunião extraordinária do CMPU.

Desse modo, consideramos que os EETU se configuram atualmente como dimensão ativa da reestruturação urbana produtiva, abrangendo fragmentos da metrópole que já vem se constituindo em centralidades periféricas, como Itaquera (Alves; Scarlato, 2018), por exemplo. Para além dos possíveis ganhos com esse adensamento para a cidade, o processo certamente produz uma valorização do espaço e baseia-se em empreendimentos privados, destinados ao mercado, ainda que parte deles esteja relacionada a programas de habitação social. Nesse sentido, compreende-se que o aumento expressivo da população em situação de rua³² seja o negativo do processo.

Num ano de pandemia, o mercado imobiliário não parou. A Tabela 1, com os valores das outorgas onerosas, por ano, dá uma dimensão da grandeza do que temos chamado de reestruturação urbana produtiva.

32 Segundo o Censo da População de Rua, realizado pela prefeitura de São Paulo, há mais de 31 mil pessoas em situação de rua. No entanto, na coleta de dados não foram considerados os que vivem sob viadutos. O Pe. Julio Lancelloti, da Pastoral do Povo da Rua, em redes sociais questionou veementemente esse número dizendo tratar-se de uma população muito mais numerosa.



Tabela 1 – Evolução de arrecadação da Outorga Onerosa – São Paulo

Ano	Valor arrecadado em R\$
2004	6.653.138,14
2005	41.070.672,77
2006	64.725.120,28
2007	99.937.329,76
2008	118.127.457,69
2009	115.928.337,49
2010	189.808.305,19
2011	339.961.202,76
2012	203.047.680,55
2013	300.833.739,93
2014	206.776.881,50
2015	249.973.491,46
2016	209.947.937,53
2017	210.187.562,35
2018	335.075.268,32
2019	741.373.274,58
2020	542.877.159,42
2021	880.157.204,24

Fonte: Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/fundos/fundurb/index.php?p=202443>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Observa-se que após 2009, há um aumento com valor da arrecadação com as outorgas, sugerindo que, ao menos em parte, esteja associada ao Programa Minha Casa Minha Vida. Mas depois de 2017, o valor arrecada-

do sobe substancialmente. Se, de um lado, isso pode representar a decisão acertada de cobrar do setor imobiliário pelo direito de construir, de outro, pelo visto, esse custo foi repassado em alguma medida, já que a atividade imobiliária não arrefeceu, mesmo durante a pandemia.

Esses recursos são depositados no Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb),³³ que foi criado com o objetivo que acolher fundos para financiar o desenvolvimento urbano. A outorga onerosa constituiu-se na maior fonte de receita do fundo e por isso sua gestão é da maior importância no destino dos valores arrecadados. O PDE e o regimento do Fundurb definem que a maior parte dos recursos seja orientada para produção de habitação de interesse social e obras de relacionadas ao sistema de transporte e mobilidade urbana, mas em 2020 o fundo acumulou mais de 1 bilhão de recursos, sem que fosse destinado a esses fins.³⁴ Chama a atenção nesse aspecto o crescimento das receitas do fundo nos últimos anos: entre 2014, ano da aprovação do PDE, e 2017, a arrecadação se manteve estável, um pouco acima dos 200 milhões anuais. Mas a partir de 2018 esses valores apresentaram franco crescimento, chegando a mais de 880 milhões de reais em 2020, acompanhando o crescimento dos valores obtidos com a OODC.³⁵

Ainda que o aumento apresentado possa estar mais diretamente vinculado a condições propícias para o mercado imobiliário, diante dos dados apresentados pelo Secovi, é plausível considerar o vínculo entre a proposição dos EETU e o aumento da arrecadação via outorga, ainda que, evidentemente, não se restrinja a ele.

Em nossa análise todos esses dados corroboram a noção de reestruturação urbana produtiva, pois evidenciam a produção do espaço claramen-

33 Fundurb é um fundo vinculado à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, previsto na Lei que instituiu o PDE em 2014 e foi regulamentado pelo Decreto n.57.547/2016, que define os objetivos, a composição do conselho gestor e as receitas que compõem o fundo, como as derivadas de Outorgas Onerosas, Cota Solidária, Operações Urbanas

34 Conforme Peres et al. (2021).

35 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/fundos/fundurb/index.php?p=202443>. Acesso em: 22 abr. 2022.

te como potência para o processo de acumulação do capital, e ainda que o processo seja amparado por regras e normas que visem garantir maior equilíbrio e justiça social, os termos dessa produção são os da valorização e, nesse sentido, amplificam o processo de segregação socioespacial, uma vez que o acesso ao uso do espaço é mediado pela propriedade, que vem sendo reiterada nesse movimento. A metrópole, no plano do espaço concebido, já não se apresenta apenas como condição geral de produção, mas como parte constitutiva do processo de valorização, e por isso aqui considerada nos termos de uma reestruturação produtiva. A lógica abstrata da produção da cidade e do espaço como mercadoria se revela em sua plenitude. A partir do trabalho nela cristalizado, contendo em si valor de uso e de troca (só possíveis a partir da reprodução da vida que se realiza por e através dela) projetam-se os ganhos futuros tanto para os empreendedores, como para o Estado.

Por outro lado, a realização da vida impõe um sentido aos lugares, permitindo a construção de sociabilidades e identidades, conferindo-lhes determinadas especificidades. É também sob esse aspecto que muitos bairros de São Paulo passam por transformações profundas,³⁶ não apenas na sua materialidade, mas nas relações, na perda da identidade. Mais significativo é que esse processo reestruturação produtiva, associado ao aumento do valor dos imóveis e do aluguel, e à crise profunda de perda de renda e trabalho, sobretudo na pandemia, revela que nessa metrópole em reestruturação há cada vez menos lugar para a classe trabalhadora mais empobrecida. Se o plano induz a produção ou reforça novas centralidades periféricas, dentro de uma lógica hierarquizada, ele não é capaz de garantir o acesso dessa parcela da população ao uso dessas centralidades e empreendimentos, corroborando a formação ou expansão de novas periferias e o enorme contingente de pessoas em situação de rua.

Nesse sentido, o processo revela as contradições da produção do espaço e a necessidade de fortalecimento das lutas e organização dos movi-

36 GI/Globo. Empreendimentos residenciais nos eixos de transporte crescem quase 7 vezes em 5 anos na cidade de São Paulo. Disponível em: <<https://gi.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/27/empreendimentos-residenciais-nos-eixos-de-transporte-publico-crescem-quase-7-vezes-em-5-anos-na-cidade-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

mentos sociais na construção de caminhos de construção uma sociedade pautada em outro marco de sociabilidade, em que o espaço seja, sobretudo, a possibilidade de apropriação e uso por todos e a centralidade urbana se realize como lugar não apenas da reunião, mas do encontro, no qual as diferenças não sejam conduzidas à desigualdade.

Referências

ALVAREZ, I. P. A plasticidade da metrópole de São Paulo. *Revista Cidades*. Processos extremos na constituição da cidade. Da crise à emergência de espaços contemporâneos, v.II, n.19, 2014.

_____. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.) *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. A produção de espaços financeirizado na metrópole de São Paulo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.) *O espaço e a metropolização*. Cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

_____. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v.23, n.3, dez. 2019.

ALVES, G. A.; SCARLATO, F. São Paulo, uma metrópole em constante mutação. *Boletim Paulista de Geografia*, v.100, 2018. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1504>>.

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização*. Estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.



_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

DAR DOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GESP; CARLOS, A. F. A. (Coord.) *Covid-19 e a crise urbana*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/471/423/1648>>.

HARVEY, D. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *A Liberdade da Cidade*. *Revista Geosp*, São Paulo, n.26, 2009.

LAVINAS, L.; CARLEAL, L. M.; NABUCO, M. R (Org.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1993.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

_____. *Espaço e política*. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

MARINGONI, G. (Org.) *A volta do estado planejador*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOBRE, E. A. C. *Do plano diretor às operações urbanas consorciadas*. A ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano. São Paulo: Annablume, 2019.



PERES, U. et al. Financiando o desenvolvimento urbano. O Fundurb e a outorga onerosa. In: CEM – Centro de Estudos da Metrópole. Notas técnicas. 2001.

SANTOS, C. R. S. Dos negócios da cidade à cidade como negócio. Uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. *Revista Cidades*, v.3, n.5, 2006.

Sites consultados:

PORTAL UOL; Folha de S.Paulo. Verticalização nos eixos de transporte privilegiou classes mais altas. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/verticalizacao-nos-eixos-de-transporte-privilegiou-classes-mais-altas.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PORTAL G1/GLOBO. Empreendimentos residenciais nos eixos de transporte crescem quase 7 vezes em 5 anos na cidade de São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/27/empreendimentos-residenciais-nos-eixos-de-transporte-publico-crescem-quase-7-vezes-em-5-anos-na-cidade-de-sp.ghtml>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

PORTAL GESTÃO URBANA da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso: entre outubro de 2021 e 09 de maio de 2022, conforme as notas.

PORTAL GEOSECOVI. GEOSECOVI. Informativo Estoques de Outorga Onerosa. Julho de 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/isabe/Google%20Drive/Isabel/GESP/IEA/2021/outorga/outorga-res-201207.pdf>>. Acesso: 17 mar. 2022.

PORTAL DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO. Disponível em: <<https://cbic.org.br/estudos/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PORTAL FUNDAÇÃO SEADE. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/coronavirus/#>>.

PORTAL CAMPANHA DESPEJO ZERO. Disponível em: <<https://www.campanhadespejozero.org/>>. Acesso em: 8 abr. 2022.

The background of the entire page is a complex, stylized map of a city grid, rendered in a light orange color. The grid consists of numerous intersecting lines of varying thicknesses, representing streets and avenues. A prominent dark orange horizontal rectangle is positioned in the lower-middle section of the page, serving as a background for the title and author's name. The text is white and centered within this rectangle.

10. O tempo e o plano da arquitetura

Luiz Recamán



A reflexão que segue procura construir uma genealogia do pensamento arquitetônico moderno a fim de assinalar um encadeamento de forças históricas que condicionam os impasses do campo disciplinar da arquitetura e urbanismo neste início do século XXI. Tais dificuldades parecem resultar do entrecruzamento entre os limites da coerência interna de seus princípios formulados ao longo do conhecido percurso de suas hegemonias estéticas e as circunstâncias sociais com as quais se relaciona forçosamente. Tudo indica que o nó górdio resultante desse embate abala ou desmorona uma inteligência que se mostra impedida de formular proposições consistentes quer sejam afirmativas do status quo quanto alternativas críticas ou utópicas. O eixo histórico da constituição desse saber foi realizado por meio da maior ou menor influência de algumas de suas práticas e ideias, deixando para trás possibilidades irrealizadas ou irrealizáveis. Esse eixo hegemônico constituiu-se por uma dialética entre a afirmação das estruturas às quais a arquitetura representava, mas também por um “projeto” estético de emancipação social construído pelas estratégias formais que conduziram as soluções na história – europeia, ocidental e global. Parece ser necessário considerar uma série de contradições internas e externas a esse campo disciplinar para, além de realizar a necessária crítica, construir as possibilidades de sua superação, vinculada à inescapável dinâmica da sociedade.

Essa argumentação tem também como pressuposto a ruptura ideológica e política do século XVIII deflagrada de um ciclo que declarou superada a “organicidade” dos estilos prévios vinculados à igreja e à aristocracia, e deslocou os esforços disciplinares de construção do espaço em direção aos novos ditames universalistas e liberais da civilização burguesa europeia. Uma reinvenção paradoxal da arquitetura que, destituída de sua atribuição histórica, iniciou a mais radical investida de um sistema artístico sobre a realidade social. Essa ruptura considerou, seguindo Tafuri (1985) em *Projecto e Utopia*, que a arquitetura e o nascente urbanismo assumiram a tarefa ideológica de representação privilegiada do “social” a partir do século XIX. Isso se

deve à decomposição progressiva, a partir do século XVIII, do signo maior, produto e produtor da vida coletiva, as cidades.

Para tanto, sugiro um roteiro de aspectos interligáveis que possam estar na base do que está em jogo na desafiadora conjuntura atual e, talvez, iluminar a conjuntura local. Primeiramente, o embate estético que pretendeu organizar a transição das formas urbanas tradicionais em direção às grandes cidades industriais, segundo uma polaridade reveladora das contradições do capitalismo industrial nascente: a desordem material e simbólica do mundo liberal forjando um desejo de ordem nessas duas dimensões produtoras da vida social. Em seguida, uma reflexão que confronta os mecanismos do tempo da revolução social e aqueles do espaço do reformismo (social, político, econômico, urbano etc.), a fim de aproximar a origem do urbanismo à do Estado Social. Na sequência, explorar a radicalidade de ambos, realizada no avanço das contradições da social-democracia na Alemanha no entreguerras. Superados os conflitos ideológicos fundantes das estratégias espaciais da arquitetura moderna, indicar alguns elementos da grande massificação da habitação operária e do planejamento urbano durante grande crescimento do capitalismo de massas no segundo pós-guerra. Com a crise financeira e política do Estado social europeu no início dos anos 1970, assistimos à retomada, em registro de pós-modernidade, do elogio à diferença e à afirmação dos indivíduos e das unidades representacionais que o expressam. E, finalmente, indicar o “fim de linha” realizado – considerando o vaticínio de Otilia Arantes (1998) – na medida em que o farto imaginário da pós-modernidade alimentou as estratégias de espetacularização do urbano realizadas pela lógica especulativa das finanças globais.

Tal genealogia aqui esquematizada é um dos vetores da modernidade ocidental que se hegemonizou progressivamente, intermediada por conflitos em relação às particularidades sociais atravessadas por essa força irrefreável. Um embate que gerou diferenças de espacialidades e temporalidades ajustadas ao ritmo da máquina produtiva global. “Desiguais e combinadas”, as várias realidades globais passaram a produzir contradições amplificadas, se considerarmos especialmente os processos sociais e os horizontes ideológicos impulsionadores das modernizações tardias. O caso do Brasil é singular, e suas adversidades atuais podem ser compreendidas

pela falência dos já frágeis esquemas institucionais de produção de seu espaço, franqueado agora sem óbices aos negócios ou à carência extrema.

Resta avisar que este esforço de síntese e a decisão da perspectiva única de análise, que considera, mas não trata das outras possibilidades, tem como objetivo a exposição de um problema que, sendo arquitetônico, procura aqui um diálogo interdisciplinar.

O vazio de representação coletiva da sociedade moderna

As grandes mudanças operadas no espaço das cidades europeias durante o século XVIII se evidenciaram pela mutação qualitativa dos atores sociais, ora em declínio, ora em ascensão. A agitação daí resultante abalou o antigo regime; de maneira mais enfática, como a revolução francesa, ou por processos diferentes, mas com o mesmo sentido. Ainda que “igualdade de condições” e “associação” guardem importante ambiguidade em relação a “liberdade” e “individualismo”, como aponta Tocqueville ao relatar a experiência americana (2019), é exatamente essa a síntese que a razão liberal pretendeu realizar: todos esses processos pareciam caminhar para uma lógica unificada garantidora de uma sociedade livre feita por homens livres.

Essa razão liberal baseava-se na confluência de interesses e de potencialidade mútua entre o indivíduo e a sociedade. Sabemos, no entanto, desde pelo menos meados do século XIX, que essa polaridade não é congruente, mas contraditória. Será útil indicar rapidamente esse encadeamento reproduzido nas formas espaciais dessa sociedade tumultuada em dois momentos: a pressão quantitativa geradora de conflitos e as formas imaginadas para sua acomodação.

O aumento da população urbana nas grandes capitais europeias durante o século XVIII foi notável e a pressão populacional, e tudo que dela decorre aconteceu nesse caso dentro dos limites da cidade tradicional. Esse fenômeno produziu uma grande pressão nas estruturas urbanas e em seus mecanismos usuais para absorver a expansão – sejam esses formais ou informais. O mais importante resultado dessa transformação foi, em razão do que aqui se discute, a crise de representações da unidade da cidade

aristocrática, em elaboração desde o final do século XVI. Essa crise poderia já ser identificada durante o auge do barroco, ou do antigo regime, na medida em que os edifícios do poder se agigantaram, compondo uma forma unificadora que pretendia alcançar escalas espaciais insólitas, como as construções contemporâneas de Versailles e a Praça São Pedro. Ambas ocupando um vazio: a primeira, no campo; a segunda, talhando boa parte do núcleo urbano preexistente. O embaralhamento entre a lógica do edifício (estável) e a lógica do urbano (instável) indicava a dificuldade de controle das cidades-capitais que viviam o paradoxo entre o crescimento urbano heteróclito e as estruturas centralizadoras do poder absoluto representadas e produzidas por esquemas formais enfáticos. Essa incongruência espacial era produzida e produtora de um crescente conflito social que culminaria na ruptura nos fundamentos do Antigo Regime.

Tal conflito passou a orientar o principal debate arquitetônico no século XVIII. Afinal, a dinâmica geradora de um espaço urbano sem controle era a mesma que erodia a lógica econômica, política e social do absolutismo. Esses conflitos foram prioritariamente prefigurados pelas formas estéticas originadas na crise do barroco-rococó e pela clivagem nascente entre romantismo e neoclássico que atravessará a modernidade artística até o seu esgotamento. Um grandiloquente sintoma da força dessa dinâmica liberal vertiginosa: a morte da arquitetura. Sendo essa uma força de organização sensível prévia, imaginada segundo princípios regulares, choca-se sem atenuantes com um processo social e produtivo que tem por base a mudança sem tréguas nas formas de vida, conduzida pelas lógicas da economia e a um passo de criar valor encerrando trabalhadores e máquinas em um abrigo isolado.

Foi precisamente na elaboração ideológica do conflito entre as dimensões criativa e destrutiva da “desordem” (a “não ordem” e o não projetável) que assomou a arquitetura ressurreta. A nova *arkhé* deveria ser ideologicamente formulada a fim de dar um sentido humano comum e abrangente a essa transformação da vida liderada pelas crescentes formas de abstração geradas pelas exigências da produção de mercadorias. As dificuldades em representar uma unidade que se desfazia não dispensava, no entanto, o poder da arquitetura de produzir representações totalizadoras, ainda que, doravante, de uma realidade falseada em uma sociedade dividida pelo trabalho mental e material.

É importante ressaltar que a tarefa ideológica que formaliza os fragmentos da superfície da grande cidade tem o seu “momento de verdade” na medida em que o desconcerto do urbano resulta das contradições do processo produtivo que levam à crise de sua funcionalidade sistêmica. Ou seja, a ordenação do território e da vida segundo princípios convencionados é necessária aos mecanismos de reprodução do capitalismo industrial, ainda que ele mesmo reserve alguma racionalidade espacial apenas para o interior das fábricas. A ordem racional da máquina correlata à desordem da vida social é uma contradição que requer solução interna, como mostram as crises que se sucederam desde a aceleração da acumulação promovida pela indústria. Uma crítica extrínseca terá de aguardar a explicitação dos limites da ideologia liberal em meados do século XIX para se realizar.

Até o século XIX, o percurso da racionalização do espaço urbano pode ser avaliado pelo sentido da retificação da quadra medieval. A aversão à rua foi construída *pari passu* à expansão da industrialização. Durante o século XIX o engrandecimento dos espaços públicos e o alargamento dos bulevares já prenunciava o esvaziamento social dos significados coletivos da cidade, ao mesmo tempo em que emergia o fenômeno quantitativo da “multidão”. A essa espacialidade característica das grandes cidades reformadas, como Viena, o arquiteto Camillo Sitte (1992) associou o recente diagnóstico clínico da “agorafobia” – do alienista francês Legrand du Saulle (1878). Essas tendências antiurbanas do século XIX tiveram, assim, uma continuidade em relação à radicalidade das vanguardas arquitetônicas dos anos 1920, ainda que essas se apresentassem como uma ruptura em relação às teses do urbanismo do século anterior – dito “tradicional”.

As razões do tempo e do espaço no declínio do liberalismo

Durante a década de 1840, as reflexões de Marx e Engels apreenderam a lógica do desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra e presumiram as possibilidades de uma revolução socialista. Debate fundamental por diversos aspectos, é aqui destacado para registrar uma mudança abrangente na relação entre a cidade e a revolução social. Am-

bos os pensadores se afastavam nesse momento dos círculos políticos e intelectuais ligados ao “jovens hegelianos” na Alemanha. Essa ruptura tem como principal e conhecida decorrência a reversão proposta do sistema de Hegel. No prefácio escrito em 1859 de “Para a crítica da economia política”, Marx descreve o percurso dessa “reversão” iniciada em 1844: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1978, p. 130).

Dois aspectos imbricados dessa reversão são aqui importantes: a crítica ao Estado moderno como conclusão histórica da dialética do Espírito, e o desvio da mirada em direção à realidade social. Foi simultâneo o reconhecimento da classe universal do proletariado e a não universalidade do Estado Prussiano na defesa dos interesses e da autodeterminação da sociedade civil. A “desespiritualização” do processo histórico indicava que a dialética se encontrava no movimento da realidade material, em todos os seus aspectos. Uma guinada na obra desses dois autores em direção à compreensão da estrutura econômica e dos mecanismos da luta de classe.

As conclusões obtidas pelas análises de Marx publicadas na *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela cobravam a falta de democracia na Prússia; a análise levou rapidamente à identificação da origem de classe do Estado e dos limites de sua atuação. A mirada de Engels (1975) para a realidade industrial inglesa no início da década de 1840 produziu um dos mais importantes textos sobre a cidade industrial, inaugurando um novo ciclo de pesquisas. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (Engels, 1975) espacializava as contradições do capitalismo, percebendo-as como estruturais e universais. Os personagens que habitavam os espaços pobres das grandes cidades formavam uma classe universal, o proletariado. A progressiva autoidentificação dos trabalhadores na prática cotidiana nas fábricas e na miséria urbana levava à sua organização e à luta social. Esse movimento atingia o centro da contradição do capitalismo: a experiência da exploração e a propriedade privada. Apesar dessa importante reflexão compreender a universalidade do processo em curso segundo suas dinâmicas espaciais, tardará um século para que a dimensão totalizadora do espaço seja incorporada ao eixo central do entendimento do capitalismo.

A “virada material” do hegelianismo levada a cabo pelos dois jovens pensadores pode ser sintetizada na crítica à ideia do Estado como *locus*

final da autorreflexão do Espírito e na superação do idealismo pela identificação do proletariado como motor do movimento histórico. Esse deslocamento materialista, no entanto, manteve em alguma medida a dimensão hegeliana de uma filosofia da história, mesmo que movida por um agente material. Ao novo sujeito universal, o proletariado, remanescia a tarefa da síntese dialética da história, alcançada pela revolução social. A conjuntura revolucionária de 1848 parecia confirmar tal movimento “filosófico” do “fim da história”. A derrota dessa grande mobilização da classe trabalhadora em diferentes países aprofundou uma segunda virada material no marxismo nascente. O foco seria a busca pelo desvendamento da realidade social segundo seus próprios movimentos, ou seja, a generalização progressiva das relações capitalistas que moldavam a totalidade da vida social.

Se a reflexão crítica pouco se valeu da compreensão espacial do processo social intuída no ensaio de Engels, foi esse – o espaço – o rumo prático dos acontecimentos após o fim “filosófico” da história. A espacialização das contradições estruturais do capitalismo se deslocava para o novo fenômeno que ele engendrara: a metrópole ou a “grande cidade”; sua característica principal é o “choque” provocado pela descontinuidade tempo-espacial ativada nas percepções dos indivíduos submetidos à lógica da automação das formas de vida. A experiência das contradições em progressão se dá na colisão de todos os elementos desconectados de uma significação ordenadora e integradora representada anteriormente no espaço das cidades. Engels antevira a unidade entre exploração do trabalho e as formas espaciais da miséria em Manchester. No entanto, a centralidade do espaço na nova configuração do capitalismo monopolista foi então elaborada sobretudo pelas formas estéticas, no sentido de uma revolução levada adiante pela radicalização e aprofundamento da nova sensibilidade tempo-espacial provocada pelo mundo urbano – na arte e na arquitetura.

Se na reflexão crítica o espaço se transformou no material artístico da luta cultural acionada pelas vanguardas históricas, sua derivação para o campo político é mais evidente e indispensável para a compreensão dos dilemas sociais e as crises sistêmicas a partir da segunda metade do século XIX.

O “fim” filosófico do Estado e o vaticinado “fim da arte” – na teleologia hegeliana da Razão – se realizaram, paradoxalmente, na medida em que a dialética histórica cedeu lugar a uma dialética do espaço. Esta

última, não enfrentada pela reflexão crítica em um primeiro momento, foi rapidamente percebida pelos mecanismos de controle das mazelas da urbanização e da luta de classes. Se os ataques “internos” ao desenvolvimento capitalista foram parcialmente equacionados por estratégias econômicas anticíclicas, os conflitos sociais crescentes foram enfrentados pelas reformas urbanas. Essas proviam também uma nova estrutura para os deslocamentos e ampliação dos espaços para as multidões realizarem as novas funções dos núcleos urbanos: o consumo massificado. O aburguesamento das metrópoles implicava a segregação espacial da classe trabalhadora, e pretendia estabilizar o conflito que não encontrava resolução política. Poderíamos dizer: a violência da estabilidade do espaço ordenado arrefecendo, ou procurando arrefecer, o movimento crescente dos milhões aglomerados.

A crise do liberalismo da primeira metade do século XIX exigiu o fortalecimento político do Estado para atuar nas duas frentes que ameaçavam a acumulação: as crises econômicas cíclicas e a luta de classes. Essa última foi enfrentada pela repressão e pela segregação, sendo que ambas necessitaram as estratégias militares das grandes avenidas e ampliação de áreas para a população pobre deixar o centro das cidades. O fato fundamental para a argumentação proposta é que as condições de vida em sua totalidade passam a ser objeto de controle e luta política e social. Esse é parcialmente o argumento que justifica o termo lefebvriano “sociedade urbana” como característica principal do processo de industrialização capitalista, mais preciso que o frequentemente utilizado “sociedade industrial”. O primeiro aponta para a totalização implicada nesse processo, produtora e produzida pelas formas e relações espaciais (Lefebvre, 1999, p.15).

As contradições, porém, se multiplicaram na mesma medida da complexidade gerada pela dominância de mecanismos de valor e abstração. A luta pelo espaço amalgamou, desde então, as reivindicações das diferentes escalas experienciadas pelos indivíduos, desde o morar à subversão da ordem social. Esse amálgama teve como um de seus desdobramentos a abertura do foco das estratégias políticas no campo popular, que passam a nuclear mecanismos do reformismo e da revolução. Os primeiros, cada vez mais se aproximando das demandas imediatas e os segundos, das exigências da sociedade enquanto tal. A separação



entre essas dimensões da vida social criou contradições que se tornarão insuperáveis e marcarão os conflitos do século XX. Essa nova mediação socioespacial está associada à disputa pelo Estado, pelo menos em relação a uma série de demandas oriundas das lutas dos trabalhadores. A coetaneidade entre os debates que definiram a criação dos Partidos socialdemocratas – especialmente o alemão – o desenvolvimento da disciplina do urbanismo e as grandes reformas urbanas sintetizam uma nova dimensão da experiência social que combinava a percepção das possibilidades e das mazelas da sociedade moderna.

A via ideológica da modernização conservadora

Os avanços possíveis alinhados à lógica da socialdemocracia alemã seguem uma rota de colisão com o avanço das contradições sociais e políticas decorrentes do agravamento das novas e ampliadas crises do capitalismo monopolista, em boa medida evidentes nos conflitos entre as nações. Durante o governo de Bismarck, um conservador e agressivo opositor da socialdemocracia, as estratégias de industrialização da Alemanha recém unificada envolveram a criação de instituições que procuravam uma alternativa ao processo de industrialização inglês. Ao invés da massificação de objetos que, embora produzidos mecanicamente, reproduziam formas do passado, os alemães procuraram linhas de desenvolvimento que unissem a tradição artesanal alemã e a lógica da standardização maquinista. Essa alternativa procurava tornar progressiva e sem rupturas a industrialização em curso, à semelhança do processo histórico que promoveu a modernização social do país. Essa fora alcançada sem rupturas revolucionárias, em uma acomodação entre a estrutura do poder aristocrático e a frágil burguesia prussiana. No entanto, essa pretendida ausência de rupturas não conseguiu eliminar as contradições inerentes ao processo. Assim como eram aparentemente contraditórios os imperativos da ética burguesa em relação àqueles da nobreza, o conflito entre o desenvolvimento “racional” do artesanato, visando sua reprodutibilidade, e as exigências de simplificação industrial entraram em “choques” sucessivos e radicalizados no desenvolvimento da industrialização alemã.

A modernização conservadora alemã evidenciou o papel do Estado como instância de coordenação dos interesses conflitantes das elites e como indutor da industrialização diante da fragilidade dos agentes sociais a princípio por ela responsáveis. Temos nessa conjuntura a manifestação ainda não resolvida de uma ambiguidade que marcará no século XX: o vetor de progressividade do Estado social em formação. A disputa pelo poder político marcou a nova fase da luta social, expressa tanto pela disputa eleitoral quanto pela pressão dos movimentos sociais na conquista de direitos trabalhistas. Novamente o caso alemão é exemplar, pois o próprio Bismarck foi o responsável pela criação de programas de proteção ao trabalhador na tentativa de neutralizar o poder crescente do, ainda unificado, partido socialdemocrata. Assim, tanto as classes dominantes quanto as classes trabalhadoras passaram a disputar a moldagem da forma do Estado segundo seus interesses, realizando nesse processo, concessões necessárias. E a industrialização emergia com um estágio do desenvolvimento social ao mesmo tempo desejável e inexorável; a razão de suas mazelas era motivo de controvérsia que matizava as estratégias políticas tanto conservadoras quanto revolucionárias. Tratou-se sempre da aposta em um modelo de industrialização planejada e antiliberal, em diversos aspectos.

O índice inequívoco das contradições estruturais dessa alternativa política foi a continuidade entre as primeiras articulações para a criação de uma potente indústria na Alemanha e a radicalização estética e social promovida pela vanguarda nos anos 1920. Um movimento histórico que partiu do conservadorismo social característico da modernização conservadora e alcançou a radicalização política da República de Weimar; para, em seguida, assistir a grave erosão desse processo histórico altamente contraditório.

Desde as críticas do arquiteto alemão Gottfried Semper aos equívocos apresentados na grande Exposição de Londres em 1851 à criação, no último terço do século XIX, de diversas escolas de Artes e Ofícios, o dilema da industrialização alemã passava pela oposição entre a seriação maquinista dos objetos e a sua unicidade artesanal como paradigma da produção em grande escala, mediada pela máquina, mas não por ela determinada. A acomodação estético-política desses polos entrou em rota de colisão na *Deutsche Werkbund*, fundada em 1907. Na grande exposição de Colônia, em 1914, essa polêmica tomou forma explícita no debate entre Muthesius

e Van de Velde, traduzido na polaridade entre a criação livre e a sujeição extra-artística à máquina. Sem encontrar bom termo, esse embate esteve na origem da fundação da Bauhaus em 1919, tendo sido apenas superado politicamente com a mudança de posicionamento de Walter Gropius, que anunciou, em 1923, que o objetivo da escola era o projeto visando a produção em série (Recaman, 2013, p.57).

A industrialização aparecia como objetivo comum, ainda que os meios para a alcançar tenham sido o centro de grande controvérsia. Mantida intocada a lógica produtiva da indústria capitalista impulsionada pelo Estado – e tudo que dela se depreende –, restava apenas disputar o caráter da distribuição dos recursos excedentes. A destinação mais socialmente radical desses recursos foi a construção de um território utópico que, apesar da magnitude, reproduzia, em relação à metrópole intocada, a mesma contradição original: mantinha inalterado o modelo de produção de mercadorias e sua irracionalidade social e urbana.

Mas surge um elemento, nesse processo pleno de contradições, cujo esclarecimento pode auxiliar a compreensão do argumento. Os objetos produzidos por meio dessa lógica de padronização “fordista” tiveram como fundamento a sua funcionalidade, que deveria subordinar seu caráter de mercadoria, entendido como episódico. Tais objetos, se considerarmos o auge da produção da Bauhaus, eram de apropriação universal, ou seja, não considerando distinções de classe que, no entanto, insistiam em permanecer. O indivíduo que os utilizava e apreciava era o “homem-tipo” corbusiano, liberto das opressões e explorações da tradição. Essa lógica hegemônica se aprofundou seguindo o enfrentamento dos limites colocados por suas contradições, na medida das exigências de sua universalidade (espacial e social).

A linha de montagem fordista implicada no objeto, como mostra Tafuri (1985), tem uma lógica infinita que vai desde os componentes, passando pelo objeto em si, em direção a um conjunto harmonioso – no sentido funcional – de todos os objetos. Assim, esse *continuum* encontrava momentos de unidade – a cadeira, a sala de jantar, a casa – cuja lógica alcançava o território, por meio das unidades habitacionais que compõem a maior parte do ambiente urbano. Nada é mais vigoroso do ponto de vista da relação forma e conteúdo que esse processo de radicalização estética promovido pela arquitetura alemã na década de 1920. É o momento da pla-

nificação total do território construindo uma universalidade que é agora espacial e que sobrepuja os conflitos da sociedade industrial estendendo ao infinito, paradoxalmente, sua lógica maquinista. A dinâmica histórica e revolucionária das contradições sociais das primeiras décadas do século XIX foi assim ultrapassada pela estabilidade radical das formas espaciais ordenadas, de maneira a elidir os conflitos – movimentos - que apareciam como o “choque”. Tafuri diz que esse planejamento radical (“ideologia do plano”) tem como base material o caos produtivo inerente ao capitalismo industrial que gera, no plano das prefigurações, o desejo de “ordem”. Este momento foi, por sua vez, ultrapassado pelo ciclo da planificação econômica pós-1930, desde os planos quinquenais soviéticos ao keynesiano e, no nosso caso, o varguismo. E, em seguida, a planificação da guerra total e da morte no nazifascismo.

Esse percurso esboçado tem várias implicações, pois associa duas dimensões com dinâmicas próprias e complexas – o Estado e a arquitetura – e não desenvolve mediações outras com o objetivo de aprender *in nuce* o deslocamento das contradições para o espaço das metrópoles. Foi nesse espaço que se expressaram a vida, os conflitos sociais, os mecanismos de controle e as utopias de sobrelevação. As grandes reformas urbanas da segunda metade do século XIX e o retorno dos trabalhadores banidos do centro da cidade na insurreição da Comuna, em 1871 indicam com clareza a natureza do conflito na “sociedade urbana”. Talvez uma ausência se destaque na matriz indicada: o pensamento crítico alcançando as dinâmicas espaciais nesse momento do desenvolvimento capitalista.

O fordismo realizado

A grande agitação social e ideológica descrita rapidamente acima foi violentamente interrompida com o avanço da década de 1930. O descarte da alternativa arquitetônica para a resolução dos conflitos – a ordenação racional das cidades – foi apenas parcial. A posterior reconstrução europeia exigiu a produção em massa de habitações, agora “operárias”, bem como a configuração da expansão da mancha urbana na criação de periferias. Ambas tornaram efetiva a lógica antiurbana do capitalismo indus-

trial sublimada pelos princípios funcionalistas sintetizados na Carta de Atenas, de 1933 – ano também de ascensão de Hitler ao poder.

A racionalização da construção habitacional já fora desenvolvida nas experiências alemãs das *Siedlungen*, na segunda metade da década de 1920, e era um dos temas principais do debate arquitetônico. Mas, sobretudo, essa década forneceu a forma da arquitetura moderna e da cidade nova, associando técnica, estética e função social em um sistema unificado de caráter universal (internacional). As primeiras experiências com a pré-fabricação e industrialização de blocos residenciais para os trabalhadores foram realizadas na França, no início dos anos 1930. A *Cité de la Muette*, na periferia de Paris, foi construída com painéis de concreto pré-fabricado em uma usina instalada no local da obra. Esse país estivera à frente na pesquisa do concreto armado desde meados do século XIX. Em 1944, foi criado o *Ministère de la Reconstruction et de l'Urbanisme* para resolver o déficit de moradias provocado pela destruição de aproximadamente 460 mil edifícios durante a guerra, além de 1.900 mil parcialmente danificados. Essas cifras e a urgência indicavam a solução da industrialização da construção como alternativa mais eficiente (Solopova, 2019). À pré-fabricação da construção, *in loco* ou em fábricas, corresponderam os blocos com disposição retangular e sequencial, tornando essa extensa experiência de urbanização uma imensa linha de montagem – do componente ao bairro e à cidade.

Essa tecnologia ajudou o governo francês a entregar uma média de 20 mil unidades habitacionais por mês. A reprodutibilidade técnica da habitação e o Estado social se baralhavam durante o segundo pós-guerra. As fábricas francesas foram visitadas por arquitetos da União Soviética em 1955 que buscavam soluções rápidas e economicamente viáveis para resolver os problemas da habitação socialista. Camus, ao contrário de outras empresas, permitiu que os soviéticos fotografassem o sistema e levassem a documentação técnica. Essa visita levou a um acordo posterior para a aquisição de equipamentos para produção de painéis e outros elementos de concreto. Na metade da década de 1960, Camus construiu seis fábricas na França e 16 fábricas em países como Inglaterra, Alemanha, Itália, União Soviética, Argélia etc.¹

1 Post-war Building materials. Site acessado em 16 de maio de 2022. Disponível em: <<http://postwarbuildingmaterials.be/material/heavy-prefab-systems/>>.

Outro caso exemplar do uso da tecnologia da pré-fabricação e industrialização foi o sueco. O “Programa do Milhão” (*Miljonprogrammet*), realizado entre 1965 e 1974, expandiu as tecnologias previamente utilizadas para alcançar essa extraordinária cifra de novas habitações nesse país de menos de 8 milhões de pessoas em 1965, governado pelo Partido Socialdemocrata. A essa cifra quantitativa estava associada uma política de construção de uma sociedade de “bons cidadãos democráticos” para o fortalecimento do país que passava por um acentuado processo de urbanização depois da guerra. Novamente, o modelo urbano para essa expansão tinha como base os núcleos suburbanos já construídos anteriormente inspirados nas cidades jardins (Vällingby e Arsta). Além das modernas habitações, os novos conjuntos contavam com equipamentos sociais que compunham integralmente a nova vida pretendida por esse tipo de planejamento socioespacial. A ordenação espacial incluiu também o desenho de móveis e objetos para as moradias, segundo uma padronização rigorosa que caracterizou o design sueco por décadas (Ikea). O resultado espacial desses conjuntos que se espalharam por todo o país foi alvo de críticas e gerador de problemas sociais e étnicos na medida em que recebiam imigrantes e moradores da zona rural sueca.

Não seria descabido associar essa lógica – compreensível ainda que nociva em vários aspectos – às técnicas de montagem das vanguardas e à linha de produção fordista, agora difundida na indústria em geral. A montagem pressupõe o reagrupamento de elementos ou objetos previamente conhecidos segundo um nexos novo; técnica de choque que explora uma sensibilidade liberada da tradição e seus encadeamentos. Seu objetivo, em síntese, seria reconstruir a estrutura sensível do homem moderno no sentido da liberação de suas potencialidades reprimidas pelas amarras dos significados sedimentados pela da tradição. Esse objetivo procurava uma liberação integral, ou seja, tanto da opressão que arrastava a humanidade para os mitos e religiões quanto da exploração, redimindo todos do trabalho não criativo por meio da generalização da civilização maquinista.

Foi grande o impacto da expansão dos subúrbios no território francês em três décadas. O professor Renaud Epstein tem publicado regularmente cartões postais das ZUP francesas (Zonas de Urbanização Prioritárias). A quantidade e as tipologias apresentadas podem dar uma

ideia precisa do tipo de vida e da espacialidade projetada nesse número incontável de projetos realizados. Sua pesquisa foi apresentada na Bienal de Veneza em 2021 (“*Un jour, une ZUP, une carte postale*”) com base nas imagens publicadas no Twitter.² O tipo de vivência funcional projetada nesses conjuntos não sobreviveu aos estigmas produzidos por sua real condição de segregação e isolamento do “habitat”. Provocaram questionamentos que levaram a pesquisa sociológica de Henri Lefebvre (1969, p.7) a uma “virada espacial”. O filósofo francês indagava logo no início de sua “Introdução à modernidade: prelúdios”:

A imagem de uma vida nova, rosto do Possível, tem ainda um sentido? Mito, ideologia, utopia, esta comovente imagem estaria morta? Os problemas das cidades novas e do urbanismo moderno tornam a dar ou não dar um sentido à vida nova?

No sétimo prelúdio desse livro, Lefebvre faz uma comparação entre as cidades de Navarrenx e Mourenx. Da primeira – cidade antiga próxima a sua cidade natal e local onde viria a falecer em 1991 – conhece “cada pedra”, o que permite um reconhecimento ao mesmo tempo espacial de suas construções e história, por meio da sobreposição de tempos e experiências facilmente identificáveis. O vazio de significados da segunda, intercepta a dimensão imediata da vida, elidindo seus mecanismos de identificação e compreensão. Tal percepção conecta, na obra desse autor, dois de seus grandes temas: a vida cotidiana e o espaço.

O planejamento moderno se valeu da ordem e racionalidade possíveis apenas na estabilidade absoluta de um conceito espacial construído. As espacialidades produzidas segundo esses princípios e generalizadas no segundo pós-guerra pretenderam controlar os modos de vida da classe trabalhadora, funcionalizando todas as atividades que traduziriam a totalidade de experiências desejáveis e compreendidas como saudáveis. Nesses lugares, as marcas do tempo da experiência individual e coletiva não encontravam acomodação fácil; sua existência inexorável às práticas cotidianas teve de se impor corrompendo e infringindo o modelo original. Esse processo incluiu desde pequenas marcas produzidas pelos ajus-

2 Disponível em: <https://twitter.com/renaud_epstein>.



tes individuais e familiares nesses espaços racionalizados até aquelas dos conflitos sociais decorrentes desse tipo de sociabilidade segregada, como depredações especialmente nas áreas coletivas. Esse conflito entre forma idealizada e os ritmos do tempo é próprio da arquitetura, na medida em que esta é sempre a definição de um momento congelado, que pode ser mais ou menos receptivo aos movimentos das experiências vividas do cotidiano. No caso dos radicais projetos da segunda metade do século XX, a experiência da vida popular foi condicionada ao automatismo e alienação exigidos pela sociedade de massas. As vanguardas radicais e suas ideologias de racionalidade e funcionalidade do entreguerras supunham que essa simplificação e abstração da vida continham as formas utópicas de uma nova sociedade. O mesmo não se pode falar dessa grande difusão das soluções modernas de habitação de massa e planejamento urbano realizadas pelas técnicas fordistas já alinhadas à mutação do capitalismo. As células assépticas e os grandes vazios urbanos produzidos se preparavam para serem preenchidos pelas mercadorias e imagens espetaculares de um novo momento da lógica produtiva e seus ditames de consumo homogeneizado.

O tempo reificado

Ao mesmo tempo em que o “estilo internacional” em arquitetura se disseminava pelo globo, críticas e revisões teóricas e práticas surgiram em alguns centros mais ativos, como Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Contra a lógica interna rigorosa das formas puras e da funcionalidade geral (do mobiliário à cidade), buscaram-se alternativas que estabelecessem relações com as formas de vida, desde as mais positivas até as mais críticas ao *status quo*. Boa parte procurava capturar e absorver o *movimento* do mundo, rompendo a estanqueidade programática e ideológica das formas modernas e sua coerência própria, identificada cada vez mais com os fracassos da racionalidade moderna e tudo que dela resultou. O mundo exterior e sua multiplicidade passaram a ser considerados pelos esquemas de uma arquitetura mais sensível às dinâmicas da vida que procurava diluir a rigidez estética, técnica e funcional dos espaços e construções modernas. A apreensão antinômica do *movimento* – a temporalidade – pela arquite-

tura compreendia: a práxis popular, a comunicação, os fluxos da metrópole, a história das cidades, a história social etc. Tratou-se da reconstrução de um sentido apagado pelas formas abstratas da arquitetura moderna e, principalmente, pela experiência social fragmentária da modernidade e da grande cidade. Tal processo implicou a compreensão da arquitetura como *linguagem* e desta compartilhando as operações e estratégias que se apresentavam nos debates teóricos dos anos 1960 – como a semiótica, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Assim, ora se buscavam, apoiados na história e na cidade, esquemas de desalienação pelo “pertencimento” aos “lugares”, ora uma inserção individual crítica na simplificada lógica abstrata da arquitetura moderna, pretendendo prolongar as experiências das vanguardas históricas.

Uma dicotomia moderna se reproduziu no debate dos anos 1960: as formas urbanas deveriam acelerar a experiência humana mediada pela tecnologia ou recuperar os sentidos comuns e historicamente compartilhados que seriam a base de uma sociedade reconciliada? O espírito moderno nos anos rebeldes deveria acompanhar o desenvolvimento tecnológico da mobilidade e da informação, como propuseram os Situacionistas, o Archigram e o “Pop” venturiano? Ou, ao contrário, seria necessária uma revisão crítica dessa ruptura tecnológica em torno da recuperação das cidades, da vida coletiva e da história. Em ambos os casos, extremamente simplificados aqui, o protagonismo da Arquitetura reinventada na representação da experiência coletiva é inquestionável.

Tal mirada em direção ao diverso, ao movimento e à história traduzia o espírito do tempo que reagia socialmente à ortodoxia moderna entendida como autoritária e repressiva. Os novos personagens das grandes cidades, muitos deles resultado das políticas sociais disseminadas nesses anos de crescimento econômico, mudaram a percepção da estrutura social e seus conflitos. Ao procurar aproximação à dinâmica da “vida”, no entanto, a questão e o dilema que se colocam à reflexão crítica foram não apenas “qual”, mas, especialmente “que” vida é possível na sociedade de consumo de massa, passada a euforia do final dos anos 1960. Qual o sentido da alteridade depois da simplificação das formas de vida equalizadas pela generalização da mercadoria, especialmente em sua forma-publicidade (o mundo das imagens). A interface diversa do mundo e dos objetos-mercadorias rompendo o apelo

à repetição e homogeneização da indústria criou uma realidade espetacularizada que fez funcionar a mais radical retração da subjetividade e a paradoxal diluição do indivíduo; no sentido oposto das promessas de emancipação baseadas na autonomia do sujeito. A supressão moderna do *movimento* seguiu-se a sua captura, simulação e multiplicação imagética.

O cenário dessa explosão cultural eram as metrópoles em rota de crise econômica devido às mudanças impostas pela flexibilização produtiva. A passagem entre a decadência dos grandes centros e seu ressurgimento como polo de serviços e consumo no final dos anos 1970 assentaria sobre esse variado universo cultural *underground*. Uma pluralidade de formas e conteúdos que revigoraria as frentes de um novo tipo de consumo tornado agora o eixo organizador das lógicas de valorização econômica. O rápido rearranjo do capitalismo em direção à dupla consumo-finanças se valeu dessa multiplicidade cultural e com ela passou a confundir-se na sobreposição entre a cultura e as finanças, como anunciado por Fredric Jameson (1985). Considerado o sentido histórico do que significou a arte e a cultura burguesas como uma dimensão antagônica à sociedade que a produzira, temos uma drástica redução de sua capacidade crítica e reflexiva.

O neoliberalismo hegemônico a partir dos anos 1980 levou às últimas consequências essa sobreposição, em amplos aspectos da vida social. O fortalecimento das grandes cidades como centros de gestão e consumo da globalização econômica, ao invés de potencializar as lógicas econômicas com as lógicas urbanas, como vislumbrou Henri Lefebvre no “Direito à cidade”, intensificaram a neutralização das cidades como lugar da socialização e apropriação coletiva. São diversos os mecanismos de produção de espaço que indicam esse ataque ao “urbano”, especialmente aqueles que envolveram as técnicas e atribuições da arquitetura e urbanismo. Dessa forma, ainda que o século XX tenha permitido uma experimentação radical de hipóteses de espacialidades modernas ou antimodernas, perseverou e aprofundou a lógica antiurbana que emergiu com a sociedade capitalista industrial. Afinal, a cidade é a unidade de representação do sentido coletivo de determinada sociedade. As tramas econômicas que sustentam as formas de vida desde o capitalismo industrial fragmentam os espaços urbanos, não permitindo expressões de uma coletividade ora superada ora volatilizada.

Enquadramentos “espetaculares” privilegiavam símbolos visuais arquitetonicamente produzidos como logomarcas das cidades globais. Enquanto isso, as cidades padeciam do processo real das novas estratégias de acumulação e valorização do solo urbano concomitantes à construção de grandes obras que disputavam os cenários da afluência global. O impacto desse movimento do capital provocou, com sua voracidade, uma devastação sem precedentes no espaço urbano. O fim dos programas habitacionais, a segregação social por meio da gentrificação, a condominialização da vida, a precarização dos serviços públicos etc. geraram territórios genéricos, socialmente precários e destituídos das relações inerentes ao convívio urbano.

Se a crise financeira de 2008 conteve o ímpeto da espetacularização luxuosa das cidades globais, e teve o recente fascínio privatista enfraquecido, o processo de exploração econômica ilimitada das cidades se intensificou. “Tecido urbano”, “cidades genéricas”, “desterritorialização” nomeiam as aglomerações humanas no planeta que não envolvem mais as dinâmicas sociais da vida coletiva, em seus aspectos de apropriação criativa e heterogeneidade das interações tempo-espaciais. Tal condição da realidade socioespacial atinge o âmago das ideologias arquitetônicas do mundo moderno: a representação da ordem coletiva não socialmente hierarquizada. Tanto de suas estratégias modernas - integração da vida pela racionalidade – quanto das “pós-modernas” – a diversidade liberada de nexos supraindividuais.

Estamos diante da realização da “sociedade urbana”, no sentido inverso da virtualidade imaginada por Henri Lefebvre. Sem um horizonte de generalização das particularidades espaciais, ficam comprometidas as bases disciplinares da arquitetura e urbanismo. Não apenas no sentido da universalidade moderna, mas também nas hipóteses de acomodação crítica a um contexto em si mesmo não configurável. O deslocamento crítico da arquitetura em direção à apreensão do movimento da vida encontrou-a reificada, congelada no mundo das imagens. No domínio do individualismo extremado, a arquitetura vê suas premissas seculares desaparecerem.

A refração brasileira

Como essa dissolução global das estruturas da modernização encontram um país caracterizado pela dualidade funcional entre o “moderno” e o “atraso”, nos termos das representações arquetípicas do desenvolvimento capitalista? As maiores contradições do processo de industrialização acelerada brasileira se produziram na formação de seu espaço social. Esse foi ocupado segundo os ditames da reprodução da força de trabalho, acrescidos pelos imperativos locais da segregação socioespacial. A separação espacial das classes não foi apenas um resultado da geografia da pobreza ou da produção estatal de habitação social suburbana, mas adquiriu funcionalidade produtiva para um país que foi poupado da coerência interna da lógica liberal. Um prolongamento da dinâmica de opressão colonial que esteve na base da atualização da exploração da mão de obra nesta industrialização hipertardia.

Como resultado dessa segregação econômica e simbólica há um embaralhamento das representações de classe e raça que se mostrou fundamental para o funcionamento do processo de formação do Brasil, desde a colônia até a atualidade. Ou seja, a segregação estruturou as diferentes fases da acumulação capitalista no país, resistindo às demandas por universalidade que afloraram das contradições presentes na arrancada industrial durante o século XX. Dilemas diversos de uma modernização conservadora que compuseram boa parte do pensamento social brasileiro desde o final do século XIX. Desdobrando o foco argumentativo desta análise, o que significou essa condição para o extraordinário impulso de nossa modernidade arquitetônica? E para o seu declínio?

A superação simbólica da segregação racial foi um dos motes do movimento modernista nos anos 1920, que procurava reverter os diagnósticos eugênicos sobre as debilidades sociais brasileiras que eram difundidos no início da República Velha. O surto criativo do ciclo do ouro, em especial a figura do Aleijadinho, é explicado por Mário de Andrade exatamente pelo desconforto entre raça (“mulato”) e classe (não-escravo, não-senhor): a grande arte brasileira teria surgido do mal-estar da nacionalidade, que combinava essas duas dimensões da existência dessa nova realidade. A dimensão crítica e negativa da formação do país, sinalizada pelas análises

marioandradianas, foi redirecionada no sentido de fornecer um quadro positivo e alegórico da miscigenação e da diversidade cultural na década seguinte; a década da “rotinização” das pesquisas de linguagem dos primeiros anos do movimento modernista, como caracterizou Antonio Candido (1984). A simplificação das experimentações do modernismo dos anos 1920 está também relacionada à conjuntura que “nacionalizou” os princípios da arquitetura moderna, em especial a realizada por Le Corbusier. Apelos iniciais à arquitetura luso-brasileira (colonial), feitos pela sistematização produzida por Lúcio Costa, rapidamente se transformaram no barroquismo das curvas de Oscar Niemeyer que, posteriormente, foram ancoradas em reduções extremadas da paisagem e dos corpos tropicais. Esse movimento alegórico deve ser compreendido no contexto da radicalização autoritária do Estado-novo, momento que coincide com a consolidação da linguagem moderna da arquitetura brasileira (1939-1942).

Algo já foi dito sobre a periodização e seus desdobramentos na eclosão da arquitetura moderna no Rio de Janeiro na segunda metade da década de 1930. Processo cultural de grande invenção com episódicas apropriações do debate local anterior. O esforço interpretativo tem como foco aqui o sentido dessa transferência profícua e instantânea de soluções da vanguarda do entreguerras em contexto excêntrico. O deslocamento da radicalidade das vanguardas históricas das primeiras décadas do século XX para o movimento moderno em arquitetura foi um fenômeno “conclusivo” da ideologia burguesa, como apontou Tafuri (1985). Ao percurso que rapidamente formulou a ordenação máxima do território-vida no final dos anos 1920 correspondeu a desorganização produtiva e social da mais acentuada crise do capitalismo liberal – por essa razão esse autor a definiu como “ideologia do plano”. Essa crise foi o estertor das representações de universalidade das ideologias burguesas, substituídas pelas exigências produtivas de planificação econômica e, nesse momento sombrio da década de 1930, militar.

Caracterizam essa ideologia arquitetônica, rapidamente disseminada como “estilo” internacional, as inflexíveis abstração, geometrização e homogeneização do espaço que se encarregaram de realizar as ideias de universalidade e igualdade das promessas liberais e, acreditava-se, de difícil consecução por outros meios. Foi a formulação mais radical dessas

experimentações sobre o território que aportou no Brasil em 1936 para ajudar nos planos do edifício do novo Ministério da Educação e Saúde Pública e do campus da Universidade do Brasil. Dois vetores – interno e externo – com dinâmicas próprias convergiram no Atlântico no momento de transformações profundas das conjunturas europeia e brasileira, mutuamente implicadas.

A rápida mudança que a Europa atravessava nessa virada de década alterou radicalmente os nexos ideológicos que sustentavam as experiências mais avançadas da modernidade arquitetônica europeia. As prefigurações de planificação do território tanto da “arquitetura radical” alemã quanto as propostas corbusianas do início dos anos 1930 – os planos urbanísticos para Argel, Rio de Janeiro, Buenos Aires etc. – esgotaram o sentido social que associava maquinismo e desenvolvimento humano. Levaram ao limite a contradição fundamental que vinculava as rápidas e inovadoras mudanças técnicas às restrições impostas pela propriedade privada do solo. Nesse momento, o contundente acervo de formas resultantes das diferentes experiências de linguagem da arquitetura moderna passa a expressar apenas a dimensão de sua funcionalidade “sistêmica” – racionalização fordista e taylorista da vida - ou seja, conclui-se a “dialética da vanguarda”. É essa a equação pós-ideológica que busca o Brasil para realizar-se por meio do agente estratégico da salvação do capitalismo à deriva: o Estado centralizador. Poucos países alcançaram o sucesso brasileiro da realização da arquitetura moderna em seus polos de atuação, liberados de sua lógica unitária: o edifício e o planejamento.

Mas esse sucesso deveu-se também às necessidades impostas pela crise global na conjuntura brasileira. A industrialização do país passava pela necessidade de planejamento produtivo intensivo realizado pela centralização política instaurada em 1930. O desejo de formação do país pôde ser antecipado na formação dos sistemas culturais autônomos, especialmente a literatura, na leitura de Antonio Candido. Mas a dialética desse processo também cessa, ou diminui progressivamente, na implantação da arquitetura moderna no Brasil, na medida em que a criação de emblemas exige simplificação e comunicação profusa. Do Ministério da Educação e Saúde Pública ao projeto de Brasília, o país desenvolveu, pelas mãos do Estado centralizador ou autoritário, um destacável conjunto

de fatos arquitetônicos enfeixados pela lógica de uma matriz estética hegemônica. Essa se caracterizou por seu grande apelo comunicativo e produziu uma representação coerente do Estado que, apesar de autoritário, era construído e construtor da identidade nacional (um sucedâneo idiossincrático da democracia burguesa). Tal conjunto teve papel fundamental na aceleração reversa e concomitante da construção da Nação, do Estado e da industrialização.

A contraprova do esquema apresentado é a fraca, ou inexistente, vocação social dessa arquitetura. O que pode provocar alguma surpresa, na medida em que seu repertório característico teve origem nas experimentações mais radicais da arquitetura europeia dos anos 1920. Ou seja, buscou seu repertório em soluções construtivas cuja extroversão formal não poderia ser isolada dos princípios gerais que unificavam a ordenação espacial e desenvolvimento social. O sucesso do caso local é indicador da perda da potência ideológica da arquitetura moderna e a expressão do conteúdo alterado que permitiu sua difusão internacional, no contexto da reorganização produtiva do capitalismo industrial que se seguiu à crise de 1929.

A matriz hegemônica da arquitetura brasileira estava alicerçada nas contraditórias estratégias sociais, políticas e econômicas do nacional-desenvolvimentismo, e não sobreviveu a ele. Apoiou-se na sobrevida ideológica resultante da industrialização hipertardia que permitiu, no geral, a criação de expectativas críticas e hesitantes de modernização social. Os limites desse modelo de desenvolvimento no contexto do subdesenvolvimento estão expressos no fato de a arquitetura moderna brasileira não ter, com alguma precisão, tensionado suas formas no sentido da construção ou representação de um espaço social abrangente, para além da relação figura-fundo que a consagrou. Os nossos “trinta gloriosos”, do ponto de vista da urbanização, acompanharam parcialmente a proliferação hostil da infraestrutura urbana. A diferença estava no fato de que essa infraestrutura perseguia, sem jamais conseguir alcançar, uma ocupação informal - no sentido da ausência de ordenação legal ou projetual - que caracterizou a expansão urbana no Brasil e em grande parte dos países subdesenvolvidos. Além disso, e talvez o mais importante, a deficiência de políticas habitacionais traduzidas em uma produção escassa de moradias. Essa, quando realizada, reproduziu de modo incompleto e com grande precariedade os

esquemas de suburbanização que marcou o planejamento urbano do segundo pós-guerra. O deserto de urbanidade resultante da ocupação não ordenada da vasta periferia das grandes cidades brasileiras foi agravado pelas intervenções resultantes do planejamento estatal.

Trata-se aqui de constatar que os paradigmas das espacialidades resultantes e promotoras dos processos reprodutivos da arraigada divisão social de classe e raça no país não foram formalmente enfrentados pela matriz hegemônica da arquitetura brasileira. Ao contrário, esse sistema cultural elaborou sua materialidade sensível buscando a afirmação de excepcionalidades – apoiado em uma ideia não histórica de identidade nacional – e a elisão dos espaços coletivos para além da acolhida da massa inerte em posição de contemplação. Aliás, a que contempla essa nova categoria social que ocupava as grandes cidades e é atingida pelos meios de comunicação de um país parcialmente modernizado? No caso local da arquitetura moderna, a imagem projetada é a do Estado. Suas deficiências e incompletudes formais referem-se às contradições profundas do modelo de desenvolvimento levado a cabo por esse sucedâneo possível de estado-social em uma conjuntura de subdesenvolvimento específica.

A sobrevida da arquitetura brasileira à perda do capítulo “social” do esquema desenvolvimentista acompanhou o autoritarismo do governo militar exacerbando seus vocábulos construtivos, como apontou Sérgio Ferro (1980) ao analisar a vasta produção da arquitetura brasileira durante a ditadura militar. Parte de sua energia original dissipou-se na construção dos megaconjuntos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) criado em 1964. Esses conjuntos constituíram uma acentuada redução das soluções arquitetônicas dos *grands ensembles* e de outras experiências de habitação massiva, tanto pela monótona disposição das incontáveis lâminas em “H” quanto pela desertificação das áreas livres. Consolidaram-se, com raras exceções, em um modelo precário, aceito como solução para o problema habitacional, que produziu um espaço social nas cidades brasileiras sem qualquer qualidade de urbanidade. Tornaram-se um grave problema social resultante dos equívocos dessa estratégia segregacionista e individualista que unificava os esquemas da reprodução social brasileira e os fantasmas das ideologias de universalidade que animaram a arquitetura e o estado-social europeu no início do século XX.

No entanto, esse sistema arquitetônico cessou de funcionar completamente, com seus achados e equívocos, quando o Estado, nos termos específicos do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, foi se enfraquecendo durante a década de 1980. Entre 1988 e 2013 (a “Nova República”) algumas políticas sociais, especialmente em relação ao urbanismo e habitação, avançaram simultaneamente a medidas neoliberais que se mostraram mais definidoras do que veio a se passar nas cidades brasileiras desde então. Rompido o “sistema arquitetônico” local, que operara com fausto durante as décadas precedentes, alcançamos por caminhos tortos a fase *ideológica* “pós-neoliberal” recente. Não há, do ponto de vista das formulações teórico-críticas (incluindo aí, problematicamente, os sistemas culturais) “ideologia”, ou seja, um campo de generalização – político, social – do resultado das práticas sociais sob a tutela da lógica financeira. A mediação dos conflitos pelo Estado social ativara uma esfera de universalidade que permitiu pôr em disputa os agentes sociais; ora com avanços, ora com a explicitação dos limites dessa universalidade. A esse fato esteve associada a lógica de intervenção das disciplinas do espaço em quase todos os países durante o século vinte, ou melhor, até a década de 1980.

No Brasil, os fenômenos urbanos resultantes das condições sociais do neoliberalismo tiveram ênfase na ocupação cada vez mais desregulamentada do solo urbano. As operações urbanas relacionadas aos grandes eventos – Olimpíadas e Copa do Mundo – foram realizadas segundo uma barafunda arquitetônica que não explicitou qualquer independência em relação aos objetivos extra-arquitetônicos, sejam a rapidez e obsolescência da infraestrutura exigida, seja o mero suporte midiático dos espaços projetados. O confronto entre os interesses das cidades com os interesses econômicos dos eventos sempre foi resolvido em favor do segundo, deixando para o primeiro apenas resíduos qualitativos secundários. Um consórcio de publicitários, escritórios internacionais e arquitetos locais foram os responsáveis técnicos por colocar em funcionamento os objetivos da máquina financeira prioritária. Não se depreende dos resultados urbanos nenhuma estratégia que indique um grau de reflexão disciplinar coerente, independentemente de sua orientação crítica. Uma equivalência quase absoluta entre as intervenções e os interesses econômicos envolvidos, como ocorre também em relação aos projetos das grandes torres corporativas

construídas nas zonas valorizadas das cidades. Mais do que denunciar aqui a iniquidade social dessa dinâmica, a argumentação procura indicar a dimensão da crise disciplinar da arquitetura contemporânea, cuja repercussão no Brasil pode ser apenas diferenciada pela agressividade do processo e a precariedade dos resultados. Cessaram os impulsos de independência e autonomia – relativa – definidores da disciplina. No Brasil, as contraditórias dinâmicas de independência cultural – e arquitetônica – durante as décadas de afluência seletiva patrocinada pelo intervencionismo estatal deixaram de operar com o fim da frágil dimensão social do Estado brasileiro. Esse percurso descrito culmina com a unificação desigual e combinada do processo local e o global, especialmente em relação às questões disciplinares propostas.

Eppur si muove...

Esse roteiro simplificado, realizado com o intuito de aprofundar o diálogo interdisciplinar, pretendeu identificar a relação entre arquitetura e metrópole como uma contradição inerente ao desenvolvimento capitalista. Procurou introduzir a problemática local no fluxo global desse desenvolvimento, entendido como fator explicativo da formação do Brasil moderno. A arquitetura aparece assim como realização privilegiada das contradições próprias da modernização burguesa e suas derivações singulares. Podemos dizer que a arquitetura moderna nasce na cunha aberta pela emergência do Estado social no seio da polaridade original entre capital e trabalho. A história dessa arquitetura, desde o século XIX, se confunde com as estratégias desse Estado dividido entre suas funções idealistas de garantidor dos interesses coletivos e suas funções materiais de garantidor de interesses privados. Tais contradições se desdobraram na realidade social brasileira, na medida das relações heterodoxas aqui reproduzidas entre esses agentes com nitidez alterada. Seguindo o vínculo estrutural estabelecido entre arquitetura moderna e Estado, amplificaram-se no caso local as dificuldades de representação do espaço social, sobrepostas às dificuldades intrínsecas de criação dos emblemas coletivos da própria modernidade burguesa.

Os impasses da arquitetura são os impasses da sociedade contemporânea. Como as aporias do pensamento são rapidamente negadas pelo movimento incessante da história, trata-se de aprofundar a compreensão do atual momento e tentar nele encontrar uma vetorização positiva possível. Tarefa particularmente difícil nessa atual conjuntura, que a muitos aparece como um vácuo histórico produzido pela generalização da lógica econômica autonomizada e, portanto, devastadora do mundo social e da natureza.

A tarefa da reflexão crítica da arquitetura tem dificuldades extras. Sua modernidade implicou a organização racional do *status quo*, cuja lógica foi mediada pelas estratégias e ilusões do Estado social durante o último século e meio. Suas efêmeras experiências liberais e neoliberais – anteriores e posteriores ao seu ciclo propriamente moderno – colidiram com sua vocação ideológica original, simbólica e totalizadora. Rapidamente essas experiências foram consumidas pelas lógicas econômicas que utilizaram a arquitetura para realizar-se espacialmente como mercadoria. Hoje, a combinação entre a falência e a descrença no Estado social põe na berlinda a existência desse campo do saber que pretendeu condicionar o espaço urbano.

A descrença nas grandes estruturas da modernidade tem levado a uma reorganização do movimento social em direção à ação direta e a uma infinidade de propostas singulares para as agendas da luta política. Nelas, alguns arquitetos ou grupos de arquitetos têm se engajado, procurando colaborar com seu saber específico para as táticas populares de resistência. Geralmente, essa colaboração ou dilui-se na participação política não mediada pelas estratégias instruídas de intervenção no espaço ou tornam-se apenas consoladoras. O paradoxo é social e não arquitetônico: nunca foi tão fundamental organizar o espaço da vida e nunca os mecanismos para enfrentar essa necessidade pareceram tão distantes. A resposta, qual seja, deve estar a caminho, dada a urgência da solução. Esperemos que seja em uma direção na qual a convivência e seus espaços tenham renovada significação.



Referências

- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.4, p.27-35, abr. 1984.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Lisboa: Afrontamento, 1975.
- FERRO, S. Arquitetura Nova. *ARTE EM REVISTA*, São Paulo, n.4, 1980.
- JAMESON, F. Pós-Modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.12, p.16-26, jun. 1985.
- LEFEBVRE, H. *Introdução à modernidade: prelúdios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- RECAMÁN, L. Bauhaus: vanguarda e mal-estar da metrópole. In: *Pensamento alemão no século XXX*. São Paulo: Cosacnaify, 2013. v.III.
- SITTE, C. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOLOPOVA, N. When panels learned to fly. In: *Flying panels*. Estocolmo: ArkDes, 2019.
- TAFURI, M. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Presença, 1985.
- TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América* [livro eletrônico]. São Paulo: Edipro, 2019.



Sobre os autores



Coordenadoras-autoras

Ana Fani Alessandri Carlos é professora titular sênior do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH-USP. Mestre (1980), doutora (1987) e livre-docente (2000) em Geografia Humana. Pós-doutorado na Universidade de Paris VII em 1989 e Universidade de Paris I em 1994. Dentre os livros publicados destaca-se: *Espaço-tempo na metrópole* (menção honrosa do prêmio Jabuti em Ciências Sociais de 2002). Atualmente é coordenadora do GESP – Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical da FFLCH-USP (e da coleção de livros Metageografia) e coordenadora do GT “Teoria Urbana crítica” do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordenou intercâmbios internacionais Capes/MECD e Capes/Cofecub (Brasil-França). Ganhou os seguintes prêmios: Colar do Centenário, do IPGH; Geografia Crítica da Universidade de Barcelona; Manuela Correia de Andrade da Anpege. BolsistaIA do CNPq.

Cibele Saliba Rizek é professora titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora e fundadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania FFLCH-USP, pesquisadora convidada do Institut d’Etudes sur le Développement Economique et Social, Paris I Sorbonne. Tem bacharelado e mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia. É co-organizadora de livros como *A Era da Indeterminação, Saídas de Emergência (ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo)* *Hegemonia às Avessas*, publicados pela Boitempo. Desde sua origem é vice-coordenadora do Grupo Teoria Urbana Crítica do IEA-USP.



Autores

César Simoni Santos é professor do Departamento de Geografia da USP e credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) e obteve o título de doutor em Geografia nesta mesma instituição (2013), realizando parte de seu trabalho de pesquisa vinculado à Université Paris 3 – Sorbonne Nouvelle. É pesquisador PQ2 do CNPq. É membro do Grupo de Estudos de Geografia Urbana Crítica Radical (Gesp), membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), coordenador (líder) do Grupo de Pesquisa Limiares. É pesquisador no projeto HIGHRISE, desenvolvido entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Lyon-Lumière 2 e financiado pela Fapesp e pela ANR, e coordenador do convênio acadêmico firmado com o Geographischen Institut da Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Alemanha. Autor dos livros *A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil* e *Brasília: do projeto hegeliano ao espaço da acumulação*, e co-organizador do livro *Geografia urbana crítica: teoria e método*.

Danilo Volochko é professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), campus Curitiba, sendo também Professor no Programa de Pós-Graduação da UFPR. Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Geografia pela Universidade de São Paulo (2004), mestrado e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2007 e 2012, respectivamente). Realizou Estágio de Doutorado (2010) no Departament de Geografia da Universitat de Barcelona. É pesquisador do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (Gesp), do Grupo de Estudos Teoria Urbana Crítica (IEA-USP) e do Projeto Ocupações Urbanas (UFPR). Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em geografia urbana, atuando especificamente nos seguintes temas: geografia, método, metrópole, produção capitalista do espaço urbano, dinâmicas populacionais. Parecerista de diversos periódicos científicos.

Glória da Anunciação Alves é professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP. Doutora em Geografia Humana.

Participa do Grupo de Estudos de Teoria Crítica Urbana do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e do Grupo de Geografia Crítica Radical (Gesp). Pesquisa sobre a produção do espaço a partir dos novos conteúdos da relação centralidade-periferia.

Gustavo Prieto é professor adjunto do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. Pesquisador do Transborda – Estudos da Urbanização Crítica (Unifesp), membro do Grupo de Geografia Urbana Crítica e Radical (GESP) e membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Co-organizador do livro *Sertão, sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas* (Editora Elefante, 2019) e do volume de *Hispanic Issues Contemporary Brazilian Cities, Culture and Resistance* (University of Minnesota, 2022).

Isabel Pinto Alvarez é professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Econômica e História do Pensamento Geográfico. As pesquisas e orientações desenvolvidas sintetizam-se nas seguintes palavras chaves: cidade, metrópole, sociedade urbana, crise, produção do espaço urbano, planejamento do espaço. É membro do Grupo de Geografia Urbana Crítica e Radical (Gesp) e do Grupo Teoria Urbana Crítica, do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Luiz Recamán é professor livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, nos programas de Graduação e Pós-Graduação. Pela FFLCH-USP, é doutor, mestre em Filosofia e graduado em Ciências Sociais. É graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Pesquisador Principal junto ao projeto temático “Arquitetura e Urbanismo frente ao espaço social no século 21”, vinculado ao grupo de pesquisa Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3), do qual é coordenador. Editor chefe e membro do conselho editorial da Revista *ARA* e membro do Grupo de Teoria Urbana Crítica do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP). É coautor, dentre outros, dos livros *Brazil's*



Modern Architecture (Phaidon, 2004) *Vilanova Artigas: Habitação e cidade na modernização Brasileira* (Unicamp, 2013) e *The New Urban Condition: Criticism and Theory from Architecture and Urbanism* (Routledge, 2021).

Paolo Colosso é professor no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Urbanista, tem graduação em Filosofia pela Unicamp, mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, onde desenvolveu também sua tese de doutoramento. Em 2018, realizou estágio de pesquisa sob supervisão de Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Autor do livro *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business* (Annablume, 2017), publica artigos regularmente nos sites de *Carta Capital*, *Outras Palavras* e *GGN-Luis Nassif*. Coordenador do Programa de Pós-Graduação (ago. 2020-jul. 2022). Compõe o grupo de estudos Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados da USP.

Paulo Cesar Xavier Pereira é sociólogo, mestre em Ciências Sociais e doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Desde 1978, dedica-se ao ensino e a pesquisa dos fundamentos sociais da arquitetura e do urbanismo no Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP com foco no desenvolvimento técnico da construção como campo particular de valorização do capital, que combina exploração do trabalho e especulação imobiliária associando ganhos da acumulação industrial com as vantagens da urbanização.

